



**Coletânea de Monografias  
sobre Cultura Japonesa - Vol.3**  
5° Concurso

Organizador: Kiyoshi Harada

2024

# Coletânea de Monografias sobre Cultura Japonesa

Vol. 3

5º Concurso

**Organizador:**  
Kiyoshi Harada

**Capa:**  
Dan Mabe

**Patrocinadora:**



**Coletânea de Monografias sobre Cultura Japonesa - Vol III. - 5º Concurso**  
São Paulo 2024

**Coeditores:**

Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social  
Instituto Brasil-Japão de Integração Cultural e Social

**Autores:**

André Keishishido  
Beatriz Martignoni Hochmuller  
Carolina Ayako Doi  
Carolina Fuuka Sunano  
Claudia Maria Borba Gâmbaro  
Érika Chára  
Érika Yamauti  
Fernanda Balzacchi de Moura Moraes  
Francine Namie Kashima Affonso e  
Júlia Mayumi Oliveira Sueyoshi  
Giovana Alves Babosa  
Maria Julia Fujiwara Tobase  
Maurício Falchetti  
Nadia Naomi Ota Terzi  
Paula Akemi Taba Vaz  
Paula Sayuri Yanagiwara  
Renato Takashi Igarashi  
Tamilyn Tiemi Nassuda Ishida

**Projeto gráfico e diagramação:**

Mari Minniti - Views Agência

**Impressão**

Vox Gráfica

**Capa:** Dan Mabe

**Layout da Capa e Composição:** Views Agência

**Coleta e pesquisa de fotos:** Rodolfo Wada

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Coletânea de monografias sobre cultura japonesa :  
vol. 3 : 5º concurso / organizador Kiyoshi  
Harada. -- 3. ed. -- São Paulo : Vox Grafica,  
2024. -- (Coletânea de monografias sobre  
cultura japonesa)

Vários autores.  
ISBN 978-65-992332-7-2

1. Brasileiros de origem japonesa - História  
2. Cultura japonesa 3. Imigração japonesa - Brasil -  
História 4. Japoneses - Brasil I. Harada, Kiyoshi.  
II. Série.

24-193693

CDD-306.0952

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Cultura japonesa 306.0952

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei no 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Decreto no 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

Impresso no Brasil. Printed in Brazil.

Esta edição é inteiramente patrocinada pela Fundação Kunito Miyasaka



## Nota sobre o Organizador



KIYOSHI HARADA é Mestre em Direito pela UNIP. Especialista em Direito Tributário e em Ciência das Finanças pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, onde se formou em Direito. Professor aposentado de Direito Financeiro na Universidade Paulista – UNIP. Professor de Direito Administrativo, Financeiro e Tributário em cursos de pós-graduação *lato sensu* em diversas instituições de ensino superior. Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos de Direito Administrativo, Financeiro e Tributário – IBEDAFT. Sócio-fundador do escritório Harada Advogados Associados com 57 anos de tradição. Sócio-Fundador e membro do Conselho Deliberativo do Instituto de Direito Comparado Brasil-Japão. Acadêmico Perpétuo da Academia Paulista de Letras Jurídicas – APLJ -, da Academia Brasileira de Direito Tributário – ABDT – e da Academia Paulista de Direito – APD. Membro do Instituto dos Advogados de São Paulo e seu ex Conselheiro e ex Secretário Geral. Membro do Conselho Superior de Direito da Federação do Comércio, de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo – Fecomércio. Membro da Comissão de licitação do Departamento Hidroviário da Secretaria de Transportes do Estado de São Paulo. Membro da Comissão de Arbitragem da Federação das Indústrias do Estado do Paraná- FIEP. Autor de 43 obras jurídicas publicadas pelas diferentes Editoras, dentre elas o Direito Financeiro e Tributário na 32ª edição, e de mais de 700 artigos e monografias publicadas pelas principais revistas e boletins jurídicos. Coautor em mais de 80 obras coletivas. Integrante do Conselho Editorial das principais revistas e boletins jurídicos do país.

No âmbito da comunidade nipo-brasileira coordenou as seguintes obras coletivas: O Nikkei no Brasil, já na quinta edição; Bunkyo, Presente, Pas-

sado e Futuro; 21 Anos Consecutivos da Associação Latino-Americana de Ex Bolsistas do Gaimusho; e Intercâmbio Cultural Brasil-Japão, obra com participação de 57 coautores reunindo a nata da intelectualidade paulistana, entre nikkeis e não nikkeis. Ex Presidente da Comissão Jurídica da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social e seu Presidente honorário. Ex Presidente do Conselho Deliberativo dessa entidade por três mandatos consecutivos.

Em 2011 recebeu o título de Cidadão Paulistano outorgado pela Câmara Municipal de São Paulo.

Em 2020 foi condecorado pelo Governo do Japão com a Ordem Dio Sol Nascentes, na categoria de Raios de Ouro com Laço.

Em 2022 foi homenageado com a publicação de obra coletiva “Temas contemporâneos de Direito Público” (Estudos em homenagem ao Professor Kiyoshi Harada), sob coordenação de Alberto Shinji Higa e outros, e com participação de juristas nacionais e estrangeiros. O prefácio é de Ives Gandra Da Silva Martins. Editora: Pembroke Collins, Deerfield Beach – United States.

Em 2023 foi homenageado com a obra de autoria de Antonio Francisco Costa: “Kiyoshi Harada: um jurista educador – temas de direitos fundamentais”. O prefácio é de Edvaldo Pereira de Brito. Editora Paginae, Salvador/BA.

## Apresentação

O 5º Concurso de Monografias sobre a Cultura Japonesa realizado em 2023 teve como tema central “Reflexões sobre os estereótipos relacionados aos imigrantes japoneses e seus descendentes”.

Recebemos, surpreendentemente, 51 inscrições de candidatos de diferentes regiões do País, inclusive, do Japão.

Desses 51 inscritos 18 candidatos conseguiram apresentar, dentro do prazo regulamentar, as suas monografias, todas elas de excelente qualidade, fato que causou muita dificuldade aos 7 eminentes membros do Corpo de Jurados na seleção dos três primeiros colocados. Uma das monografias não foi considerada por não preencher os requisitos do Regulamento passando a concorrer 17 candidatos.

O primeiro lugar coube ao Maurício Falchetti; a segunda colocada foi Fernanda Balzacchi de Moura Moraes; e o terceiro lugar coube à Paula Sayuri Yanagiwara.

Dos 17 monografistas, 15 são do sexo feminino e dois do sexo masculino. Em comparação aos concursos anteriores a participação masculina experimentou uma queda acentuada.

A exemplo dos concursos anteriores houve participação de não nikkeis, conhecidos como newkkeis, o que revela a acentuada expansão da cultura japonesa conquistando espaços cada vez maiores neste mundo globalizado.

Dessa forma, acreditamos que esse concurso monográfico está atingindo plenamente os seus objetivos de divulgar a cultura japonesa dentre e fora da comunidade Nikkei, de um lado, e de outro lado, preservar e perpetuar essa rica cultura oriental para que as futuras gerações prossigam na caminhada sem fim.

Esta 3ª Coletânea, por sua vez, serve de registro histórico, para que os descendentes desses 17 autores possam, no futuro, tomar conhecimento desse importante legado por eles deixado, a título de valiosa contribuição em prol da projeção da imagem do Nikkei e do newkkei brasileiro.



**Kiyoshi Harada**

Organizador





## Palavras do Presidente da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social – Bunkyo – Renato Ishikawa

O prêmio “Jurista Kiyoshi Harada” tem por objetivo despertar o interesse dos jovens no desenvolvimento da pesquisa na área de cultura em geral e especificamente na área da cultura japonesa, e consistente na realização de concurso de monografias sobre tema anualmente escolhido pela Comissão Organizadora.

Neste ano em que se celebram os 115 anos da Imigração japonesa no Brasil, tivemos a realização do 5º Concurso de Monografias sobre Cultura Japonesa, tendo por tema **Reflexões sobre os estereótipos relacionados aos imigrantes japoneses e seus descendentes**, atraiu o interesse de cinquenta e um candidatos, mas ao final contou com a participação efetiva de 17 candidatos que apresentaram suas monografias.

Trocou-se a quantidade pela qualidade, pois como poderá ser constatado pela leitura dos trabalhos a serem publicados neste volume III da Coletânea de Monografia sobre Cultura Japonesa, os trabalhos apresentados foram de alto nível, fruto de intensas pesquisas realizadas em bibliografias que abrangeram até mesmo cientistas e especialistas internacionais e que certamente demandaram bastante tempo.

A indisponibilidade desse tempo para pesquisas deve ter induzido um grande número de interessados à desistência da participação no concurso o que foi uma pena!

Não obstante todas essas dificuldades, Maurício Falchetti (1º lugar), Fernan-

da B. de Moura Morais (2º lugar) e Paula Sayuri Yanagiwara (3º lugar) tiveram seus trabalhos selecionados e classificados, com louvor, pela Comissão Julgadora presidida pelo Dr. Massami Uyeda (Ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça) e composta por Alexandre Kawasse (engenheiro), Célia Oi (jornalista e historiadora), Jorge Yamashita (engenheiro), Patrícia Murakami (advogada), Roberto Yoshihiro Nishio (advogado) e Prof. Sedi Hirano (Professor Emérito da Universidade de São Paulo).

Parabenizamos e agradecemos ao Doutor Kiyoshi Harada, membro nato do Conselho Deliberativo do Bunkyo, jurista e renomado professor de Direito Administrativo, Financeiro e Tributário, autor de mais de 40 obras publicadas, por seu invulgar interesse na preservação e divulgação da saga da imigração japonesa no Brasil, incentivando os jovens, nikkeis ou não, à busca de novos conhecimentos na decantada história de vida de imigrantes japoneses e seus descendentes em solo brasileiro, através da propositura de instigantes temas, como os que foram desenvolvidos nos cinco concursos realizados.

Com admiração pelo Doutor Kiyoshi Harada e aplausos a todos os participantes do V Concurso de Monografias sobre a Cultura Japonesa, finalizo esta minha mensagem.



**Renato Ishikawa**

Presidente da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social



## Palavras da Cônsul-Geral Adjunta, Srª Chiho Komuro

É com profunda honra e admiração que cumprimento o Dr. Kiyoshi Harada e sua esposa Dra. Felícia Ayako Harada e todos os colaboradores pela publicação desta 3ª Coletânea de Monografias sobre Cultura Japonesa. Assim como os volumes anteriores, esta coletânea nos presenteia com valiosas reflexões sobre a realidade multifacetada da comunidade nipo-brasileira e ressalta a sua rica contribuição para a formação social, cultural e econômica do Brasil – reunindo pesquisadores nikkeis e newkkeis, de diferentes áreas e com múltiplas perspectivas sobre a temática proposta.

É motivo de grande felicidade que tenha havido um aumento expressivo de inscrições para o Concurso de Monografias sobre Cultura Japonesa, atraindo o interesse de jovens residentes em diversas regiões do Brasil e mesmo do Japão. A participação expressiva de pesquisadores newkkeis demonstra a riqueza e o potencial da nação multicultural brasileira quando refletimos sobre a importância da coexistência e do respeito à diversidade no século XXI. Espero que esta obra se torne uma inspiração para que mais jovens aprofundem seus conhecimentos sobre a comunidade nipo-brasileira, os motivando a participarem das próximas edições do Concurso. Sem dúvida, a realização contínua deste trabalho contribui de forma primordial para manter viva a história, a cultura e a trajetória da comunidade nikkei no Brasil.

Nesse sentido, reitero os meus sinceros agradecimentos ao Dr. Kiyoshi Harada e sua esposa Dra. Felícia Ayako Harada por sua primorosa e persistente dedicação em reunir e motivar pesquisadores que se dedicam a analisar a imigração e a cultura japonesa, o legado dos imigrantes pioneiros e sua in-

fluência no progresso da sociedade brasileira. Desejo que esta obra e seus autores continuem a contribuir para o fortalecimento dos laços de amizade entre o Japão e o Brasil, bem como faço votos de muita saúde e prosperidade ao Dr. Kiyoshi Harada e todos os colaboradores responsáveis pela publicação deste importante livro.



**KOMURO Chiho**

Cônsul-Geral Adjunta do Consulado Geral do Japão em São Paulo



➤ **Massami Uyeda**

Presidente da Comissão Julgadora Advogado  
Mestre e Doutor em Direito (USP)  
Ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça

## Palavras do Presidente da Comissão Julgadora, Ministro Massami Uyeda

A instituição do Concurso de Monografia – “Prêmio Jurista Kiyoshi Harada” – alcança a sua 5ª Edição e continua sua trajetória exitosa em incentivar a difusão do pensamento da comunidade Nikkei brasileira sobre temas que interessam à preservação do legado social, histórico e cultural dos imigrantes japoneses que aportaram no Brasil desde 1908 e sua irradiação para seus descendentes, contribuindo para a consolidação da cultura brasileira.

O tema proposto para o 5º Concurso de Monografias – Prêmio Jurista Kiyoshi Harada, foi: “Reflexões sobre os estereótipos relacionados aos imigrantes japoneses e seus descendentes”.

Dezoito monografias foram apresentadas.

E todas elas trouxeram importantes reflexões e preciosos “insights” sobre tema de inegável complexidade.

A Comissão Julgadora em sua reunião de escolha dos vencedores, após considerações e debates, em escrutínio concorrido, proclamou o resultado, não sem antes ter registrado a alta qualidade da produção apresentada pelos participantes.

Assim, em primeiro lugar, sagrou-se vencedor Maurício Falchetti, com o trabalho: “Cambiantes e permanentes - uma perspectiva de criação de estereótipos”.

Em segundo lugar, Fernanda Balzacchi de Moura Morais, com a monografia: “Minoria positiva ou negativa? Estereótipos relacionados a decasseguis no Japão e nikkeis no Brasil.”

E, em terceiro lugar, Paula Sayuri Yanagiwara, com a monografia: “Ô japonês! Os efeitos dos estereótipos acerca de japoneses e seus descendentes no Brasil – uma defesa pela mudança de foco”.

Aos vencedores e a todos os demais participantes desta 5ª edição do Concurso de Monografia – Prêmio Jurista Kiyoshi Harada – os efusivos cumprimentos da Comissão Julgadora.

São Paulo, 19 de outubro de 2023.



**Renato Ishikawa**

Presidente da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social



## Palavras do Coordenador Geral, Rodolfo Wada

O Concurso de Monografias Jurista Kiyoshi Harada se destaca por estimular a produção cultural sobre a imigração e cultura japonesas e a cada ano atinge número de inscritos e público maiores.

Como parte da organização deste nobre concurso, acompanhei o seu crescimento mesmo durante a pandemia (duas edições tiveram sua premiação on-line). Inicialmente com participantes apenas de São Paulo, nas duas últimas edições os vencedores vieram de outros estados e houve inscritos de outros países.

Na edição mais recente, participantes de edições passadas organizaram rodas de conversa sobre o tema da monografia, certamente atraindo e estimulando novas inscrições. Creio que os vencedores de 2023 estimularão novas inscrições nos anos vindouros.

O trabalho, a iniciativa e o patrocínio do Dr. Kiyoshi Harada viabilizaram ano a ano esse movimento de reunir jovens e desafiar-los a refletir e redigir. A publicação dos trabalhos, as rodas de conversa, o aumento da quantidade de premiados, tudo contribui para que esse movimento seja cada vez maior, estimulando também o interesse da sociedade sobre importantes temas da comunidade nipo-brasileira e promovendo a integração e participação dos jovens nas entidades nikkeis.



**Rodolfo Wada**

Coordenador Geral do 5º Concurso de Monografias

# Sumário

Nota sobre o organizador da 5ª coletânea de monografias - Kiyoshi Harada .....	5
Apresentação .....	7
Palavras do Renato Ishikawa em nome da Comissão Organizadora .....	9
Palavras do Cônsul Geral Adjunta, Chiho Komuro .....	11
Palavras do Ministro Massami Uyeda em nome da Comissão Julgadora.....	13
Palavras do Coordenador Geral, Rodolfo Wada.....	15
Quinto concurso de monografias – 2023 .....	19

## Capítulo 1

Cambiantes e permanentes - Uma perspectiva da criação de estereótipos .....	21
Maurício Falchetti.....	22

## Capítulo 2

Minoria positiva ou negativa? Estereótipos relacionados à decasséguis no Japão e nikkeis no Brasil.....	43
Fernanda Balzacchi de Moura Morais.....	44

## Capítulo 3

"Ô, japonês!": Os efeitos dos estereótipos acerca de japoneses e Nipo-descendentes no Brasil – uma defesa pela mudança de foco .....	59
Paula Sayuri Yanagiwara.....	60

## Capítulo 4

Reflexões sobre os estereótipos relacionados aos imigrantes japoneses e seus descendentes: uma abordagem atual sobre a cultura nipônica e o papel da publicidade.....	79
André Kei Shishido.....	80

## Capítulo 5

Olhares que incomodam: reflexões sobre as representações femininas japonesas através da imprensa gaúcha (século XX) .....	93
Beatriz Martignoni Hochmüller.....	94

## Capítulo 6

Influência dos estereótipos japoneses na cultura brasileira e o seu impacto na percepção societal (Análise desde o período de imigração japonês no Brasil até os dias atuais)....	115
Carolina Ayako Doi.....	116



## Capítulo 7

Além das representações: uma perspectiva psicológica e social do processo de estereotipização de imigrantes japoneses e seus descendentes.....	131
Carolina Fuuka Sunano.....	132

## Capítulo 8

Tema: Reflexões sobre os estereótipos relacionados aos imigrantes japoneses e seus descendentes Título: Um olhar histórico sobre a relação Brasil-Japão e o papel das escolas brasileiras no Japão.....	149
Cláudia Maria Borba Gâmbaro.....	150

## Capítulo 9

A construção do estereótipo dos japoneses e seus descendentes e suas repercussões na atualidade.....	161
Erika Chára.....	162

## Capítulo 10

A beleza das nossas cores. Sobre aceitar nossas particularidades e individualidades, com um olhar mais generoso para a nossa herança cultural.....	181
Erika Yamauti.....	182

## Capítulo 11

Dos desvios da brasilidade: o nipo-descendente enquanto brasileiro.....	201
Francine Namie Kashima Affonso/ Júlia Mayumi Oliveira Sueyoshi.....	202

## Capítulo 12

Intercâmbio na terra do sol nascente: identificando laços territoriais.....	219
Giovana Alves Barbosa.....	220

## Capítulo 13

Os estereótipos relacionados aos imigrantes japoneses e seus descendentes no Brasil: uma manifestação do Racismo Recreativo.....	239
Maria Julia Fujiwara Tobase.....	240

## Capítulo 14

Estereótipos e seu reflexo na construção da identidade nikkei.....	261
Nádia Naomi Ota Terzi.....	262

## **Capítulo 15**

Considerações sobre o impacto negativo dos estereótipos dos japoneses e seus descendentes no Brasil.....	281
Paula Akemi Taba Vaz.....	282

## **Capítulo 16**

Do perigo amarelo à minoria modelo: o nipo-brasileiro como ser estereotipado .....	297
Renato Takashi Igarashi.....	298

## **Capítulo 17**

De perigo amarelo à minoria modelo: uma breve reflexão sobre nipo-brasileiros entre o passado e o futuro .....	317
Tamilyn Tiemi Massuda Ishida .....	318

<b>Solenidade de premiação do 5º Concurso de Monografias .....</b>	<b>337</b>
--------------------------------------------------------------------	------------

# Quinto Concurso de Monografias – 2023

## **Tema:**

Reflexões sobre os estereótipos relacionados aos imigrantes japoneses e seus descendentes.

## **Comissão Organizadora:**

Presidente: Kiyoshi Harada

## **Membros:**

Renato Ishikawa - Presidente do Bunkyo  
Rodolfo Wada - Presidente do Gaimusho - Brasil  
Hugo Teruya - Presidente da JCI Brasil - Japão  
Graziela Tamanaha - Comissão de jovens do Bunkyo  
Gustavo Kendi Matsumoto - Membro do Bunkyo

## **Corpo de Jurados:**

Alexandre Kawase  
Célia Oi  
Jorge Yamashita  
Massami Uyeda  
Patrícia Murakami  
Roberto Nishio  
Sedi Hirano

**Número de inscritos: 51**

**Inscritos que apresentaram as monografias nos termos do Regulamento: 17**



capítulo

# 1



Maurício Falchetti

## **Cambiantes e permanentes - Uma perspectiva da criação de estereótipos**



## CAMBIANTES E PERMANENTES - UMA PERSPECTIVA DA CRIAÇÃO DE ESTEREÓTIPOS<sup>1</sup>

Maurício Falchetti <sup>2</sup> (UEL)

### SUMÁRIO:

1. Introdução.....	22
2. Um rótulo é criado a partir de uma impressão que se tem do outro .....	23
3. O estereótipo chinês-japonês ao longo da história.....	25
4. O fenômeno Dekassegui. O nipo-brasileiro que volta ao Japão .....	27
5. A simplificação como processo humano .....	29
6. Levinmas e a noção do rosto .....	32
7. Cambiantes permanentes – classificação do preconceito .....	33
8. O hábito e as transformações silenciosas.....	35
9. Dos preconceitos permanentes .....	36
10. Das emoções em Aristóteles até o "bastar-se a si mesmo" em Sêneca.....	37
11. Conclusão.....	39
12. Bibliografia.....	40

### 1. INTRODUÇÃO

A imigração japonesa no Brasil teve início em 1908, quando o navio Kasato Maru chegou ao porto de Santos trazendo os primeiros imigrantes japoneses. Deste ano em diante, muitos imigrantes vieram para o Brasil, e décadas depois, seus descendentes voltaram, em um fenômeno chamado Dekassegui. Dentre as dificuldades que os imigrantes japoneses, seus descendentes e posteriormente nipo-brasileiros que voltaram ao Japão enfrentam, estão as barreiras que surgem ao se deparar com uma cultura e língua novas e a saudade do país natal, além disso, existe também um nível de hostilidade por parte do anfitrião, nativo do país, que vê o outro como diferente. Essa diferença é traduzida por meio de rótulos e estereótipos baseados nos traços étnicos e culturais do imigrante.

Com o objetivo de entender as imigrações japonesas para o Brasil e a relação entre estrangeiro e nativo, foi feita uma análise documental e pesquisa bibliográfica utilizando autores que fizeram coleta de dados através de entrevistas com *nikkeis* a

1 Concurso de Monografias "Jurista Kiyoshi Harada" - Reflexões sobre os estereótipos relacionados aos imigrantes japoneses e seus descendentes.

2 Graduado em Comunicação Social: Radialismo (UFMT), Mestre em estudos em Cultura contemporânea (UFMT), Roteirista e diretor de vídeo, Graduando em Filosofia (UEL), cursando Língua Japonesa (ロンドンリーナモデル校)

respeito da forma como eles se sentem sobre a rotulação que sofrem, como também quais são os estereótipos mais comumente abordados. Percebeu-se que os casos de discriminação aos *nikkei* não se dão apenas do brasileiro para o descendente de japonês que mora no Brasil, mas é visto ao longo da história dos países e nos mais variados níveis de agressividade, como dos chineses linchados nos Estados Unidos, ou dos próprios nipo-brasileiros que voltam para trabalhar no Japão. Para Hobbes (*apud* Ribeiro, 2003), o que causa essa hostilidade entre nações é o medo do que o outro pode fazer, o medo do desconhecido.

O medo abordado por Hobbes é considerado tanto no contexto das relações entre nações quanto na esfera individual, abrangendo relações interpessoais em que um indivíduo alimenta receios em relação ao outro. A partir disso são determinados dois tipos de estereótipos, os *permanentes* e os *cambiantes*. O primeiro, referente aos aspectos étnicos e fenotípicos que estão presentes no indivíduo como uma parte da sua identidade, os quais não são possíveis de serem alterados. Já os cambiantes são respectivos da cultura e do hábito de uma comunidade, transformando-se com o passar das gerações e alterando assim como uma comunidade é vista ao longo do tempo. Essas entrelinhas revelam a filosofia de Sêneca, filósofo estóico do império romano, em que há coisas que podemos mudar, e outras que não podemos. Para o que não podemos mudar, convém não se aborrecer. Para o que podemos mudar, são feitas reflexões sobre o rótulo, a língua e o hábito. O rótulo como objeto a ser alterado, a língua como ferramenta para o desenvolvimento de uma relação harmoniosa, que promova uma ponte entre as diferentes culturas, que faça eu entender o outro e fazer ele me entender, e o hábito como processo da construção dessa relação.

## 2. UM RÓTULO É CRIADO A PARTIR DE UMA IMPRESSÃO QUE SE TEM DO OUTRO.

É popular o ditado “a primeira impressão é a que fica”, mas talvez esta frase que se refere ao pré-julgamento que temos do outro nos primeiros segundos de contato esteja limitada pela questão do tempo. Poderíamos reformulá-la com um adendo: a primeira impressão fica até que surja uma segunda impressão, depois uma terceira, e assim por diante. Em um relacionamento contínuo, novas impressões aparecem com base na forma como nos apresentamos ao mundo, as quais se sobrepõem às velhas. Quando, ao analisar esta frase, mudamos a esfera da relação entre indivíduos para comunidades e sociedades, das quais o tempo é proporcionalmente maior, as impressões e rótulos carregados também mudam conforme a relação entre os indivíduos dessas gerações. Novas informações, notícias ou eventos surgem e as gerações seguintes podem ou não adotar as mesmas impressões.

No caso da imagem que se tem do indivíduo japonês ou de descendência japonesa, e também dos povos do leste asiático como um todo, as impressões também mudam, entre alguns exemplos ao longo da história, os rótulos foram se modificando, desde o “perigo-amarelo” como resposta à política imperialista asiática, para atualmente “minoria modelo” como resultado da imagem de um povo que se mostrou ao restante do mundo dedicado ao trabalho e aos estudos, como também, de maneira mais restrita, como “um povo que come qualquer coisa que viva debaixo do sol” referente aos hábitos chineses durante a pandemia do COVID-19, e também “um povo organizado” aos turistas e jogadores japoneses durante a copa do mundo de 2022 que limpavam e organizavam os quartos nos hotéis que se hospedavam.

No sentido do estrangeiro, do desconhecido, os rótulos criados são balizados pela forma como as informações chegam às pessoas que as recebem. Não é possível saber da totalidade do outro pelas primeiras impressões, além disso, podemos conviver a vida inteira com alguém e ainda assim continuar a aprender sobre ele, suas particularidades. Da imagem que recebemos sobre o outro, há também um processo de simplificação das informações recebidas, como resultado desse processo, a informação que recebemos passa por um filtro individual de quem a recebe. Utilizando autores como Alparone e Taleb, partiu-se da ideia de que a forma como vemos o outro é resultado de uma análise simplificada do nosso cérebro, cujo objetivo é facilitar a compreensão do mundo, mas que pelo mesmo motivo, tende a ignorar todo o restante da informação. Rotular, portanto, é resultado de um processo de simplificação de informações que nosso cérebro faz naturalmente com o intuito de garantir a nossa sobrevivência.

Nesse sentido, é possível aproximar a prática de rotulação ao que Deleuze chama de modelos de representação, como por exemplo o senso comum, responsável por construir uma imagem do pensamento – o pensamento dogmático –, na qual este se apresenta como naturalmente propenso ao conhecimento. Ou seja, “o senso comum se encarregaria de construir uma representação universalizante do que seria o pensamento”, buscando atingir a verdade das coisas, a sua essência (Deleuze *apud* Maurício e Mangabeira, 2011). Nesse sentido, este trabalho abrange em determinados momentos a imagem não só relacionada aos imigrantes japoneses, mas aos nativos da Ásia setentrional e oriental cuja imagem é simplificada pelo senso comum, por quem vê de fora. O homem de olho puxado, “pele amarela” e cabelo preto. É este senso comum que também ignora as singularidades de cada nação, transformando-as em uma única massa homogênea.

Quando se aborda o rótulo de uma etnia inteira pela perspectiva de quem sofre a rotulação, há, por este indivíduo, uma sensação de desconforto, principalmente pelo fato dessa generalização identitária. Pois a imagem de um indivíduo perante a



sua etnia ou cultura é apenas uma parte da sua identidade, e às vezes nem isso. Se o desconforto é o primeiro grau da generalização étnica, em níveis mais radicais, o indivíduo rotulado pode sofrer pressão psicológica (ter que ser estudioso, pois todo asiático é), violência física (caso dos linchamentos e massacres chineses nos Estados Unidos), ou ainda através da censura, como foram os fechamentos de escolas, proibição do uso da língua nipônica em ambientes públicos e outras sanções sofridas pelos descendentes japoneses na época de um Brasil pós segunda guerra mundial diante do “perigo amarelo”.

Ao analisar a história da construção dos estereótipos dentre os descendentes de japoneses no Brasil, percebe-se que não parece ser possível desenraizar a simplificação de imediato, esse processo de separação da identidade individual e da identidade étnica se dá pelo tempo de convivência entre os sujeitos. Quanto mais alguém me conhece, mais essa pessoa me entende, e essa relação alcança novas camadas pelo esforço do hábito.

### 3. O ESTEREÓTIPO CHINÊS-JAPONÊS AO LONGO DA HISTÓRIA.

Quando tratamos o preconceito perante descendentes de japoneses no Brasil, os traços étnicos e fenotípicos são generalizados também para pessoas originárias para países vizinhos, como China e Coreia. Durante o iluminismo, no século XVIII, já começavam a aflorar ideias de divisão e classificação das pessoas em tipos, Americanus, Europeanus, Africanus, Monstruosus e Asiaticus (Seyferth, 2018, *apud* Da Silva, 2020). O asiático sendo definido como “[...] amarelo, melancólico, duro; cabelo preto; olhos escuros; severo, altivo, ganancioso, coberto com roupas soltas, e governado por opiniões” (Wilkens, 2018, *apud* Da Silva, 2020). Embora a Ásia seja um continente gigante, de diversas etnias, o fenotípico do mongolóide, da Ásia setentrional e oriental, compreende a ideia do senso comum de como são os asiáticos.

É importante levar em consideração que a simplificação das coisas e pessoas é um processo natural, talvez essencial para a sobrevivência do ser humano na corrida das espécies, pois é preciso reconhecer de forma rápida o que é perigoso, e o que não é. Como exemplo de generalização da perspectiva do conhecimento geográfico, podemos citar estereótipo do povo brasileiro até meados de 2000 segundo outros países, que “vive no meio da selva, rodeado por onças e jacarés”, e ainda de uma perspectiva mais afunilada, do Brasil para dentro do Brasil: é senso comum por habitantes litorâneos e de grandes centros pensarem que quem mora nos estados do norte do Brasil vive no meio da selva. Somos ao mesmo tempo alvo e atirador.

Balizados pela narrativa da perspectiva de divisão étnica, a expressão “raça amarela” ganha popularidade. Num cenário de “despertar econômico” Chinês, uma Europa ameaçada pela crescente industrialização da China passa a classificar o povo chinês como o “perigo amarelo” (Ueno, 2019), posteriormente o termo também passa a abranger os japoneses, como uma rotulação para a política imperialista do Japão no final do Século XIX, em 1894 a 1895 com a chamada guerra Sino-Japonesa, e no começo do século XX, com a guerra Russo-Japonesa (1904-1905), diante destes cenários de guerra, o Japão começou a ser visto pelo seu poderio imperialista, ameaçando a hegemonia Ocidental.

Essa instrumentalização do racismo amarelo, o qual passa a ver o outro como diferente, perigoso, incapazes de assimilar a cultura ocidental (como o liberalismo individual e o cristianismo) serviu como incentivo às invasões do território Chinês no século XIX (Chen, 2012), e nos diversos ataques sofridos pelos imigrantes que moravam no ocidente, como os massacres aos chineses, começando em 1871 em Los Angeles, em que 20 chineses foram linchados por uma multidão, e aos seguintes 20 anos de violência em todo os Estados Unidos.

Hobbes (*apud* Ribeiro, 2003), ao se referir à guerra do estado “todos contra todos” inverte a ideia da ganância como o fator que leva uma nação a atacar a outra, mas sim o medo. Há sempre a dúvida acerca do outro, “Por isso, é sensato atacar quem pode me atacar. Daí que a suspeita gera mais conflitos do que a ganância” (Ribeiro, 2003). Assertivo em suas palavras, Hobbes pareceu prever o medo do mundo e do povo brasileiro diante dos japoneses e seus descendentes séculos mais tarde.

Durante as décadas de 1920 e 1930, houve um aumento significativo no fluxo de imigrantes japoneses para o Brasil. No entanto, com o início da Segunda Guerra Mundial, a comunidade japonesa no Brasil enfrentou um período difícil devido ao conflito entre os dois países e o rótulo “perigo amarelo” voltou a aparecer. Os imigrantes japoneses e seus descendentes foram alvo de discriminação e restrições impostas pelo governo brasileiro. Muitos foram internados em campos de concentração e tiveram seus bens confiscados. A propaganda era baseada em estereótipos negativos, como a suposta ameaça de dominação econômica dos japoneses, a ideia de que eles eram uma raça inferior e até mesmo a crença infundada de que eles estavam envolvidos em atividades criminosas. Esses discursos de ódio e preconceito contribuíram para a marginalização e discriminação dos imigrantes japoneses, prejudicando sua integração na sociedade brasileira.

Após a guerra, gradualmente as relações foram normalizadas, e a comunidade japonesa continuou a se integrar à sociedade brasileira, a partir das décadas de 1960 e

1970, ocorreu um novo fluxo de imigração japonesa para o Brasil, com a vinda de japoneses que buscavam oportunidades de trabalho e estudo. Essa imigração mais recente trouxe uma diversidade de profissionais, incluindo engenheiros, empresários e acadêmicos. Embora visto como um povo trabalhador, a imagem do estrangeiro que não conhecemos inteiramente aparece com lacunas abertas, espaços que são preenchidos pela imaginação humana. Se por um lado simplificamos para poder absorver uma ideia, por outro a imaginação não tem limites e tende ao exagero, ao que choca, ela procura os perigos e as soluções para proteger a própria vida.

#### 4. FENÔMENO DEKASSEGUI - O NIPO-BRASILEIRO QUE VOLTA AO JAPÃO

O preconceito sofrido pelo *Nikkei* não se deu apenas em terras tupiniquins, a questão de ser diferente aos olhos do outro, do nativo, também se aplica ao nipo-brasileiro que migrou para o Japão que, além da dificuldade do idioma, encontrou obstáculos na relação com os japoneses. O fato de perceber-se como um estrangeiro advém também da própria sociedade receptora, “que conserva uma distância social socialmente prescrita em relação ao estrangeiro: mesmo que o estrangeiro esteja na sociedade, ele não é da sociedade” (Sasaki, 1998).

A partir da década de 80 passa a ocorrer um fenômeno inverso de imigração chamado Dekassegui/出稼ぎ ou “trabalhando distante de casa”. Em uma época de crise econômica no Brasil e ascensão econômica no Japão, que demandava mão de obra, agora são os *nikkeis* brasileiros que voltam ao país dos seus antepassados. Primeiro, na maioria homens, entre 40 e 60 anos, chefes de família, com o objetivo de juntar dinheiro e pretendendo permanecer de dois a três anos no Japão (Fujii, 2010). Duas décadas depois, através do Arubaito - アルバイト, do alemão arbeit, trabalho, onde as empresas japonesas, também em déficit de mão de obra, passam a facilitar o ingresso da comunidade nipo-brasileira que tem interesse em se submeter à experiência de um trabalho temporário no Japão. A grande maioria desses imigrantes exerce atividades como operário não-qualificado, trabalhando em serviços muitas vezes recusados pelos japoneses, por serem considerados “3k”, きつい (Kitsui/pesado), 汚い (Kitanai/sujo) e 危険 (Kiken/perigoso) (Nihei, 2003).

De acordo com Nakamura (2014), era preocupação do governo japonês não apenas recrutar mão de obra, mas manter uma homogeneidade do seu povo. Essas questões foram resolvidas através do engajamento dos descendentes provenientes da América do Sul. “Acreditava que, por possuírem ancestralidade japonesa, não prejudicariam a mítica homogeneidade étnica do país” (Nakamura, 2014). O que se viu na

prática é que os *Nikkeis* sofriam discriminação pelos japoneses semelhante ao que seus ancestrais encontraram no Brasil décadas passadas.

Segundo pesquisa feita pela ABD (Associação Brasileira de Dekasseguis) sobre as dificuldades encontradas pelos trabalhadores brasileiros no Japão, o preconceito ficou em terceiro lugar, atrás do desconhecimento com a língua e a saudade do Brasil. Excesso de trabalho ficou em quarto lugar.

Em porcentagem

Dificuldade	Homens	Mulheres
Saudade do Brasil	49,9	49,4
Língua	43,4	43,6
Discriminação	21,3	24,5
Excesso de trabalho	12,5	20,6
Relação com colegas de trabalho brasileiros	8,7	20,6

Fonte: ABD - Associação Brasileira de Dekasseguis aup Beltrão; Sugahara (2006)

Embora a maioria das agências e contratadores ofereça algum tipo de moradia, algumas imobiliárias japonesas recusam ter clientes estrangeiros, alegando desobediência às regras, inadimplência com os aluguéis e que incomodam os vizinhos. Por esta razão, muitos trabalhadores brasileiros acabam vivendo em um ambiente com grande concentração nikkei, restringindo o contato com a sociedade e os costumes japoneses. Em alguns casos, trabalhadores que permaneceram por mais de 3 anos no Japão, sequer aprenderam o idioma japonês.

Em uma entrevista feita por Fujii, Ângela, uma jovem de 18 anos que foi para o Japão em 2007, relatou que trabalhava 13 horas por dia, que era alvo de preconceitos, que tinha dores no corpo devido ao trabalho excessivo, que se sentia alienada etc. (Fujii, 2010). Para amenizar essas complicações, o governo do Japão criou programas de amparo, como por exemplo, o Centro de Assistência de Emprego ao nikkei, porém, o preconceito que parte do nativo ainda se propaga. Segundo reportagem em O Globo, após uma coleta de entrevistas com imigrantes que trabalham no Japão, um terço dos entrevistados alega ter experimentado comentários depreciativos por causa de seus descendentes, seja por estranhos, chefes ou mesmo colegas de trabalho. Vagas de emprego negadas a estrangeiros, e redução salarial comparada aos colegas nativos.

A partir dessas relações entre nativo e estrangeiro percebe-se que a volta do descendente japonês é caracterizada não pelo filho que retorna à família, para a terra dos seus ancestrais, mas por outro, um estranho, que não é mais Japonês. Esse indivíduo, que não é reconhecido brasileiro no Brasil, nem japonês no Japão, encontra-se em uma espécie de limbo de pertencimento identitário. Segundo entrevistas com *nikkeis*, Nakamura constata que a maior dificuldade no processo de adaptação se dá pelo desconhecimento da língua, que impossibilita a comunicação e consequente criação de vínculos com os japoneses, um povo reservado e que demonstra certa frieza (Nakamura, 2014).

Pelas dificuldades de ser um estrangeiro, e como já dito no começo deste capítulo, acontece que esses indivíduos se juntam para uma ajuda mútua formando pequenas comunidades nipo-brasileiras. Esse fenômeno não é exclusividade do Japão, acontecendo também em outros países, como é o caso de brasileiros nos Estados Unidos. Essas comunidades se fecham para o restante da sociedade, como consequência deixam de aprender sua língua, e de forma mais profunda, os costumes e cultura.

Esse processo contribui para distanciar a relação entre estrangeiro e nativo, a criação de uma barreira entre imigrantes e nativos, e a falta de um diálogo traduz-se em uma imagem distorcida, que “observa o surgimento abrupto de trabalhadores estrangeiros com certo receio e discriminação, abrindo espaço para o medo do desconhecido, onde eu não sei o que o outro pensa e o que ele pode me fazer, ignorando também as coisas boas que ele pode me trazer. Se para *nikkei*, o nativo “não percebe a importância do papel do *dekassegui* na economia japonesa”, o *dekassegui*, carregando todas as dificuldades, deixa de abrir caminhos que demonstram suas intenções e sua importância.

Se em um primeiro momento temos indivíduos *nikkeis* entrando em um espaço estrangeiro, se acomodando em pequenas comunidades e se fechando para o nativo, com o passar do tempo e do esforço conjunto dessa comunidade, pode ocorrer um processo inverso ao isolamento, de viés turístico, quando essas comunidades crescem o suficiente e transformam-se em bairros, onde se consolida a identidade cultural daquele grupo naquele espaço, passando a atrair turistas e visitantes, como os Chinatowns em grandes cidades do mundo; o bairro da Liberdade em São Paulo; e a Pequena Coreia: Shin-Okubo, em Tokyo.

## 5. A SIMPLIFICAÇÃO COMO PROCESSO HUMANO

Partindo da ideia de que os estereótipos são resultados de uma visão social simplista e

generalizada, procurou-se basear-se nos conceitos utilizados por Deleuze (2010) e Taleb (2007). Em Deleuze entendemos como é o caos, e como o homem coexiste com ele. O caos não é o oposto da ordem, mas uma força criativa que está presente em todas as coisas. É uma condição pré-individual, um estado puro e indiferenciado de potencialidade infinita. O caos é o reino dos encontros fortuitos, das intensidades e das virtualidades. Ele é denso, é complexo, e está além da compreensão. O caos também é o outro.

Não somos capazes de entender a totalidade do caos presente na natureza, no outro e na nossa vida, e muito menos controlá-lo, mas é possível navegar por ele, já fazemos isso através da ciência, da filosofia e da arte. Quando alguém disso, de maneira errônea, procuramos administrar nossa percepção do caos simplificando-o, de forma a podermos conviver com a realidade com o menor esforço possível. É possível traçar um paralelo entre a criação de estereótipos e a maneira como tendemos a simplificar histórias, no que Nassim Taleb (2007) chama de falácia narrativa. Para Taleb gostamos de resumir a dimensão das questões com a finalidade de compreendê-la mais facilmente, mas ao fazer isso, generalizamos exageradamente, ignorando todos os detalhes importantes, distorcendo severamente a representação mental do mundo.

A informação quer ser reduzida, pois nos custa caro armazenar toda a sua complexidade; é como ter uma biblioteca de informações, mas apenas uma mesa para processar o trabalho. “Quanto menos aleatória e mais ordenada, padronizada e narratizada uma série de palavras ou símbolos, mais fácil é armazenar essa série na mente”. Taleb ainda dá o exemplo do livro de quinhentas páginas em que todas as palavras escritas foram retiradas aleatoriamente de um dicionário e impressas no papel. “Será impossível resumir, transferir ou reduzir as dimensões desse livro sem deixar algo importante de fora” (Taleb, 2007). Taleb continua seu raciocínio pedindo ao leitor que imagine o contrário, uma frase “O presidente da [insira aqui o nome da sua empresa] é um sujeito de sorte que estava no lugar certo na hora certa e reivindica o crédito pelo sucesso da empresa, sem fazer nenhuma concessão à sorte”, que é repetida dez vezes por página ao longo de quinhentas páginas. O livro inteiro pode ser comprimido com a máxima precisão, dada a frase, em 31 palavras (de um total de 155 mil).

Não é mais necessário memorizar o todo quando um padrão é encontrado, basta armazenar o padrão. Sentimos a necessidade de estabelecer regras porque desejamos simplificar as questões e torná-las compreensíveis. Quanto mais caótica é a informação, mais complexa se torna e, conseqüentemente, mais difícil de resumir. À medida que resumimos, introduzimos ordem e reduzimos a aleatoriedade. No entanto, essa tendência à simplificação nos leva a acreditar erroneamente que o mundo é menos aleatório do que realmente é. Passamos a ver o outro de forma simplificada, um resumo tendencioso, que aborda uma pequena fração da sua realidade.

O poeta matogrossense Manoel de Barros (2008) conseguiu traduzir a ideia da nomeação das coisas e sua minimização da percepção subjetiva ao questionar o uso do vocábulo “enseada” em um de seus poemas.

### **Enseada**

O rio que fazia uma volta atrás de nossa casa era a imagem de um vidro mole que fazia uma volta atrás de casa.

Passou um homem e disse: Essa volta que o rio faz por trás de sua casa se chama enseada.

Não era mais a imagem de uma cobra de vidro que fazia uma volta atrás de casa.

Era uma enseada.

Acho que o nome empobreceu a imagem.

O nome “enseada” baseia-se em um conceito universalizado pelo senso comum, e a partir do momento que adotamos uma palavra para se referir a algo, ignoramos toda a sua potencialidade. A nomeação direciona a nossa percepção, no caso do poema, tirando o espaço da criatividade. Daí a conclusão de Barros em acusar o nome de “empobrecer a imagem”. Rotular o outro também é uma forma de ignorar suas potencialidades que se dão na forma da personalidade individual. Ao nomear o outro de forma genérica, implicitamente o colocamos em um patamar de menosprezo, sentimento esse que causa desconforto em quem recebe o rótulo.

Já nascemos recebendo o mundo resumido, herdamos dos nossos pais e do restante da sociedade, seja através de um mito, um relato ou um conto. Eles “nos poupam da complexidade e nos protegem da aleatoriedade do mundo”. Mas o hábito do resumo, da simplificação se estende para além das fábulas e resulta na forma como agimos. O preconceito nesse sentido atua como um sistema natural de simplificação do outro. Trazendo essa ideia para os estereótipos relacionados aos imigrantes japoneses e seus descendentes, mas também como a impressão que se tem de qualquer alguém que é diferente, como negros, latinos, brasileiros, e afunilando mais, a simplificação não se dá apenas no âmbito do distante, que está em outro lugar em outro continente, também é aquele do nosso lado, mas que é observado à distância lhe falta a profundidade da convivência, nos restando ape-

nas emprestar-se de estereótipos já semeados pelo senso comum, como o homem que pede dinheiro na rua, o mecânico, o advogado, o jogador de futebol.

A essência do outro é oculta para quem vê, de fato, ela pode ser tão semelhantemente humana quanto à do dono dos olhos, pois todos os homens se compadecem, ficam com raiva, amam e odeiam, mas os olhos procuram a diferença, para acentuá-las em uma tentativa de mitigar o caos. Ao invés de buscar controlar ou suprimir o caos, Deleuze argumenta que devemos abraçá-lo e explorar suas possibilidades. Ele propõe uma compreensão do caos como um campo de multiplicidades, onde novas formas e conexões podem emergir. O caos contém uma riqueza de virtualidades que podem ser atualizadas e manifestadas de maneiras diversas.

## 6. LÉVINAS E A NOÇÃO DE ROSTO

Lévinas, filósofo nascido na Lituânia, mas naturalizado Francês e filho de pais Judeus praticantes, sofreu com a primeira e segunda guerra mundial. Na primeira foi exilado para a Rússia com seus pais, e na segunda foi preso por 5 anos pelos alemães, experiências estas que influenciaram o seu trabalho, onde reflete sobre a hospitalidade e a relação com o outro, que se manifesta inicialmente por meio do rosto, aquilo que sempre traz uma novidade, algo não pensado (Machado, 2017). Lévinas reabilita o pensamento da alteridade e a rejeição da totalidade.

O rosto é a manifestação da alteridade, é infinitamente maior do que os traços apresentam. “É desse universo que eu não conheço, que está na minha frente, que eu tenho medo”. A visão, nesse sentido, funciona como o contrário do rosto, ela busca adequação nas coisas, busca criar rótulos, estereotipar, reduzir à simplicidade, procura dominar, absorver o ser, reduzindo o outro ao mesmo. Porém, o outro não pode ser reduzido a um conceito que o nosso conhecimento seja capaz de abraçar.

O rosto do outro é sagrado, para Lévinas, sob o contexto dos massacres das guerras, há um apelo de responsabilidade em consideração ao outro, em que cada um deve cuidar do próximo, mas não deve exigir dele reciprocidade. Não é o medo que deveria guiar essas relações, mas sim das possibilidades benéficas que podem surgir através delas, as quais nos abrem ao infinito, é a revelação de um além do saber acabado, de uma transcendência não-totalizante, da oportunidade do aprendizado e da troca de experiências.



## 7. CAMBIANTES E PERMANENTES - CLASSIFICAÇÃO DO PRECONCEITO

Seja de um indivíduo para outro indivíduo ou através de uma esfera maior, entre sociedades, define-se neste trabalho duas maneiras essenciais a respeito da forma como vemos o outro. Estes estereótipos criados ou pré-conceitos podem ser *cambiantes* ou *permanentes*. Cambiantes são construídos em crenças que se transformam ou são substituídas com o passar do tempo, como o já apresentado “perigo amarelo”, que serviu como desculpa para diversas hostilidades e sanções aplicadas aos japoneses e seus descendentes ao redor do globo antes e depois da segunda guerra mundial, mas que tende a desaparecer junto com a sua geração, passando para um rótulo mais contemporâneo “asiáticos são inteligentes”; já os permanentes são baseados em características físicas, como os olhos puxados, cabelo preto, pois a transformação das características genéticas e físicas de uma etnia mudam de forma muito mais lenta do que ao de uma crença sobre ela

A crença também pode desaparecer com a mudança de gerações, pois o ambiente influencia a percepção, e quanto mais distante um acontecimento ou evento está no tempo, menos influência ele tem para afetar nossas crenças. O hábito entre nesse sentido como o resultado de uma ação construída através de um espaço de tempo, à maneira que uma parcela da população age, desdobrando-se em ações que se repetem, são observadas pelo resto da sociedade, constituem-se em um padrão e viram matéria prima para a criação de um rótulo, seja ele benéfico ou não.

A rotulação é o que o julgador de rótulo acredita ser a essência do ente julgado, sendo possível observá-la em situações que envolvam o âmbito social ou não, no Brasil, as onças caminham pelas ruas nas cidades, todo brasileiro é bom em futebol e gosta de samba, a favela é um lugar perigoso. Estas não são verdades absolutas, e talvez não representem a atual situação de algo, mas são sustentadas em uma base de crenças, que mesmo quando deixam de fazer sentido pela lógica e pela razão, sua herança pode continuar a ter validade.

O preconceito construído em torno de crenças é a realidade filtrada daquele que crê, uma realidade que passou por diversos filtros sócio-culturais, passa de pai para filho e se transforma, adquirindo novas peculiaridades conforme surjam novos discursos que se sobressaiam aos anteriores ou mesmo da situação do ambiente. Estes discursos encontram nos meios de comunicação de massa uma ferramenta de potencialização e alcance. Assim como foi o rádio e a televisão em meados do século XX, hoje a internet amplifica agilidade e alcance, e funciona como um canal de transmissão de ideias.

Apresenta-se então a educação como ferramenta para dissolver o preconceito cambiante construído através da crença, devemos entender esse processo no sentido de sobrepor uma nova ideia por cima da velha, de criar uma realidade mais cativante, porém há que levar em conta que a reeducação para uma nova crença também passa por um filtro de realidade, pois quem a transmite emite seu próprio ponto de vista. A realidade que vemos é, portanto, resultado de um embate de forças de linhas de raciocínio diferentes. O objetivo dessa nova crença é, portanto, aquela que leve em consideração a diversidade e que promova a hospitalidade.

É pela convivência harmônica que passamos a entender e aprender a conviver com o outro, e por consequência, a respeitá-lo. Como um exemplo apresenta-se uma breve história da difusão da língua de sinais brasileira - LIBRAS - e a luta do surdo para pertencer à sua sociedade, o qual se utiliza de apoio em leis, mídias de massa e na educação escolar e universitária canais de comunicação para propagar. Este indivíduo, assim como os primeiros descendentes japoneses no Brasil, ou mesmo os nipo-brasileiros que voltam ao Japão, são estranhos permanentes, e enfrentam na barreira da língua uma força que os empurra para a margem da sociedade.

Como estratégias de aproximação da sociedade para essa minoria portadora de deficiência auditiva, leis que garantem um canal de comunicação são um bom exemplo, como tradutores em transmissões televisivas, pois elas aproximam essa realidade ao conhecimento do outro, a inserção de disciplinas de Libras nas universidades, principalmente nas matérias de licenciatura, onde serão formados futuros professores com a consciência da necessidade desse grupo, e poderão passar essa reflexão aos seus alunos. Em essência, todas essas mecânicas visam apresentar ao cidadão que existem outros indivíduos na sociedade, que são diferentes dele, mas que também possuem direitos.

Para a mudança de estereótipos consolidados em uma sociedade, como do “perigo amarelo”, esses podem ser alterados, como o fizeram os japoneses, através do hábito, seja realçando os seus aspectos positivos, “como o senso de organização e esforço no trabalho diante a sociedade brasileira, que acabou por consolidar a imagem atribuída aos Nikkeis de “minorias modelo” (Koike, 2011), os festivais de arte, cultura e culinária japonesa (matsuri - 祭り), que são abertos ao público, como também através da criação de leis em uma sociedade que incentivem o respeito, como é o caso de Yukishigue Tamura, o primeiro político nipônico eleito fora do Japão, que a partir de 1947, passou a desenvolver políticas que aproximassem os dois povos.

## 8. O HÁBITO E AS TRANSFORMAÇÕES SILENCIOSAS

Somos o que fazemos cotidianamente, somos o nosso hábito. E é através das nossas ações repetidas que o outro nos vê. É difícil exigir do outro que me reconheça pelo que sou sem antes dar a oportunidade de conhecê-lo. Essa relação não se dá apenas do outro para comigo, mas fazemos isso a todo o momento com o outro. Como se observou, muitos dos estereótipos são resultados históricos, primeiro pelo evento em si, e depois pela forma como ele é difundido pela sociedade, em que novos fatores surgem, alguns são absorvidos e se sobrepõem aos anteriores, tornando os estereótipos mutáveis em uma contínua ressignificação.

Na questão da difusão de uma mensagem na situação tecnológica atual, hiper conectada, a imagem do outro chega a nós com mais facilidade e pluralidade. Nesse contexto, ilustram-se os eventos da copa do mundo de 2022 no Qatar, e a maneira como os torcedores e a própria seleção Japonesa demonstrou com a limpeza e organização dos lugares em que passaram, como os quartos de hotéis e vestiários. Notícias como essa foram divulgadas pelas redes sociais tanto pela FIFA como por internautas ao redor do mundo e tornaram-se virais, difundindo no imaginário popular a imagem de uma nação organizada, preocupada com a limpeza e o respeito ao próximo.

Segundo um dos sites que divulgou a notícia do cuidado com a limpeza por parte dos torcedores e jogadores, GZH, essas atitudes não se deram ao acaso, mas sim como resultado de um hábito milenar na cultura oriental chamado Oosouji (大掃除 - grande faxina), que consiste em realizar uma profunda limpeza nos lugares em que passaram, não só em suas casas, mas nos locais de trabalho, escolas, praças e até nas ruas, com intuito de renovar o ambiente e como forma de respeito pelo uso do espaço.

O costume de limpeza Oosouji chega aos olhos do mundo através das redes sociais, mas não começa a partir desse momento, ele já existia muito antes de ser noticiado, está presente no modo de agir rotineiro dos indivíduos da sociedade japonesa, porém, em determinado momento a imagem desse hábito emerge e alcança o outro e uma nova percepção desse indivíduo começa a ser construída, convivendo paralelamente à ideias antigas e eventualmente sobrepondo-as. O hábito, nesse sentido, se dá de maneira invisível, subterrânea, mas ao longo do tempo ele ganha força, até se revelar como um afloramento.

No sentido de eficácia, é possível utilizar do conceito das transformações silenciosas de François Jullien (2010), para ele, há uma separação entre *ação* e *transformação*. Ao contrário da ação, que é local e momentânea, agressiva pois, se mostra como

uma ruptura no tempo, as transformações silenciosas se encontram no curso das coisas, no processo, do pouco a pouco. São mais efetivas que as ações, pois não a vemos operar. Jullien dá exemplo do aquecimento global e o envelhecimento, transformações contínuas e globais, que não damos conta da mudança, até que ao olharmos para uma foto de 20 anos atrás, subitamente nos damos conta que envelhecemos. As mudanças de estereótipos também podem ser construídas pensando um processo lento, subterrâneo, não-agressivo, pois, se funde no curso das coisas, e quando se percebe, ele já faz parte do ambiente e da relação entre os indivíduos.

Pensar a mudança de um rótulo cambiante de uma comunidade ou sociedade é também pensar um processo de movimento diário feito por cada um dos integrantes. São feitos individualmente em certa medida, pois cada pessoa, em suas ações individuais e rotineiras, revela ao outro uma parte do rosto de toda a comunidade, e como consequência o resultado da soma das ações de todos os membros, ou pelo menos os hábitos mais comumente encontrados constroem a imagem que é atribuída a todos e a cada um deles.

Vemos também a reconstrução e ressignificação dos rótulo através do conteúdo que certos filmes e programas televisivos têm apresentado, desempenhando um papel na busca por representação e visibilidade de diferentes identidades e relações sociais, como diversidade religiosa, pessoas com deficiência e relações inter-raciais, promovendo uma compreensão mais ampla do outro, em um ritmo que não tem necessidade de pressa, pois precisa da construção de alicerces fortes, em que cada mídia que aborda um tema, ajuda a construir uma base de informações e experiências que contribuem para normalizar a diversidade e desafiar estereótipos. O processo que é subterrâneo, mesmo depois de emergir, volta a desenvolver-se de forma silenciosa, como no caso das notícias da limpeza dos quartos e camarins da copa, pois eles se revelam em um momento e submergem no outro, continuando no hábito dessa sociedade, e que em outro momento no futuro pode tornar a emergir.

## 9. DOS PRECONCEITOS PERMANENTES

As consequências do preconceito e a construção negativa da imagem do estrangeiro no imaginário popular podem chegar a níveis perigosos, desde a ofensa verbal até a física, porém em formas mais brandas, como Da Silva (2020) menciona, são feitas de forma jocosa, e às vezes sem a intenção de ofender. Em seu trabalho “Hospitalidade x Hostilidade - os japoneses e seus descendentes no Brasil”, através de uma pesquisa com relatos de vídeos no youtube e entrevistas televisionadas, Da Silva

lista os termos e rótulos os quais asiáticos, e não apenas os japoneses, sofrem, bem como os relatos e opiniões sobre a discriminação sofrida. Percebe-se uma repetição nos estereótipos abordados, revelando assim alguns padrões.

Asiático é tudo igual; você não é asiático de verdade, é asiático do Paraguai, Japonês é sempre bom em matemática, “você enxerga que nem gente normal? Abre o olho Japa!”; “Pastel de flango” - piadas relacionadas ao sotaque e idiomas de origem asiática, fetichização da mulher asiática e Interiorização do homem asiático. Para Da Silva, “embora haja pessoas que não se importem com esse tipo de situação, há outros que podem se sentir desconfortáveis por serem lembrados, antes de tudo, como descendentes de asiáticos e não por suas identidades próprias” (Da Silva, 2020).

Dentre os sentimentos que esses rótulos causam, Da Silva sublinha a questão de se sentir estrangeiro em seu próprio país pelo fato de carregarem fenótipos de seus ancestrais, mesmo sendo nascido e criado no Brasil e em seus moldes culturais. Ao mesmo tempo em que para alguns o *Nikkei* não é brasileiro, para outros muito menos é japonês, é um japonês falsificado, do Paraguai. Não há espaço para respirar, pois de todos os lados o indivíduo é alvo de uma tentativa de categorização, e quando não é possível, encontramos frases como “para um japonês você é bem falante” e “asiáticas são quietinhas”, que demonstram a surpresa do outro ao ver seus ideais de rótulo serem dissipados pela realidade apresentada.

Essas rotulações que desindividualizam o ser, tornando-o apenas parte de um grupo forasteiro, não são realmente pessoais e mostram mais o discurso contido no olho de quem vê, do que uma tentativa verdadeira de compreensão do rosto de quem é visto, medido, analisado, mostrando a falta de conhecimento e um vazio de comunicação. A ignorância diante da alteridade e a tentativa de categorização através do processo de simplificação natural que passamos ao contemplar o outro talvez deva ser entendida como algo a ser ignorado, desde que mensurado o seu nível de hostilidade e da sua consequência danosa ao longo do tempo.

## 10. DAS EMOÇÕES EM ARISTÓTELES ATÉ O “BASTAR-SE A SI MESMO” EM SÊNECA

Que tipo de sentimento sente quem é rotulado por um estereótipo? Procuremos pistas para essa resposta em Aristóteles em seu tratado da retórica. Para ele há grande importância do pensamento e da cognição no processo que gera as emoções. O sistema cognitivo (*logos*) acessa as sensações filtradas por meio das crenças (*ethos*), e dá o motivo para uma emoção (*pathos*) surgir, demonstrando assim que as emo-

ções que sentimos não são completamente racionais. De acordo com Pequeno (apud Marques, 2019), as emoções não são apenas uma forma de entender o mundo, mas também de valorá-lo. Elas refletem os juízos de valor daqueles que são afetados pelo mundo, e mesmo que os seres humanos tentem ser racionais não conseguem se separar de seus sentimentos, já que eles caminham juntos com a razão.

Essas valorações estão relacionadas aos estados de prazer ou dor que acompanham uma emoção específica, atribuindo um valor positivo à felicidade e um valor negativo à tristeza. Quando confrontados com um evento que os afeta, os seres humanos se emocionam e essas emoções os impulsionam a agir, embora nem todas as emoções desencadeiem uma ação. Duas pessoas podem sentir emoções diferentes em uma mesma ocasião, pois cada uma delas vê o mundo, ou encontra-se em diferentes estados da alma, como ilustra Marques “um gracejo é visto diferentemente por alguém aborrecido ou bem-humorado” a maneira como alguém encara uma situação através das emoções, também acarreta na forma como ela irá agir a respeito disso.

Para Aristóteles, a Cólera (Ira) acontece quando uma pessoa se sente ofendida ou que alguém próximo foi ofendido. Essa emoção é gerada pelo sentimento de menosprezo, e se por acaso a pessoa ofendida perceber que não houve intenção ou o que ela entendeu foi errado, o sentimento de cólera é abrandado até o sentimento de calma, pois a origem da cólera deixa de existir. O sentimento e a crença estão intimamente ligados. Caso a crença mude, o sentimento não tem mais uma razão e cessará. Caso não cesse, então essa crença não faz mais parte dessa emoção (Nussbaum *apud* Menezes e Silva, 2013).

A rotulação através dos estereótipos parece gerar esse sentimento de menosprezo referido por Aristóteles, “a pessoa que me rotula, não sabe verdadeiramente sobre mim” causando a cólera de quem recebe, porém, ao mesmo tempo, o rótulo em si pode não ter intenções ofensivas de quem o utiliza. Se de um lado o rótulo funciona como um simplificador do outro, do outro lado, de quem recebe, este rótulo é capaz de gerar a sensação de menosprezo.

Para esta última situação, Sêneca, ao falar sobre a qualidade mais favorável para a nossa felicidade, afirma que o homem feliz é aquele que se basta a si mesmo, que não exige nada do outro e nem do mundo. Schopenhauer, em seus aforismos para a felicidade, coloca “(...) pois, por um lado, a única pessoa com quem podemos contar com segurança somos nós mesmos e, por outro, os incômodos e as desvantagens, os perigos e os desgostos que a sociedade traz consigo são inúmeros e inevitáveis”. O homem feliz, segundo eles, não se preocupa com o que está além do seu alcance, e se concentra apenas no que é capaz de controlar. A impressão que os aspectos feno-

típicos e étnicos geram, e como o indivíduo utiliza disso ao se referir aos imigrantes japoneses e seus descendentes, simplesmente não se pode ter controle, para estas, Sêneca poderia aconselhar ignorá-las.

## 11. CONCLUSÃO

É impossível se livrar totalmente dos rótulos, sejam eles benéficos ou maldosos, pois eles representam a forma como somos percebidos pelo outro. O preconceito está presente na essência do ser humano e pode ser visto em qualquer parte do mundo. No caso dos imigrantes japoneses, estes sofreram com a hostilização do nativo, tanto para quem veio do Japão para o Brasil, quanto para quem voltou do Brasil para o Japão.

A maneira como lidamos com os rótulos simplificados por algo, tem a ver com a emoção que esse rótulo representa o “perigo amarelo”, o “imigrante”, o “inimigo” passam a imagem de um assaltante que vem para roubar nossa vida. Esse discurso maniqueísta funciona porque simplifica, facilita a tomada de decisões, ou é se proteger, ou não. Nos afastamos do perigo com base nas crenças, e nos aproximamos de ideias que nos propiciam conforto. Entender como o rótulo ou o estereótipo influencia o receptor, nesse sentido, pode nos ajudar a tomar decisões a respeito de como proceder.

Há rótulos que devemos mudar, pois esses podem gerar ações extremamente hostis, enquanto outros não dizem mais do que à curiosidade ou à ignorância do outro. É preciso separá-los para entender onde as forças devem ser dirigidas e ali trabalhar em uma mudança fundamentada no hábito, construindo novas crenças na sociedade, crenças que beneficiem a aceitação, que rejeite a totalidade e promova a alteridade em uma relação harmoniosa entre os indivíduos que se vêem como diferentes. Não só é possível aceitar o diferente, mas também é dessa relação que surgem as grandes ideias, os grandes movimentos e os grandes projetos.

O medo do desconhecido pode ser dissipado pelo diálogo, pela convivência harmônica, e a comunicação surge como matéria prima para criar essa ponte entre os indivíduos. É através da língua que podemos passar ao outro nossos pensamentos, nossos medos, anseios e alegrias. É através da comunicação que nos fazemos entender e entender o outro. A relação social é capaz de aproximar povos, um processo de confiança que não se dá de uma hora pra outra, mas é construído ao longo do tempo e das gerações através do esforço de cada um dos seus membros.

## 12. BIBLIOGRAFIA

ALPARONE, Dario. O infamiliar entre psicanálise e cognitivismo. Encontro Brasileiro do Campo Freudiano. EBCF. 2021.

BARROS, M. O livro das ignoranças. Rio de Janeiro: Best Seller, 2008.

CASTRO, Marco Luiz de. O fenômeno de kassegi - os trabalhadores nikkei brasileiros no Japão. Programa de Mestrado em Antropologia Social da Unicamp.

DA SILVA, Morgan Yukawa. Hospitalidade x Hostilidade: Os japoneses e seus descendentes no Brasil. 2020.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O que é a filosofia? Editora 34, 3ª Edição. 2010.

FUJII, William. Jovens universitários brasileiros nas linhas de produção japonesas. Dossiê - “os desejáveis”. TRAVESSIA - Revista do Migrante - No 67 - Julho - Dezembro / 2010

GZH. Seleção japonesa deixa vestiário limpo e organizado após vitória contra a Alemanha. Publicado em 24/11/2022. Acesso em 25/08/2023. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/esportes/copa-do-mundo/noticia/2022/11/selecao-japonesa-deixa-vestiario-limpo-e-organizado-apos-vitoria-contra-a-alemanha-clav0awr8001h0170vqss7biz.html>

JULLIEN, François. As Transformações Silenciosas. EDUEL. Tradução Maria Luiza Berwanger Da Silva, 2018.

JULLIEN, François. Pensar a partir de um fora (a China). Revista Periferia Volume II – Número 1. 2010.

MACHADO, Rubens, RAMOS, Matêus. A noção de rosto em Emmanuel Lévinas. Revista Lampejo. Volume 5 n.2. pp. 14 - 26. Fevereiro de 2017.

MAURICIO, Eduardo; MANGABEIRA, Mauricio. Imagens do pensamento em Gilles Deleuze: representação e criação. Fractal: Revista de Psicologia, v. 23 – n. 2, p. 291-304, Maio/Ago. 2011.



MARQUES, Saulo Bandeira de Oliveira. Pathos e julgamento: uma nota sobre retórica. *Kínesis*, Vol. XI, nº 28, jul.2019.

MENEZES E SILVA, Christiani Margareth de. A dimensão cognitiva da paixão em Aristóteles. *EID & A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n.4, p. 13-23, jun. 2013.

NAKAMURA, Débora. O fenômeno decasségui no Japão e no Brasil: questões de adaptação sociocultural e identidade - um estudo de caso. Universidade de Brasília – UNB. Instituto de letras. Departamento de línguas estrangeiras e tradução. Curso de letras-japônês. Brasília, 2014.

NIHEI, Hugo. O mercado de trabalho japonês: o desenvolvimento das relações trabalhistas e suas peculiaridades em relação a outros países. Monografia. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia -IE. UNICAMP 2003.

O GLOBO. Um em cada três estrangeiros residentes no Japão sofre preconceito, diz pesquisa. Reportagem publicada em 31/03/2017. Acesso em 04 de Agosto de 2023. Link disponível: <https://oglobo.globo.com/brasil/um-em-cada-tres-estrangeiros-residentes-no-japao-sofre-preconceito-diz-pesquisa-21142827>

RAMOS, Ana Paula. Casos absurdos de discriminação contra estrangeiros no Japão. Publicado em 14/07/2019. Acesso em 04/08/2023. Disponível em

<https://www.brasileiraspelomundo.com/casos-absurdos-de-discriminacao-contr-estrangeiros-no-japao-0803120798>

RIBEIRO, Renato Janine. Medo e esperança em Hobbes. 2003. Fonte: <https://artepensamento.com.br/item/medo-e-esperanca-em-hobbes/>. Acesso em 07/07/2023

SCHOPENHAUER, Arthur, 1788-1860. Aforismos sobre a sabedoria de vida. tradução: Jair Barboza - São Paulo : Folha de S.Paulo. 2015.

TALEB, Nassim. A lógica do cisne negro. Editora Best Seller Ltda. Rio de Janeiro, RJ. 2007.



capítulo

# 2



Fernanda Balzacchi de Moura Morais

## **Minoria positiva ou negativa? Estereótipos relacionados à decasséguis no Japão e nikkeis no Brasil**



## **MINORIA POSITIVA OU NEGATIVA? ESTEREÓTIPOS RELACIONADOS À DECASSÉGUIS NO JAPÃO E NIKKEIS NO BRASIL**

Fernanda Balzacchi de Moura Morais<sup>1</sup>

### **SUMÁRIO:**

1. Introdução.....	44
2. Estereótipos no Japão.....	45
3. Considerações teóricas.....	51
4. Estereótipos no Brasil.....	52
5. Estereótipos ecoados.....	54
6. Conclusão.....	56
7. Referências bibliográficas.....	56

### **1. INTRODUÇÃO**

Estereótipos são atalhos. Nos ajudam a navegar as relações sociais sem termos que iniciar todas as interações do zero. Nos oferecem uma base de dados pela qual podemos começar a conversar com um estranho já tendo em mente algumas informações úteis. A criação de estereótipos é, portanto, um processo perfeitamente natural e presente ao redor do mundo. Quando encontramos um grupo novo, precisamos entender como somos diferentes e similares. O ser humano é um ser que aprende por experiência e, às vezes, ao generalizar, nos excedemos e chegamos a conclusões precipitadas, rasas ou errôneas.

Alguns estereótipos comuns são, por exemplo, que franceses não tomam banho e que irlandeses são beberrões. Alguns estereótipos podem ser inofensivos, como por exemplo, gatos laranjas serem afetuosos, ou nocivos, como gatos pretos darem má sorte. Estereótipos podem servir como bandeiras vermelhas nos avisando de perigos, ou podem ser somente ideias erradas sobre um determinado grupo. Mas, todos os estereótipos são criados de acordo com contextos; são influenciados pela cultura em que estamos inseridos; e são mutáveis ao longo do tempo.

Nesta monografia, proponho um passeio por alguns estereótipos relacionados aos nikkeis, com um enfoque maior nos decasséguis por ser uma das palavras-

---

<sup>1</sup> Formada em Letras e Literatura pela Universidade de Osaka, atualmente mestranda na mesma instituição no curso de Estudos Japonês e Contemporâneos. Desenvolve pesquisa sobre a formação da comunidade nikkei brasileira no Japão com enfoque em educação e delinquência juvenil.

-chave da minha pesquisa. Farei reflexões sobre estereótipos sobre os nikkeis no Japão, no Brasil e encerrarei meu texto com algumas críticas e questionamentos.

Por questões de transparência e posicionalidade, é importante esclarecer meu ponto de vista descolado da comunidade nikkei. Fui criada alheia à comunidade nikkei, mas fascinada com o idioma japonês tive a oportunidade de entrar em contato com alguns nipo-descendentes, mas não com um número expressivo. Fui ter maior contato com a comunidade durante minha graduação, onde pela primeira vez procurei saber mais sobre os imigrantes japoneses para o Brasil, os decasséguis no Japão, e toda a história conectando os dois grupos que são um só.

Nesta monografia busquei me apoiar nos ombros de gigantes e estar sempre atenta aos meus próprios estereótipos e vieses, pois também sendo humana, sou passível de ter. Espero ter conseguido comunicar meus pensamentos de maneira clara, mesmo após tantos anos sem escrever formalmente em português.

## 2. ESTEREÓTIPOS NO JAPÃO

Os nikkeis são pessoas de classe social baixa. Eram párias da sociedade japonesa que eram pobres e analfabetos. Eram pessoas que não tinham nada no Japão e então disseram para si mesmos “Independente do quão ruim as coisas são no estrangeiro, não pode ser pior do que a minha vida no Japão”. Então, eles abandonaram seu próprio país e fugiram para o exterior.<sup>2</sup> (TSUDA, 2003, p. 107)

Este comentário é de uma dona de casa japonesa de Oizumi, coletado pelo acadêmico e pesquisador estadunidense Takeyuki Tsuda e publicado no livro *Strangers in the Ethnic Homeland* (2003). O livro trata dos decasséguis, grupo constituído de nipo-descendentes e suas famílias que, em busca de uma vida financeira mais próspera, se deslocam para o Japão temporariamente ou a longo prazo. No capítulo no qual figura essa citação, Tsuda ilustra como os nikkeis são percebidos como “minorias positivas” no Brasil e “minorias negativas” no Japão em contrapartida. Ele descreve como imagem do imigrante japonês pobre, esfomeado, e analfabeto que abandona o Japão em busca de melhores condições de vida afeta a imagem de seus descendentes que, desde a época na qual essa pesquisa foi conduzida até hoje, trabalham principalmente em fábricas e demais trabalhos pesados no Japão. Por outro lado, ele também posiciona os nikkeis entre outras minorias étnicas no Japão e explica que os nikkeis são muito mais aceitos do que os coreanos, por exemplo. O autor conclui nesse capítulo que os nikkeis

<sup>2</sup> Tradução do inglês feito pela autora deste texto.

sofrem preconceito, porém não sofrem tanta discriminação quanto alegam que sofrem, o que é uma conclusão questionável e que precisa ser revista por outros pesquisadores.

Várias questões me chamam a atenção nas palavras da senhora de Oizumi, e uma delas é o seu viés histórico. Em primeiro lugar, ela foi emitida numa conversa sobre os decasséguis, não sobre seus avós ou bisavós. A imagem dos decasséguis nesse comentário é, portanto, uma extensão da imagem de seus pais, avós ou bisavós, como apontado por Tsuda. Logo, nesse caso, o estereótipo do imigrante japonês acaba sendo também o estereótipo de seus descendentes num anacronismo curioso.

Em segundo lugar, a senhora de Oizumi mistura os imigrantes japoneses e seus descendentes nascidos no estrangeiro como se fossem um grupo homogêneo. A identidade de grupos migratórios e seus descendentes é um assunto muito discutido internacionalmente dentro das humanidades, mas é consenso que a primeira e a segunda geração têm experiências diferentíssimas, ainda mais se a segunda geração nasce ou é criada desde jovem no país receptor. A segunda geração tende a se adaptar mais à cultura local, especialmente através do domínio da língua. A terceira e seguintes têm experiências diversas de acordo com a vivência familiar e local de moradia. Então, não somente a maioria dos decasséguis não são aqueles que originalmente migraram para o Brasil, como também são pessoas com experiências de vida muito distintas dos seus antepassados.

Em terceiro, a idade exata da senhora não é mencionada no livro, mas pode ser que seu ponto de vista seja fruto de sua própria experiência ou visão de mundo, mas pode ser também que seja uma narrativa herdada da geração anterior. A citação da senhora de Oizumi mistura a verdade histórica de que muitos imigrantes japoneses eram trabalhadores rurais que passavam por dificuldades no Japão e optaram pela imigração, mas também adiciona uma camada de inverdade, que é a de que ditos imigrantes “abandonam seu próprio país e fugiram para o exterior” como se o desejo deles em geral não fosse voltar após alguns anos. É sabido também que o nacionalismo desterritorializado dos imigrantes japoneses culmina no conflito dos derrotistas e dos vitoristas após a derrota do Japão na Guerra do Pacífico, e que muitas comunidades japonesas no Brasil mantiveram costumes japoneses até o dia de hoje, indicando laços e identificação com o Japão.

Esse último aspecto da citação da dona de casa de Oizumi abre espaço para debates sobre Memória e História. Um dos motivos que justificam a visão negativa quanto aos imigrantes é a simples falta de conhecimento. A história da imigração japonesa, e de suas subsequentes comunidades no exterior, não passa de uma linha nos livros

didáticos escolares e é uma parte do passado muito pouco mencionada e explorada na cultura popular japonesa. A verdade é que a grande parte das novas gerações de japoneses mal sabe que houve um grande movimento de pessoas no pré e pós guerra, quem dirá do papel do governo em encorajar a imigração para o exterior. Enquanto a História tem por característica a busca pela objetividade, a Memória é subjetiva por natureza. Ambos pontos de vista são importantes para a historiografia e se completam na galvanização do passado pelo presente, mas a Memória é mais sujeita a estereótipos e preconceitos visto que ela não passa pelo mesmo rigor teórico em sua construção. Ademais, memórias são tanto individuais como coletivas. As palavras da senhora de Oizumi são ecoadas por outros entrevistados no mesmo capítulo, mas não de maneira tão direta como as dela. O que achamos ser uma memória completamente individual por vezes é moldada de maneira social; nossas lembranças do passado são influenciadas e afetadas por acontecimentos posteriores. Portanto, a fala da senhora talvez tenha sido formada tanto a partir de experiência pessoal, quanto a partir de coisas que ela ouviu de terceiros: os dois casos não são mutuamente exclusivos.

É desnecessário apontar que apesar de tudo o que foi dito até aqui, os estereótipos quanto à comunidade nipo-brasileira no Japão não derivam somente do seu status de descendentes de imigrantes japoneses. Trago aqui um exemplo da minha própria pesquisa rerealizada para o meu trabalho de conclusão de curso (TCC) no qual escrevi sobre uma escola brasileira em Shiga chamada Colégio Latino. O Colégio Latino atualmente utiliza um prédio construído em 1991 pela prefeitura de Higashi-Omi para a escola local do bairro Kozuhata, uma antiga vila rural aos pés da cordilheira que separa Shiga de Gifu. A Escola Primária de Kozuhata teve sua origem na Era Meiji, atendeu gerações de famílias que habitavam a vila, e teve suas atividades encerradas em 2011 devido à despopulação e o envelhecimento da comunidade local, resultando na falta de alunos. Após o fechamento da escola, as autoridades locais buscavam uma forma de revitalizar a vila e dar novo uso à construção que ainda era relativamente nova. Através de mediadores, surgiu a ideia de relocar o Colégio Latino que naquele momento funcionava num prédio comercial na cidade vizinha para o edifício da Escola Primária de Kozuhata. A primeira coisa a ser feita então era consultar os moradores da vila e obter sua bênção.

Mas, as coisas não foram tão simples. A reação inicial dos moradores de Kozuhata foi negativa: não permitiriam que o Colégio Latino fizesse uso do edifício. O motivo principal dado pelos moradores foi a preocupação em trazer uma escola que somava 200 não-japoneses, incluindo alunos e professores, para uma vila rural de aproximadamente 350 habitantes. Isso devido ao medo dos moradores de ter sua tranquilidade desequilibrada pelo barulho e desordem que os brasileiros trariam. Supostamente.

O que de fato aconteceu é que depois da relocação do Colégio, criou-se um relacionamento amigável entre a administração da escola e os vizinhos de Kozuhata. Os idosos da vila passaram a visitar a escola, interagir com as crianças e organizar eventos onde todos pudessem se divertir juntos, através de atividades como *mochitsuki* e *nagashi somen*. A vila também convidou as crianças para participar do festival de verão. O diretor do Colégio Latino me disse que em Kozuhata ele finalmente se sentia bem-vindo e incluso, ao invés da sensação insular que tinha antes. No fim, o barulho foi mesmo de crianças rindo e brincando no gramado desportivo, coisa que os moradores haviam escrito na revista comemorativa feita na ocasião do fechamento da escola que fazia falta. O Colégio Latino e seus alunos se tornou protetor da Escola Primária de Kozuhata, dando vida útil ao prédio, mantendo sua estrutura quase intacta, e a continuidade ao seu legado de prática pedagógica. Além de tudo isso, o Colégio escolheu manter a placa com o nome da antiga escola, além das homenagens feitas por ex-alunos que permaneciam dentro das paredes do edifício.

Como os supostos “brasileiros barulhentos” se tornaram parte de uma vila agrária no interior do Japão é uma história mais longa, complexa, e cheia de nuances para entrar em detalhes aqui. De modo breve, após alguns encontros, os moradores mudaram sua postura de “Não” para uma postura de condicional “Sim”. Por trás da mudança de postura dos moradores de Kozuhata está a iniciativa de moradores que acreditavam no projeto, trabalhadores da prefeitura encarregados da questão e muita conversa em tom tranquilizador. Contudo, crucial mesmo para a mudança de postura dos moradores foi uma visita à sede do Colégio Latino, onde membros da associação de moradores puderam ver com os próprios olhos que o Colégio Latino era uma escola mesmo, onde crianças precisavam de um ginásio para fazer esportes e salas de aula mais confortáveis do que um prédio comercial poderia oferecer.

A prefeitura havia deixado claro que não seriam 200 brasileiros se mudando para a pequena vila, e sim 200 crianças e professores que chegariam à vila de manhã e saíam a noite fazendo uso de ônibus escolares, mas mesmo assim as preocupações dos moradores só foram tranquilizadas após a visita. E no final, o barulho emitido pelas crianças brincando e estudando na antiga escola local era exatamente o barulho que Kozuhata queria de volta.

Sobre o comentário da senhora de Oizumi, escrevi algumas linhas acima que a verdade e a inverdade se misturam nos estereótipos. É o mesmo caso do Colégio Latino e Kozuhata. Grande parte dos problemas que surgem quando se trata de estrangeiros no Japão são relacionados à convivência, principalmente coleta de lixo e barulho. Esses problemas não são infundados. A coleta de lixo é muito diferente da realizada no Brasil, e cada cidade tem regras diferentes de como separar o lixo. Por exemplo,



algumas cidades queimam o lixo orgânico junto com o plástico, algumas requerem que o plástico seja higienizado e separado do lixo orgânico. A importância dada a essas práticas de coleta seletiva também é muito diferente do Brasil, e por vezes as informações não estão disponíveis em outro idioma além do japonês, dificultando bastante o acesso ao *modus operandi* de cada cidade. A cultura brasileira e japonesa também é obviamente diferente quando se trata de celebrações. É muito comum no Brasil receber visitas em casa e passar datas comemorativas em grupo também, enquanto no Japão isso já é menos comum. Portanto, receber um grupo de amigos em casa para celebrar o aniversário de alguém é perfeitamente aceitável no Brasil. Nisso ouvimos música, bebemos, e eventualmente as vozes aumentam o volume, e isso é comum no Japão também, a diferença é que as casas e apartamentos são feitos de materiais diferentes, e que no Japão essas coisas acontecem geralmente fora de casa.

Em 1999 houve uma série de conflitos entre japoneses e brasileiros no Complexo Residencial de Homi, localizado na cidade de Toyota em Aichi, que foram largamente cobertos pela mídia japonesa. O Complexo Residencial de Homi é constituído de 57 prédios e já chegou a abrigar cerca de 12 mil pessoas. Construído na década de 1970 assim como muitos outros complexos residenciais, chamados *danchi* em japonês, Homi tem como uma de suas características principais a porcentagem alta de moradores estrangeiros, especialmente brasileiros, desde meados de 1980. Um breve passeio por lá deixa clara a presença dos brasileiros, com diversos negócios que têm como público alvo esse grupo, como por exemplo restaurante, loja de roupa e até uma sede da Igreja Universal além do mercado local vender diversos produtos consumidos no Brasil.

A presença de brasileiros em Homi cresceu gradativamente, e no final da década de 1990 um terço dos moradores eram brasileiros. A associação de moradores recebia reclamações relacionadas à coleta do lixo e barulho desde que estrangeiros começaram a habitar Homi, mas a partir de 1995, com o crescimento intensificado do número de brasileiros, a situação começou a sair do controle da associação. A pesquisadora Kurumi Tsuzuki resume:

“Há reclamações sobre música alta, dança e comportamentos perturbadores nas ruas. Particularmente nos finais de semana, reclamações foram feitas sobre música sendo tocada alta em sons de carros e direção imprudente. Lixo também se tornou um problema – a não separação de tipos diferentes de lixo ou ex-moradores deixando lixo dentro de seus apartamentos depois de se mudarem são reclamações recorrentes. Um terceiro problema é o roubo de peças de carro e motocicletas, gasolina e placas de automóveis. Outros problemas incluem máquinas de venda automáticas sendo danificadas, incêndios

ou itens abandonados como eletrodomésticos, bicicletas, motocicletas e carros (que são ou roubados ou descartados) quando residentes deixam a região ou o país.”<sup>3</sup> (TSUZIKI, 2000, p. 330)

Esses problemas descritos pela pesquisadora engatilharam retaliações de moradores japoneses e escalaram até as vésperas de um conflito com membros organizados da extrema direita japonesa. Uma professora brasileira que trabalhava em uma das escolas próximas ao Complexo até publicou um texto no *International Press*, um jornal que circulou dentro da comunidade brasileira entre 1991 e 2010, contando que as crianças estavam assustadas e que a agenda escolar havia sido afetada pelos conflitos dentro do Homi.

O caso do Complexo Residencial Homi também ilustra o aspecto verdadeiro do estereótipo, nesse caso o estereótipo japonês de que brasileiros são barulhentos e trazem desordem. Sim, casos onde estrangeiros no Japão causaram desordem aconteceram e continuam a acontecer. Sim, alguns brasileiros são culpados por comportamentos inadequados e passíveis de repreensão. Sim, o Colégio Latino é uma escola composta quase completamente de brasileiros. É provável que alguns moradores de Kozuhata tenham visto pelo noticiário casos que deixaram uma forte impressão, e por falta de exposição à atos positivos de brasileiros, quando confrontados com a proposta de trazer uma escola brasileira para sua vizinhança tiveram a reação negativa descrita acima.

Num outro escrito Takeyuki Tsuda debruça sobre programas de televisão feitos sobre os decasségus, e relata que os nikkeis são representados de maneira positiva, seja pela semelhança cultural com os japoneses, ou por seu estrangeirismo exótico. Uma possível hipótese que explicaria por que os programas de televisão analisados por Tsuda parecem pouco afetar a opinião geral negativa que os japoneses têm dos brasileiros, é a posição de tal informação na programação televisiva. Um programa sobre decasségus é televisionado em um horário designado para ele, e disso a audiência é previamente informada através de ampla divulgação. Isso significa que quem se interessa pelo assunto ligará a televisão no horário descrito ou esbarará no programa por acaso, mas escolherá continuar assistindo somente se houver interesse. Por outro lado, notícias são televisionadas sem aviso prévio entre notícias não relacionadas. E devido ao viés cognitivo que dá à negatividade um espaço privilegiado no processamento de informações no cérebro humano e que portanto permeia o fazer jornalístico, o efeito de notícias acaba sendo mais intenso na criação de imaginários. Independente da real quantidade ou relevância de notícias negativas sobre os brasileiros, o mero fato do negativo ser entendido como algo a ser noticiado

---

<sup>3</sup> Tradução pela autora.

do, além da posição dessa informação na programação televisiva, contribui para que estereótipos negativos sejam criados sobre os decasséguis.

Um ato positivo recorrente dentro da comunidade nikkei no Japão era o de fazer campanhas de arrecadação de fundos para ajudar alguns indivíduos que se acidentaram ou ficaram gravemente doentes e que não haviam se inscrito nem na previdência social (*shakai hoken*) nem no seguro saúde (*kokumin hoken*). Folheando as páginas de jornais de circulação da comunidade é possível ver diversos exemplos, e o mais memorável é a campanha de solidariedade às vítimas do terremoto que atingiu a região de Kobe, Osaka e Awaji em 1995, comumente conhecido como o Terremoto de Kobe por ter sido a área mais afetada. Oito brasileiros perderam suas vidas e o terremoto abalou a comunidade em geral, mas tanto nessa ocasião quanto em 2011 no Terremoto de Tohoku seguido pelo tsunami os brasileiros se organizaram e fizeram arrecadações com o intuito de ajudar os afetados. As campanhas solidárias após ambos terremotos receberam atenção da mídia mas, mas ocasiões individuais onde nikkeis precisaram de ajuda para pagar as despesas médicas não eram acontecimentos jornalísticos o suficiente para figurarem em noticiários japoneses.

### 3. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Até aqui discutimos dois estereótipos negativos sobre os decasséguis. O primeiro contém um aspecto histórico que diretamente associa os decasséguis com os imigrantes japoneses que partiram para o Brasil no pré e pós guerra, caracterizando-os como pobres, analfabetos e esfomeados. O segundo estereótipo é menos anacrônico, e foi criado após o início do movimento decasségui a partir de problemas de convivência principalmente relacionados à desordem. Ressaltei a verdade e a inverdade contida em ambos os casos da fala da senhora de Oizumi e do receio dos moradores de Kozuhata ao receber o Colégio Latino. Também contrapomos esses estereótipos com outros fatos, e armados agora desses estudos de caso, é importante fazermos algumas considerações teóricas.

Para início de conversa, o que são estereótipos? O responsável por criar e descrever o conceito foi o escritor estadunidense Walter Lippmann, mas desde então sua definição foi então questionada e aprimorada. Aqui faço uso da definição de Gordon Allport, psicólogo estadunidense que faz uso do conceito de estereótipo em seu estudo sobre preconceito. Allport define estereótipo como “uma crença associada à uma categoria”, essa crença podendo ser negativa ou positiva (1958, pp.187-188). Ele aponta que a diferença entre um estereótipo e uma generalização está na pre-

sença de dados que confirme a generalização feita sobre o grupo em questão. Um estereótipo então pode ser uma generalização exagerada e injusta, que pode ser também completamente falsa e até contraditória em relação à outros estereótipos sobre o mesmo grupo.

A próxima consideração a ser feita é sobre a relação entre estereótipo, preconceito e discriminação, termos esses que as vezes acabam se misturando mas que teoricamente são distintos. Aqui continuo me baseando na teoria de Gordon Allport por ser a mais completa e amplamente utilizada. Allport define preconceito como uma “antipatia baseada numa generalização incorreta e inflexível”, e estereótipo como ideias usadas para justificar dito preconceito. Como vimos antes, o estereótipo pode ser positivo, e o preconceito também. Um bom exemplo que elaborarei em seguida é o de que nikkeis são inteligentes. Isso é um estereótipo. Preconceito seria afirmar que um nikkei tenha passado no vestibular para medicina na USP só porque é nikkei, já que nikkeis são inteligentes. Essa afirmação é preconceituosa porque tira o mérito do aluno por ter se esforçado e invisibiliza camadas de privilégio que esse aluno provavelmente teve, e é portanto, danosa apesar de ser considerada como preconceito positivo pois o estereótipo base é positivo.

Já discriminação seria um dos níveis de ação do preconceito; o terceiro mais precisamente. O primeiro é antilocução, ou seja, falar mal de um grupo ou individuo de maneira preconceituosa; o segundo é evitação, ativamente evitar contato com membros do grupo em questão; o terceiro é discriminação, fazer escolhas ativas em detrimento daquele grupo; o quarto é ataque físico, em outras palavras, atos de violência ou semi violência contra um grupo ou seus membros; e o último e mais extremo nível, genocídio, em outras palavras, o extermínio deliberado de um grupo. Continuando o exemplo dado acima, nesse caso, podemos imaginar um cursinho com vagas limitadíssimas não aceitar a matrícula de um aluno ou aluna nikkei baseado no fato de que ele ou ela não precisa tanto dessa vaga já que é inteligente por natureza seria um ato de discriminação baseada num estereótipo visto como positivo, o de ser inteligente.

#### **4. ESTEREÓTIPOS NO BRASIL**

Trazendo nosso foco do Japão de volta para o Brasil, há uma iniciativa que vale ser mencionada quando tratamos dos estereótipos relacionados a nikkeis. Robson Hideki Mori em seu artigo intitulado “A fluída condição dos nipo-brasileiros nas relações etnico-raciais no Brasil” questiona exatamente a positividade de estereóti-

pos e preconceitos como o alto desempenho acadêmico de nipo-descendentes citado acima. O autor posiciona os nikkeis na cosmologia racial brasileira e aponta como o discurso de “minoría modelo” é utilizado em detrimento de outros grupos raciais como pretos e indígenas. Mori também explica a posição privilegiada dos nikkeis enquanto minoría étnica dado ao amparo do governo japonês no formato de orientação, estímulo e subsídio, amparo esse que pretos e indígenas, como por exemplo, não tiveram por razões que não requerem muita elucidação. Fazendo uso dos conceitos de socialização vertical e horizontal, Mori argumenta que apesar de dificuldades na socialização horizontal, a imigração tutelada impulsionou a ascensão vertical e deu estrutura para a mobilidade social dos nikkeis. Sem profundo entendimento do amparo dado aos imigrantes pelo governo japonês e os processos históricos que a comunidade nipo-brasileira passou durante os mais de cem anos desde o início da imigração é impossível entender as nuances do privilégio que os japoneses tiveram quando comparados às outras minorias étnicas do Brasil. Cria-se, assim, a ilusão de uma ascensão social puramente meritocrática que o discurso da “minoría modelo” oferece. Mori então demonstra como a branquitude faz uso de estereótipos positivos sobre nipo-brasileiros em detrimento de outros grupos minoritários num processo preconceituoso “positivo” com os nikkeis e negativo com outros grupos raciais.

O autor encerra o texto fazendo uma compilação das respostas do questionário qualitativo coletado por ele onde jovens nikkeis relatam suas vivências escolares pelo viés racial. Relatos incluem referências ao discurso da minoría positiva, xenofobia, e diferentes estereótipos negativos para além do estereótipo “positivo” discutido acima. Alguns dos relatos de estereótipos negativos são relacionados à sexualidade, tanto hipersexualização quanto assexualização, e à características culturais vistas como frias ou sérias demais, além da homogeneização de etnias asiáticas. Na lista são citados diversos relatos de agressões verbais e assédio moral vivenciados por jovens brasileiros de descendência japonesa, escancarando a realidade pouco falada da violência racial que brasileiros de fenótipo asiático sofrem no dia a dia.

Contribuição importante quando se trata da construção do imaginário nacional sobre os japoneses no Brasil é a pesquisa de Rogério Akiti Dezem que busca a gênese dos discursos sobre orientais no Brasil na virada do século XIX para o XX. Dezem reconstrói o processo histórico que culmina na estigmatização do imigrante japonês como cidadão indesejável, e conclui que a posição ocupada pelo imigrante japonês nos discursos e visões da época é ambígua, mas que a persistência de seu viés negativo contribuiu para a repressão da comunidade japonesa no Brasil durante e após o fim da Segunda Guerra Mundial, construindo uma imagem de minoría negativa.

## 5. ESTEREÓTIPOS ECOADOS

No mesmo livro onde figura a dolorosa fala da senhora de Oizumi, Tsuda esclarece o processo de transição dos nipo-brasileiros de minoria negativa para minoria positiva, e um dos grandes fatores mencionados pelo autor além da ascensão social dos nipo-brasileiros no Brasil é o crescimento econômico acelerado do Japão durante a segunda metade do século XX. Contrastando as duas imagens, doméstica e internacional dos “japonês” cria-se um imaginário positivo que engole muitos dos estereótipos descritos por Dezem que estigmatizavam os japoneses no pré-guerra. Como vimos no estudo feito por Mori, estereótipos negativos sobre os nipo-brasileiros persistem, mas há uma clara mudança no imaginário nacional durante esse centenário da imigração japonesa.

É absolutamente necessário analisar como os estereótipos sobre os imigrantes japoneses e seus descendentes são construídos, modificados e utilizados por outros agentes sociais que não a própria comunidade. Porém, não podemos negar que a própria comunidade também contribui ativamente para que esses estereótipos se mantenham. Além disso, como obviamente a comunidade nikkei é composta por seres humanos, ela também produz, mantém e faz uso de estereótipos de outros grupos além do seu, visto que esse é um processo cognitivo comum. O último ponto a ser explorado, portanto, é como a comunidade nikkei ativamente reforça estereótipos sobre ela mesma, e seus estereótipos sobre brasileiros não-nikkeis e japoneses.

Tsuda aponta num outro capítulo do mesmo livro que há uma forte identificação por parte dos nipo-brasileiros com sua ascendência japonesa. O autor explica que essa identificação deriva em parte do discurso de minoria positiva adotado pelos nikkeis, no qual descendentes se orgulham de ser descendentes devido à associação da japonesidade com mobilidade social, sucesso financeiro e valores considerados positivos como honestidade e diligência. O processo de “atribuição étnica”, onde comportamentos de outros grupos que conformam com seus estereótipos são explicados como traços culturais ou características étnicas, beneficia os nikkeis e leva a uma grande identificação com a parte nipônica de suas raízes étnicas. Em outras palavras, se ser japonês é bom, então é bom ser japonês.

Por outro lado, a identidade japonesa no Brasil se contrasta com a brasileira fazendo com que estereótipos vistos como positivos nos nipo-descendentes tem sua contrapartida na identidade brasileira. Ou seja, se japonês é um bom trabalhador, honesto e certinho, o brasileiro é preguiçoso, malandro e corrupto. De acordo com Tsuda, essa visão somada ao fenótipo distintivo asiático e o racismo enraizado no Brasil faz com que muitos nipo-brasileiros se identifiquem mais como japoneses do que como brasileiros.

O fenômeno curioso acontece quando esses mesmos nikkeis que se sentem conectados com suas raízes nipônicas decidem vir para o Japão como decasséguis, e se veem não somente na posição de estrangeiros, como também de brasileiros. Esse choque é comumente descrito por nipo-descendentes como “no Brasil sou japonês, no Japão, sou brasileiro/gaijin”, e ele permeia a experiência de kassegui até suas extremidades, se manifestando em diversos âmbitos, desde à expressão pessoal através da vestimenta, até transtornos psicológicos documentados nas primeiras décadas do movimento.

Lendo as edições da década de 1990 do jornal de circulação da comunidade brasileira no Japão, International Press, observa-se um grande debate identitário que envolve leitores e editores. Quando as ondas de crimes se intensificaram no final dessa mesma década, cartas de leitores apelando à herança cultural japonesa e culpando a criminalidade na cultura brasileira adquirida pelos descendentes aparecem de um lado. Do outro, há uma quantidade de escritos que culpa os japoneses por serem fechados e maltrataram os brasileiros, consequentemente levando muitos à estados psicológicos comprometidos e causando um aumento nos índices de criminalidade. Os mesmos também apontam para comportamentos discriminatórios por parte de indivíduos japoneses e da polícia japonesa.

Tsuda observa que há uma tendência à, quando confrontados a cultura japonesa, muitos nipo-brasileiros têm sua brasilidade aflorada. Ele aponta para comportamentos e expressões mais explicitamente brasileiras do que nikkeis demonstravam no Brasil e entende esse nacionalismo como uma forma ativa de distanciamento dos japoneses. Alguns exemplos são a criação de núcleos de samba, o uso de vestimentas abasileiradas, desinteresse por ou até recusa em aprender o idioma japonês e a exacerbação de comportamentos contrastantes aos japoneses como o ato de cumprimentar-se com abraços e beijos. É como se, ao ter sua identidade japonesa rejeitada por “japoneses de verdade”, os nipo-brasileiros encontrassem em sua brasilidade um refúgio dos problemas enfrentados especificamente por estarem no Japão, como as longas horas de trabalho pesado, o isolamento e os problemas de saúde gerados pelos dois itens anteriores.

O movimento decasségui coloca em cheque alguns pressupostos centrais e traz uma miríade de novas experiências que diversificam o modo de pensar da comunidade nikkei. De repente, trabalhar duro, de maneira honesta e diligente não é mais necessariamente algo positivo. Nos jornais da época, vê-se muitos nikkeis reclamando exatamente da inflexibilidade de seus chefes japoneses, da falta de criatividade e pensamento crítico, e até de sua frieza, estereótipo esse antes direcionado aos nikkeis por brasileiros não-nikkeis. Mulheres questionam a submissão das japonesas e enaltecem

a liberdade das brasileiras. Fugindo de ambos extremos, há aqueles que melhor negociam suas identidades plurais, aqueles que se adaptam completamente à cultura japonesa, aqueles que retornam e não se adaptam nem ao Brasil nem ao Japão, e há aqueles que encontram consolo e pertencimento de outras maneiras. Há aqueles também, que no Japão se distanciam tanto da sociedade japonesa quanto da bolha brasileira.

## 6. CONCLUSÃO

Desse modo, podemos perceber que os estereótipos sobre os imigrantes japoneses e seus descendentes flutua entre o positivo e o negativo de acordo com o tempo e o espaço onde tais narrativas são estabelecidas. Nesse passeio entre Japão e Brasil, fica claro o interesse acadêmico e social pela imagem e o imaginário, e que os mesmos são construídos, consolidados, questionados e revisitados pelos mais diversos atores sociais, desde o acadêmico produtor de conhecimento, passando por aqueles que constroem o discurso e também por aqueles sobre os quais o discurso é construído.

Gostaria aqui de apontar para um fenômeno que enquanto acadêmica da área venho observando: a falta de pesquisas conduzidas recentemente sobre os decasséguis e o efeito do movimento na identidade de nikkeis que voltaram a morar no Brasil. Acredito que uma revisão dos tópicos apontados por Tsuda e mencionados por mim nesta monografia se faz necessária, e uma nova leva etnográfica e sociológica dos nipo-brasileiros também seria de grande valor.

A reflexão final que gostaria de propor neste escrito é em linha com os questionamentos levantados por jovens pesquisadores como Mori. Será que os estereótipos positivos são mesmo positivos? Será que a identificação com a herança cultural deixada pelos imigrantes japoneses às gerações seguintes precisa ser centrada em estereótipos que no final inviabilizam esforços individuais? Será que não seria possível pensar a identidade nikkei de uma maneira menos essencialista e mais inclusiva? Que possamos continuar desenvolvendo pesquisas que busquem auxiliar nesses processos.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMS, Lynn. **Oral History Theory**. Abingdon: Routledge.2010.



ADACHI, Nobuko. **Japanese diasporas: Unsung pasts, conflicting presents and uncertain futures**. Abingdon: Routledge.2006.

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism**. New York: Verso.1983.

BODENHAUSEN, Galen V. Stereotypes as judgmental heuristics: Evidence of circadian variations in discrimination. **Psychological Science**, v. 1, n. 5, p. 319-322, 1990.

DEZEM, Rogério. **Matizes do “Amarelo”: aGênese dos DiscursosobreosOrientais no Brasil (1878-1908)**. São Paulo: EditoraHumanitas, 2005.

MORI, Robson Hideki. A fluídacondição dos nipo-brasileirosnasrelaçõesétnico-raciais no Brasil. **MovimentAção**, v. 8, n. 15, 2021.

NAKATAHideki. *Kasokanōsonwotabunkashakai e saiseisuru Nikkei Burajirujin-gakkō – Shiga-ken Higashiōmi-shiKōzuhata-cho no Latino Gakuin o jireitoshite [A Brazilian School That Restores a Depopulated Agrarian Town into a Multicultural Society: A Case Studyof Colégio Latino Located in Kōzuhata, Higashiōmi, Shiga Prefecture]* in *Nihon de hataraku. Gaikokujinrōdōsha no shitenkara [To Work in Japan, From the Perspective of Foreign Workers]* Kyoto: Shōraisha, 2021. pp. 257–284.

TSUDA, Takeyuki. **Strangers in the Ethnic Homeland – Japanese Brazilian Return Migration in Transnational Perspective**. New York: Columbia University Press. 2003.

----- Domesticating the Immigrant Other: Japanese Media Images of Nikkeijin Return Migrants. **Ethnology**, Vol. 42, No. 4, pp. 289–305. 2003.

TSUZUKI, Kurumi “Nikkei Brazilians and Local Residents: A Study of the H Housing Complex in Toyota City” in **Asian and Pacific Migration Journal**, Vol. 9, No. 3.2000

Ministério das Relações Exteriores. **20 anos dos Brasileiros no Japão**. FUNAG.2010

----- . **30 anos dos Brasileiros no Japão**. FUNAG.2022



capítulo

# 3



Paula Sayuri Yanagiwara

**“Ô, japonês!”: Os efeitos dos estereótipos acerca de japoneses e Nipo-descendentes no Brasil – uma defesa pela mudança de foco**



## **“Ô, JAPONÊS!”: OS EFEITOS DOS ESTEREÓTIPOS ACERCA DE JAPONESES E NIPO-DESCENDENTES NO BRASIL – UMA DEFESA PELA MUDANÇA DE FOCO**

Paula Sayuri Yanagiwara<sup>1</sup>

### **SUMÁRIO:**

<b>1. Introdução.....</b>	<b>60</b>
<b>2. Mas o que é ser japonês? .....</b>	<b>63</b>
<b>3. Outras formas de olhar.....</b>	<b>67</b>
<b>4. Os efeitos dos estereótipos.....</b>	<b>71</b>
<b>5. Conclusão.....</b>	<b>73</b>
<b>6. Referências.....</b>	<b>76</b>

### **1. INTRODUÇÃO**

“A questão do racismo contra pessoas negras precisa ser resolvida por meio de políticas públicas. Já aquele contra pessoas asiáticas é mais uma questão de ‘educar o amiguinho’”.

Essas palavras, pronunciadas por um colega também antropólogo durante nosso mestrado, talvez tenham sua cota de veracidade, mas não por isso deixaram de machucar. Senti como se o que eu estudava, o que eu presenciava e aquilo que eu vivia estava sendo menosprezado. A dor que eu sentia, a mesma dor de muitas pessoas nipo-descendentes, tinha menos validade. Enquanto o preconceito e o racismo perpetrados contra nipo-descendentes continuarem a ser diminuídos, vistos como meras “brincadeiras” ou “estereótipos positivos”, não avançaremos na discussão. Para tanto, o estudo desse tema, que alinha estereótipo, preconceito e racismo, precisa ser levado a sério.

Nesse sentido, precisamos pensar sobre os estereótipos que foram construídos ao longo dos 115 anos da imigração japonesa para o Brasil. O processo migratório do início do século XX trouxe para o Brasil pessoas que, no geral, buscavam uma melhoria de vida prometida por este país, que lá não podiam encontrar, aliando a necessidade de mão de obra para a economia cafeeira brasileira com os altos níveis de desemprego gerados pela mecanização agrária no Japão.

<sup>1</sup> Mestra em Antropologia Social (2018) pela Universidade Federal de São Carlos, com pesquisa intitulada “Os processos de construção de diferenças entre tatuadores nipo-descendentes no Brasil”, financiada pela Fapesp, e graduada em Letras (2011) também pela UFSCar.

Rogério Dezem (2005), em *Matizes do “Amarelo”*, aponta que, inicialmente, a mão de obra europeia era a mais desejada para ocupar os campos brasileiros, pois se acreditava que esta seria capaz de dar a uniformidade necessária ao Brasil para que este se fortalecesse enquanto Estado-nação moderno, uma vez que a elite branca brasileira culpava a miscigenação pelos problemas sociais e econômicos do país. Almejando, assim, o “branqueamento” da população, outras justificativas eram dadas por essa elite para importação de mão de obra europeia, tais como a hipótese de que os europeus se adaptariam mais facilmente à sociedade brasileira, por compartilharem as mesmas crenças e os mesmos costumes (Adachi, 2004; Dezem, 2005; Lesser, 2001; Takeuchi, 2008). Outra possibilidade de importação de mão de obra era a chinesa, que já havia sido utilizada anteriormente numa tentativa frustrada de cultivo de chá no Rio de Janeiro e em outras ocasiões que acabaram resultando em desavenças entre os chineses e os fazendeiros.

*Adjetivos como “fracos”, “indolentes”, “depravados”, narcotizados pelo ópio” somavam-se à acusação de que essa raça traria a “decadência física e moral” da raça brasileira. Esses elementos prestavam-se para compor os discursos formulados contra os chins e que foram reforçados pelo debate no Congresso Agrícola [de 1878]. Persistindo nos debates posteriores, e que circulavam no contexto da chamada “Questão Chinesa” em 1879, esses elementos tinham um duplo caráter: racista e político (Dezem, 2005, p. 75).*

Diante de situações de maus-tratos e falta de subsídio governamental e com o excedente causado pela superprodução no café, muitos dos imigrantes europeus decidiram migrar para os centros urbanos ou voltar para seus países. Novamente diante de uma crise de mão de obra, era preciso atrair novos trabalhadores e, mais que isto, que estes permanecessem no Brasil. O Japão neste momento enfrentava uma crise demográfica, de modo que a emigração para o Brasil se tornou não só iminente, mas bem-vinda.

A conexão entre os chineses e os japoneses pela via da “raça amarela” preconizou uma transposição aos japoneses do estigma de *raça inferior* investido aos chineses. Porém, esse estigma negativo, segundo Dezem (2005), modifica-se quando o Japão vence a China, em 1895, e a Rússia, em 1904-1905, interferindo “no conteúdo dos discursos relativos ao japonês, tanto nos de teor filo-nipônicos como nos anti-nipônicos no Brasil e no exterior” (Dezem, 2005, p. 119). O imigrante japonês, chamado de “branco da Ásia”, passou a ser visto como “trabalhador bom, barato e dócil” (Dezem, 2005, p. 110).

*Baseadas em metáforas ocidentais, nenhuma dessas imagens irá se diluir*

*totalmente: a da gueixa, associada ao exótico e frágil, personificando os mistérios da mulher japonesa, e a do samurai, associada ao guerreiro e ao militar, modelo de força e tenacidade (Dezem, 2005, p. 242, grifos do autor).*

Assim, “mitologizadas” e idealizadas, as imagens do Japão que circulavam na sociedade brasileira do período de 1903 a 1908 o retratavam como o “país das gueixas” e, posteriormente, como o “país dos samurais”, as quais persistem no imaginário coletivo até hoje. Mais tarde, no período da Segunda Guerra Mundial, temos a radicalização do discurso antinipônico, que via nos descendentes de japoneses possíveis espiões de seu inimigo na guerra (Dezem, 2005; Takeuchi, 2008).

*Com a polícia e a população imaginando haver espiões por detrás de cada edifício e de cada fábrica, o Deops [Departamento de Ordem Política e Social] passou a apresentar relatórios regulares sobre agentes misteriosos e esconderijos de propaganda de guerra. Dizia-se que a colônia japonesa “obedecia a um plano elaborado cuidadosamente pelo exército” japonês, e quando um diplomata chinês apresentou queixa de que uma livraria de São Paulo estava repleta de propaganda, a bem divulgada invasão pelo Deops atraiu grandes multidões, que gritavam “Vão embora!” para os japoneses e nikkeis (Lesser, 2001, p. 236).*

Ora tidos como bons trabalhadores, dedicados, esforçados, inteligentes, uma minoria a ser copiada, ora como evasivos, perigosos, adoradores do imperador, feios e odiosos, os japoneses e seus descendentes – nós – foram construindo sua trajetória no Brasil em meio a todos esses discursos carregados de estereótipos. Para entendermos melhor o que são estereótipos, tomo emprestadas as palavras de Sadao Omote, doutor em Psicologia e livre-docente em Educação Especial da Unesp-Marília..

*Os estereótipos referem-se exatamente a esses traços, pouco numerosos, que são utilizados para a caracterização generalizada de todos os membros de uma categoria, que recebem um mesmo rótulo. Assim, os cegos tendem a ser vistos como dóceis, e os aleijados, como complexados. Pode haver um grande consenso em torno de uma quantidade limitada de traços por meio dos quais uma categoria inteira de pessoas é qualificada, com base no rótulo que elas recebem.*

*Na literatura especializada, os estereótipos são referidos como uma simplificação da realidade, que é indevidamente generalizada (Omote, 2021, p. 79).*

A questão é que os estereótipos não ficam apenas flutuando nos discursos, como opiniões alheias que não afetam aqueles a quem dizem respeito. Não se trata apenas de como os outros nos vêem, pois esses discursos podem (e são) incorporados à nossa própria maneira de nos enxergar.

A seguir, trarei alguns dados coletados durante minha pesquisa de mestrado sobre a construção de diferenças entre tatuadores nipo-descendentes, para compreendermos melhor a dinâmica entre estereótipos e identidade. Quero mostrar que, apesar de estar lidando com questões sobre a profissão desses tatuadores, seus fazeres artísticos, os pontos levantados nas nossas conversas atravessam os diversos âmbitos do que se entende por “identidade” e estão intimamente relacionados ao que nós, nipo-descendentes, vivenciamos cotidianamente.

## 2. MAS O QUE É SER JAPONÊS?

Durante minha pesquisa de mestrado, tive a oportunidade de entrevistar muitos nipo-descendentes do estado de São Paulo. Um deles foi Leonardo<sup>2</sup>, de 34 anos, tatuador, descendente de japoneses por parte de seu pai. Em uma de nossas primeiras conversas, perguntei a ele acerca dos estereótipos que recaem sobre nipo-descendentes no Brasil:

*Paula: [...] eu estava falando dos estereótipos, né? Então, esses estereótipos que existem acerca desse japonês, que ele é dedicado, que ele é inteligente, que ele é esforçado, que ele é perfeccionista, é... que nem você falou, conservador. Você sente que isso recai em você? [...]*

*Leonardo: Sim, com certeza. E eu também acho que o japonês é assim. É natureza mesmo. Assim como formiga é formiga, elefante é elefante. Abelha é abelha, japonês é japonês.*

*Paula: E você acha que mesmo os descendentes que estão no Brasil?*

*Leonardo: Tem. Você acha que tem um pouquinho? Eu também acho que tem, sim. Apesar de ter aquela mistura, que eu estava te falando. Como a gente vive aqui, acaba misturando um pouco, cria-se uma harmonia ali, dos dois lados, não é? O brasileiro não é assim, né? Apesar de ter brasileiros que são assim, eu não estou generalizando que o japonês, 100%*

---

2 Os nomes das pessoas entrevistadas são todos fictícios.

*dos japoneses são assim, mas que, sim, uma tendência tem, com certeza. Eu acredito, total.*

Essa fala de Leonardo tem dois pontos importantes a serem destacados. Por um lado, existe uma forte separação entre ser japonês e ser formiga, elefante, abelha ou brasileiro, pensando as diferenças em termos biológicos, da “natureza”, como demonstra a comparação que faz com animais. Por outro lado, não se sabe ao certo a que japonês ele se refere. Em vários momentos tive de perguntar: “japonês do Japão ou daqui?”. No entanto, existe uma separação mais clara entre nipo-descendentes e brasileiros:

*minha família japonesa parece brasileira, acho que é bem brasileiro, pra ser sincero. Pessoal não é sistemático, não é uma família sistemática, não é uma família estressada... Não. Não é uma família conservadora, apesar de ser um pouquinho, vai, para ser sincero. Mas acho que, no geral, eles são super misturados, assim, não é aquele mundinho fechado, sabe? Então minha família é diferente, eu costumo dizer que a galera é bem brasileira mesmo, assim, não é tão tímido, sabe? Não tem essas coisas de timidez. Eu acho que no geral é mais lance de timidez que o japonês tem.*

Podemos ver como Leonardo descreve aquilo que é ser japonês para ele como algo que está ligado a ser *sistemático, estressado, conservador, tímido e reservado*, e sua família, por ter se “misturado”, se distancia desses imaginários.

Um dos grandes nomes da literatura que trata sobre os descendentes de japoneses no Brasil é o do americano Jeffrey Lesser. O historiador e autor de *A negociação da identidade nacional* analisa nessa obra as identidades de imigrantes não europeus no Brasil, pensando na construção das identidades pós-migratórias como uma *negociação*, pois “todos os 4,55 milhões de imigrantes que entraram no Brasil entre 1872 e 1949 trouxeram consigo uma cultura pré-migratória e criaram novas identidades étnicas” (Lesser, 2001, p. 25), resultando na “criação de uma multiplicidade de brasileiros hifenizados” (Lesser, 2001, p. 22): árabe-brasileiros, sino-brasileiros, nipo-brasileiros.

No caso do processo de construção da identidade nipo-brasileira no início do século XIX, a partir de uma “cultura japonesa” pré-migratória, juntamente da “cultura brasileira”, os imigrantes japoneses elaboravam novas identidades étnicas, em princípio “identidades hifenizadas” que sintetizam as duas chaves culturais. É importante notar aqui que essa noção de identidade nipo-brasileira está atrelada aos estereótipos acerca do japonês.



Assim, no modelo de *japonês* de Leonardo, ele fala de uma “mistura” daquilo que ele entende como ser japonês e brasileiro, trazendo os elementos dos imaginários sobre um e outro, possíveis de serem percebidos separadamente. Há de se dizer também que a descrição de Leonardo do *japonês* como *conservador, tímido, sistemático*, dentre outros atributos, pode ser pensada por meio do “orientalismo” de Edward Said, uma vez que essa visão está carregada de “visões dogmáticas” e imagens estereotipadas as quais muitas vezes têm “excluído, deslocado, tornado supérflua qualquer coisa real como o ‘Oriente’” (Said, 2007, p. 52).

Veiculado como um discurso verdadeiro, o Orientalismo faz transitar afirmações sobre o Oriente “impregnadas de doutrinas de superioridade europeia, vários tipos de racismo, imperialismo e coisas semelhantes, visões dogmáticas do ‘oriental’ como uma espécie de abstração ideal e imutável” (Said, 2007, p. 35), que fazem representações baseadas “em instituições, tradições, convenções, códigos consensuais de compreensão, e não num distante e amorfo Oriente” (Said, 2007, p. 52). O *Orientalismo*, nesse sentido, é constituído por discursos literários e acadêmicos acerca do Oriente, que escondem, em seu cerne, uma estrutura de dominação cultural e política na produção e subsequente exotização do outro.

Outro importante autor que discute os nipo-brasileiros é o americano filho de imigrantes japoneses é o Takeyuki Tsuda. Para o antropólogo, no artigo *Migration and Alienation: Japanese-Brazilian Return Migrants and the Search for Home and Abroad*, os nipo-brasileiros “são ‘racialmente’ japoneses, mas culturalmente brasileiros” (Tsuda, 2000, p. 15, tradução minha).

Leonardo parece corroborar essa afirmação quando diz que, da mesma maneira que abelha é abelha, isto é, um fato inquestionável, o *japonês é japonês*, estando ligado ao Japão pela ancestralidade, pelo sangue, pela raça; no entanto, esses elementos biológicos que são evocados para pontuar as diferenças entre as pessoas, que marcam as diferenças, são tensionados quando Leonardo fala de uma “mistura”, de modo que talvez, para Leonardo, os nipo-descendentes são culturalmente brasileiros, já que para ele há uma “harmonia”.

Lesser mostra que esse processo não é algo tão amalgamado e sem conflitos. O que se dá nessa arena é uma “queda de braço” em que, de um lado, “os líderes das comunidades imigrantes não europeias [...] tentavam definir seus espaços” e, do outro, “políticos, intelectuais e a imprensa [tentavam] delimitar as fronteiras da brasilidade” (Lesser, 2001, p. 23). E o resultado dessa medição de forças ou, como Lesser denomina, dessa “barganha cultural, econômica e política”

muitas vezes foi o racismo, que gerou e/ou fortaleceu preconceito e estereótipos.

Diante do que Leonardo disse sobre o que é ser *japonês*, com relação tanto a esses marcadores mais duros como sangue quanto a atributos subjetivos de personalidade, perguntei-lhe se ele se considerava *japonês*:

*Se eu me considero um japonês? Eu acho que talvez mais do que brasileiro. Mas eu, sim, me considero brasileiro também. É porque aqui... É que eu sou brasileiro também, né? É que eu optei por ser mais japonês. Mas eu posso ser mais brasileiro, se eu quiser. Entendeu? É que, como eu acho que teve muita coisa boa que eu pude absorver do japonês, então eu prefiro ser japonês, pela atitude, sabe? Tipo assim é melhor essa atitude japonesa do que uma atitude brasileira está ligada?*

*Na verdade, eu penso que é até uma coisa positiva ser descendente. É legal ser. Eu gosto. [...] Como o japonês tem uma tendência a ser mais, tem uma fama, tem uma tendência a ser mais focado, tentar fazer mais bem feito as coisas, assim, na tattoo isso ajuda, também. Não que são todos, mas ajuda. Ser japonês ajuda um pouquinho, porque você acaba sendo assim mesmo, sabe? Você acaba, não é? Não sei se você é assim, né?*

Assim, parece haver uma imagem de ser *japonês* e uma imagem de ser brasileiro que estão em certa oposição, de modo que a preferência por ser mais *japonês* indicaria que para ele é melhor ser *japonês* que brasileiro. Além disso, notemos também neste trecho que para Leonardo existe uma possibilidade de escolha. Ele diz ter “optado” por ser mais *japonês*, da mesma maneira que poderia ser mais *brasileiro*, mas aí entra a questão da preferência<sup>3</sup>. Essa preferência pode ter a ver com a ideia de “minorias positivas” que recai sobre os japoneses e nipo-descendentes por consequência.

Tsuda (2000) afirma que no Brasil os nipo-brasileiros são tidos como uma “minorias positivas”, pois as visões positivas sobre o Japão teriam facilitado a “integração” dos descendentes de japoneses no Brasil. Para ele, os nipo-brasileiros seriam percebidos e recebidos positivamente, uma vez que são “respeitados por suas distintas qualidades culturais e por suas posições sociais” (Tsuda, 2000, p. 19, tradução minha).

O argumento de Tsuda é de que os nipo-brasileiros “foram completamente incorporados na sociedade brasileira mais abrangente como um grupo minoritário bem respeitado e socialmente realizado que foi culturalmente assimilado em grande medida” (Tsuda, 2000, p. 24, tradução minha).

<sup>3</sup> Devemos nos ater ao fato de que esse tipo de cálculo identitário não ocorre de forma consciente a todo o tempo.

Mas será que esses modelos dão conta de explicar as experiências de japoneses e nipo-descendentes no Brasil? Será que nossas vidas podem ser resumidas em um todo harmônico no qual seria possível identificar o que é de origem japonesa e o que é de origem brasileira e dizer que essas “partes” estão em acordo dentro de um corpo identificado como *japonês*?

### 3. OUTRAS FORMAS DE OLHAR

Não saberia dizer exatamente quantos anos tinha, mas eu estava no “Parquinho”, os primeiros anos da Educação Infantil. Ao chegar em casa, minha mãe me levou para o banho e, enquanto ela tirava minhas roupas e as jogava no cesto, perguntei “Mãe, quando você era criança, seus amiguinhos te xingavam de *japonesa*?”, e ela respondeu “Não! Por quê? Seus amiguinhos estão te xingando?”. Eu, envergonhada, disse: “Não, não”. Esse foi um daqueles pontos marcantes da vida, porque foi aí que descobri que eu era diferente dos demais colegas, porque eu era *japonesa* e, além disso, que isso era uma coisa muito ruim de ser.

Certa vez minha mãe me revelou que “odiava ser japonesa” quando era mais nova, o que me fez perceber que, na ocasião da epígrafe desta seção, em que ela me respondeu que não era “xingada” de *japonesa*, ela mentiu, como um modo talvez de me proteger e tentar me fazer entender que não havia nada de errado em ser *japonesa*. Ela depois me disse que “aprend[eu] a sentir orgulho de ser japonesa, que *japonês* é inteligente, trabalhador, entra nas faculdades”, o que talvez ela tenha ouvido por meio de discursos de “minorias positivas”, tal qual teorizou Tsuda (2000).

Tsuda foi bastante criticado por sua afirmação de que os “nipo-brasileiros” são uma “minorias positivas” no Brasil, porque essa ideia esconde um preconceito racial que se traveste de elogio, enaltecimento, valorização e legítimas formas “inofensivas” de piadas, como no deboche da pronúncia do português de pessoas asiáticas. Um caso que ganhou bastante repercussão foi durante a votação da admissibilidade do impeachment da presidenta Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, em abril de 2016. Os deputados Luiz Nishimori (PR) e Hidekazu Takayama (PSC) e a deputada Keiko Ota (PSB), descendentes de japoneses, votaram a favor. Após isso, descontentes com o voto, internautas veicularam uma imagem nas redes sociais em que Takayama diria: “Contla o aumento do pleço do pastel de flango eu voto sim”. Devido ao seu conteúdo racista, a imagem

gerou uma grande polêmica, pois muitos descendentes de japoneses se sentiram ofendidos, mas eram deslegitimados e desacreditados por outros usuários das redes sociais que afirmavam não haver conteúdo racista.

Carmen Rial, em *Japonês está para TV assim como mulato está para cerveja: imagens da publicidade do Brasil*, analisa propagandas dos anos de 1994 e 1998, referentes aos anos de Copa do Mundo, para “perceber como a publicidade brasileira representa e valora as diferentes identidades étnicas e como as utiliza na construção de uma suposta identidade nacional” (Rial, 1995, p. 4). A autora observa que as imagens/representações da publicidade brasileira apontam “imagens/mentais (neste caso, estereótipos raciais e étnicos) que provavelmente correspondem a imaginários sociais e aos modelos dominantes subjacentes para a distribuição de papéis na sociedade” (Rial, 1995, p. 6). Tais imagens “têm contribuído decisivamente para fixar certos imaginários étnicos, repercutindo assim na construção de identidades subjetivas e na nossa construção da identidade nacional” (Rial, 1995, p. 22).

De maneira análoga, Kebbe (2008) e Kebbe e Machado (2013) apontam como essa identidade “nipo-brasileira” e as narrativas da imigração japonesa no Brasil são construídas e veiculadas na imprensa, muitas vezes em descompasso com a experiência de vida desses sujeitos.

Além disso, já que muitos desses estereótipos são tidos como “bons”, tais como inteligentes, dedicados, perfeccionistas, honrados, a acusação de conteúdo preconceituoso ou racista, da mesma maneira que aconteceu com a “piada inofensiva” do “pastel de flango”, é vista como reclamação sem fundamento, como “mimimi... mito”, de acordo com Juliana Ogassawara (2017) em seu artigo *O mito da minoria modelo ou porque precisamos discutir discriminação contra asiáticos*.

Como o próprio título do artigo de Ogassawara sugere a ideia de “minorias positivas” (Tsuda, 2000) ou “minorias modelo”, como têm sido chamadas nos Estados Unidos (Wu, 2014), isto é, “uma minoria étnica louvável, economicamente ativa, politicamente inofensiva – e não negra” (Ogassawara, 2017), é um mito que precisamos desnaturalizar. Para Ellen Wu, autora do premiado livro *The Color of Success: Asian Americans and the Origins of the Model Minority*,

*O mito é pernicioso por duas razões principais. Primeiro, achata variações sociais, políticas, ideológicas etc. entre asiático-americanos, e assim esconde problemas reais como pobreza e imigração ilegal. Segundo*

*o estereótipo posiciona asiático-americanos como “definitivamente não negros”, isto é, polariza asiático-americanos e afro-americanos. O argumento implícito no mito é que outras minorias, especialmente negros, são culturalmente débeis, logo eles são culpados pelos próprios problemas – e não a longa história de segregação, violência e discriminação racial (Wu, 2015 apud Ogassawara, 2017).*

No entanto, em seu artigo *Japonês: a marker of social class or keyterm in the discourse of race?*, Nobuko Adachi, antropóloga americana descendente de japoneses, mostra que os nipo-descendentes não são considerados nem numa lógica racial, nem numa lógica socioeconômica no Brasil. A autora questiona o mito de democracia racial existente no Brasil, ao perceber que pessoas negras são radicalmente discriminadas. Dessa forma, ela nota que existe uma polarização entre negros e brancos muito forte aqui, então indaga onde estaria o nipo-descendente.

*a discussão sobre a desigualdade social no Brasil é frequentemente reduzida a dicotomias branco-negro (e os vários tons entre estes dois polos). Por exemplo, Twine (1998:1) afirma que “embora se estime que pelo menos 45% da população brasileira seja negra ou multirracial, apenas 1% do corpo discente da Universidade de São Paulo é não branca”. Embora suas estatísticas possam estar corretas, elas deixam passar o fato de que mesmo no começo dos anos 1980 cerca de 15% do corpo estudantil dessa universidade era nipo-brasileiro (Saito, 1983) (Adachi, 2004, p. 49, tradução minha).*

Apesar dos dados serem de décadas atrás, hoje basta fazer uma rápida busca na internet para encontrar afirmações como a população brasileira “é composta essencialmente por três grupos étnicos: o indígena, o branco e o negro” (Canal do Educador, 2023).

Em sua pesquisa de campo no Brasil, Adachi (2004) nota que os brasileiros (não descendentes de japoneses) usam expressões como “japão” ou “japonês” para se referir aos nipo-descendentes, alegando ser um marcador social de classe média. A autora, porém, acredita que “se o destinatário desse termo reage negativamente a ele a ponto de haver violência, acredito que isso deve ser considerado como um comentário sobre aparência física e, portanto, um epíteto racial” (Adachi, 2004, p. 72, tradução minha).

Durante seu campo, ela conta que muitos brasileiros lhe perguntavam de que parte do Brasil ela era, apesar de sua pouca fluência no português, pois, segun-

do essas pessoas, os nipo-brasileiros também não falavam bem o português ou falavam um português diferente, parecido com o dela. Ela faz um paralelo com o caso do jurista americano Angelo N. Ancheta, de ascendência filipina, que conta que sempre é perguntando “de onde você é?”, ao que responde “de São Francisco”. Diante disso, geralmente ele obtém como contrapergunta “mas de que país?”. Adachi compreende que

*As duas perguntas, portanto – a minha “De que parte do Brasil você é?” e a de Ancheta “De que país você é” –, representam atitudes sociais similares em relação às pessoas descendentes de asiáticos. Ao verem “asiáticos”, os “americanos” e “brasileiros” de verdade os reconhecem somente por seus traços físicos e os categorizam como vindos da Ásia. Meus amigos brasileiros estavam na verdade me perguntando “em que parte do Brasil você está ficando?”. Assim, tanto na América do Norte quanto no Brasil, as pessoas de ascendência japonesa são vistas como outsiders (Adachi, 2004, p. 70, tradução minha).*

Se para Tsuda (2000) os nipo-brasileiros foram incorporados à sociedade brasileira, para Adachi (2004) não é possível pensá-los assim: “eles são deslocados de sua nação e pátria e não podem nem se integrar completamente à sociedade anfitriã nem retornar à sociedade de origem” (Adachi, 2004, p. 71, grifo da autora, tradução minha). Assim, se Tsuda (2000) pensa os nipo-brasileiros enquanto um grupo diaspórico que possui uma ligação não só de ancestralidade e origem, mas uma conexão emocional pessoal, Adachi (2004) utiliza a noção de diáspora para pensar as relações sociorraciais do Brasil, oferecendo um modo alternativo para refletir sobre tais questões. Para ela, o que ocorre com os nipo-brasileiros é uma racialização diaspórica (*diasporicracialization*), em que essas pessoas são vistas como “estranhas/estrangeiras”<sup>4</sup> não só em sua pátria, mas também na sociedade anfitriã.

Nesse sentido, Adachi percebe que existe no Brasil um continuum branco-negro, na qual o nipo-descendente não entra, da mesma maneira que ele não pode ser considerado “integrado à sociedade brasileira” no continuum pobre-rico, pois ela constatou que “a maioria dos nipo-brasileiros (exceto professores e alguns engenheiros e programadores computacionais) trabalham autonomamente ou para outros nipo-brasileiros” (Adachi, 2004, p. 64, tradução minha).

Assim, ela desloca a discussão de uma chave do racismo ou da posição social para outra que tem como parâmetros os outsiders e os insiders. Vistos como outsiders tanto no Brasil quanto no Japão, os nipo-brasileiros “nunca conseguem encontrar um ‘lar’ onde se sentem bem-vindos como insiders que possuem verdadeira ‘cidadania cultural’” (Adachi, 2004, p. 71, tradução minha).

<sup>4</sup> A autora utiliza a palavra “strangers”.

#### 4. OS EFEITOS DOS ESTEREÓTIPOS

Estava parada em meu carro, diante de um sinal vermelho, sob o qual um jovem, vestido de palhaço, em seus 20 e poucos anos, fazia malabarismos para ganhar alguns trocados. Terminado seu curto espetáculo, ele passa entre os carros com um chapéu. Ao passar pelo meu, digo-lhe que não tenho dinheiro. Ele, então, dispara: Agora você sabe falar português direito, né?

Outra pessoa que entrevistei durante a pesquisa de mestrado foi Joana, de 28 anos, tatuadora, descendente de japoneses por ambos os pais. Ela me disse que muitos clientes a procuram para tatuar palavras e nomes em japonês, acreditando que, por ela ser nipo-descendente, conhece a língua. Esse é um ponto com que nós, nipo-descendentes, podemos nos identificar facilmente. Joana comenta sobre isso: “eu nem falo japonês, quanto mais escrever”.

Acompanhei a tatuagem que ela fez no Dr. Almeida, um médico de 63 anos, recém-casado com uma nipo-descendente. A escolha era o nome de sua esposa em japonês. Perguntei ao senhor se o fato de Joana ser nipo-descendente influenciava de alguma maneira sua escolha por se tatuar com ela, e ele categoricamente afirmou que sim, porque “o japonês faz tudo bem-feito”. Assim, além da expectativa de que Joana soubesse escrever em japonês, existia também a de que ela “tatuaria bem”, vinculada ao fato de ela ser *japonesa*.

Além desta, Dr. Almeida também tem outras imagens sobre o japonês bastante recorrentes no imaginário coletivo, tais como *bondade*, *perfeição*, *seriedade* e *timidez*. Esta última foi bastante recorrente entre os interlocutores da minha pesquisa. Dr. Almeida, inclusive, atribui razões históricas para essas supostas características dos nipo-descendentes. Por exemplo, ele acredita que, por conta da Segunda Guerra Mundial, os *japoneses* tinham que guardar muitos segredos, por uma questão de sobrevivência e resguardo, de maneira que, assim, são *tímidos* e *silenciosos*.

Novamente vemos uma série de estereótipos sobre os japoneses e nipo-descendentes que não só não condizem com a realidade, como fica claro pela fala de Joana, mas também exercem pressão sobre quem é estereotipado. Joana parece estar atenta a todas essas expectativas que recaem sobre ela por ser *japonesa* e não se sente à vontade. Ela me disse que não faz – e não quer fazer – tatuagens japonesas, ainda que muitos clientes peçam, porque isso reforçaria um vínculo com o Japão que, segundo ela, não é tão forte.

Apesar de Joana estar se referindo à sua profissão como tatuadora, é possível iden-

tificar esse comportamento no cotidiano de muitos nipo-descendentes. Pessoas perguntando se nós conhecemos fulano, porque este também é nipo-descendente, perguntando como fazer determinado prato oriental, como falar tal palavra em japonês, se o melhor cogumelo é o shitake ou o shimeji, como comer com os “pauzinhos”, entre outras inúmeras expectativas feitas por sermos nipo-descendentes.

Percebe-se que um dos fatores que “tornam” Joana *japonesa* é o fenótipo. Está na “cara”. Para Schpun (2007), é pelos olhos que os nipo-descendentes são identificados e discriminados, sofrendo o que Oracy Nogueira (2006) cunhou de “racismo de marca”, isto é, “quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, [...] os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque” (Nogueira, 2006, p. 292). Assim, parece haver uma relação muito forte entre a aparência física de uma pessoa e sua identificação (por si mesma ou por outras pessoas) enquanto *japonês*, carregada de estereótipos, estigmas e preconceitos.

É importante salientar que a diferença não traz em si uma carga de positividade ou negatividade. De acordo com Sadao Omote, as diferenças são inerentes à própria natureza: cores de cabelos, olhos, pele, diferentes estaturas, cores de pelagens e penas entre animais etc. A questão está quando a não conformidade das pessoas “às expectativas normativas não pode ser tolerada, sob pena de se criarem situações que podem pôr em risco aspectos da vida coletiva normal” (Omote, 2021, p. 70), o que o autor chama de “desvio”, que passa a ser valorado socialmente como vantagem ou desvantagem. Um exemplo é a pessoa com altas habilidades/superdotação, que é tão desviante quanto a pessoa com deficiência intelectual, mas estas pessoas são vistas pela sociedade de modos diferentes e antagônicos. Assim, é a sociedade quem demarca quais “desvios” são positivos e quais não são. Além disso,

*A identificação e o reconhecimento público de alguém como sendo portador de alguma qualidade indesejável e o seu tratamento distintivo, que implica exclusão das atividades normais e inclusão em atividades especialmente destinadas à categoria de pessoas com tais características, ajudam a marcar essas pessoas, levando-as ao descrédito social. Estas acabam incorporando o ponto de vista da coletividade a seu respeito, aprendendo a ver a si próprias como portadores de alguma qualidade indesejável, limitadas e inadequadas, que não podem participar de muitas das atividades normais de pessoas comuns. Essa trágica ironia constitui-se num ponto fundamental para a construção da identidade de pessoa desviante.*

*Por fim, a condição de desviante acaba tornando-se o status principal dessas pessoas. Passam a ser vistas primariamente como portadores de alguma quali-*



*dade indesejável (alcoolista, deficiente, aidético, homossexual, presidiário, doente mental etc. [eu incluiria pessoas não brancas], e apenas secundariamente as outras condições (homem, mulher, pai, mãe, criança, estudante, trabalhador etc.) são lembradas (Omote, 2021, p. 77).*

Sugiro aqui que as pessoas de ascendência japonesa, no Brasil, são tidas também como desviantes, ainda que as diferenças que as marcam possam, por vezes, ser encaradas como “positivas”, pois na realidade escondem o preconceito. Isso dialoga com a ideia de “outsider” de Adachi (2004), em que os nipo-descendentes são deixados de fora quando se pensa no continuum negro-brancos ou no continuum pobres-ricos. O pior dessa situação é que os nipo-descendentes só são inseridos nesse “cálculo” para se contraporem a outras minorias étnicas. Isto é, os nipo-descendentes “de sucesso”, que cresceram em suas carreiras, que subiram na escala socioeconômica, só são considerados para contrapor aos fracassos de outras minorias, como os negros, o que também foi apontado por Wu (2014).

## 5. CONCLUSÃO

Como vimos, existem muitos modelos teóricos que buscaram compreender a experiência de japoneses e nipo-descendentes no Brasil. Esses modelos são de extrema importância para a discussão de temas como imigração, identidade, etnicidade e ajudaram a compreender partes de uma questão que até hoje tem relevância. Mas, o problema desses modelos teóricos reside exatamente aí. Explicar partes é tomar as pessoas estudadas também como concebidas por partes que, somadas, formam o todo. Alguns autores e autoras, já atentos a isso, relativizam essas questões e dão o caminho mais ou menos a seguir.

Victor Hugo Kebbe (2011) atenta para o fato de que a metáfora da queda de braço para a negociação da identidade nacional, levada a cabo por Lesser (2001), sugere que essas pessoas possuem uma consciência de agência muito forte sobre aquilo que constitui suas identidades. Para ele, essa noção atualiza a percepção de uma etnicidade e de identidade de sujeitos como fazendo parte de um grupo supostamente homogêneo. Além disso, a questão não está na “negociação de identidades’ como o embate de entes ou categorias estanques que definem um grupo em relação a outro”. Para ele,

*a busca está em observar e compreender deslocamentos dentro de dicotomias*

*ou binarismos com “relacionalidades integralmente implicadas” nos próprios corpos/pessoas, instâncias em que o “japonês” está contido no “brasileiro”, o “brasileiro” está contido no “japonês”, a exterioridade está contida na interioridade etc., alternando-se continuamente entre estados variados: “um é uma versão do outro, numa forma ‘diferente’”. Percebemos na verdade o quão “borradas estão as fronteiras entre o que define nipo” e o “brasileiro”. Como entenderíamos os nikkeis ou os “nipo-brasileiros” se nos livrássemos da fronteira, do hífen? (Kebbe, 2011, p. 177-178, grifo do autor).*

Segundo a perspectiva de Kebbe (2011), as experiências dessas pessoas são muito sofisticadas para serem pensadas em termos essencializantes. As relações que definem as vidas dessas pessoas, as relações entre elas são muito mais complexas do que apenas aquelas atravessadas por Estado-nação e/ou fenótipo e/ou raça e/ou estereótipos, entre outros. A experiência de ser *japonês*, nessa visão, é atravessada por todas essas categorias ao mesmo tempo, sendo importante prestar atenção, e com mais sensibilidade, para as maneiras como as pessoas pensam essas supostas fronteiras, que são mais porosas, mais fluidas e mais borradas do que se supunha até então.

No artigo *Estar nipo-brasileiro? Reflexões acerca da “identidade nipo-brasileira”*, Kebbe (2008b) critica estudos que “tratam da busca de entendimento por uma ‘identidade nipo-brasileira’ ou um ‘ente’, uma ‘essência’ deste grupo que precisa ser desvelada” (Kebbe, 2008b, p. 20). O autor propõe que nos afastemos dessa busca pela “essência” e estudemos, “a partir de uma perspectiva relacional, as maneiras como são produzidos os inúmeros ‘agenciamentos de devires’ (Viveiros de Castro 2007:98) destas pessoas” (Kebbe, 2008b, p. 20).

O modelo de Tsuda (2000) também tem sido muito criticado, especialmente por sua noção de grupo étnico que parece remeter ao conceito barthiano, amplamente frequentado na literatura antropológica. De acordo com Diego Villar (2004), o problema da teoria barthiana é que ela se sustenta na suposição de um ator que “calcula custos e benefícios antes de empreender qualquer ação” (Villar, 2004, p. 184). Para Villar (2004), não é possível pensar em um grupo homogêneo de atores, que se valem igualmente dos mesmos recursos e “materializam” da mesma maneira suas identidades étnicas.

Nesse mesmo sentido se alinha a crítica de Daniel Linger (2001), antropólogo americano, para quem a “etnicidade fornece um material rico para trabalhar perspectivas e personalidades, mas quando fetichizada ela nutre a exclusividade, autoabsorção e hostilidade” (Linger, 2001, p. XIII, tradução minha). No artigo intitulado *Do Japanese Brazilians Exist?*, o autor problematiza a suposta existência de um grupo ho-

mogêneo de nipo-brasileiros e questiona a ideia de que os nipo-brasileiros são uma diáspora, batendo de frente com as formulações de Tsuda (2000).

Linger (2003) entende que tratar os nipo-brasileiros como uma diáspora japonesa é aceitar que “a ascendência biológica une nativos japoneses e sua prole de nativos japoneses, globalmente dispersos, em uma coletividade substancial, reconhecível” (Linger, 2003, p. 209, tradução minha). Ao final do artigo, Linger questiona o uso dos termos nipo-brasileiro e nikkei para tratar das pessoas com quem conversou durante seu campo. Para ele, embora sejam termos autodesignados, não se pode assumir que eles significam a mesma coisa para todos que os utilizam, de modo que o grupo não necessariamente existe. Além do mais, “ao focar em grupos presumidos tais como os ‘nipo-brasileiros’, direciona-se a atenção para, e tende-se a reificar, uma abstração teórica” (Linger, 2003, p. 212, tradução minha).

Quero acrescentar aqui outra questão. Tentei mostrar que grande parte da construção da identidade japonesa no Brasil e da identidade nipo-brasileira é atravessada pelo olhar do outro, da sociedade. Vimos com Omote (2021) que as diferenças-desvios são valoradas de acordo com a audiência. No nosso caso, dos nipo-descendentes, essas diferenças-desvio são valoradas como negativas, como desvantajosas pela sociedade. A partir de inúmeros estereótipos que foram construídos ao longo dos 115 anos da imigração japonesa para o Brasil, definiu-se, pela sociedade em geral, que *ser japonês não é algo bom de ser*. Pois, mesmos os estereótipos tidos por alguns como “positivos” são impostos a revelia de quem os recebe, além de serem meras máscaras para o racismo que ocultam.

Quantas vezes fomos chamados de “dedicados”, quando na realidade queriam dizer “facilmente explorados”? Ou “inteligentes”, ao invés de “introvertidos e antissociais”? Ou de “pacientes”, quando queriam nos provocar e ver se, em algum momento, explodiríamos? Além disso, como podem ser considerados estereótipos positivos, se quem define o valor é exatamente quem produz o estereótipo?

Por meio do jogo político, a sociedade brasileira criou imagens dos japoneses e nipo-descendentes a partir de seus próprios interesses. E até hoje esses estereótipos persistem, achatando e marcando as experiências de aproximadamente 1,5 milhão de pessoas. Se esse olhar da sociedade é tão definidor dessas experiências, julgo que talvez devêssemos nos focar mais a estudá-lo, para entender de que maneira o olhar branco da sociedade define o que é desvio e como o valora.

No entanto, estou atenta para o fato de que isso talvez seja um pouco utópico, pois a hegemonia branca não aceita ser questionada, muito menos estudada. A frase de

meu amigo antropólogo seria inquestionável e não machucaria se fosse possível dizer a nossos “amiguinhos” que o problema do racismo no Brasil e no mundo está contido neles, e não em nós. Isso ainda me parece impossível, porque a hegemonia branca não aceita levar a culpa por nada.

Ainda somos massacrados por uma infinidade de estereótipos tidos como “brincadeiras”, como “elogios”. E, por isso, nossos esforços ainda precisam estar voltados a mostrar como as experiências de pessoas nipo-descendentes, de pessoas não brancas no geral, são violentamente atravessadas pelo racismo, como nos ataques de 2021 contra os asiáticos nos Estados Unidos ou mesmo nos metrô de São Paulo durante a pandemia de Covid-19. Esses são casos mais extremos, mas também precisamos estar atentos àqueles que são velados, disfarçados, que se travestem e se entranham nas nossas vidas de maneiras sutis, como no simples “ô, japonês!” gritado na rua enquanto você passa.

## 6. REFERÊNCIAS

ADACHI, Nobuko. Japonês: a marker of social class or a key term in the discourse of race? *Latin American Perspectives*, v. 31, n. 3, p. 48-76, maio 2004.

CANAL DO EDUCADOR. A composição étnica da população brasileira. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/estrategias-ensino/a-composicao-etnica-populacao-brasileira.htm>. Acesso em: 30 ago. 2023.

DEZEM, Rogério. *Matizes do “amarelo”*: a gênese do discurso sobre os orientais no Brasil (1878-1908). São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005. 312 p.

KEBBE, Victor Hugo. *Um jornal entre Brasil e Japão*: a construção de uma identidade para “japoneses no Brasil” e “brasileiros no Japão”. 2008. 171f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008a.

KEBBE, Victor Hugo. *Estar nipo-brasileiro?* Reflexões acerca da “identidade nipo-brasileira”. 2008b. Manuscrito.

KEBBE, Victor Hugo. O centenário da imigração japonesa na mídia “étnica”: a evidência da japonesidade. In: MACHADO, Igor José de Renó (org.). *Japone-*

*sidades multiplicadas: novos estudos sobre a presença japonesa no Brasil.* São Carlos: EdUFSCar, 2011.

KEBBE, Victor Hugo; MACHADO, Igor José de Renó. Mito do sucesso da imigração japonesa, *dekasseguis* e o sonho da comunidade Nikkei. In: ZANINI, Maria Catarina; NETO, Helion Póvoa; SANTOS, Miriam (Org.). *Migrações Internacionais: Valores, capitais e práticas em deslocamento.* Santa Maria: UFSM, 2013.

LESSER, Jeff. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil.* São Paulo: Editora Unesp, 2001.

LINGER, Daniel Touro. *No one home: Brazilian selves remade in Japan.* Stanford: Stanford University Press, 2001.

LINGER, Daniel Touro. Do Japanese Brazilians exist?. In: LESSER, Jeffrey (ed.). *Searching for home abroad: Japanese Brazilians and transnationalism.* Duke: Duke University Press, 2003.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. *Tempo Social: revista de sociologia da USP, São Paulo*, v. 19, n. 1, p. 287-308, nov. 2006.

OGASSAWARA, Juliana Sayuri. O mito da minoria modelo ou porque precisamos discutir discriminação contra asiáticos. *Motherboard*, 07 fev. 2017. Disponível em: [https://motherboard.vice.com/pt\\_br/article/o-mito-da-minoria-modelo?utm\\_source=MBfacebr](https://motherboard.vice.com/pt_br/article/o-mito-da-minoria-modelo?utm_source=MBfacebr). Acesso em: 7 fev. 2017.

OMOTE, Sadao. Deficiência: da diferença ao desvio. In: OMOTE, Sadao; CABRAL, Leonardo S. A. (org.). *Trajatória de construção de uma abordagem social das deficiências.* São Carlos: Edesp, 2021. p. 68-84.

RIAL, Carmen. Japonês está para TV assim como mulato para cerveja: imagens da publicidade no Brasil. *Antropologia em Primeira Mão, Florianópolis*, v. 1, n. 8, p 1-17, 1995.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente.* Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHPUN, Mônica Raisa. História de uma invenção identitária: A estética ni-po-brasileira dos descendentes de imigrantes (temporalidade migratória, etnia e gênero). *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Colloques, 14 mar. 2007. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/3685>. Acesso em: 21 ago. 2023.

TAKEUCHI, Márcia Yumi. A comunidade nipônica e a legitimação de estigmas: o japonês caricaturizado. *Revista USP*, São Paulo, n. 79, p. 173-182, 2008.

TSUDA, Takeyuki. *Migration and Alienation: Japanese-Brazilian Return Migrants and the Search for Homeland Abroad*. 2000. Disponível em: <https://go.gl/jbFk1K>. Acesso em: 29 jan. 2017.

VILLAR, Diego. Uma abordagem crítica do conceito de “etnicidade” na obra de Fredrik Barth. *Mana*, v. 10, n. 1, p. 165-192, 2004.

WU, Ellen D. *The color of success: Asian Americans and the Origins of the Model Minority*. Princeton: Princeton University Press, 2014.

capítulo

# 4



André Kei Shishido

**Reflexões sobre os estereótipos relacionados aos imigrantes japoneses e seus descendentes: uma abordagem atual sobre a cultura nipônica e o papel da publicidade**



## **REFLEXÕES SOBRE OS ESTEREÓTIPOS RELACIONADOS AOS IMIGRANTES JAPONESES E SEUS DESCENDENTES: UMA ABORDAGEM ATUAL SOBRE A CULTURA NIPÔNICA E O PAPEL DA PUBLICIDADE**

André Kei Shishido

### **SUMÁRIO:**

<b>1. Introdução .....</b>	<b>81</b>
<b>2. Objetivos.....</b>	<b>83</b>
<b>3. Conteúdo Bibliográfico .....</b>	<b>83</b>
<b>4. Pesquisa e Metodologia .....</b>	<b>85</b>
<b>5. Resultados.....</b>	<b>87</b>
5.1 Focus group.....	88
5.2 Entrevistas individuais e com caráter qualitativo.....	89
<b>6. Conclusão.....</b>	<b>90</b>
<b>7. Referências Bibliográficas .....</b>	<b>91</b>

### **RESUMO**

O presente trabalho busca discutir a estereotipação de grupos nipônicos, de um ponto de vista contemporâneo e atual, uma vez que a generalização das diferentes etnias, culturas e nacionalidades persiste-se como um assunto profundamente presente no dia a dia da sociedade global atual, como, por exemplo, no tratamento com os imigrantes japoneses e os seus descendentes. Primeiramente, será introduzida a menção à estereotipação de grupos como um todo, a fim de contextualização, para então aprofundar o tema especificamente quanto aos indivíduos de nacionalidade e descendência japonesa. Assim, além de incluir um extenso conteúdo bibliográfico de autores que são diferentes referências no tema, para contribuir para a reflexão, também foram aplicadas duas pesquisas, com pessoas de diferentes etnias, origens, rotinas e culturas, para analisarem a percepção pessoal sobre o estereótipo dos japoneses e seus descendentes na atualidade. Nestas pesquisas, foram apresentadas peças publicitárias e simulações hipotéticas de atividades comuns no dia a dia. Assim, com a elaboração deste trabalho, que é concluído mencionando as percepções dos envolvidos na pesquisa ao analisarem os estereótipos com associações e adjetivos, busca-se acrescentar mais uma reflexão ao universo de projetos relacionados ao tema.



## 1. INTRODUÇÃO

Os estereótipos, o preconceito e a discriminação de grupos são fenômenos presentes desde o surgimento dos primeiros agrupamentos humanos. De acordo com Goffman (1980), “os estereótipos são pressupostos ou rótulos sociais, criados sobre características de grupos para moldar padrões sociais”. Seguindo essa linha, um estereótipo refere-se a certo conjunto de características que são vinculadas a todos os membros de um determinado grupo social, sendo, portanto, uma generalização e uma simplificação que relaciona atributos gerais a características coletivas como idade, raça, sexo, profissão, nacionalidade, região de origem, habilidades sociais e comportamentos, entre outros. Os estereótipos funcionam como modelos que pressupõem e impõem padrões sociais esperados para um indivíduo vinculado à determinada coletividade (LIMA; PEREIRA, 2004).

Pode-se ocorrer um processo discursivo sobre um grupo fenotipicamente homogêneo acompanhado da hierarquização dos grupos humanos e na formulação de juízos negativos sobre os grupos racializados envolvidos (Pereira et al., 2011). Esse processo pode ser intensificado por eventos globais historicamente associados a um grupo e etnia específicos, levando a uma maior marginalização, e preconceitos mais intensos sobre os grupos envolvidos.

Segundo informado no Jornal da USP (2021), em matéria publicada durante o segundo ano da pandemia do COVID-19, a violência e o preconceito contra a população de origem asiática foram acentuados durante o período da pandemia. A matéria informa, ainda, que segundo relatório divulgado em maio de 2021, pelo Stop Asian Hate, movimento que denuncia o aumento dos crimes de ódio contra a comunidade, foram 6.603 casos de violência registrados entre março de 2020 e março de 2021. De acordo com o Departamento de Polícia de Nova York, houve aumento de 1.900% nesses incidentes, além das denúncias que não foram formalmente relatadas.

Ao discutir a facilidade da sociedade em generalizar diferentes grupos e etnias, torna-se necessário mencionar a participação dos veículos e meios de comunicação na disseminação dessa narrativa, como TV, rádio, e mais recentemente nos últimos anos, as redes sociais com o avanço da Internet. Os meios de comunicação de massa utilizam-se de diferentes artifícios para atingir o espectador, como é o caso dos meios publicitários que pretendem vender algo, visando alcançar, de forma eficaz, o seu público-alvo, de modo que o espectador sente-se representado ou identificado pelo conteúdo que é veiculado. Seguindo essa linha, torna-se notória, levando-se em consideração a análise da programação assim como dos conteúdos da grande mídia,

a forma como são trabalhadas as informações, os personagens, as nuances e efeitos de persuasão destinados à venda seja esta de um produto, um padrão, uma ideia ou até mesmo uma ideologia (SILVA; LIMA; ALMEIDA, 2016).

O Brasil, por exemplo, é um dos países que mais movimentou dinheiro e investe em conteúdos publicitários, em que as empresas visam alcançar o público com seu produto ou serviço. De acordo com dados divulgados pela Kantar Ibope Media em 2022, foram investidos mais de 11 bilhões de reais de publicidade no Brasil, no primeiro semestre de 2021. Já em 2022, a publicidade movimentou mais de 21 bilhões de reais no Brasil.

Com a informação do tamanho da publicidade em um país com mais de 200 milhões de habitantes como é o Brasil, torna-se necessário entender como a publicidade pode impactar um tamanho tão volumoso de pessoas.

Nesse sentido, como indicado por Silva, Lima e Almeida (2016), as ferramentas de comunicação podem influenciar o público através do processo de “emulação” (sentimento que incita a igualar-se ou a superar o outro), em que a principal característica se dá, de maneira subconsciente, a gerar a comparação, podendo levar ao preconceito e generalização. Seguindo essa linha, a forma com que asiáticos são representados na mídia pode gerar crenças e estigmas que influenciam na forma com que estes são tratados na sociedade, ao ocorrer a generalização de um determinado comportamento. Na publicidade, podem ser encontrados conteúdos midiáticos que chamam a atenção, por exemplo, por retratar a forma em que um indivíduo nascido no Japão pronuncia erroneamente uma palavra específica do idioma português, ou que mencionam as características dos olhos de indivíduos japoneses, ou até trazendo personagens de descendência japonesa de maneira caricata, ao invés de focar exclusivamente nos benefícios do produto. Hirata (2020) traz em seu trabalho uma lista de exemplos de filmes, novelas e comerciais de TV que tratam indivíduos de origem asiática de forma genérica, ou que optam com frequência por atores de outras etnias ao invés de indivíduos de descendência japonesa. Um exemplo trazido por Hirata (2020) é o de um comercial de TV de uma marca de eletrodomésticos, que promove, em seu conteúdo, elementos estereotípicos como, forte sotaque japonês e pelo uso dos hashis como talheres, caracterizando elementos que reforçam a ideia de que os indivíduos são estrangeiros.

Conforme elucida Francisco Leite, “muitas crenças essencialistas estão enraizadas na sociedade e são exercitadas de forma explícita e muitas vezes niveladas por meio de atitudes e posicionamentos em relação a determinados grupos sociais, considerados minoritários” (LEITE, 2008, p. 3). O presente trabalho visa aprofundar a discussão sobre a generalização de imigrantes japoneses e seus descendentes, trazendo

um profundo conteúdo bibliográfico e uma pesquisa semi-estruturada, para permitir uma reflexão plena sobre o tema.

## 2. OBJETIVOS

O presente trabalho possui, como principal e geral objetivo, ser objeto de contribuição para reflexões, discussões e orientações entre interessados no tema, podendo ser consultado por membros de qualquer área que abranja de alguma forma o estudo do comportamento humano, como pesquisadores, historiadores, antropólogos e docentes.

O objetivo secundário com a publicação deste artigo é o de trazer uma visão prática e aplicada sobre o objeto de estudo, a qual foi alcançada através de duas pesquisas, que foram conduzidas com diferentes grupos de pessoas e que trouxeram o embasamento necessário para o conteúdo teórico abordado.

Além disso, com recentes acontecimentos históricos a nível global, como o ininterrupto avanço da tecnologia, a pandemia do coronavírus (COVID-19), a crescente disputa política entre potências globais e a avançada disseminação de informações, conteúdos e notícias através das redes sociais como Twitter, Instagram, WhatsApp e TikTok, este trabalho procura trazer uma perspectiva atualizada sobre estudos relevantes e marcantes sobre o tema, que foram publicados nas últimas décadas e incluídos neste artigo.

## 3. CONTEÚDO BIBLIOGRÁFICO

Para entender o atual objeto de pesquisa, primeiro verifica-se que a comunicação publicitária tem um impacto direto na percepção dos indivíduos sobre diversos grupos específicos. Em seguida, entende-se que no Brasil há uma quantidade significativa de uma comunidade nipo-brasileira, em que em alguns momentos da história teve seu protagonismo como grupo oprimido, seja por forças externas, como razões políticas, ou pela própria natureza de ser uma minoria étnica de “forasteiros”. Essa opressão surge no cotidiano, mas se alavanca em momentos de maior visibilidade, como nas artes, na cultura e na publicidade, então se chega ao entendimento de como esses estereótipos criados em cima do grupo são utilizados como ferramentas na indústria da mídia (SAKURAI, 2007).

A publicidade, como um todo, com suas mensagens focadas na persuasão e no

convencimento, exerce uma grande influência na identidade dos indivíduos da sociedade, algo que foi amplamente explorado por Dittman (2014) na sua revisão dos efeitos das mídias sociais na imagem de um possível “corpo ideal” para mulheres, em que já é explorado em seu artigo como hipóteses de como esse efeito pode ser real para homens e também para visão de identidade étnica.

Com isso em mente, é possível entender como existe um grande impacto dessa visão na realidade dos cidadãos brasileiros em geral, frente à diversidade característica do país, assim como a grande quantidade de minorias étnicas populacionais. Assim, Naira Amorelli (2020) elabora em seu texto que há um grande crescimento da xenofobia no Brasil, ficando ainda mais evidente quando consideramos a situação proposta da autora: “Assim como o racismo, a xenofobia pode ser expressa de maneira direta ou de maneira sutil, acompanhada por uma agressão verbal ou física, baseada em questões de origem nacional ou regional.”

Da mesma forma que ocorre com outras minorias, a expressão dessa situação transpõe em uma dificuldade grande para que os japoneses que vieram para o Brasil em décadas anteriores terem uma dificuldade para se situar e construir uma identidade. Com essa construção sendo inserida na sociedade constantemente, a violência sutil acaba sendo uma constante realidade, tanto na forma de um discurso de ódio que generaliza diferentes etnias, como as coreanas, chinesas e japonesas.

Destacam-se alguns momentos históricos de grandes proporções que facilitaram a generalização, como a pandemia da COVID-19, em que ocorreram declarações de diversas personalidades acerca do assunto e da origem do agente, como o ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, que por vezes indicou o vírus como sendo um “vírus chinês”. Outro momento importante de grande impacto ocorreu com o ex-presidente do Brasil, Getúlio Vargas, em que foi presenciada durante o Estado Novo (1937-1945), uma postura contra os japoneses por conta dos conflitos da Segunda Guerra Mundial (TAMMARO, 2021).

Acerca do aspecto da publicidade como propagador de estereótipos, percebe-se uma relação de mão dupla, com a propaganda tendo um objetivo de alinhar-se com a sociedade, sendo um material que tem como objetivo fazer com que as pessoas se identifiquem com um assunto, com a sociedade sendo fortemente influenciada pela propaganda, pela própria amplitude de impactos e eventos. Silva (2022) coloca em seu livro que a propaganda “é a divulgação de doutrinas, opiniões, informações e afirmações baseadas em fatos, verdadeiros ou falsos” e que há o objetivo de influenciar o comportamento do público em geral ou de um grupo de pessoas consideradas como cidadãos. No sentido comercial, significa a divulgação de mensagens por meio de anúncios com o fim de influenciar o público como consumidor.

A comunidade nipo-brasileira tem início em 1908, sendo o ano em que se atracou o primeiro navio de imigração japonesa no Brasil. Do porto de Kobe a embarcação trouxe, em uma viagem de 52 dias, os 781 primeiros imigrantes vinculados ao acordo imigratório estabelecido entre Brasil e Japão, além de 12 passageiros independentes, de acordo com informações do Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil.

De acordo com a mesma fonte, “os anos 60 foram marcados, em muitos aspectos, pela integração dos nikkeis à sociedade brasileira”. Além da participação ativa na vida política por meio de seus representantes nas casas legislativas, eles começaram a despontar nas áreas culturais, notadamente na grande imprensa, onde o pioneiro foi Hideo Onaga, na Folha de São Paulo, e nas artes plásticas, com destaque para Manabu Mabe. Neste mesmo período, durante o governo Costa e Silva (1967-1969), também foi nomeado o primeiro ministro descendente de japoneses, o empresário Fábio Yassuda, que assumiu o cargo de Ministro da Indústria e Comércio sem, no entanto, cumprir integralmente sua gestão.

Já a partir da década de 70, surgiram as primeiras obras literárias escritas, tendo como temas a história do Japão e os imigrantes, entre eles, “Japão Passado e Presente”, de José Yamashiro (1978), “História dos Samurais”, também de Yamashiro (1982), e a obra considerada como referência obrigatória dentro da história da imigração, que é “O Imigrante Japonês”, de Tomoo Handa, lançado em 1987. Em 1988, o censo demográfico da comunidade, feito por amostragem, estimava o número de nikkeis no país em 1.228.000 pessoas. Estima-se que existam, aproximadamente, 3,8 milhões de nikkeis no mundo, a maioria deles no Brasil, que registra aproximadamente 2 milhões (BERTANI, 2020).

#### 4. PESQUISA E METODOLOGIA

Conforme mencionado anteriormente, para embasar o conteúdo teórico abordado neste trabalho, foram realizadas também duas pesquisas com diferentes grupos de pessoas: um focus group realizado com dez pessoas e que almejou a discussão de diferentes visões entre os presentes, e uma pesquisa de caráter qualitativo, que foi conduzida de maneira online e individual, com outras dez pessoas.

O focus group consiste em uma técnica de pesquisa qualitativa de entrevista em profundidade realizada em grupos, contendo, normalmente, de seis a dez pessoas, com o objetivo de captar o entendimento dos participantes sobre o tópico de interesse da pesquisa. Estes interagem uns com os outros e com os moderadores, apontando as respostas

às ideias e pelas colocações feitas durante a discussão, estimulados por comentários ou questões levantadas pelos moderadores, e os dados das discussões do grupo são transcritos e acrescidos das anotações e reflexões dos moderadores e de outros observadores (PATTON, 2002). No caso do presente trabalho, foi realizado um focus group no dia 21 de julho de 2023, em uma sala de reuniões de um hotel na zona sul de São Paulo (SP), com dez pessoas, que aceitaram participar de maneira espontânea. Inicialmente, foi solicitado que cada um dos convidados escrevesse espontaneamente três adjetivos que eles acreditavam ser associados aos descendentes de asiáticos de uma forma geral. Após esse momento, foram entregues materiais impressos com fotos de campanhas publicitárias de marcas (que comercializam eletrodomésticos, carros, e pacote de viagens, respectivamente) que utilizaram elementos da cultura asiática para divulgar o produto oferecido, como atores de feições asiática, elementos da cultura local e figuras de linguagem estereotipadas. Além disso, também foram exibidos, na televisão da sala, conteúdos de diferentes décadas, como comerciais de TV, novelas, filmes e seriados. Após a exibição dos materiais impressos e dos comerciais de TV para os presentes na sala, foi solicitado que eles mencionassem espontaneamente três adjetivos que caracterizassem os personagens de descendência japonesa retratados nas peças, em seguida três adjetivos que resumissem o sentimento de cada um perante o conteúdo exposto, e por último, que indicassem em uma escala de 0 a 10 o quanto eles estariam dispostos a comprar ou assinar o produto oferecido pela marca. A atividade durou cerca de duas horas, entre apresentação do entrevistador, introdução, distribuição dos materiais, discussão, reflexão e fechamento. Em relação às características dos dez envolvidos no focus group, participaram cinco homens (cisgênero) e cinco mulheres (cisgênero), com idades que variavam de 19 a 54 anos. 80% dos entrevistados possuíam escolaridade superior completa, enquanto 20% dos presentes estão cursando algum curso de ensino superior no momento. Dos 10 entrevistados, metade possuía descendência japonesa, enquanto a outra metade se identificava como caucasiano/branco.



(Fonte: Freepik)

Imagem 1 - Exemplo de execução de um focusgroup

Já a pesquisa conduzida de forma online e individual, teve caráter qualitativo, descritivo e exploratório. Para evitar qualquer viés, opinião externa ou discussão com terceiros, definiu-se a dinâmica de ter apenas o convidado e o moderador na sala online de reunião. Essa etapa foi realizada entre os dias 14 e 21 de julho de 2023. Foram convidadas dez pessoas, que aceitaram participar de maneira espontânea. Em relação ao grupo, foram recrutados cinco homens (cisgênero) e cinco mulheres (cisgênero), e as idades variaram de 18 a 63 anos. No momento da atividade, 90% dos presentes possuíam escolaridade superior completa, enquanto 10% estava realizando curso pré-vestibular para ingressar em um curso de ensino superior. 60% dos presentes possuíam descendência japonesa, enquanto 40% se identificavam como caucasianos/brancos. A sessão com cada convidado durou cerca de 30 minutos, logo, no total, foram demandados 300 minutos nessa etapa somando todos os envolvidos, ou cinco horas. Com um conteúdo exclusivamente qualitativo, com o objetivo de realizar análises de discursos de cada um dos convidados frente ao tema da pesquisa, foram expostos os mesmos conteúdos. Foi solicitado que os convidados comentassem o conteúdo exposto simultaneamente à exposição dele, apontando como estavam se sentindo, se concordavam ou discordavam da narrativa do comercial, entre outras opiniões. Nessa etapa, foi realizada análise de discurso, ou seja, foram destacados trechos pertinentes para o presente estudo, relatados pelos próprios entrevistados, como a descrição da visão que tiveram em relação às obras expostas.



(Fonte: Freepik)

Imagem 2 - Exemplo de entrevista qualitativa realizada

## 5. RESULTADOS

Em relação aos resultados extraídos das pesquisas, além de trazer os números das pesquisas em caráter de escala (0 a 10), também serão destacados abaixo alguns trechos relatados pelos presentes no focus group e na pesquisa online, que chamaram atenção.

## 5.1 Focus group

Primeiramente, torna-se necessário destacar a riqueza de detalhes extraídos nessa atividade, a qual foi possível através da contribuição e proatividade dos presentes. Realizado no dia 21 de julho de 2023, o focus group permitiu enxergar diferentes pontos de vista, especialmente dos participantes que não eram de descendência japonesa.

Nessa etapa, foi solicitado que os presentes escrevessem três adjetivos que definissem os descendentes japoneses, depois que escrevessem três adjetivos que definissem os personagens retratados nas peças publicitárias, em seguida que escrevessem três palavras que resumissem o sentimento de cada um ao assistirem aos conteúdos, e por último que indicassem de 0 a 10 qual era a probabilidade de comprarem ou assinarem o produto oferecido pela marca criadora do conteúdo.

Assim, ao recolher os resultados e analisar as anotações de cada um, percebe-se que os adjetivos mais mencionados ao definir os descendentes japoneses foram: educados (com oito menções), inteligentes (com oito menções) e tímidos (com seis menções). Outras palavras mencionadas foram: gentis, prestativos, avançados e modernos. Em seguida, em relação às características dos membros de descendência japonesa retratados nas peças publicitárias, as palavras mais mencionadas foram: ingênuos (com sete menções), engraçados (seis menções) e inocentes (seis menções). Outras palavras mencionadas foram: estereotipados, enganados, desvalorizados, prejudicados. Em relação aos sentimentos retratados ao assistirem às peças publicitárias, as palavras mais mencionadas pelos presentes foram: ofendidos (oito menções), injustiçados (sete menções) e errado (cinco menções). Outras palavras foram: insultado, ultrajado, enjoado, triste, chateado. Sobre a probabilidade de 0 a 10, de comprar ou assinar o produto oferecido pela marca que criou a peça exibida no focus group, a média foi de 2,4. Para dar a nota, os presentes justificaram que julgaram a eficácia, utilidade, importância do produto oferecido, mas também pensaram e levaram em consideração o conteúdo estereotipado exibido. Abaixo, são destacados trechos pertinentes relatados pelos presentes:

Sobre o estereótipo enfrentado no dia a dia e contextualizado nas peças publicitárias:

“Acredito que as pessoas ainda tenham uma imagem estereotipada dos japoneses e seus descendentes, principalmente devido à linguagem, idioma e sotaque. Associam gentileza, educação e calma, com inocentes, fáceis de enganar, bobos.” (T.M.O., homem, 28 anos).

O ponto de vista de um não-descendente de japoneses sobre o conteúdo discutido:



“Não é um preconceito que enfrento no dia a dia, mas é claro que o povo retratado nos comerciais não possui as características assim de verdade. São retratados assim para estereotipar algo mentiroso, para gerar humor e deboche, esse tipo de generalização deveria ficar no passado.” (A.A.W., homem, 42 anos).

Sobre como a mídia, as empresas e a imprensa poderiam atuar para evitar a generalização e preconceito:

“Para quem divulga os estereótipos, poderiam elaborar comerciais que reforçam pontos positivos da cultura japonesa, como o profissionalismo, a seriedade e a gentileza. Não seria parar de retratar esse público, apenas direcionar para um viés mais sério, imparcial e não preconceituoso.” (T.N.C., mulher, 33 anos).

## **5.2 Entrevistas individuais e com caráter qualitativo**

Já em relação às entrevistas conduzidas de forma online e individual, em que houve aplicação de análise de discurso para entender a pesquisa aplicada, também foram identificados trechos pertinentes aos objetos de pesquisa. O principal ponto mencionado, majoritariamente pelos membros, foi de que ainda há em pleno século 21, uma aplicação generalizada de diferentes povos, na publicidade, nas conversas do dia a dia, nas novelas, no teatro, entre outros, como a estereotipação, limitação e aplicação incorreta de características sobre mulheres, povos de origem indígena, povos de descendência japonesa, pessoas nascidas em Portugal, afro-descendentes e pessoas com algum tipo de deficiência, por exemplo. Nas entrevistas online, os voluntários comentaram que no caso das generalizações, são na maior parte das vezes, aplicadas de maneira negativa, reforçando estereótipos que visam difamar e rebaixar os públicos retratados.

Entre os relatos dos dez membros entrevistados, destacam-se os trechos abaixo:

“Ainda que os povos de origem asiática sejam desenvolvidos, estejam em evidência pelo nível da economia, pelo bem-estar social ou pelas belezas naturais, as pessoas insistem em generalizar os seus descendentes com gestos ou ofensas irresponsáveis.” (A.D., mulher, 50 anos).

Abaixo, o relato de um cidadão descendente de japoneses, com idade mais avançada:

“O preconceito e generalização ocorrem comigo desde que eu era mais novo. Com a pandemia, o preconceito em cima de povos de origem asiática cresceu muito. Mesmo que sejam pessoas de descendência japonesa, chinesa, coreana, as pessoas se limitam a falar que aquela pessoa é “japonesa” simplesmente, e a mídia muitas vezes amplifica esse comportamento errado em filmes, novelas etc.” (D.F., homem, 63 anos).

Por fim, destaca-se outro relato de uma pessoa que relata como é desnecessária a exposição de um determinado público de maneira negativa em um conteúdo publicitário:

“Esse tipo de comercial não é benéfico para o produto. A pessoa não foca no produto vendido, ela presta atenção no conteúdo, que é ofensivo. Já assisti novelas e comerciais de TV que usam o nome de um país ou de um povo de modo benéfico, então elogia o produto e ainda reforça a qualidade do povo que criou aquele produto, por exemplo.” (B.C.A., mulher, 24 anos).

## 6. CONCLUSÃO

Em virtude do conteúdo mencionado, o presente trabalho buscou trazer uma visão teórica e prática sobre a estereotipação dos japoneses e seus descendentes, para trazer uma discussão de maneira assertiva e completa. Assim, através de uma ampla gama de conteúdo teórico, além de duas dinâmicas (um focus group e uma pesquisa qualitativa online) aplicadas para dez pessoas cada uma, o artigo também trouxe o papel da publicidade, da mídia, da imprensa e das empresas para propagar generalizações e falsas narrativas sobre grupos específicos. Através das pesquisas aplicadas, foi possível apurar que a generalização dos cidadãos japoneses e seus descendentes ainda é um assunto presente ao redor do mundo, e ainda encara um crescimento nos últimos anos, por fatores globais como disputas políticas e a pandemia da COVID-19, que teve início no ano de 2020, e que trouxe mais preconceito no dia a dia de membros de descendência asiática como um todo. Além disso, com o presente trabalho, traz-se uma reflexão sobre como a publicidade e a mídia (especialmente em conteúdos para TV e redes sociais) podem amplificar preconceito sobre determinados grupos, portanto, caso esses veículos de comunicação passem a divulgar uma narrativa correta, precisa e imparcial sobre diferentes públicos, será possível direcionar a generalização para características positivas. Para estudos e trabalhos futuros, que decidam explorar de forma exclusivamente quantitativa a percepção da população não descendente em geral, pode ser possível identificar o preconceito

com outro tipo de abordagem. As consequências de viver em um ambiente ou local que já tem uma expectativa altamente restritiva sobre como os descendentes são, podem ser impactantes para a vida das pessoas que fazem parte destes grupos, sendo que esses impactos e como eles se reproduzem também são temas que podem ser aprofundados. A proposta do presente estudo não tem como objetivo determinar soluções para a situação, mas trazer insights sobre a origem, razões, objetos de propagação e testes de hipóteses de como as pessoas podem contornar de forma mais assertiva esse tema, reduzindo as consequências desse preconceito.

Há estudos que indicam como esse preconceito é real e pode ser sentido pelas partes envolvidas, tanto descendentes, quanto pela população geral. A publicidade tem se tornado gradativamente mais “preocupada” em não enfatizar preconceitos, podendo ser considerada socialmente aceita e politicamente correta, porém, quando se observam vídeos curtos em redes sociais, relacionados a asiáticos e seus descendentes, ainda há uma estereotipação, fazendo comentários carregados de escárnio, que podem ser tomados para próximos assuntos estudados, considerando seu potencial impacto e consequência para os grupos envolvidos.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORELLI, Naira. A xenofobia no Brasil e no mundo. Universidade Federal de Juiz de Fora (2020).

GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

HATUGAI, Érica Rosa. 2018. Um corpo como fronteira: Parentesco e identificações entre descendentes nipônicos “mestiços”. Tese de doutorado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

HIRATA, F. N. Asiáticos amarelos na publicidade brasileira: representação, estereótipos e micro-agressões. Fernanda Nakandakari Hirata; orientador, Francisco Leite. São Paulo, 2020.

Jornal da USP. População de origem asiática é vítima de violência e preconceito na pandemia. São Paulo. SP, 2021.

LEITE, F. Comunicação e cognição: os efeitos da propaganda contra-intuitiva no deslocamento de crenças e estereótipos. Vol 13, p. 131-141. Ciências & Cognição. São Paulo, 2008.

LIMA, M. E. & PEREIRA, M. E. Estereótipos, preconceito e discriminação. Bahia: Lopes, 2004.

PATTON, Michael Quinn. Qualitative research & evaluation methods. 3rd ed. Thousand Oaks, Califórnia: SagePublications, 2002. p.385-391.

PEREIRA, M. E. Psicologia social dos estereótipos. São Paulo, SP: EPU, 2002.

PEREIRA, M. E., ALVARO, J. L., OLIVEIRA, A. C., & DANTAS, G. S. (2011). Estereótipos e essencialização de brancos e negros: um estudo comparativo. Psicologia & Sociedade, 23(1), 144-153.

PERLOFF, R. M. (2014). Social Media Effects on Young Women's Body Image Concerns: Theoretical Perspectives and an Agenda for Research. Sex Roles, 71(11-12), 363-377.

SILVA, M. M. A., LIMA, V. S., ALMEIDA R. M. V. O papel social da propaganda. Pernambuco, 2016.

SILVA, Zander Campos da. Dicionário de Marketing e Propaganda. 1976.

Legislative Assembly of Rio Grande do Sul. (25/06/2020). Dia Estadual do Nikkei reconhece a contribuição do povo japonês ao desenvolvimento do RS.

SAKURAI, Célia. Os japoneses. Editora Contexto. São Paulo, SP: 2007.

capítulo

# 5



Beatriz Martignoni Hochmüller

**Olhares que incomodam:  
reflexões sobre as  
representações femininas  
japonesas através da imprensa  
gaúcha (século XX)**



## **OLHARES QUE INCOMODAM: REFLEXÕES SOBRE AS REPRESENTAÇÕES FEMININAS JAPONESAS ATRAVÉS DA IMPRENSA GAÚCHA (SÉCULO XX).**

Beatriz Martignoni Hochmüller<sup>1</sup>

### **SUMÁRIO:**

1. Introdução.....	94
2. "O imigrante que nos convém": os desafios da diáspora japonesa no Brasil. ....	95
3. Da "exótica" à "subversiva": O papel da imprensa gaúcha na construção de representações em torno das mulheres japonesas. ....	101
4. Considerações finais. ....	109
5. Fontes. ....	111
6. Referências.....	111

### **1. INTRODUÇÃO**

A presente monografia teve sua origem em questionamentos de como as mulheres japonesas experienciaram o processo de imigração para o Brasil e, aliado a isso, como as representações foram construídas em torno dessas mulheres, especialmente daquelas que vieram para o Rio Grande do Sul. Pela imigração japonesa ter sido objeto de vários estudos em outras áreas do conhecimento, é que este trabalho também buscou responder algumas indagações a respeito de como esse fenômeno é estudado dentro da História, sobretudo levando em consideração aqueles debates que circundam o campo dos estudos de gênero. Se, conforme Célia Sakurai (2019), chegaram aqui no Brasil cerca de 250 mil japoneses (as) entre os anos de 1908 e final dos anos 1970, onde essas e esses imigrantes estariam no Rio Grande do Sul? Será que existiriam espaços, pessoas ou até mesmo documentos dentro do estado que pudessem ser acessados para se compreender melhor as experiências migratórias japonesas?

Tendo em vista isso, é que esta pesquisa se insere não apenas enquanto uma tentativa inicial de trazer atuais reflexões em torno dessa migração para o solo gaúcho, mas também como diferentes práticas discursivas e imagéticas influenciaram nas gerações anteriores e seguintes, especialmente quando pensadas as questões que envolvem a exotização e a estereotipação das representantes femininas dessas comunidades. É justamente pela possibilidade de haver outros aspectos a serem explorados dentro dessa temática que trago como sugestões

<sup>1</sup> Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestranda em História no Programa de Pós-Graduação em História da mesma Universidade (PPGH/UFRGS). beatrizhochmuller24@gmail.com

possíveis e novas discussões, a fim de serem revisitadas e questionadas.

Assim, para compor esta monografia, e também para se ter um entendimento mais amplo de como se sucedeu a construção de alguns estereótipos em torno dessas comunidades, é que foram escolhidas e analisadas três fotorreportagens, as quais se encontram disponibilizadas em formato *online* na Hemeroteca da Biblioteca Nacional (BNDigital). Essa escolha foi feita a partir de dois critérios principais: (1) são fotorreportagens que estão inseridas em seções voltadas para o público feminino destes periódicos; (2) são matérias e colunas que contêm informações específicas sobre a presença feminina japonesa no Brasil. A análise das fotorreportagens se deu a partir das problematizações e considerações propostas por Kossoy<sup>2</sup> (2002).

Portanto, é a partir tanto desses questionamentos enquanto pesquisadora e historiadora da área, quanto pela importância de estudos que valorizem a presença e a diversidade das populações asiáticas que compõem o território nacional que se buscou, por meio deste, demonstrar como as representações, sobretudo àquelas que envolvem as mulheres japonesas, dependerão das condições históricas, sociais, políticas, econômicas e diplomáticas em que estão inseridas. Dependendo dos interesses daquelas que as forjam e das articulações individuais e coletivas dos (as) japoneses (as), essas serão mobilizadas a partir do confronto desses interesses, podendo ser atualizadas e/ou (re) acessadas pelos mais diversos segmentos sociais.

## **2. "O IMIGRANTE QUE NOS CONVÉM": OS DESAFIOS DA DIÁSPORA JAPONESA NO BRASIL**

Antes de nos determos nas discussões que envolvem as representações em torno das mulheres japonesas, é importante ter em mente que esse fenômeno migratório não é exatamente idêntico às outras migrações internacionais (MAKINO, 2010), assim como os estereótipos que serão construídos em torno desses (as) imigrantes não serão os mesmos quando comparados com outros grupos étnicos. Dessa forma, e levando em consideração isso, é que pretendo não apenas contextualizar breve-

---

<sup>2</sup> Por meio das ideias que envolvem aquilo que o autor denomina como "desmontagem do processo de construção fotográfica" (KOSSOY, 2002), busquei realizar a análise das matérias jornalísticas tanto do ponto de vista iconográfico (o que aparece visível na fotografia) quanto pelo iconológico (questionar o processo de criação que resultou em tal representação), a fim de demonstrar como as fotografias que estão presentes nos periódicos passam por um processo de escolha e de seleção, assim como de que estas devem ser analisadas conjuntamente aos seus conteúdos discursivos.

mente o processo migratório de japoneses (as) para o Brasil — e conseqüentemente para o Rio Grande do Sul —, mas também como essas representações passaram por construções e reformulações, especialmente devido à instauração do Estado Novo (1937 – 1945) e da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945).

Partindo da ideia de que as representações referem-se a um processo dinâmico e interativo que envolve tanto a produção quanto a recepção dos “significados” atribuídos a uma determinada identidade (CHARTIER, 2002), procurou-se salientar também como essas representações foram mobilizadas e de que forma essas se relacionam com os eventos históricos, visto que influenciaram tanto individualmente quanto coletivamente na vida dos (as) integrantes das comunidades japonesas, especialmente após a suspensão das relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão na década de 1950.

Assim, pode-se dizer que a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Brasil e Japão em 1835 foi um passo marcante para a manutenção das relações diplomáticas entre os dois países, mas não significou a saída imediata dos japoneses e das japonesas para o Brasil. Conforme Tanaka (2003) é apenas em 1902 que o governo brasileiro passa a se interessar pela mão de obra japonesa, visto que neste momento o governo italiano restringia a vinda de novos imigrantes.

Porém, por parte do Estado brasileiro, é importante evidenciar que essa restrição italiana não foi o único fator que dificultou a imigração japonesa para o Brasil. Para Dezem (2005), antes mesmo de sua chegada, já existia, ainda que de forma indefinida, concepções e imagens associadas ao “perigo amarelo” no universo mental da população brasileira, principalmente na região Sudeste do país. Ainda de acordo com o historiador, diversos atores sociais influenciaram na construção de representações ambíguas sobre o “elemento oriental”, que ora trazia aspectos positivos e idealizados dos amarelos, ora aspectos negativos sobre a substituição da mão de obra negra livre pela asiática no trabalho da lavoura.

Apesar de haver a necessidade de manutenção da mão de obra vigente, ainda sim os interesses políticos brasileiros priorizavam trabalhadores e trabalhadoras que atendessem às expectativas de manter seus projetos de branqueamento populacional, uma vez que a presença de imigrantes asiáticos no país reforçava o “atraso” racial do Brasil quando comparado com outras nações globais. No entanto, independentemente das discordâncias da opinião pública sobre a inserção de imigrantes japoneses no Brasil, isso não impediu completamente a chegada destes e destas em meados de junho de 1908, quando o navio *Kasato Maru* atracou no porto de Santos, com os primeiros 781 integrantes oriundos de diversas regiões e de ofícios variados da que viria a ser a maior comunidade japonesa fora do Japão.



Mesmo com a divulgação em massa feita pelas companhias de emigração, ainda sim muitos imigrantes japoneses que aqui chegaram possuíam poucas informações do que verdadeiramente era o Brasil. A falta de conhecimento sobre as reais dimensões do país, da diversidade cultural e muito menos do que significava conviver com pessoas de outras nacionalidades e de diferentes raízes culturais, fizeram com que os japoneses e as japonesas mostrassem um desânimo e uma frustração quanto ao Brasil que estava diante de seus olhos: “Mentiu quem disse que o Brasil era bom, mentiu a companhia de emigração” (HANDA, 1987).

Ademais, a dificuldade de comunicação, de adaptação ao clima e ao trabalho nas lavouras, assim como a culinária, foram os principais obstáculos que eles (as) encontraram ao migrarem para o país, sobretudo quando houve a sua distribuição para as fazendas de café no interior de São Paulo, seu primeiro destino agora em terras brasileiras. É importante destacar que as primeiras famílias tinham o desejo de retornar ao país de origem enriquecidas, mas que, ao chegarem aos cafezais, encontram-se na situação de que o tão sonhado retorno não seria possível, e que o dito “enriquecimento rápido” divulgado pelas companhias governamentais estava longe de se tornar realidade.

Com relação aos fazendeiros, que esperavam colonos dóceis e favoráveis ao trabalho árduo nas lavouras, logo descobriram que essas famílias eram tão avessas aos maus-tratos quanto os (as) outros (as) imigrantes, fugindo completamente do ideal de imigrante (branco, europeu e católico) que eles tanto esperavam possuir em suas terras (LESSER, 2015). Conforme iam se estabelecendo, aos poucos e em um curto período de tempo, as famílias que aqui se fixaram conseguiram modificar o quadro negativo que até então havia experienciado, transformando-se em pequenos proprietários.

A partir de 1917, e tendo em vista a grande fuga de japoneses (as) das fazendas de café, é que o governo do estado de São Paulo, conjuntamente com as empresas público-privadas nipônicas, começam a organizar colônias exclusivamente japonesas, que viriam a auxiliar em mudanças no modelo das migrações que vinham sendo empregadas no território brasileiro. Dessa primeira fase da imigração, também conhecida como experimental, é possível verificar que a produção desses agricultores se diversificava, começando o estabelecimento de colônias voltadas para a produção de café, algodão, arroz, chá, bicho da seda e hortaliças para o abastecimento das cidades.

No entanto, por mais que esses e essas imigrantes comessem a demonstrar um relativo êxito nos seus empreendimentos, os quais estavam dando frutos de uma possível estabilidade, isso não quer dizer que os debates em torno da assimilação dos (as) japoneses (as), assim como o “medo social da mongolização” (LESSER,

2001, p. 159) deixassem de existir no seio da sociedade brasileira. À medida que o número da entrada de japoneses e japonesas aumentava, um crescente sentimento anti-japonês se desenvolvia em meio às elites e às classes trabalhadoras, acirrando-se em meados da década de 1920 e especialmente no decorrer dos anos 1930 e 1940, em virtude dos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial.

No caso do Brasil, a ideologia orientalista, em conjunto com o mito do “perigo amarelo”, foi mobilizada de forma distinta quando comparada com outros países, visto que houve uma adaptação das teorias raciais advindas da Europa para a realidade brasileira. Essas teorias raciais derivadas da Europa, entre o fim do século XIX e início do século XX, ganharam mais força a partir de 1889, com a proclamação da República, dado que o Estado brasileiro almejava acabar com os resquícios de um passado escravocrata.

Em virtude disso, é que tanto a intelectualidade brasileira quanto suas autoridades políticas utilizaram-se de ideias positivistas de “ordem e progresso social” (DEZEM, 2005, p. 109), aliadas à modelos evolucionistas e do darwinismo social para justificar o seu novo projeto governamental, o qual era fundamentado no futuro de um Brasil branco. E, dessa forma, o discurso formulado teria dois elementos importantes: a raça como um conjunto de características físicas e o meio, que poderia ser modificado de acordo com os lugares (ANDRÉ, 2011, p. 72).

Portanto, é dentro desse contexto que a imigração de populações amarelas era considerada inadequada pelos adeptos às teorias raciais, mas que, em vista da diminuição do trabalho escravo e da escassez de mão de obra europeia, surgiram discussões acerca da empregabilidade e da introdução desses imigrantes asiáticos no território nacional. A primeira tentativa de uma possível utilização de trabalhadores asiáticos amarelos ocorreu em 1810, com a vinda dos trabalhadores “*chins*”<sup>3</sup>, devido à crise da produção de cana-de-açúcar no Nordeste.

Mesmo depois de quase seis décadas da primeira tentativa de introdução dos “*chins*”, os argumentos racialistas continuavam os mesmos: haviam aqueles que eram pró-chineses, que viam na imigração chinesa uma possível forma de o Brasil integrar-se de maneira mais rápida nas disputas comerciais e econômicas que estavam acontecendo mundialmente, e os anti-chineses, que insistiam no “perigo amarelo” que essas comunidades representavam para o país. Esse “obstáculo” da imigração chinesa só seria resolvido em 1880, quando Dom Pedro II negou a entrada de chineses para o Brasil alegando que “estes causariam ainda mais problemas étnicos” (LESSER, 2001, p. 102).

---

3 A escolha do termo “chin” diz respeito a como este era empregado na época, uma vez que vários segmentos sociais se referem aos trabalhadores chineses dessa maneira no Brasil.

Por mais que os debates em torno da imigração chinesa tenham diminuído devido à atitude de Dom Pedro II, o discurso em torno da introdução do amarelo como um possível candidato a substituir a mão de obra europeia e negra no país será parcialmente aplicado aos japoneses e japonesas, tendo em vista alguns acontecimentos da época. Em um primeiro momento, devido a vitória do Japão sobre a China em 1895, a ideia de que japoneses e chineses fossem iguais e pertencessem ao mesmo modelo de raça inferior começa a ser questionado, tornando-se ainda mais enfática quando o Japão ganha a Guerra Russo-Japonesa entre 1904 e 1905.

Contudo, essa diferenciação dura por pouco tempo, pois, no início do século XX, o Japão passa a ser visto como uma nova “ameaça amarela” aos interesses das potências mundiais do período, como Rússia, Estados Unidos e Alemanha, por exemplo. Essa nova ameaça, agora incluindo imagens e estereótipos aos japoneses e às japonesas, também toma novas formas no discurso daqueles que se sentiam ameaçados, afinal, dentro dessa lógica, os súditos do Império do Sol Nascente possuíam um perigo político-militar que lhes permitia o domínio da raça amarela sobre a raça branca.

A conjunção entre ameaça política e ameaça racial, sobretudo enfatizada pela Lei de Imigração de 1924<sup>4</sup>, faz com que se cresça ainda mais uma ambiguidade de ideias vinculadas ao imigrante japonês, ambiguidade essa que pode ser expressa pelo “desejo da nossa elite em repetir a modernidade japonesa [...] e pelo medo da degenerescência racial” (TAKEUCHI, 2008, p. 174). Contudo, o destaque dessas opiniões realmente se dá após a Revolução de 30, em que Getúlio Vargas (1882-1954) promove uma centralização do poder e desenvolve uma política de nacionalização, afetando a comunidade nipônica especialmente no período de seu governo intitulado como Estado Novo (1937-1945). Agora, os ataques à imigração passaram a fazer parte de forma mais ativa da agenda do governo, em que se trocavam as velhas ideias de “branqueamento” por políticas federais que visavam o “abrasileiramento” das populações migrantes (LESSER, 2015).

À vista de uma Segunda Guerra Mundial, Vargas empenhava-se na assinatura de novos decretos que reduzissem a influência estrangeira no Brasil, afinal o país se encontrava repleto de imigrantes das três grandes potências do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Não apenas as medidas restritivas faziam-se presente, como também circulavam representações produzidas pela imprensa brasileira que buscavam “cartoonizar” o desenrolar do conflito.

---

4 Também conhecido como Ato de Imigração de 1924, foi um regime legal de regulação da imigração para os Estados Unidos da América da qual incluía, como legislação parlamentar, tanto a Lei das Origens Nacionais (National Origins Act) como também a Lei da Exclusão dos Asiáticos (Asian Exclusion Act), criando assim um regime jurídico federal que limitava o número de imigrantes a um máximo de 2% do número total de pessoas com aquela origem nacional que já residisse no país em 1890.

Ao reproduzir essas imagens, Takeuchi (2008) acredita que os cartunistas tinham o propósito de realçar certos estigmas sobre essas populações através da encarnação do “ridículo” e do “cômico”, como uma forma de garantir que tanto eles quanto elas representassem não só um perigo à nacionalidade brasileira, como também a certeza de que os membros das comunidades japonesas deveriam ser controlados e vigiados em nome da segurança nacional. Com o propósito de ilustrar esse objetivo dos cartunistas, é que destaco as produções do chargista Benedito Barros Barreto (1897-1947), mais conhecido pelo pseudônimo de Belmonte.

Contratado na época pelo jornal *Folha da Noite* (SP), atual *Folha de São Paulo*, Belmonte concentra seus desenhos em uma série de charges sobre a política internacional, em que não poupou esforços para representar os líderes mundiais e os conflitos emblemáticos que estavam acontecendo durante a Segunda Guerra Mundial, como forma de associar os estereótipos dos líderes aos súditos nipônicos residentes no Brasil, podendo uma de suas representações ser encontrada na Figura 1.

Conforme Takeuchi (2008) aponta, podemos perceber que Belmonte possuía intenções muito claras. Ao retratar o imperador Hirohito travestido de gueixa, em contraponto com a imagem produzida em torno do presidente norte-americano como um “samurai vingador”, o cartunista tenta ridicularizar o nipônico através de características que considerava definidoras das comunidades japonesas: um indivíduo acovardado diante dos seus aliados nazifascistas, com um físico “mediocre”, dentes proeminentes e uma postura “humilde”.



Fonte: Folha da Noite,  
Caricatura dos Tempos,  
São Paulo, 1982.

Figura 1: Caricatura do presidente norte-americano Franklin D. Roosevelt e do imperador japonês Hirohito.

Mobilizando esses tipos de características, Belmonte convida o (a) leitor (a) a criar e a elaborar uma interpretação falsa sobre os (as) japoneses (as), assim como de promover a discriminação deles (as) dentro do Brasil. Ademais, levando em conta a

escolha de Belmonte ao travesti-lo como uma gueixa (sendo esta figura um símbolo cultural de feminilidade japonês) este não só está desconsiderando o imperador enquanto uma figura masculina, mas também está realçando essa representação como uma forma de salientar a “inferioridade japonesa” perante os outros países.

Mesmo com o fim da Segunda Guerra Mundial, a corrente imigratória japonesa suspende-se e, aqueles e aquelas que conseguiram se manter dentro das colônias japonesas ficaram marcados pelo “drama do isolamento e da discriminação sofrida” (KODAMA; SAKURAI, 2008, p. 25), afetando drasticamente o trânsito dessas comunidades dentro do território nacional e, conseqüentemente, para o Rio Grande do Sul.

### 3. DA “EXÓTICA” À “SUBVERSIVA”: O PAPEL DA IMPRENSA GAÚCHA NA CONSTRUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES EM TORNO DAS MULHERES JAPONESAS

Conforme dito anteriormente, sabe-se que a imigração japonesa para o Rio Grande do Sul se deu de forma tardia quando comparada às outras regiões brasileiras, uma vez que os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, aliadas aos planos de governo do Estado Novo, dificultaram a vinda desses (as) imigrantes, além de terem gerado significativas conseqüências nos seus modos de vida. No caso do Rio Grande do Sul, essa imigração começa a partir da década de 1950, a qual ganha seu destaque com o estabelecimento de algumas colônias na região, como as de Santa Maria e de Ivoti<sup>5</sup>, por exemplo.

Todavia, por mais que as comunidades japonesas aqui estabelecidas obtivessem relativos êxitos econômicos para o Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, o reconhecimento de sua importância na formação do território sul-rio-grandense, ainda sim houve não só a difusão de algumas representações em torno desses (as) imigrantes, mas também a propagação de alguns estereótipos, sobretudo vinculados às mulheres japonesas. E, dessa maneira, é que a imprensa gaúcha possui um papel de destaque na construção de imagens, concepções e discursos referentes a essas comunidades.

Assim, para refletirmos sobre como se deram algumas dessas representações e, por conseqüência, a construção e difusão de alguns estereótipos, é preciso antes nos deter um pouco em que situação histórica a imprensa sul-rio-grandense estava inserida no

---

<sup>5</sup> Para conhecer mais sobre as memórias e experiências dessas colônias, e também da imigração japonesa para o estado, indico a leitura e a pesquisa de algumas propostas, tais como os projetos “Colônia Japonesa de Ivoti: Um lugar para lembrar” e “Resgate da História e Valorização da Memória das Famílias Japonesas em Santa Maria, RS: 1958-2008”, assim como o espaço virtual “Memorial de Imigração e Cultura Japonesa do Rio Grande do Sul”.

século XX, trazendo à luz qual era o público-alvo de suas publicações e quais eram os objetivos por trás das informações expressas nos seus periódicos. Portanto, é durante a passagem do século XIX para o XX, que a imprensa gaúcha foi marcada pelas mais diferentes práticas jornalísticas, uma vez que contou com mudanças e diversificações nos modos de realizar as suas publicações. Por mais que o primórdio dessa imprensa tenha sido “fortemente vinculada ao espírito partidário de um engajamento explícito” (ALVES, 2019, p. 163), ao longo do seu desenvolvimento, passou por uma constante reformulação, afastando-se da política e aproximando-se cada vez mais da notícia.

É a partir dessa aproximação com a notícia que encontraremos as mais diversas fotorreportagens vinculadas às mulheres japonesas, principalmente porque, neste outro momento da imprensa, há o surgimento de publicações que são voltadas às mulheres, aos jovens e às crianças. É também neste momento que ocorre uma competição com outros tipos de mídias, como o cinema e, mais tarde, o rádio (HOHL-FELDT, 2006), tendo como principal consequência uma maior busca por se aproximar destes grupos, por meio da incorporação de outros gêneros que pudessem extrapolar a sua “simples” função informativa-opinativa.

*Cada um desses jornais assumiria uma formação discursiva que nortearia seu caráter editorial, uma vez que foi inerente à sua ação a reprodução de uma dada faceta da realidade ocorrida, quer seja, a sua versão para os fatos. Ao construir um discurso, cada jornal construía a sua própria verdade, visando a transpor para o mundo do leitor a sua perspectiva dos acontecimentos, de modo a cumprir o papel da imprensa, ou seja, imprimir hábitos e costumes, formas de pensar e agir, padrões de consumo, entre outros. Constituíam-se então, no que tange ao periodismo, um conjunto de interações mútuas, pelas quais a imprensa influenciava a sociedade, mas também sofria a influência desta, demarcando-se um constante processo dialógico que bem caracterizou as relações extra, intra e interdiscursivas nas práticas jornalísticas de então.* (ALVES, 2019, p. 163)

Tendo em vista o aumento do crescimento urbano, da população e de suas camadas médias, assim como da melhoria no nível de instrução, é que estes periódicos desenvolvem novas estratégias para atrair o maior número de pessoas para consumirem esse veículo e, assim, garantir o seu sucesso no mercado consumidor. Uma das estratégias realizadas foi voltada especialmente às mulheres, através da criação de editoriais<sup>6</sup>, os quais contavam com matérias ou seções que, do ponto de

---

6 O editorial é um gênero textual de cunho jornalístico, opinativo e argumentativo que tem como propósito apresentar uma opinião ou um posicionamento crítico da empresa, do jornal ou da direção a respeito de temas mais patentes no momento da publicação. Portanto, é um texto que sintetiza, em certa maneira, uma leitura geral do momento no qual o jornal está sendo publicado, ao mesmo tempo em que apresenta o posicionamento de sua equipe.

vista desses periódicos, se aproximavam dos interesses femininos.

É interessante notar que, pelos periódicos se utilizarem de uma lógica a partir do gênero para decidirem quais assuntos competem ao masculino e ao feminino, é que notamos como essas divisões dialogam com as ideias de Scott (1990). Quer dizer, ao utilizarem-se dessas divisões, podemos perceber aquilo que a autora entende como gênero: um campo e um meio, que não é único, de significar e articular as relações de poder, assim como de (re) apresentar algumas regras para as experiências femininas e masculinas (SCOTT, 1990).

Dessa maneira, assuntos como educação dos filhos, moda, saúde, culinária entre outros, faziam-se presentes nesses editoriais, visto que, nesse momento, são esses assuntos que diziam respeito ao domínio feminino, os quais são atrelados ao ambiente doméstico e privado. Todavia, para fins deste trabalho, friso também outro assunto que aparecia nesses editoriais, que é o caso das matérias “culturais”, onde são encontradas aquelas que dizem respeito às mulheres japonesas.

Nessas matérias ditas “culturais”, fica evidente como a representação se torna crucial para o desenvolvimento dos objetivos desses jornais, uma vez que nelas estão impressas não apenas os usos e costumes de países que são considerados “exóticos”, mas também ideais de comportamento que deveriam ser desempenhados adequadamente pelas mulheres, como os papéis sociais de mãe e esposa. A primeira fotoreportagem, intitulada “A mulher japonesa”, é um exemplo de como as matérias “culturais” apresentam-se nesses editoriais voltados para o público feminino.

A fim de homenagear as “colônias radicadas em nosso meio” (JORNAL DO DIA, 1963, p. 10), tendo em vista a data comemorativa de nascimento do Imperador do Japão, é que a notícia busca abordar que transformações políticas, sociais e econômicas estavam ocorrendo no período da década de 60 com o país, e especialmente como essas mudanças estavam influenciando na vida das súditas japonesas. Conforme o artigo, foi a partir da promulgação da Constituição de 1947 que essas modificações trouxeram, como principal consequência, tanto um maior acesso dessas mulheres na vida política, como também em espaços educacionais, além de uma maior inserção dessas no mercado de trabalho.

Além disso, o artigo não deixa de fora que questões foram modificadas no âmbito doméstico, assim como as diferenças entre as mulheres japonesas que estavam inseridas em contextos urbanos e aquelas presentes nos espaços rurais. Contudo, por mais que a reportagem traga uma ideia de progresso com relação a essas mudanças, não quer dizer que este avanço é trabalhado, pelos redatores deste artigo, como algo positivo

para a sociedade japonesa, ou até mesmo para ser seguida na brasileira e/ou gaúcha.

Parece-me que, ao relatar como “a mulher japonesa” lidou com a conquista de certos direitos e de uma nova liberdade, ainda assim há uma tentativa, dos redatores da matéria, em mantê-las dentro de seus lugares sociais enquanto mulheres e que, se essas reivindicações propostas por elas são atendidas, outras mulheres devem ter o cuidado e a desconfiança com as nipônicas, pois estas confrontariam a ordem vigente. A maneira como a reportagem está organizada (política e governo, educação e emprego, vida doméstica e organizações femininas), assim como as informações contidas nessa organização, demonstram o que foi dito anteriormente.

Nos tópicos “política e governo” e “organizações femininas”, podemos notar como os redatores têm uma cautela ao tratar os assuntos abordados dentro deles, de forma a não incitar que outras mulheres venham a realizar tais confrontos. E, no caso das organizações femininas,

*[...] podem agir como grupos de pressão em prol de causas boas, porém, simultaneamente, podem ser utilizadas com propósitos políticos.* (JORNAL DO DIA, 1963, p. 10)

Assim, a valorização dos seus direitos deve ser levada em conta apenas quando estas não reivindicam outros lugares sociais de poder que são considerados masculinos e que, quando são reivindicados, as tornam extremamente nocivas para a sociedade como um todo, especialmente quando há um “interesse e preocupação do sexo frágil pela política” (JORNAL DO DIA, 1963, p. 10). Agora, quando estas mantêm os papéis e lugares sociais que lhes foram atribuídos, sobretudo dentro da educação, do emprego e da vida doméstica, elas não representam mais um perigo a ser combatido, mas sim exaltadas pelos seus feitos dentro desses âmbitos. E, portanto, vai ao encontro das ideias de Beauvoir (1980, p. 38):

*Assim, em nossa cultura, a mulher não nasce com o sentido de autenticidade; é-lhe negado constantemente qualquer senso de si mesma. A feminilidade é um destino imposto e arbitrário, que implica uma opção fundamental: a de renunciar a uma parte da sua humanidade, a que se relaciona com o exercício de suas funções culturais; ser mulher na nossa sociedade significa ser submissa em relação aos homens, ser frívola, fraca e aparente. É assim que se define a feminilidade. [...] uma mulher que se esforçasse por ser tão masculina quanto possível seria escarnecida por sua falta de feminilidade; é um fato que se considera a mulher apenas como um sexo, isto é, como uma existência abstrata e dependente, que não é determinada senão pela relação*



*com o homem, e não pelo seu próprio valor. (grifo nosso)*

Ao chamar atenção para a empregabilidade de mulheres dentro do Magistério, assim como para um ideal de casamento do ponto de vista de um “amor romântico” nos tópicos “vida doméstica” e “educação e emprego”, entende-se que há um objetivo específico dos jornalistas de fazer com que as leitoras desse editorial priorizem nas suas vidas papéis sociais que já estão estabelecidos, e que tenham como prioridade empregos e um casamento dos quais possam dedicar-se ao cuidado e ao amor pelos seus filhos e maridos.

*Embora tenham sido emancipadas pelas leis, as agricultoras não são tão felizes como as mulheres que vivem nas zonas urbanas. [...] A introdução nos lares de toda a sorte de utensílios eletrônicos, bem como a mecanização da lavoura, muito contribuiu para que as horas de lazer das donas de casa fossem preenchidas com atividades culturais. (JORNAL DO DIA, 1963, p. 10)*

Nesta citação, podemos notar outra concepção que, para os redatores, também deve permanecer presente na vida dessas mulheres, que é a de felicidade. Ou seja, ao relacionar a felicidade feminina com a ideia de consumo de determinados objetos (especialmente aqueles utilizados no espaço doméstico) e não com esse progresso das mulheres em torno das questões voltadas à vida pública, faz com que novamente sejam reforçados esses lugares, assim como a ideia de que a infelicidade é promovida pela sua emancipação e pela sua garantia de novos direitos enquanto cidadãs.

Com relação à imagem que compõe essa fotorreportagem (presente na próxima página), observa-se que esta foi selecionada, isto é, que foi escolhida pelos redatores com alguns possíveis propósitos. Ao divulgar essa imagem, de duas mulheres japonesas realizando atividades tradicionais e vestidas com um quimono<sup>7</sup>, entende-se que um dos objetivos é o de definir quem seriam essas japonesas: mães e esposas que, mesmo com todas as mudanças políticas e sociais acontecendo em seu país de origem, continuam buscando em suas agendas pessoais estarem vinculadas ao lar e às discussões que remetem ao espaço doméstico e, apesar de todas essas mudanças, continuam persistindo com as “artes do passado”.

Acredito que essas “artes do passado” seriam justamente a manutenção dos lugares sociais comuns de outras mulheres, de papéis sociais que sejam associados a um ideal de maternidade e de matrimônio, dos quais devem ser priorizados, antes da mulher, comportamentos e hábitos que dêem prioridade aos seus maridos e, em seguida, aos seus filhos. Trazer as concepções de modernidade em contraponto com

---

<sup>7</sup> Usados desde antigos tempos, quimono (ou kimono) é o tradicional traje japonês. Historicamente, o uso da vestimenta abrangia pessoas de todas as classes sociais, no entanto, atualmente o kimono não faz mais parte do cotidiano nipônico, sendo visto especificamente em ocasiões especiais.

a tradição é não só uma forma de manter certas relações de poder entre homens e mulheres (SCOTT, 1990), mas também de tentar atribuir características comuns às mulheres japonesas, e diferenciações quando comparadas a outras mulheres.



Figura 4: Japonesas praticando uma atividade tradicional.

Fonte: Jornal do Dia, 21 de abril de 1963.  
Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Outra reportagem, também presente no mesmo periódico, retoma essas concepções de modernidade e de tradição. De acordo com o artigo, “A mulher japonesa de ontem e de hoje” pode, apesar de sobreviver a muitas das antigas tradições, trabalhar, estudar e pedir o divórcio, assim como se recusar a desposar o homem indicado pela família.

Através de uma entrevista com a jornalista japonesa do Japan Times e ex-deputada do partido socialista, Keiko Tsugi Shiraishi, identifica-se em sua fala como essas transformações abalam também aquelas imagens vinculadas a essas mulheres, especialmente no pós-guerra e nos contatos com os norte-americanos, os quais “favoreceram indiretamente a emancipação feminina” (JORNAL DO DIA, 1962, p. 15).

*Hoje — explica Keiko — as relações entre os jovens mudaram. Nenhuma de nós teme os preconceitos e as tradições outrora impostas pelas famílias. Sou uma moça da província e vivo sozinha em Tóquio, vou ao cinema com um meu colega de estudos, e duas vezes por semana posso até permitir-me um chá num night de Asakusa.* (JORNAL DO DIA, 1962, p. 15)

A partir desse relato, podemos reparar que, àquela tentativa da fotorreportagem anterior de tentar definir “a mulher japonesa” enquanto um sujeito vinculado ao lar e aos papéis sociais tradicionais de esposa e mãe são nestes momentos desestabilizados por essa fala da jornalista, em que busca na sua vida particular outros objetivos, os quais não estão unidos necessariamente com os ideais de matrimônio e de maternidade. Não temer as imposições e, de certa maneira, esquivar-se de algumas tradições — e, conseqüentemente, de alguns lugares sociais — nos evidencia que há sim uma manipulação dessas representações e que também existe uma tentativa de agência das suas experiências femininas, mesmo que estas não sejam aceitas ou valorizadas pela sociedade. Todavia, ainda que haja a mobilização destas mulheres, ainda sim são retomados e reforçados alguns estereótipos, como no trecho a seguir:

*Na realidade, o quimono perdeu hoje a sua batalha. As mulheres mais jovens vestem-se à moda europeia, mas não se pode dizer que perderam a graça e a doçura que as tornam as mulheres mais fascinantes do Oriente.* (JORNAL DO DIA, 1962, p. 15)

Não apenas os adjetivos de graça, doçura e fascínio aparecem como formas de referenciar essas mulheres: a escolha por imagens e por outros adjetivos que tentam representá-las com uma postura de docilidade e ingenuidade, assim como “curvadas” nas fotografias divulgadas por essa imprensa, também são maneiras de acentuar o que Takeuchi (2009, p. 252) denomina como “exotismo da gueixa”:

*delicadeza, a sofisticação e, somente nestes casos, a ausência de conotação da liberalidade tanto sexual quanto moral, que estará presente nas imagens estigmatizadas e nos discursos discriminatórios em relação aos imigrantes japoneses.*

Esse processo de exotização, que vincula muitas japonesas à figura da gueixa, é recorrente durante toda a história dessa imigração. Segundo Takeuchi (2009), os discursos e as representações em torno das japonesas sofrem com uma dualidade, em que a permanência do estereótipo da gueixa é uma longa exploração de uma imagem distorcida, que ora era articulada pelo viés da docilidade e da subserviência, ora pelas habilidades artísticas e sexuais.

A idealização da figura da gueixa é, portanto, mobilizada de acordo com os interesses de vários segmentos sociais, os quais não medem esforços para demonstrar como as mulheres japonesas eram “uma moeda desvalorizada, mas assim mesmo mortalmente sedutora” (TAKEUCHI, 2009, p. 273). Por fim, é que destaco uma última fotorreportagem, presente no jornal Diário de Notícias, em que esta não faz parte de um editorial voltado para o público feminino, mas sim de um suplemento especial chamado “O exemplo japonês”.

Nessa fotorreportagem, “A mulher japonesa no Brasil” tem um destaque quando comparada com as outras matérias citadas: ela tenta definir quem seriam as nipo-brasileiras, e que características essas possuiriam em contraste com aquelas que permaneceram no Japão. Assim, ao longo deste artigo, percebe-se que esse suplemento especial realiza uma tentativa diferente das anteriores, que é a de considerá-las enquanto um elemento assimilável, que favoreceria os projetos de uma identidade nacional brasileira a ser concretizada.



Fonte: Diário de Notícias, 26 de junho de 1968.  
Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Figura 5: Japonesas realizando uma cerimônia do chá.

Através dessa caracterização enquanto amáveis, dóceis e disciplinadas se compreende que, dentro da sociedade brasileira, apenas alguns comportamentos e costumes devam ser valorizados, mas que, quando estes tentam trazer algumas modificações com relação às condições femininas na nossa sociedade, há que se ter cuidado.

[...] a nipo-brasileira apresenta dentro de todas as atividades um comportamento de elevado padrão. Considerando ter a mulher uma contribuição particular a dar na área de *harmonização de diferenças*, achamos que, no momento, à nipo-brasileira compete o papel principal para completar a integração. Reunindo ela em si à riqueza de seus padrões de origem, e da cultura brasileira pode, segura de si mesma, assumir a responsabilidade que lhe compete para *apressar a homogeneização e a integração para ocupar na sociedade o lugar que lhe é devido*. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1968, p. 25, grifo nosso)

Entre a idealização, o fascínio e o medo, é que tanto aquelas que residem no Japão quanto as que deixaram o seu país de origem passam por diferentes práticas de visualização, assim como por tentativas de serem definidas não apenas enquanto mulheres, mas também enquanto seres humanos. Ao se dispor a realizar esse trabalho, mesmo não havendo preocupações futuras de como essas imagens e concepções seriam assimiladas e repercutidas pela população brasileira (e gaúcha), ainda sim a imprensa não deixa de possuir um papel significativo na consolidação de determinados estereótipos, assim como de ter uma responsabilidade nas ações violentas que foram e continuam sendo feitas para essas mulheres e, em larga escala, para as suas comunidades.

É através da identificação dessas representações imagéticas e discursivas, aliadas ao reconhecimento das ações femininas, que podemos (re) pensar como a história da imigração japonesa para o Rio Grande do Sul é complexa, multifacetada e heterogênea. Não esqueçamos suas realizações, nem tampouco a sua humanidade: é preciso continuar essas reflexões, trazer novos olhares para uma história que ainda tem muito a ser explorada.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta monografia, busquei analisar como diferentes formas de representação, especialmente aquelas divulgadas pela imprensa, relacionam-se não só com eventos históricos que envolvem a diáspora japonesa para o Brasil, mas também como elas afetam as experiências femininas desse fenômeno migratório. Ou seja, me preocupei em investigar como essas representações atrelaram-se com as experiências das mulheres japonesas sobre esse passado, como elas diziam respeito à participação e a presença feminina neste processo e também como essas mulheres mobilizaram essas representações em suas vivências.

Dessa forma, mais do que entender como diferentes segmentos da sociedade brasileira (e gaúcha) mobilizaram essas representações para atingir seus objetivos e interesses, busquei enxergar também como essas representações modificaram-se ao longo dessa história, demonstrando como, em diferentes momentos desse fenômeno migratório, as imigrantes e as suas descendentes desenvolveram estratégias para lidar não só com as adversidades políticas, sociais e econômicas que surgiam em suas vivências, mas também de forma a ressignificar as suas alteridades e aquelas representações que persistem em encaixá-las dentro de um padrão de “ser japonesa”. Isto é, procurei explicar, a partir da contextualização histórica do processo imigratório, como, antes mesmo da consolidação das relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão, já existiam algumas representações que envolviam não apenas o território japonês, como também quem seriam os (as) habitantes de tal território.

Assim, observamos, ao longo dos capítulos 2 e 3, como essas representações foram sendo “acessadas” e divulgadas dentro da sociedade brasileira e gaúcha, em que a imprensa possui uma grande responsabilidade na formação e na continuação de estereótipos e estigmas, que buscam classificar e nomear tanto as mulheres japonesas quanto às suas comunidades. Através da propagação de fotografias e caricaturas, aliadas a conteúdos discursivos, é que podemos notar como a imprensa disponibilizou e difundiu certos recursos que traziam uma “veracidade” para determinadas formas de pensamentos e comportamentos, que iam ora contra o reconhecimento de direitos aos japoneses e japonesas por também pertencerem à “identidade nacional brasileira”, ora a favor dessas, mas que enxergavam o “elemento japonês” apenas através da assimilação dessas comunidades, ou seja, apenas quando essas correspondiam aos ideais de uma branquitude e de um futuro projeto de um “Brasil branco”, sendo estes pensamentos e comportamentos não restritos somente aos imigrantes japoneses, mas também transferidos para outras populações amarelas que imigraram para o país.

Ao analisar as representações dispostas por essa imprensa classificatória, em contraposição com as mobilizações realizadas pelas mulheres japonesas em torno dessas representações, tentei demonstrar que a forma como as representações serão assimiladas não dependem exclusivamente daqueles que as forjam: mesmo que haja a sua reprodução e divulgação em massa, ainda assim não quer dizer que essas mulheres, assim como as suas comunidades, não tenham o poder de decidir se estas lhes dizem respeito, e se serão constitutivas de suas alteridades. Isto é, por intermédio desses “confrontos da representação” (CHARTIER, 2002), pode-se concluir, parcialmente, que as representações em torno das populações japonesas e, conseqüentemente, das mulheres, vão depender de, pelo menos, três fatores principais, os quais estão relacionados com: (1) as conjunturas históricas, políticas, sociais, diplomáticas e econômicas dos países envolvidos na trama migratória; (2) a forma como essas representações serão divulgadas e acessadas pelos meios de comunicação presentes na sociedade que recebe esses e essas imigrantes; (3) as articulações pessoais e coletivas dos (as) imigrantes e de seus e suas descendentes, que não necessariamente aceitarão passivamente a imposição dessas representações.

Logo, as representações, que dizem respeito a essas comunidades e, especialmente, as mulheres que pertencem a elas, não dependem apenas dos interesses daqueles que as criam e as estabelecem: as representações dependem, sobretudo, das conexões entre os acontecimentos históricos e suas conseqüências; dos meios de comunicação, que selecionarão e divulgarão determinadas imagens e discursos sobre essas populações; e das articulações dessas comunidades, se estas aceitarão ou não essas representações. E, desse modo, é que as representações relacionadas às mulheres japonesas são influenciadas por muitos fatores, incluindo a mídia, a história e as relações internacionais.

Ademais, depreende-se que as representações femininas japonesas, além desses três fatores principais, estão associadas também com o modo como as relações de poder entre os gêneros (feminino e masculino) estão estabelecidos dentro e fora desse contexto migratório. No caso do Brasil, vimos que essas representações estão intimamente ligadas com lugares e papéis sociais que dialogam com essas diferenciações a partir do confronto entre o que “se é esperado de uma mulher” e o que “se é esperado de um homem”, que possuem expectativas sobre as mulheres japonesas, mas que, se estas não atingem tais expectativas, são consideradas um perigo às ordens sociais e de gênero presentes na sociedade brasileira, podendo assim gerar conseqüências significativas nos modos como outras mulheres visualizam seus direitos e subjetividades dentro dessa mesma sociedade. Entender como essas relações de gênero se estabelecem e são operacionalizadas na sociedade brasileira e gaúcha nos possibilita novas reflexões para além das mulheres japonesas, uma vez que muitos

desses lugares e papéis sociais que lhes são atribuídos também conversam com outras interseccionalidades envolvidas.

Estudar esses deslocamentos e suas consequências nas relações humanas nos permite não apenas identificar os padrões em relação a quem está migrando, por que estão migrando e para onde estão migrando: também nos fornece novas ferramentas e alternativas para se pensar o desenvolvimento de políticas públicas e uma possível garantia de direitos que abarque com as particularidades de cada indivíduo presente na sociedade brasileira. Além disso, é conhecendo como são instrumentalizadas as representações dentro desses contextos de deslocamentos humanos que assim poderemos (re) acessar essas “histórias dentro da História” (ALBERTI, 2005), as quais nos garantem ótimas dicas para se elaborar novas agendas de luta que sinalizem os perigos e confrontos dessas representações.

Mais do que reconhecer que essas representações sobre mulheres asiáticas existem, é crucial que essas sejam abordadas de maneira crítica e sensível, reconhecendo a complexidade e a diversidade de suas experiências. Espero que, futuramente (e que esse futuro seja um muito próximo), elas (es) possam ser olhadas (os) de uma forma mais justa e precisa, para que assim possamos (re) construir conhecimentos históricos que reconheçam essa história da sociedade japonesa e das suas múltiplas japonêsidades.

## 5. FONTES

A MULHER japonesa no Brasil. In: *Diário de Notícias*, Porto Alegre, ano 44, n. 99, 27 de junho de 1968. Suplemento Especial, p. 25.

MARTINS, Ruth. A mulher japonesa de ontem e hoje. In: *Jornal do Dia*, Porto Alegre, ano 16, n. 1564, 6 maio de 1962. Seção Infantil, p. 15.

MARTINS, Ruth. A mulher japonesa. In: *Jornal do Dia*, Porto Alegre, ano 17, n. 4350, 21 abril de 1963. Passarela, p. 10.

## 6. REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi

(Org.). *Fontes históricas*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

ALVES, Francisco Neves; TORRES, Luis Henrique. *Ensaio acerca da imprensa sul-rio-grandense*. Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 2019.

BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo: a experiência vivida*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

CRAVO, Ana Carla; SOARES, André Luis. Um Breve Olhar Sobre a Mulher Nikkei na Imigração. In: *Anais do I Seminário Nacional e VI Encontro com o Japão*. Itajaí, Santa Catarina: Editora Casa Aberta, v. 1, 2010.

DAI PRÁ, Giovanna. *Imigração japonesa em Ivoti, RS: aspectos culturais e identitários*. Dissertação (Mestrado em Processos e Manifestações Culturais) - Universidade Feevale, Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, 2021.

DEZEM, Rogério. *Matizes do Amarelo: a gênese dos discursos orientais no Brasil (1878-1908)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ediplat, 2003.

GAUDIOSO, Tomoko Kimura.; SOARES, André Luis. As imigrantes japonesas no Rio Grande do Sul: suas funções na preservação da cultura do país de origem. In: *II Encontro Internacional de Ciências Sociais*. Pelotas: Editora Universitária de Pelotas, Rio Grande do Sul, v. 1, 2010.

HOHLFELDT, Antonio. A imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1930. In: *E-Compós*, v. 7, p. 1-12, 2006.

HANDA, Tomoo. *O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil*. Centro de Estudos Nipo-Brasileiros: T.A Queiroz, Editora Ltda, 1987.

IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. *Resistência & Integração: 100 anos da imigração japonesa no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.



KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. 3 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

LEE, Ricca Caroline; MANGHIRMALANI, Juily; HIGA, Miwa Laís. Narrativas asiáticas brasileiras: identidade, raça e gênero. In: *Ensaaios sobre Racismos* [recurso eletrônico organizado por Emanuel Fonseca Lima... [et al]]. São Paulo: São José do Rio Preto, Balão Editorial, 2019.

LESSER, Jeffrey. *A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração*. 1 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo, EDUNESP, 2001.

MACHADO, Igor. *Japonesidades multiplicadas: novos estudos sobre a presença japonesa no Brasil*. 1. ed. São Carlos: Edufscar, 2011.

MAKINO, Rogério. *As relações nipo-brasileiras (1895 - 1973): o lugar da imigração japonesa*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Brasília. Brasília, 2010.

SANTOS, Geraldine Alves dos; DOLL, Johannes; GAUDIOSO, Tomoko Kimura. A integração cultural do japonês na cultura brasileira: a experiência da colônia de Ivoti. In: *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito (UFRGS)*, Porto Alegre, p. 53-62, 2003.

SCOTT, Joan. *Gênero: Uma categoria útil para análise histórica*. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990.

SAKURAI, Célia. *Os japoneses*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2019.

SHIZUNO, Lena. Imigração japonesa no Brasil: Os indesejáveis necessários. In: *Relações Internacionais no Mundo Atual*, Curitiba, n.8, p.69-94, 2008.

SHIMABUKO, Gabriela. *A origem do perigo amarelo: orientalismo, colonialismo e a hegemonia euro-americana*. Trabalho final de História Geral, UNESP. Araraquara, 2016.

SOARES, André Luis.; GAUDIOSO, Tomoko Kimura. Atuação feminina na colônia japonesa de Ivoti-RS (1980-2000). In: *Seminário Internacional “Fazendo Gênero 11 & 13th Women ‘s Worlds Congress”* (Anais Eletrônicos). Florianópolis, Santa Catarina: 2017.

SAID, Edward. *Orientalismo: Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TAKEUCHI, Márcia Yumi. A comunidade nipônica e a legitimação de estigmas: o japonês caricaturizado. *Revista USP*, (79), 173-182, 2008.

TAKEUCHI, Márcia Yumi. A comunidade japonesa no Brasil (1908-1924): quistos étnicos ou espaços de identidade imigrante. *Storicamente*, v. 5, n. 9, 2009.

TANAKA, Aline. Imigração e colonização japonesa no Brasil-um resumo. *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGDir. /UFRGS*, Porto Alegre, p. 37-41, 2003.

UENO, Luana Martina. O duplo perigo amarelo: o discurso anti-nipônicos no Brasil (1908-1934). *Estudos Japoneses*, v. 41, 2019.

capítulo

# 6



Carolina Ayako Doi

**Influência dos estereótipos  
japoneses na cultura brasileira  
e o seu impacto na percepção  
societal (Análise desde o  
período de imigração japonesa  
no Brasil até os dias atuais)**



# **INFLUÊNCIA DOS ESTEREÓTIPOS JAPONESES NA CULTURA BRASILEIRA E O SEU IMPACTO NA PERCEPÇÃO SOCIETAL (ANÁLISE DESDE O PERÍODO DE IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL ATÉ OS DIAS ATUAIS).**

Carolina Ayako Doi<sup>1</sup>

## **SUMÁRIO:**

1. Introdução - Os estereótipos e seus clichês.....	116
2. Origem dos Estereótipos Japoneses no Brasil.....	117
3. Construção da imagem na Mídia e na Cultura Popular.....	119
4. Impacto nos Indivíduos e Comunidades: Percepção Societal.....	121
5. Respostas e Reações das Comunidades Japoneses.....	123
6. Caminhos para uma Percepção Mais Inclusiva.....	125
7. Conclusão: Despertar para uma Convivência Respeitosa.....	127
8. Referências Bibliográficas.....	129

## **RESUMO**

Esta monografia explora os estereótipos frequentemente associados aos imigrantes japoneses e seus descendentes. Examina a origem desses estereótipos, sua evolução ao longo do tempo e seu impacto na percepção pública. Além disso, explana as maneiras pelas quais as comunidades japonesas e seus descendentes têm respondido a esses estereótipos, perante os questionamentos e desdobramento de suas identidades culturais estabelecidas. Por meio de uma análise crítica e contextualizada, essa monografia busca promover uma compreensão mais profunda das complexidades envolvidas nas representações estereotipadas dos imigrantes japoneses e oferece uma maior compreensão e comportamentos indicados para uma visão mais inclusiva e respeitosa sobre a diversidade cultural.

## **1. INTRODUÇÃO**

Os estereótipos são representações simplificadas e geralmente exageradas de grupos de pessoas, culturas ou coletividades, baseadas em características percebidas como comuns a esses grupos. Essas representações tendem a ser generalizadas e

<sup>1</sup> Profissional de comunicação com mais de 10 anos de experiência em iniciativas corporativas. Atuante em eventos da comunidade japonesa em todo o país, bolsista Gaimusho Kenshuseiano 2016. Membro Fundadora da Comissão Organizadora do Festival do Japão do Rio Grande do Sul, assessora de imprensa e diretora executiva da ADIBRA - Associação Brasileira das Empresas de Parques de Diversões.

muitas vezes são resultado de preconceitos, ignorância ou falta de compreensão pelo total desconhecido. Estereótipos podem se manifestar de várias formas, incluindo imagens mentais, crenças, ideias preconcebidas ou atitudes em relação a um determinado grupo.

Os clichês culturais são reproduções simplificadas e muitas vezes rasas e distorcidas que podem influenciar diretamente a maneira como vemos e interagimos com diferentes grupos étnicos específicos. Além disso, as interpretações resumidas podem conter aspectos positivos quanto negativos, e muitas vezes repetitivas e prejudiciais, pois concebem a discriminação, análise comum e exclusão dos indivíduos pertencentes aos grupos estigmatizados. Eles podem se originar de influências culturais, históricas, sociais e fortemente reproduzidos e amplificados na mídia, além de serem transmitidos através de gerações baseado em concepções incoerentes e não mais cabíveis.

Contudo, as percepções caricatas e desconhecidas são simplificações e generalizações que as pessoas fazem sobre determinados grupos com base em características como raça, gênero, orientação sexual, nacionalidade, religião, entre outros. Embora possam parecer inofensivos ou até mesmo inevitáveis, os estereótipos têm o potencial de prejudicar gravemente a percepção dentro das comunidades, perpetuando desigualdades, preconceitos e aumentando em grande escala a discriminação e aceitação da convivência societal.

Atualmente é importante reconhecer, desafiar, discutir e romper “rótulos” criados de maneira generalizada e simplificada pelo senso comum. Com propósito e fundamentos de intolerância de atitudes buscando uma compreensão mais precisa e respeitosa da diversidade humana e das nuances presentes em cada indivíduo e grupo. Exploraremos as raízes históricas dos estereótipos relacionados aos imigrantes japoneses e seus descendentes, desde o período de imigração em massa até os dias atuais. A análise pretende explorar esses aspectos, bem como analisar o impacto duradouro dos rótulos proporcionados a comunidade japonesa na sociedade brasileira.

## **2. ORIGEM DOS ESTEREÓTIPOS JAPONESES NO BRASIL:**

A imigração japonesa no Brasil teve início no século XX, e desde então, a comunidade japonesa contribuiu para diversos aspectos e divergências a sociedade brasileira. Ao chegarem ao Brasil, os imigrantes japoneses enfrentaram diversos desafios, incluindo barreiras linguísticas, dificuldades de adaptação ao clima e à cultura local, além do preconceito por parte da população brasileira pelo diferente modo e estilo de vida.

Num período recente, logo após a imigração, a comunidade japonesa no Brasil muitas vezes manteve certa distância cultural das populações locais, em parte devido à barreira do idioma e às diferenças culturais. Isso pode ter contribuído para a formação de percepções estereotipadas, já que as interações entre as duas culturas eram limitadas e o totalmente incomum para os aspectos brasileiros objetivando com curiosidade e distanciamento; inventando o que seria o mais apropriado para o seu entendimento.

A permanência da comunidade japonesa no país trouxe uma nova dimensão à diversidade cultural e desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento do país. No entanto, a trajetória foi bastante árdua e desafiadora ao enfrentarem dificuldades e preconceitos ao longo do tempo perante a sua estigmatização e conflitos de imagem que foram seriamente marcados e reproduzidos por gerações.

No contexto brasileiro, os estereótipos japoneses desempenharam um papel significativo na construção da percepção da comunidade japonesa e da cultura japonesa em geral.

Para a comunidade brasileira, a percepção do “típico japonês” frequentemente envolve uma série de rótulos e ideias preconcebidas que podem ser influenciados pela cultura popular, pela história e pela exposição limitada a aspectos específicos da cultura japonesa. No entanto, é importante ressaltar que esses estereótipos não representam a diversidade e complexidade reais do povo japonês. Certas diferenças culturais visíveis, como roupas tradicionais, práticas de etiqueta, esportes, rituais, alimentação, e costumes específicos, podem ter levado a uma simplificação da cultura japonesa pela limitação de conhecimento e avaliação refreada dos nativos. Clichês envolvidas como o “japonês trabalhador e dedicado” ou o “japonês introvertido” e por muitas vezes “japonês submisso” têm raízes históricas em relações de trabalho e contato cultural dos seus antepassados, muitas vezes reduzindo a complexidade da cultura japonesa a características superficiais.

O impacto da cultura japonesa e sua influência nos mais diversos aspectos da sociedade e seus costumes são inegáveis. No entanto, o tão peculiar fenótipo apresentado como indivíduos predominantes com cabelo liso e escuro, olhos amendoados, pele clara, baixa estatura, complementar com atitudes e comportamentos desconhecidos, como fala mais baixa, dificuldade na pronúncia popular, resultaram na criação de clichês e estereótipos que podem simplificar excessivamente a complexidade da cultura japonesa e de seus descendentes. A partir desses clichês e tópicos recorrentes, sua análise e interpretação são ativos que podem distorcer a compreensão real desses grupos.

“Na divulgação da ameaça nipônica, a propaganda política teve papel importante, sendo reconhecida como formadora da opinião pública pelos regimes autoritários e totalitários, tanto no Brasil como na Alemanha nazista. Importante ressaltar que tanto o cinema como a fotografia e a caricatura tinham o poder de seduzir população sensível às mensagens racistas. Como recompensa, o Estado prometia uma sociedade livre de elementos “indesejáveis”” (TAKEUCHI, 2008, p. 32).

Para a comunidade brasileira, a percepção do “típico japonês” frequentemente envolve uma série de estereótipos e ideias preconcebidas que podem ser influenciados pela cultura popular, e replicadas pela história, através de anedotas, e pela exposição limitada a aspectos específicos da cultura japonesa. É importante notar que esses estereótipos são simplificações e não refletem a ampla gama de personalidades, interesses e estilos de vida presentes entre os japoneses no Japão e na diáspora, incluindo a comunidade japonesa no Brasil. As pessoas japonesas são tão diversas quanto qualquer outra população e não podem ser resumidas apenas a esses estereótipos.

Inseridos em um novo contexto cultural, caracterizado por costumes e idioma por eles incompreensíveis, os japoneses encontravam na representação da pátria, através do culto ao imperador, aos antepassados, na alimentação, no cultivo do idioma e outras manifestações, forma de manter coesos os membros da colônia e, ao mesmo tempo, conservar sua identidade enquanto grupo étnico. [...] A crença na afinidade de origem, na igualdade de hábitos e as recordações converteram-se em força criadora da comunidade, uma comunidade imaginada (2008, p. 35).

A imagem do imigrante japonês como alguém excessivamente reservado, enigmático ou até mesmo como o personagem cômico em programas de entretenimento, apesar de desatualizada, ainda pode persistir em alguns círculos. A miscigenação tem grande apelo nesse quesito e seus apontamentos e coexistências são fundamentais para uma interpretação mais realista e genuína dos seus atuais descendentes.

### 3. CONSTRUÇÃO DA IMAGEM NA MÍDIA E NA CULTURA POPULAR

A mídia, incluindo filmes, charges, programas de televisão, propagandas e conteúdos publicitários, frequentemente perpetua estereótipos japoneses, seja por meio de personagens caricaturais, sotaques exagerados, limitações ou situações que reforçam visões padronizadas. A imprensa desempenhou um papel significativo na formação

de estereótipos em relação aos imigrantes japoneses perante a sociedade brasileira. Charges em jornais, por exemplo, frequentemente retratavam os japoneses de forma exagerada, enfatizando traços físicos, dificuldades com o idioma e comportamentos específicos satirizados. Além disso, filmes e programas de auditório, entretenimento e informes publicitários muitas vezes recorriam a personagens caricatos e sem fala, reforçando a ideia de que os japoneses eram enigmáticos e estranhos.

Essas representações muitas vezes têm mais a ver com a imaginação ocidental do que com a realidade da cultura japonesa. O mesmo acontece com alguns conteúdos e simbolismos comuns que se tornaram clichê, pois foram recontadas diversas vezes e de diferentes maneiras na cultura popular. A cultura popular também teve um papel na reinvenção da identidade do imigrante japonês. Festivais étnicos e celebrações culturais desconhecidas para os locais foram transformados em oportunidades para apresentações cômicas, onde aspectos tradicionais da cultura japonesa eram exagerados para fins de entretenimento. Essa performance exagerada contribuiu para a perpetuação dos estereótipos, mantendo viva a ideia de que os japoneses eram engraçados e ridicularizados por serem diferentes. Além de conflituosa, repercussão e relação em reprimir, depreciar ou desconsiderar suas atividades e hábitos comuns de seus antepassados.



Crédito: JPress

Figura 1. Recortes de itens simbólicos da cultura japonesa/NihongoWakarimasen



#### 4. IMPACTO NOS INDIVÍDUOS E COMUNIDADES: PERCEPÇÃO SOCIETAL

Analisaremos as consequências dos estereótipos para os imigrantes japoneses e seus descendentes, alinhado aos efeitos psicológicos, sociais e econômicos desses estigmas, incluindo questões de identidade, assimilação, alienação e discriminação para os imigrantes japoneses e seus descendentes.

A influência dos estereótipos japoneses na cultura brasileira obteve diversos efeitos significativos na percepção da sociedade em relação à comunidade japonesa. Essa percepção teve papel importante entre as interações interpessoais, o tratamento no ambiente de trabalho e até mesmo políticas públicas que envolvem a inclusão e diversidade. Os estereótipos podem fortalecer preconceitos existentes ou até mesmo criar preconceitos. Quando as pessoas são repetidamente expostas a ideias simplistas e negativas sobre um grupo, essas ideias podem influenciar suas crenças e atitudes em relação a essas pessoas. Isso pode levar a discriminação e hostilidade sem ao menos questionar ou possibilitar novas aberturas ao desconhecido.

Entre os japoneses, a forma como esses supostos elogios, tão naturalizados, são recebidos é bastante pessoal e vai de quem se identifica a quem escolhe, até por militância, se afastar dessas generalizações.

No livro *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente* (1978), o intelectual palestino Edward W. Said explica que “Oriente” não é uma referência geográfica, mas, sim, uma forma de reunir, sob o viés ocidental, diferentes povos e culturas como exóticas, inferiores, fora dos padrões eurocêntricos.

A construção da imagem caricata do imigrante japonês teve um impacto significativo na comunidade, assimilação da sua performance e impacto e na sociedade em geral. Por um lado, essas representações contribuíram para a alienação dos japoneses, como falta de representatividade em perfis atuais e notáveis, relegando-os a papéis secundários e reforçando a noção de “outro e distante”. Por outro lado, a apropriação desses estereótipos na cultura popular também permitiu que os próprios imigrantes se apropriassem de sua imagem de maneira consciente, transformando-a em uma fonte de identidade e empoderamento.

A partir do editorial promovido pela consciência e seu impacto na sociedade, acompanhamos registros de descendentes da terceira geração e o impacto perante a sua personalidade: “Não acho que todos sejam assim, mas a maioria dos japoneses é correta, honesta e dá um enorme valor à família. A civilidade deles me deixa impressionado”, comenta o cabeleireiro e maquiador Celso Kamura, 60, que é neto

de japoneses. “Fui elogiado algumas vezes, na maioria delas, com relação à minha disciplina. Fiquei feliz, mas não fez grande diferença, pois a disciplina sempre foi uma coisa normal dentro de casa”, conta o skatista Lincoln Ueda, 45, também neto de japoneses. Além de estigmatizações de Trabalhador, inteligente, bom em exatas. Dócil, submissa, exótica. Os clichês sobre os asiáticos são muitos, mas os nipo-brasileiros têm rompido o silêncio e colocado em xeque as generalizações a apontando novas percepções e relativizações sobre a percepção alheia.

Casos como estes ajudam a evidenciar algo que sempre foi recorrente, mas não necessariamente visível. A situação vem mudando com o fortalecimento das discussões de questões identitárias de outros grupos, notadamente das militâncias negra e feminista, segundo Sakamoto. “Quando movimentos sociais começam a levantar questões identitárias e de minorias, outros grupos começam a se identificar. Isso é alimentado pelo lado bom das redes sociais, em que as pessoas têm mais acesso à informação e acabam se conscientizando diante do preconceito.”

De acordo com grupo de estudos asiático-brasileiros, precursores da temática na internet, desde 2013: Existe uma ideia de que os japoneses fazem parte de uma “minorias-modelo”, baseada em estereótipos supostamente positivos, que os coloca como inteligentes, bons em matemática, trabalhadores e honestos. Essa idealização começou a ser disseminada nos Estados Unidos na década de 60 para criar a sensação de que a imigração japonesa teria aderido, com sucesso, ao sonho americano. No Brasil, o conceito foi importado com o intuito de reforçar o preconceito contra as minorias que “não deram tão certo assim”.

“É um discurso de meritocracia, que defende que é só trabalhar duro e se esforçar que as coisas dão certo, mas existem privilégios. Os japoneses tiveram certo suporte do governo de seu país e de empresas japonesas de imigração desde os primeiros movimentos migratórios, além de formarem redes de ajuda mútua entre eles. A ascensão social é favorecida por uma série de fatores. O discurso que seria positivo para os nipo-brasileiros é, no fundo, uma forma de reiterar estereótipos negativos para outros grupos”, (KISHIMOTO, 2017)

Há uma conscientização crescente sobre a importância de evitar a perpetuação de estereótipos e de valorizar a diversidade cultural. Com a globalização e a troca cultural em constante evolução, muitos brasileiros estão adotando uma perspectiva mais ampla e inclusiva em relação à comunidade japonesa. Movimentos pela representatividade e pela compreensão intercultural também têm desempenhado um papel importante em melhorar as relações entre diferentes grupos étnicos no Brasil.

## 5. RESPOSTAS E REAÇÕES DAS COMUNIDADES JAPONESAS

Há, na década de 1950, um esforço conjunto da colônia japonesa em mudar sua imagem diante da sociedade brasileira, num movimento que visou a conquista e a demarcação de um espaço nipo-brasileiro, realçando os traços positivos de dedicação e esforço para com o trabalho. Neste momento, surgem as primeiras candidaturas e os primeiros deputados nikkeis, que enfrentavam as barreiras do estigma de pertencer a um grupo minoritário, bastante forte diante dos acontecimentos recentes, para buscar uma melhoria para a comunidade (SAKURAI, 1995).



Figura 2. (Colheita de Café – 1958 – Handa Tomoo)

É a partir desta década, também, que a colônia se une pela primeira vez, a comunidade integra e participa dos festejos de aniversário do centenário da cidade de São Paulo – e o aniversário de 50 anos do início da imigração coincide com uma mudança de autodenominação por parte da Comunidade Japonesa do Brasil, que passa a se chamar Colônia Nikkei do Brasil (TAKEUCHI, 2007). Com sentimento de pertencimento e progresso dos seus integrantes, reconhecemos as maneiras pelas quais as comunidades japonesas e seus descendentes responderam aos estereótipos. Através de iniciativas próprias e configuradas em perspectivas reais de desenvolvimento no seu habitat, como o clássico exemplo da obra de Tomoo Handa (figura 2) foi um pintor e professor nascido no Japão e que imigrou para o Brasil onde permaneceu pelo restante de seus dias, cursou a Escola de Belas Artes de São Paulo de 1932 a 1935, atento a principais perspectivas de imagens fundou com outros artistas, em

1935, o Grupo Seibi, que visava partilhar experiências e estimular debates artísticos, em encontros semanais entre pintores nipo-brasileiros. Iniciativas como essas são exemplos de resistência, redefinição de identidade e esforços de educação cultural para desafiar e combater os estereótipos prejudiciais.

Outra explicação para possível teoria e melhor aceitação e a popularização tão grandes da cultura japonesa no Brasil é o chamado *soft power*. *Soft power* é o poder que um país tem de influenciar indiretamente os comportamentos e interesses da população de outros países, não através de recursos militares ou econômicos, mas de recursos culturais e ideológicos. No final dos anos 90, em meio a uma crise econômica, o Japão utilizou essa estratégia como forma de tentar recuperar sua posição no cenário mundial. O país comercializou sua cultura e seus hábitos, colocando-os como fatores admiráveis e torcendo para que os ocidentais fossem obcecados por essas ideias.

Asiáticos pela Diversidade em 2015, a discussão sobre identidade asiática aumentou em paralelo com o fortalecimento de outras lutas de minorias. A questão de representatividade é muito discutida pelo coletivo Oriente-Se, que é mais antigo e tem mais de 200 atores de ascendência asiática. Normalmente vistos como um modelo a ser seguido, é raro ver alguém discutindo a rotina de preconceito contra descendentes de japoneses e outros asiático-brasileiros que moram no Brasil. Mas bastou um episódio como o surto do coronavírus – ou Covid-19 – para dar visibilidade a um problema bastante antigo e pouquíssimo discutido: o preconceito contra asiáticos.

No Brasil, existem mais de 2 milhões de residentes amarelos, segundo o IBGE, e quase nenhum debate sobre o que isso representa. Reiterar a noção de que descendentes de japoneses que vivem no Brasil há mais de um século não são orientais, e sim brasileiros, e nada mais extraordinário, mas ainda é um esforço necessário.



Figura 3. Ilustração Matéria - MEU NOME NÃO É JAPA- Personalidades midiáticas de origem japonesa

Não existe, no entanto, um consenso sobre o uso do termo “racismo” em relação a esse grupo e alguns nipo-brasileiros preferem palavras como “bullying” ou “micro-agressões” para se referir às piadas que escutam no dia a dia. A resistência em solidificar a imagem ultrapassada e provocar novos debates e questões a serem representadas como a própria escolha de como endereçar os nipo-brasileiros vem sendo debatida com o objetivo de ampliar a ideia de solidariedade antirracista “Prefiro o uso do termo ‘asiático-brasileiros’ para reiterar que somos brasileiros, e não estrangeiros. São iniciativas como essa e reflexões diárias que coíbem títulos e interpretações rasas da comunidade japonesa no Brasil.

## 6. CAMINHOS PARA UMA PERCEPÇÃO MAIS INCLUSIVA

Neste capítulo final, discutiremos estratégias para promover uma percepção mais justa e inclusiva dos imigrantes japoneses e seus descendentes. Abordaremos a importância da educação, da representação diversificada na mídia e do diálogo intercultural na desconstrução de estereótipos arraigados. A desconstrução dos estereótipos japoneses requer esforços educacionais que promovam uma compreensão mais profunda da cultura japonesa e da comunidade japonesa no Brasil. Isso pode envolver a divulgação de informações precisas sobre a história, costumes e realizações da comunidade japonesa, a fim de desafiar as representações simplificadas e preconceituosas.

O Japão ocupa a posição 121 (de 153 países) no ranking de igualdade de gênero no mundo, atrás, inclusive, do Brasil, que ocupa a posição 92, de acordo com a classificação do Fórum Econômico Mundial, de 2020. Ao longo dos anos, as comunidades japonesas no Brasil buscaram manter sua identidade cultural por meio da preservação de tradições, festivais e instituições. Essa seção explora como a cultura japonesa continua viva nas gerações descendentes e como isso contribui para a rica tapeçaria cultural do Brasil. Em resposta a representatividade, acompanhe o avanço da percepção alheia e maior aceitação, a Revista Marie Claire, uma revista feminina mensal lançada pela editora Globo no Brasil e com o seguinte slogan: “Se importa para a mulher, está em Marie Claire”, traz edição especial dedicada aos 110 anos de imigração japonesa no Brasil.



Figura 4 – Capa Revista Marie Claire – julho de 2018

Na pauta, diversas reportagens que exploram diversos aspectos da cultura japonesa, desde temas tradicionais como cerâmica, gastronomia e religião à moda inovadora e o moderno *lifestyle* dos japoneses. Todo o material tem ponto de vista legitimamente nipônico, produzido e registrado por descendentes de japoneses. A edição conta com um grande time de fotógrafos, estilistas, escritores e outros colaboradores nikkeis.

Entre as matérias que trazem o Japão para os leitores, estão textos que desvendam os hábitos da longevidade nipônica, o feminismo Nikkei. Representantes importantes da cultura descendente japonesa no Brasil, como Fernanda Takai e Angela Hirata, também marcam presença. A revista inclui, ainda, entrevistas com as belas personalidades nikkeis que ilustram a capa do mês: a atriz Ana Hikari, a apresentadora Sabrina Sato e a modelo Maryel Uchida, que falam sobre como lidam com a identidade de descendentes de japoneses nascidas no Brasil. Destaca o reconhecimento o portal Embaixada do Japão no Brasil com uma análise criteriosa. A partir de representações na grande mídia, a sociedade brasileira ressignifica e enaltece uma visão complexa da comunidade japonesa, incluindo admiração pelas contribuições culturais e econômicas, assim como a necessidade contínua de superar estereótipos desatualizados.

## 7. DESPERTAR PARA UMA CONVIVÊNCIA RESPEITOSA.

Embora a imigração japonesa tenha trazido contribuições notáveis, ainda há desafios contemporâneos enfrentados pelas comunidades japonesas no Brasil, como a assimilação cultural, a preservação das tradições e a luta contra o preconceito.

Na conclusão, resumiremos os principais pontos discutidos ao longo da monografia e destacaremos a necessidade contínua de questionar, desafiar e desconstruir estereótipos prejudiciais. Enfatizaremos a importância de abraçar a diversidade cultural e celebrar as contribuições dos imigrantes japoneses e seus descendentes para a sociedade global.

Os estereótipos japoneses na cultura brasileira têm uma influência marcante na percepção da sociedade em relação à comunidade japonesa e à cultura japonesa em geral. Reconhecer a complexidade da cultura japonesa e desconstruir esses estereótipos é essencial para promover um ambiente mais inclusivo e diversificado, no qual a verdadeira diversidade da comunidade japonesa possa ser apreciada e compreendida em sua totalidade.

A imigração japonesa no Brasil é uma parte essencial da história e diversidade do país. O legado dos imigrantes japoneses permanece presente em várias esferas da sociedade brasileira e é fundamental reconhecer suas contribuições e enfrentar os desafios para garantir a continuidade desse legado cultural. Apontamos perspectivas positivas para combater e conviver em ambiente mais frutífero e apaziguado.

**Redução da Diversidade:** Os estereótipos tendem a simplificar a rica diversidade que existe dentro de cada grupo. As pessoas são únicas e complexas, e não podem ser resumidas a características superficiais. No entanto, os estereótipos muitas vezes promovem a ideia de que todos os membros de um grupo são iguais em todos os aspectos, ignorando suas experiências e personalidades individuais.

**Limitação de Oportunidades:** Rótulos pré-estabelecidos podem influenciar as decisões de contratação, promoção e outras oportunidades, resultando em desigualdades econômicas e sociais. Se um grupo é estigmatizado por um estereótipo negativo, seus membros podem enfrentar barreiras para acesso à educação, empregos de qualidade e outros recursos.

**Impacto na Saúde Mental:** Pessoas que são alvo de estereótipos frequentemente experimentam estresse, ansiedade e baixa autoestima. A constante preocupação com a forma como são percebidas pode ter um impacto negativo na saúde mental e no bem-estar emocional.



**Autorrealização:** O fenômeno conhecido como “profecia autorrealizável” ocorre quando as expectativas negativas que as pessoas têm em relação a um grupo levam a comportamentos que confirmam essas expectativas. Isso pode levar os membros desse grupo a internalizar os estereótipos e agir de maneira consistente com eles, mesmo que esses comportamentos não sejam inerentes à sua natureza prejudicando sua auto arbítrio de escolhas para atender certas expectativas impostas.

**Interações Sociais Distorcidas:** Os estereótipos podem influenciar a forma como as pessoas se relacionam umas com as outras. As interações podem ser prejudicadas quando as pessoas estão mais preocupadas em confirmar ou desafiar estereótipos do que em se conectar genuinamente.

Para combater esses efeitos prejudiciais dos estereótipos na comunidade, é crucial promover a conscientização, a educação e a empatia. Isso envolve: Educação e Sensibilização: Promover a compreensão das nuances e diversidade dentro de cada grupo, desafiando estereótipos por meio de informações precisas e histórias reais. Promoção da Empatia: Encorajar a colocação das pessoas no lugar umas das outras para entender as experiências e perspectivas únicas de cada indivíduo. Inclusão e diversidade: Criar ambientes inclusivos que valorizem a diversidade e dêem a todos a oportunidade de se expressar sem medo de serem julgados por estereótipos.

**Mídia Responsável:** A mídia desempenha um papel importante, como enaltece no trabalho, e na perpetuação ou na quebra de estereótipos. A promoção de narrativas mais autênticas e diversificadas pode ajudar a mudar percepções negativas. Diálogos conscientes: Fomentar diálogos abertos sobre estereótipos, preconceitos e discriminação, encorajando as pessoas a questionar suas próprias crenças e aprender com os outros, compartilhando relatos e dividindo opiniões por uma maior aceitação de indivíduos heterogêneos.

Em uma sociedade cada vez mais interconectada, a interação entre diferentes culturas e sociedades desempenha um papel fundamental na formação de estereótipos e percepções mútuas. No contexto específico da influência dos estereótipos japoneses na cultura brasileira, fica evidente que essas representações têm uma história complexa e variada. Desde a imigração japonesa até as representações na mídia contemporânea, os estereótipos japoneses moldaram a maneira como os brasileiros percebem não apenas os indivíduos de ascendência japonesa, mas também a cultura japonesa como um todo.

No entanto, é importante reconhecer que os estereótipos são frequentemente simplificações excessivas que não capturam a riqueza e a diversidade de uma cultura ou



grupo étnico. A percepção societal influenciada por esses estereótipos pode levar a generalizações injustas e preconceitos inconscientes. À medida que as sociedades evoluem e se tornam mais conscientes da importância da representação precisa e respeitosa, é primordial questionar e desconstruir esses estereótipos arraigados.

Ao longo dos anos, muitos esforços têm sido feitos para combater estereótipos prejudiciais e promover uma compreensão mais profunda entre diferentes grupos culturais. Iniciativas educacionais, representações positivas na mídia e a narrativa de histórias individuais têm contribuído para uma percepção mais informada e justa. À medida que avançamos, é imperativo continuar a desafiar os estereótipos japoneses na cultura brasileira e trabalhar para uma convivência mais harmoniosa, baseada no respeito mútuo e na valorização da diversidade.

Em última análise, a influência dos estereótipos japoneses na cultura brasileira e seu impacto na percepção societal são partes de um diálogo em constante evolução. Como sociedade, temos a responsabilidade de questionar nossas suposições, explorar as nuances culturais e celebrar a autenticidade das diferentes identidades. Somente através desse compromisso contínuo poderemos construir uma sociedade mais inclusiva, empática e consciente de suas complexidades culturais.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HANDA TOMOO, Obra e história, Enciclopédia Itaú Cultural. 2015

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Censo 2010

ITO, CAROL (12 MAR 2020) Revista Trip - Meu nome não é JAPA: O Preconceito Amarelo

KISHIMOTO, Alexandre - Estudos Asiático-Brasileiros

MORI, LETICIA (04 AGO 2017) BBC Brasil em São Paulo - ‘Não toleramos mais’: por que velhas piadas estão inflamando debate sobre racismo entre descendentes de asiáticos no Brasil

Portal Embaixada do Japão no Brasil - análise crítica da edição comemorativa - Marie Claire

Revista Ilustrada - Marie Claire - Edição Julho de 2018

SAID, Edward W. Orientalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SAKURAI, Célia. Os japoneses. Editora Contexto, 2007.

TAKASHIMA, ALINE (28 JUL 2018) Revista Marie Claire - O feminismo nikkei luta das descendentes de asiáticos contra estereótipos - online

TAKEUCHI, Marcia Yumi. O perigo amarelo: imagens do mito, realidade do preconceito (1920-1945). Editora Humanitas, 2008.

capítulo

# 7



Carolina Fuuka Sunano

**Além das representações:  
uma perspectiva psicológica  
e social do processo  
de estereotipização de  
imigrantes japoneses e seus  
descendentes**



# ALÉM DAS REPRESENTAÇÕES: UMA PERSPECTIVA PSICOLÓGICA E SOCIAL DO PROCESSO DE ESTEREOTIPIZAÇÃO DE IMIGRANTES JAPONESES E SEUS DESCENDENTES.

Carolina Fuuka Sunano<sup>1</sup>

## SUMÁRIO:

<b>1. Introdução.....</b>	<b>132</b>
<b>2. Parte I – Construção e perpetuação dos estereótipos.....</b>	<b>133</b>
2.1 A psicologia da representação de grupos.....	133
2.2 Mecanismos psicológicos e sociais envolvidos na perpetuação dos estereótipos.....	134
<b>3. Parte II – Estereótipos dos imigrantes japoneses e seus descendentes.....</b>	<b>136</b>
3.1 O estrangeiro e a ameaça amarela.....	136
3.2 A minoria modelo e o estereótipo positivo.....	139
3.3 O exótico e a identidade fragmentada.....	141
3.4 A mulher e o homem japonês.....	142
<b>4. Considerações finais .....</b>	<b>144</b>
<b>5. Referências.....</b>	<b>144</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Os estereótipos desempenham um papel significativo na formação de categorias mentais e na criação de imagens simplificadas de grupos étnicos e culturais. Trata-se de um processo psicológico adaptativo do ponto de vista da evolução humana, mas que na sociedade estabelecida atualmente gera repercussões psicológicas e sociais negativas. No caso dos imigrantes japoneses e seus descendentes, os estereótipos foram difundidos e internalizados ao longo de séculos, sofrendo modificações e influenciando as relações sociais.

Esta monografia propõe uma reflexão aprofundada sobre os estereótipos associados a comunidade japonesa e seus descendentes, tanto em território estadunidense quanto brasileiro. Dividido em duas partes distintas, a primeira parte deste estudo visa abordar a construção e a perpetuação dos estereótipos, sob a visão da psicologia dos processos de categorização e generalização de grupos, assim como os mecanismos psicológicos e sociais envolvidos na sua perpetuação. Já na segunda parte do trabalho, serão discutidos os estereótipos específicos relacionados aos imigrantes

<sup>1</sup> Formada em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), atualmente é estudante de Medicina pela Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP). Ex-bolsista da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), participou do “*Education Program for Nikkei Next Generation (University Students)*” em 2017.

japoneses e seus descendentes, como a representação do estrangeiro, do exótico, do estigma positivo, bem como as peculiaridades de cada gênero.

## 2. PARTE I – CONSTRUÇÃO E PERPETUAÇÃO DOS ESTEREÓTIPOS

### 2.1 A psicologia da representação de grupos

Entender o processo de representação de grupos requer uma avaliação histórico-evolutiva do tema. Imagine-se numa situação-problema: você está andando em meio a uma floresta e se depara com um animal nunca antes visto que se aproxima sorrateiramente em suas quatro patas, possuindo dentes afiados que estão embebidos em, aparentemente, sangue. Neste cenário, é provável que você queira fugir por interpretar esse animal desconhecido como ameaça, provavelmente entendendo-o como um predador. Mas por que você o interpretou desta maneira? O mecanismo em que categorias mentais são formadas e características e padrões de comportamento dentro dessas categorias são generalizadas permitiu que, ao longo da história evolutiva, o ser humano escapasse de situações e/ou outros seres que potencialmente atentariam contra a sua vida. Trata-se, portanto, de um julgamento rápido que auxilia no processo de tomada de decisão, garantindo a sobrevivência da espécie humana.

Saindo do olhar evolutivo e entendendo melhor o processo dentro da sociedade atual, é fundamental mencionar os trabalhos do psicólogo Daniel Kahneman. Em *“Subjective Probability: A Judgment of Representativeness”* (Kahneman e Tversky, 1972), os autores apresentam o conceito de “representatividade” como uma heurística cognitiva, isto é, uma espécie de “atalho mental” utilizado para guiar as representações quanto a determinado grupo. A heurística cognitiva se baseia na ideia de que as percepções tendem a ocorrer com base em quão representativo ou similar um evento ou pessoa é em relação a um estereótipo ou protótipo mental. Trata-se, portanto, de uma habilidade em prever características ou comportamentos de pessoas/grupos com base em simples operações mentais. Como exemplo clássico temos o Steve (descrito no trabalho de Tversky e Kahneman, 1974), uma pessoa descrita pelo seu vizinho como alguém tímido, introspectivo e meticuloso, bastante solícito, que preza por organização e tem paixão por detalhes, mas com pouco interesse em outras pessoas ou no mundo real. Diante desta caracterização, os autores discutem que, com base numa lista de possíveis profissões (como bibliotecário, vendedor ou fazendeiro), as pessoas atribuem maior probabilidade de Steve ser, nesta situação, bibliotecário. Um outro cenário poderia ser montado para ilustrar essa heurística: suponha que você seja apresentado a uma pessoa chamada João, que é apaixonado

por poesia, gosta de ler sobre filosofia e frequentemente vai a exposições de arte. Com base nessas características, você pode considerar que João é mais provavelmente um poeta ou um escritor do que um engenheiro ou um jogador de futebol, porque ele se assemelha ao estereótipo que se tem de um poeta.

É razoável pensar que esse “atalho mental” possui um importante caráter adaptativo na vida do ser humano contemporâneo, não sendo possível a vivência humana sem essas heurísticas (Tonetto *et al.*, 2006; Tversky e Kahneman, 1974). Entretanto, confiar apenas na aparente similaridade (ou representatividade) pode levar a conclusões precipitadas e a negligência de informações cruciais, levando a vieses ou erros sistemáticos na tomada de decisões e julgamentos. Desta forma, é possível dizer que um dos grandes problemas atrelado a heurística da representatividade é o potencial para o surgimento e perpetuação da estigmatização.

## **2.2 Mecanismos psicológicos e sociais envolvidos na perpetuação dos estereótipos**

Na definição de estigma, tem-se a suposição de que pessoas estigmatizadas possuem um atributo que as diferenciam e as levam a ser desvalorizadas aos olhos do outro, estando relacionado, portanto, a uma avaliação negativa e estereotipização dessas pessoas – ou grupo social – com base em aparência, comportamento, classe econômica, origem étnica, entre outras variáveis (Major e O’Brien, 2005). Dessa forma, os mecanismos da estigmatização (ou formação de estereótipos negativos) podem ser resumidos em quatro aspectos principais.

*O tratamento negativo e discriminação direta (“negative treatment and discrimination”)* é o primeiro mecanismo da estigmatização e diz respeito a atitudes discriminatórias que afetam o status social, limitando o acesso às áreas importantes da vida, bem-estar psicológico e saúde física dos estigmatizados. Práticas institucionais acumuladas também podem prejudicar as pessoas estigmatizadas mesmo na ausência de preconceito ou discriminação individual (Major e O’Brien, 2005). Em outras palavras, mesmo que não haja atitudes preconceituosas ou discriminatórias de indivíduos específicos, as estruturas e políticas presentes em instituições sociais podem perpetuar desigualdades e tratar as pessoas estigmatizadas de maneira desfavorável. Isso significa que o próprio funcionamento e organização dessas instituições podem ser responsáveis por manter as desvantagens enfrentadas por grupos estigmatizados na sociedade, reforçando assim as disparidades existentes<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Esse processo é compreendido, no movimento negro, como “racismo estrutural”, em que estruturas e instituições dentro de uma sociedade perpetuam a desigualdade e a discriminação racial de forma sistemática, mesmo que individualmente as pessoas não se considerem racistas (Almeida, 2019). Trata-se de um problema de raízes históricas profundas na escravização da população negra que ocorreu não só no Brasil, mas em países como os Estados Unidos.

O segundo mecanismo que o estigma atua sobre os indivíduos estereotipados se refere ao processo de confirmação de expectativas (do inglês, “*expectancy confirmation process*” ou também “*self-fulfilling prophecy*”). Ocorre quando os estereótipos dos outros podem levar as pessoas a se comportarem de maneira a confirmar essas expectativas, mesmo que equivocadas. Essa estrutura pode ser observada, por exemplo, em ambiente educacional, em que o tratamento diferenciado de estudantes pelos professores, atribuindo diferentes expectativas a cada um, resulta em uma tendência de comportamento de autoconfirmação – isto é, o comportamento resultante dos alunos tende a ir ao encontro das expectativas de terceiros (Jussim, 1986).

De forma similar, o terceiro mecanismo é a ativação *automática de estereótipos* (“*automatic stereotype activation-behavior*”) que, mesmo na ausência de discriminação explícita, opera sobre aqueles que são estigmatizados (Major e O’Brien, 2005). Nesse processo, os estereótipos compartilhados culturalmente podem influenciar o comportamento das pessoas: por exemplo, se o estereótipo da mulher é ser uma má motorista, é possível que esse comportamento seja ativado simplesmente pela existência do estigma.

Por fim, o quarto mecanismo destaca o *estigma como ameaça à identidade* (“*stigma as identitythreat*”), em que se compreende que as experiências de ser alvo de estereótipos e discriminação podem afetar a autoestima e a identidade social dos estigmatizados (Crocker, 1999). Essas perspectivas influenciam as emoções, crenças e comportamentos dos indivíduos estigmatizados. Para Crocker (1999), os efeitos do estigma na autoestima dos indivíduos são experienciados (ou emergem) em situações sociais específicas que, por vezes, levam ao questionamento do que de fato faz parte da sua identidade pessoal/individual e do que faz parte da identidade social, construída cultural e historicamente.

A formação do preconceito tem raízes, portanto, no processo de estereotipização dos indivíduos, afinal, é através da leitura social que se tem de uma pessoa que premissas são criadas a respeito dela – sejam elas positivas ou negativas. Essa pressuposição forma o que Crandall e Eshleman (2003) descrevem como preconceito genuíno, construído por diversos fatores – dinâmica familiar, exposição a diferentes grupos de pessoas, vieses cognitivos, conflitos inter-grupais, entre outros. Esse preconceito genuíno está passível a interferência de fatores supressores e justificadores que irão modificar a forma como este valor discriminatório é transmitido e exercido. Em suma, os autores mostram que qualquer preconceito pode ser *suprimido* ao ponto de não mais aparentar existir, pode *não ser suprimido* de forma alguma – ocasionando os extremismos ideológicos, por exemplo, em que o preconceito é transmitido em sua total potência – e pode (ou não) ser *justificado* – uma espécie de abrandamento do preconceito por haver explicação para a existência dele.

Finda-se, assim, a primeira parte do trabalho, compreendendo como se desenvolvem os estereótipos, como operam os estigmas e como se perpetuam os atos discriminatórios. Esse entendimento é de extrema relevância para seguir com o raciocínio do presente estudo.

### 3. PARTE II – ESTEREÓTIPOS DOS IMIGRANTES JAPONESES E SEUS DESCENDENTES

O movimento migratório expõe o indivíduo emigrante a uma nova realidade e estrutura social, cuja população o receberá conforme seus próprios valores e, especialmente, suas crenças sobre a cultura desse novo cidadão. A migração japonesa pelo mundo (Estados Unidos, Canadá, Austrália, México, Peru, Brasil, entre outros países) – principalmente motivada pela necessidade de mão de obra nesses territórios e impulsionada por políticas favoráveis à migração – possibilitou a estruturação de grandes comunidades de japoneses e seus descendentes fora do Japão (National Diet Library Japan, 2009). Atualmente, o Brasil e os Estados Unidos (EUA) representam os maiores quantitativos populacionais dessa comunidade: o Brasil é o país que abriga a maior comunidade de descendentes de japoneses – os nipo-brasileiros ou também chamados de *nikkeis* –, somando cerca de 2 milhões de pessoas (Ministry of Foreign Affairs of Japan, 2023).

É bastante evidente a adaptação dessa população no território brasileiro e estadunidense, participando ativamente no desenvolvimento do país que fora acolhido, alcançando níveis socioeconômicos e educacionais elevados (Wong, 1982) e atuando em prol da disseminação da culinária japonesa e festivais culturais (Centro de Estudos Nipo-Brasileiros de São Paulo, 2021). À vista disso, convém perguntar: os nipo-brasileiros – e, nos EUA, os *Japanese-Americans* – sofrem ou já sofreram discriminação e preconceito? Como e quais são os estereótipos que afetam essa população? Seria verdade dizer que os japoneses migrantes e seus descendentes representam a minoria étnica que *deu certo*?

Nessa segunda parte do trabalho, reflexões serão dispostas de modo a tentar elucidar as perguntas supracitadas.

#### 3.1 O estrangeiro e a ameaça amarela

A estereotipização dos japoneses migrantes e seus descendentes tiveram início no território estadunidense e o entendimento desse processo perpassa o conceito de repre-



sentatividade como um “atalho mental”. Isso porque a vivência japonesa nos EUA foi marcada pelo estigma já existente da população chinesa ou sino-americana, e a similaridade física e cultural entre esses dois povos do leste asiático culminou numa associação presumível. Registros da imigração chinesa para os EUA giram em torno do ano de 1850 e, à medida que essa população passava a competir pelos mesmos trabalhos com os caucasianos americanos, a percepção que antes era atrelada a meros atributos físicos comparativos – “olhos puxados” e “amarelos”, por exemplo – passou a receber um tom negativo e depreciativo (Sue e Kitano, 1973). Dessa forma, a comunidade chinesa e sino-americana era associada a “males morais e a hábitos imundos”, considerados indivíduos que atentavam contra o Estado americano.

Assim, no ano de 1887, antes mesmo do movimento migratório japonês visar o Brasil, milhares de japoneses emigravam para os EUA em busca de melhores condições financeiras, chegando a um total de 35 mil japoneses e nipo-americanos no ano de 1899 (National Diet Library Japan, 2009). No entanto, a representação já existente da população sino-americana, somada a desvalorização geral da mão de obra<sup>3</sup> e a resistência em abandonar as suas respectivas tradições culturais culminaram na disseminação do sentimento *anti-amarelo*, ou melhor, anti-japonês. Cidadãos americanos descendentes de japoneses eram vistos como indivíduos “não-americanizados” pertencentes a uma ameaça internacionalmente organizada, além de serem violentos e sexualmente depravados (Ogawa, 1971). Assim, as teorias eugenistas<sup>4</sup> de superioridade branca eram fortalecidas e difundidas mais intensamente no território americano sob o imaginário de uma ameaça amarela: o *Perigo Amarelo* (Sue e Kitano, 1973; tenBroek, Barnhart e Matson, 1954).

O *Perigo Amarelo* (do inglês, *Yellow Peril*) diz respeito ao estereótipo de “estrangeiros que ameaçam o Estado” atribuído a esse grupo étnico pelo Império Russo na Guerra Russo-Japonesa entre 1904 e 1905 (National Diet Library Japan, 2009). É importante salientar que esse sentimento não foi direcionado apenas aos japoneses; os diversos fluxos de imigrantes da Ásia foram conjuntamente representados como *Perigo Amarelo* – uma espécie de “ameaça alienígena ao mesmo tempo cortejada por sua mão de obra, mas desprezada por sua suposta distância cultural intransponível em relação aos anglo-saxões brancos protestantes” (Wu, 2014).

---

3 Conforme mais imigrantes japoneses desembarcavam no território, os salários dos trabalhadores americanos caucasianos eram reduzidos devido à baixa remuneração ofertada aos trabalhadores japoneses (National Diet Library Japan, 2009).

4 As teorias eugenistas se baseiam numa interpretação distorcida das teorias evolucionárias de Charles Darwin, aplicando princípios evolucionários à estrutura social e humana – à isso, chamamos de darwinismo social (Bolsanello, 1996). A eugenia ganhou notoriedade no final do século XIX e início do século XX, quando algumas sociedades e governos começaram a adotar políticas discriminatórias que atentaram contra os direitos humanos.

O maior exemplo de movimento *anti-japonês* ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945). Nos EUA, o ataque japonês a *Pearl Harbor* em dezembro de 1941 levou a uma ampla suspeita e medo de qualquer pessoa de ascendência japonesa<sup>5</sup>, independente da cidadania americana (Sue e Kitano, 1973). Como resultado da guerra, decretos presidenciais foram emitidos pelo então presidente Franklin Roosevelt, limitando o acesso e a circulação dessa população, e cerca de 120.000 Japonês-Americanos foram realocados à força para campos de internamento (Commission on Wartime Relocation and Internment of Civilians, 1997) – 2/3 deles eram cidadãos americanos e mais da metade eram crianças e adolescentes menores de 18 anos de idade (Wu, 2014). A disseminação dessa política segregacionista e discriminatória ocorreu muito pela grande mídia da época (jornais, revistas), sob o aval do Estado Americano, e também reforçada pelos símbolos culturais típicos dos EUA, como o Super-Homem ou Superman. Na capa da famosa revista em quadrinhos *Action Comics* nº 58 (Jerry Siegel, Burnley e Roussos, 1938), o temor da ameaça asiático-japonesa é exposto de forma bastante explícita: “Super-Homem diz: você pode bater em um *japa* com títulos de guerra e selos” (Figura 1).



Figura 1. Capa da revista em quadrinhos Action Comics nº 58 (Jerry Siegel, Burnley e Roussos, 1938).

No Brasil, o governo de Getúlio Vargas, entre os anos de 1930 a 1945, teve grande participação na disseminação da ideologia *anti-japonesa* através de seu projeto étnico-político de *higienização da raça* inspirado no racismo e na xenofobia dos regimes nazifascistas (Nishida, 2020); Vargas almejava um Estado forte e nacional<sup>6</sup>, e a presença de “estrangeiros” criava fissuras na consolidação desse objetivo (Carneiro, 2018). É importante destacar que diversos intelectuais e políticos brasileiros da época reforçavam os estereótipos negativos aos japoneses e seus descendentes, como no livro *A ofensiva japonesa no Brasil*, de Carlos de Souza Moraes em 1942,

<sup>5</sup> É interessante notar que, com a rivalidade da guerra entre Japão e EUA e com a aliança estadunidense com a potência chinesa, os próprios estereótipos foram se modificando (Wu, 2014): enquanto que os japoneses e seus descendentes eram vistos como inimigos perigosos e espiões infiltrados (Ogawa, 1971), os sino-americanos eram tidos como indivíduos racionais, tolerantes e amigáveis.

<sup>6</sup> Dentre as políticas restritivas adotadas com a intenção de assimilar e integrar esse indivíduo *culturalmente alheio e resistente* à sociedade brasileira, podemos destacar a proibição do ensino da língua japonesa e a exigência de adoção de *nome ocidentalizado* (National Diet Library Japan, 2009).

cuja capa retrata os japoneses com “semblantes cadavéricos, expressões de terror, sorrisos falsos, semblantes sedutores (gueixa) ou com postura de um dorminhoco, preguiçoso” (Carneiro, 2018).



Figura 2. Capa do livro *A ofensiva japonesa no Brasil* de Carlos de Souza Moraes, publicado pela livraria Globo de Porto Alegre (1942).

### 3.2 A minoria modelo e o estereótipo positivo

Pouco tempo após a Segunda Guerra Mundial, indivíduos da comunidade nipo-americana e nipo-brasileira se deslocaram da representação social de “traídores”, “perigosos” e “nocivos à economia americana” para o “protótipo do sucesso”: aquele grupo social *invejável* que todos os outros grupos étnicos devem ter como exemplo a ser seguido. Afinal, quem nunca ouviu as frases “japonês é tudo inteligente” ou então “tinha que ser japonês!” – quando algo socialmente valorizado é observado em algum indivíduo de traços asiáticos. Nesse momento, surge a ideia, portanto, de uma *minoria modelo*. Essa transição de estereótipos negativos para positivos foi esquematizada ao longo do século XIX – XX na Figura 3 (adaptado de Sue e Kitano, 1973) – cabe destacar, no entanto, que os últimos estereótipos se mantêm até os dias atuais.



Figura 3. Padrões de estereótipos positivos (+) e negativos (-) dos Japonês-Americanos por período de tempo, adaptado de Sue & Kitano (1973).

Então, o que é a *minoria modelo*? Trata-se de um grupo demograficamente minoritário cujos integrantes são percebidos como indivíduos que alcançaram níveis socioeconômicos

micos maiores que a média populacional e, portanto, servem de referência para grupos externos. Esse conceito é atribuído à população de nipo-americanos e brasileiros, enfatizando a ideia de que, devido a características próprias (como educação, dedicação, valores e família), eles conseguiram conquistar aquilo que é valorizado na sociedade atual: o sucesso profissional, ocupando cargos de prestígio e ganhando dinheiro em um país em que são minoria étnica (Wu e Kim, 2014). Logo, são vistos como um modelo de sucesso a ser seguido por todos aqueles outros grupos minoritários.

Entretanto, o ponto essencial a se enfatizar, de início, é que o estereótipo japonês de minoria modelo é um mito (Wu, 2014), sendo uma simplificação excessiva de um processo complexo com diversas implicações ético-sociais. Ellen Wu, historiadora e pesquisadora dedicada aos estudos de discriminação e preconceito contra os asiático-americanos, aborda os impactos dessa tese em seu livro *The Color of Success: Asian Americans and the Origins of the Model Minority* ou, em tradução livre, *A cor do sucesso: asiático-americanos e as origens da minoria modelo* (Wu, 2014).

A autora defende que a minoria modelo tem suas origens primeiramente em uma tentativa orquestrada pelos EUA em “limpar sua imagem”, firmando-se como um Estado democrático e liberal que acolhe as diferenças e integra as comunidades étnicas. O cenário de pós-Segunda Guerra Mundial fez eclodir movimentos em defesa da ampliação dos direitos civis especialmente entre as comunidades afro-americanas e latinas nos EUA; logo, aproximar-se de uma minoria étnica demonstrava como o Estado americano estaria empenhado em solucionar os problemas sociais existentes (mesmo que para uma minoria específica). Além disso, Wu também retrata que a minoria modelo surgiu como resultado de esforços –intencionais ou não – dos próprios imigrantes asiáticos e seus descendentes nos EUA de serem vistos como cidadãos americanos naquele período de pós-guerra<sup>7</sup>. Portanto, grande energia foi empregada em tentar ser aceito pelo país – seja Brasil ou os EUA – cuja visão estigmatizada acerca de sua comunidade étnica ainda era predominantemente pejorativa. Mas quais seriam as implicações da propagação da tese da minoria modelo? E quais as razões pelo qual o reforço desse estereótipo positivo pode ser prejudicial?

De início, a consequência que mais sobressai nas análises de diversos pesquisadores, diz respeito à invisibilização das lutas de minorias étnicas socialmente marginalizadas (Hirata, 2020; Le, 2020; Shimabuko, 2018; Wu, 2014). No pós-guerra, enquanto grupos sociais protestavam por igualdade de direitos, o aparente sucesso dos asiático-americanos foi usado como uma maneira de deslegitimar as denúncias do racismo sistêmico e desigualdade – pois, uma vez que uma minoria étnica

---

<sup>7</sup> De forma análoga, assim como o estereótipo do Perigo Amarelo era atribuído a chineses e japoneses, a ideia de uma minoria exemplar também abarcou as duas comunidades do leste asiático.

ganha destaque e atinge patamares antes somente ocupados por pessoas brancas, a responsabilidade pela não ascensão socioeconômica recai sobre os indivíduos e a comunidade a qual pertence (Kim, 1999; Le, 2020). Na prática, o mito da minoria modelo acaba por reforçar o conceito de *meritocracia racial*<sup>8</sup>, desconsiderando o contexto histórico de cada comunidade e justificando, assim, a ascensão socioeconômica da comunidade asiático-japonesa e a pobreza dos grupos étnicos marginalizados (Shimabuko, 2018). Nesse momento, vale a pena recordar que esse processo se trata do primeiro mecanismo da estigmatização de grupos – *tratamento negativo e discriminação direta* – descrito anteriormente na primeira parte desta monografia.

Ademais, é razoável pensar que generalizar toda comunidade asiática e nipo-descendente conforme os estereótipos positivos da minoria modelo é equivocado. Apesar de a comunidade ter sido complacente com a propagação desse estereótipo positivo, se beneficiando ao aproximar-se dos brancos e afastar-se dos negros (Kim, 1999; Wu, 2014) – e também indo ao encontro do segundo mecanismo da estigmatização, *o processo de confirmação de expectativas* –, viver sob os estereótipos do mito de minoria modelo pode afetar negativamente os indivíduos dessa comunidade estigmatizada, submetendo-os a uma pressão social constante de *perfeição, inteligência e talento* que, quando fogem desse estigma visto como “regra”, podem experimentar sofrimento mental importante (Mori, 2022). Há, portanto, uma distorção das “causas do sucesso” e internalização de expectativas prejudiciais. Somado a isso, os estereótipos positivos da minoria modelo acabam por restringir as possibilidades de atuação profissional da comunidade asiático-japonesa, uma vez que haveria uma aptidão intrínseca para área de Ciências Exatas e Biológicas – especialmente para os homens – não havendo espaço, assim, para “japonês” em teatro, cinema e publicidade<sup>9</sup> (Hirata, 2020).

### 3.3 O exótico e a identidade fragmentada

A grande assimilação da comunidade nipo-brasileira e americana em seus respectivos países levou muitos indivíduos a se tornarem completamente alheios a cultura de seus antepassados, por vezes não participando (ou nem sabendo da existência) das associações culturais de japoneses de sua região (Centro de Estudos Nipo-Brasileiros de São Paulo, 2021). Apesar dos esforços em serem vistos como “100% americanos” (ou 100% brasileiros), os descendentes de japoneses são tratados socialmente como estrangeiros e exóticos (Kim, 1999; Lee e Sheng, 2023; Wu, 2014),

<sup>8</sup> No Brasil, é de extrema importância pensar sobre como duas experiências tão diferentes levam a diferentes trajetórias sociais: uma sendo imigração – como para os japoneses – e a outra sendo a escravidão – como para a população negra (Almeida, 2019; Shimabuko, 2018).

<sup>9</sup> A representação midiática dos japoneses e seus descendentes – tanto internacional quanto nacionalmente – se destaca por reforçar os estereótipos desse grupo, restringindo também as possibilidades de atuação em filmes, novelas, seriados, bem como peças publicitárias (Hirata, 2020).

mesmo tendo nascido e crescido fora do Japão e por vezes não compreendendo nenhuma palavra da língua japonesa (o mesmo se aplica aos chineses). Segundo Hirata (2020), o Brasil é um país miscigenado que não abarca a identidade asiática “apesar dos japoneses estarem celebrando mais de 110 anos do primeiro navio a aportar em terras sul-americanas”.

Na prática, é possível perceber que se trata de um processo de alienação de nacionalidade, isto é, o processo de estigmatização leva a uma ruptura da identidade de cada asiático no Brasil, pois apesar de brasileiro, não é tido como tal. Trata-se do processo do *estigma como ameaça à identidade* – o quarto mecanismo em que opera o processo de estigmatização. O cenário de fragmentação identitária fica mais evidente quando os integrantes das comunidades nipo-brasileiras migram ao Japão para trabalho no setor industrial – os *dekasseguis*<sup>10</sup> – e percebem que não são vistos ou tratados como japoneses, mas brasileiros e estrangeiros (Capuano de Oliveira e Yura, 2019; Parreñas, 2007).

Somado a isso, outro exemplo da estereotipização dos asiáticos ocorreu durante a pandemia de COVID-19 em 2020 (Croucher, Nguyen e Rahmani, 2020; Reny e Barreto, 2022; Roberto, Johnson e Rauhaus, 2020). Devido ao epicentro da pandemia ter sido inicialmente na cidade de Wuhan, na China, os autores discutem como o alastramento do coronavírus levou a atitudes discriminatórias<sup>11</sup> nos EUA contra toda a população de descendentes do leste asiático. O estereótipo de estrangeiro exótico/esquisito e de alteridade<sup>12</sup> (ou, em inglês, *otherness*) passou a ganhar forças com o movimento antiasiático: esse grupo passou a ser visto como “vetor viral” (especialmente no início da pandemia em 2020) e bastava ter um fenótipo leste asiático para que – de forma automática – houvesse uma associação errônea de pessoa *infectada* e *virulenta* (Croucher, Nguyen e Rahmani, 2020; Hirata, 2020). É possível notar que essa associação instantânea que levou a ações discriminatórias nos EUA – e também no Brasil – se trata do processo de *ativação automática do estigma*, o terceiro mecanismo operante na estigmatização de grupos.

### 3.4 A mulher e o homem japônês

Em última análise, para além dos estereótipos gerais que recaem sobre a comu-

10 Designado para se referir aos trabalhadores estrangeiros que residem Japão, os *dekasseguis* tem grande representação brasileira, sendo um movimento migratório que começou nos anos 80 e persiste até hoje.

11 Campanhas nas redes sociais foram lançadas de forma a conscientizar e combater essas atitudes preconceituosas e xenofóbicas, como a *hashtag #IAmNotAVirus* (“eu não sou um vírus”) lançada no *Twitter* e *Facebook* durante a pandemia (Croucher, Nguyen e Rahmani, 2020).

12 Ao taxar os asiáticos amarelos e seus descendentes como “alteridade”, isto é, o Outro, cria-se uma atmosfera dicotômica de “bem versus mau”, “*nós versus eles*”, reforçando que essa minoria étnica é pertencente somente até um certo ponto aceitável (Roberto, Johnson e Rauhaus, 2020).

nidade japonesa, é também de extrema importância refletir sobre as particularidades das representações da mulher e do homem japonês na sociedade ocidental. Somados ao fato de ambos serem percebidos como exóticos, diferentes e estrangeiros, os estereótipos da mulher nipo-descendente perpassam a ideia de *passiva, infantilizada, submissa, tímida, manipulável e subserviente* (Patel, 2008); já o homem japonês é *delicado, assexuado, afeminado, frágil, cômico e pequeno* (Okabayashi, 2019).

Frequentemente, mulheres amarelas são representadas em produções audiovisuais dentro do processo de fetichização – o chamado *Yellow Fever*, expressão em inglês que se refere à busca de homens por um relacionamento com mulheres amarelas. Segundo Zheng (2016), o *Yellow Fever* é muito mais do que uma simples preferência romântico-afetiva pessoal ou estética – isto é, devido a traços fenotípicos (como cor de cabelo e olhos) –, sendo um fetiche que tem raízes em estereótipos raciais hipersexualizados. Esse fetiche racial despersonaliza aquela mulher que passa a ser vista e desejada apenas por curiosidade e pela representação atribuída a ela. É razoável notar que essa percepção se origina no imaginário ocidental da *gueixa*: aquela mulher japonesa “desprovida de desejos e de vontade, que existe para servir e agradar” (Ogusuko e Pantaleão, 2022).

Quanto à estigmatização de homens amarelos e japoneses, Okabayashi (2019) aborda como são percebidos como “emasculados e castrados” e, portanto, “menos homem que os demais”, além de como são sempre expostos em contraposição ao corpo negro visto como “animalesco e bestializado”. O homem asiático em geral é frequentemente retratado como o alívio cômico dentro de uma produção audiovisual do Ocidente (Ogusuko e Pantaleão, 2022), enquanto que a mulher asiática é retratada de modo a reforçar os estereótipos a ela atribuídos.

Contudo, com o aumento de produções cinematográficas dirigidas e interpretadas por atores/atrizes coreanos(as), alcançando audiência recorde no Ocidente – como os filmes *Parasita* (Bong, 2019) e *Tudo em Todo o Lugar ao Mesmo Tempo* (Kwan e Scheinert, 2022), que conquistaram premiações importantes nos EUA –, a percepção estereotipada desses homens e mulheres asiáticas começa a tomar outra forma. Isso, pois a possibilidade de falar sobre suas experiências vivendo uma “vida normal” leva progressivamente a uma quebra da cadeia de estigmatização (Ogusuko e Pantaleão, 2022). Assim, homens e mulheres asiáticas podem aos poucos se distanciar desses estereótipos atribuídos pelo Ocidente, estigmas que custam a desvanecer e que afetam direta e indiretamente milhares de pessoas dentro da comunidade leste asiática.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão dos processos de construção e perpetuação de estereótipos, aliada à análise crítica dos estereótipos específicos atribuídos aos imigrantes japoneses e a comunidade nipo-descendente, abre caminho para uma reflexão mais ampla sobre a autoimagem, a identidade cultural e os passos necessários para a construção de uma sociedade mais inclusiva que valorize a diversidade étnico-cultural. Este trabalho retratou como confiar exclusivamente na similaridade ou representatividade para avaliar pessoas ou grupos leva ao risco de categorizá-los de forma preconceituosa, atribuindo estereótipos e marcas negativas que podem resultar em atitudes discriminatórias e vexatórias.

Ao trilhar pelos estereótipos atribuídos à comunidade japonesa, especialmente no contexto americano e brasileiro, esta monografia expôs diferentes representações deste grupo de acordo com o contexto histórico. Examinou-se, primeiramente, o estereótipo do “estrangeiro” e a associação com a *Perigo Amarelo*. Além disso, analisou-se o conceito de *minority model* e como esse estereótipo positivo pode gerar consequências complexas para todos os grupos sociais. A visão do “exótico” que se tem do japonês e seus descendentes também foi explorada nesta monografia, retratando como isso pode impactar na construção de uma identidade cultural fragmentada. Por fim, os estereótipos de gênero associados a homens e mulheres japoneses foram abordados de forma mais ampla, ressaltando as diferenças de cada uma dessas vivências.

É crucial reconhecer a complexidade da experiência humana por trás dessas representações e trabalhar para dismantlar os estereótipos prejudiciais, promovendo uma sociedade mais respeitosa e equitativa para todas as culturas e comunidades. Ao analisar as origens, manifestações e consequências dos estereótipos, este trabalho almeja contribuir para uma maior conscientização e diálogo intercultural.

#### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. DE. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro, 2019.

BOLSANELLO, M. A. Darwinismo social, eugenia e racismo “científico”: sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. **Educar em Revista**, v. 12, p. 153–165, 1996.

BONG, J. **Parasita**. Coreia do Sul: CJ Entertainment, 2019.

CAPUANO DE OLIVEIRA, A.; YURA, D. Ser ou não ser japonês? Um processo



identitário em construção. **Afro-Ásia**, v. 59, p. 9–42, 2019.

CARNEIRO, M. L. T. Imigrantes indesejáveis. A ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. **Revista USP**, v. 119, p. 115–130, 2018.

CENTRO DE ESTUDOS NIPO-BRASILEIROS DE SÃO PAULO. **A Situação Atual da Colônia Japonesa no Brasil – Um País de Sociedade Multicultural. Relatório: Resultado da Pesquisa e Conclusão**. São Paulo, 2021. Disponível em: <[https://nw.org.br/report/relatorio\\_pt/#1](https://nw.org.br/report/relatorio_pt/#1)>.

COMMISSION ON WARTIME RELOCATION AND INTERNMENT OF CIVILIANS. **Personal Justice Denied: Report of the Commission on Wartime Relocation and Internment of Civilians**. Washington: University of Washington Press, 1997. Disponível em: <<https://www.archives.gov/research/japanese-americans/justice-denied>>.

CRANDALL, C. S.; ESHLEMAN, A. A Justification-suppression Model of the Expression and Experience of Prejudice. **Psychological Bulletin**, v. 129, n. 3, p. 414–446, 2003.

CROCKER, J. Social Stigma and Self-Esteem: Situational Construction of Self-Worth. **Journal of Experimental Social Psychology**, v. 35, n. 1, p. 89–107, 1999.

CROUCHER, S. M.; NGUYEN, T.; RAHMANI, D. Prejudice Toward Asian Americans in the Covid-19 Pandemic: The Effects of Social Media Use in the United States. **Frontiers in Communication**, v. 5, n. June, p. 1–12, 2020.

HIRATA, F. N. **Asiáticos amarelos na publicidade brasileira: representação, estereótipos e microagressões**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2020.

JERRY SIEGEL; BURNLEY, J.; ROUSSOS, G. Action Comics no 58. **Superman DC Comics**, p. 36, mar. 1938.

JUSSIM, L. Self-Fulfilling Prophecies. A Theoretical and Integrative Review. **Psychological Review**, v. 93, n. 4, p. 429–445, 1986.

KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. Subjective probability: A judgment of representativeness. **Cognitive Psychology**, v. 3, n. 3, p. 430–454, 1972.

KIM, C. J. The Racial Triangulation of Asian Americans. **POLITICS & SOCIETY**, v. 27, n. 1, p. 105–138, 1999.

KWAN, D.; SCHEINERT, D. **Tudo em Todo o Lugar ao Mesmo Tempo**. Estados Unidos: A24, 2022.

LE, K. **Hollywood Media and the Model Minority Myth: the Representation of Asian American Masculinity and its Effects**. Estados Unidos: University of San Francisco, 2020.

LEE, J.; SHENG, D. The Asian American assimilation paradox. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, p. 1–27, 2023.

MAJOR, B.; O'BRIEN, L. T. The social psychology of stigma. **Annual Review of Psychology**, v. 56, p. 393–421, 2005.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN. **Japan-Brazil Relations (Basic Data)**. Disponível em: <<https://www.mofa.go.jp/region/latin/brazil/data.html>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

MORI, R. H. **A construção do estereótipo positivo do estudante nipo-brasileiro**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2022.

NATIONAL DIET LIBRARY JAPAN. **100 Anos de Imigração Japonesa no Brasil**. Disponível em: <<https://www.ndl.go.jp/brasil/pt/index.html>>. Acesso em: 6 ago. 2023.

NISHIDA, C. H. **Imigrantes japoneses durante a Segunda Guerra Mundial: a violação dos direitos humanos sob a ótica da declaração universal dos direitos humanos**. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2020.

OGAWA, D. M. **From Japs to Japanese: The evolution of Japanese-American stereotypes**. Berkeley: McCutchan, 1971.

OGUSUKO, T.; PANTALEÃO, G. **Podcast: E Onde Eu Fico Nisso? Spotify**. Disponível em: <<https://open.spotify.com/show/3yStMuuHtOeO4THVwM2Z57?si=ad9034beda9548db>>. Acesso em: 22 ago. 2023.

OKABAYASHI, H. K. O. **Pornografia gay e racismo: a representação e o consumo do corpo amarelo na pornografia gay ocidental**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2019.

PARREÑAS, R. S. **Asian diasporas: New formations, new conceptions**. Stanford, California: Stanford University Press, 2007.

PATEL, N. Racialized sexism in the lives of Asian American women. In: **Benefiting by Design: Women of Color in Feminist Psychological Research**. Reino Unido: Cambridge Scholars Publishing, 2008. p. 116–128.

RENY, T. T.; BARRETO, M. A. Xenophobia in the time of pandemic: othering, anti-Asian attitudes, and COVID-19. **Politics, Groups, and Identities**, v. 10, n. 2, p. 209–232, 2022.

ROBERTO, K. J.; JOHNSON, A. F.; RAUHAUS, B. M. Stigmatization and prejudice during the COVID-19 pandemic. **Administrative Theory and Praxis**, v. 42, n. 3, p. 364–378, 2020.

SHIMABUKO, G. A. **Para além da fábula das três raças: uma introdução à percepção racial do amarelo e do japonês no Brasil**. São Paulo: UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2018.

SUE, S.; KITANO, H. H. L. Stereotypes as a Measure of Success. **Journal of Social Issues**, v. 29, n. 2, p. 83–98, 1973.

TENBROEK, J.; BARNHART, E. N.; MATSON, F. W. **Prejudice, War, and the Constitution: Causes and consequences of the evacuation of the Japanese Americans in World War II**. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1954.

TONETTO, L. M. et al. The heuristics role in judgment and decision making under uncertainty. **Estudos de Psicologia**, v. 23, n. 2, p. 181–189, 2006.

TVERSKY, A.; KAHNEMAN, D. Judgment under Uncertainty: Heuristics and Biases. **Science**, v. 185, n. 4157, p. 1124–1131, 1974.

WONG, M. G. The cost of being Chinese, Japanese, and Filipino in the United States 1960, 1970, 1976. **Pacific Sociological Review**, v. 25, n. 1, p. 59–78, 1982.

WU, E. D. **The Color of Success: Asian Americans and the Origins of the Model Minority**. New Jersey: Princeton University Press, 2014.

WU, J.; KIM, D. Y. The model minority myth for noncitizen immigration offenses and sentencing outcomes. **Race and Justice**, v. 4, n. 4, p. 303–332, 2014.

ZHENG, R. Why Yellow Fever Isn't Flattering: A Case Against Racial Fetishes. **Journal of the American Philosophical Association**, v. 2, n. 3, p. 400–419, 2016.



capítulo

# 8



Cláudia Maria Borba Gâmbaro

**Tema: Reflexões sobre os estereótipos relacionados aos imigrantes japoneses e seus descendentes**

**Título: Um olhar histórico sobre a relação Brasil-Japão e o papel das escolas brasileiras no Japão**



## **TEMA: REFLEXÕES SOBRE OS ESTEREÓTIPOS RELACIONADOS AOS IMIGRANTES JAPONESES E SEUS DESCENDENTES.**

### **TÍTULO: UM OLHAR HISTÓRICO SOBRE A RELAÇÃO BRASIL-JAPÃO E O PAPEL DAS ESCOLAS BRASILEIRAS NO JAPÃO.**

Cláudia Maria Borba Gâmbaro<sup>1</sup>

#### **SUMÁRIO:**

<b>1. Introdução.....</b>	<b>150</b>
<b>2. Compreendendo a relação entre Japão e Brasil.....</b>	<b>151</b>
2.1 Uma breve história sobre a imigração japonesa no Brasil e a migração nipo-brasileira para o Japão.....	151
2.2 Escolas brasileiras no Japão.....	154
<b>3. Revisão de literatura.....</b>	<b>155</b>
3.1 Cultura como pano de fundo e estereótipo.....	155
<b>4. Conclusão.....</b>	<b>157</b>
<b>5. Referências.....</b>	<b>158</b>

#### **1. INTRODUÇÃO**

O Japão e o Brasil compartilham uma longa história de migração e imigração. Ambos os países têm enormes comunidades de cidadãos uns dos outros, não só de trabalhadores, mas também de famílias, crianças e adolescentes. Isso acontece porque certa vez, na década de 1900, houve um incentivo para que os japoneses perseguissem seus sonhos em uma terra estrangeira – no caso, o Brasil.

Com o passar dos anos, esses japoneses estabeleceram famílias no Brasil, e os aspectos social, político e econômico de ambos os países sofreram algumas mudanças, levando os nipo-brasileiros a migrar para o Japão, fazendo o caminho contrário.

Para atender a essa demanda, as escolas brasileiras no Japão seguem o currículo brasileiro, mas os alunos são cercados por um estilo de vida único nas comunidades nipo-brasileiras.

Ainda assim, há vários estereótipos que se conectam com os nipo-brasileiros, tanto com os que moram no Brasil, quanto com os que moram no Japão, e, a questão

---

<sup>1</sup> Especialista em Gestão Escolar pela USP/Esalq. Membro da Associação Brasileira de Ex-Bolsistas do Japão (ASEBEX) e da Associação dos Bolsistas do Governo Japonês – Monbukagakusho (ABMON)

identitária se aplica de forma diferente dependendo do país em que estão.

Esta monografia visa explorar um pouco da relação histórica entre os dois países e tecer olhares sobre a identidade dos nipo-brasileiros e seus estereótipos.

## 2. COMPREENDENDO A RELAÇÃO ENTRE JAPÃO E BRASIL

### 2.1 Uma breve história sobre a migração japonesa para o Brasil e a migração nipo-brasileira para o Japão.

Com o advento da Restauração Meiji, o Japão passou a viver uma era de mudanças no campo político, social e econômico, ao abrir as fronteiras após mais de dois séculos de isolamento.

Como solução para a crise socioeconômica, o Japão iniciou uma política de migração, com o objetivo de reduzir o estado de tensão da sociedade e promover os indivíduos a melhores oportunidades de vida em países estrangeiros. Um dos destinos que puderam iniciar essa nova vida foi o Brasil. Houve grande propaganda sobre as condições de vida nestes países, por isso muitos japoneses decidiram mudar-se com as suas famílias.

O primeiro navio que chegou ao Brasil, em 18 de junho de 1908, foi o *Kasato Maru*, tendo sua trajetória de Kobe a Santos, em São Paulo, transportando 781 cidadãos japoneses, para trabalhar nas plantações de café, segundo Masuji (1992).

O principal sonho de muitos dos que migraram para o Brasil era trabalhar o tempo suficiente para economizar dinheiro para sustentar suas famílias e retornar ao seu país de origem – o Japão. Infelizmente, as condições de vida não eram tão boas quanto a propaganda. Economizar dinheiro era uma tarefa difícil, somada à má comunicação com os moradores locais, alimentação e moradia precárias, não deixando aos trabalhadores outra escolha a não ser mudarem-se da cidade inicialmente designada onde moravam para outras áreas, recomeçando a vida mais uma vez, conforme escrito por Lesser (2001).

Com o passar do tempo, e agora com a intenção de criar raízes no Brasil, esses japoneses criaram suas próprias colônias de imigração, onde ainda poderiam perpetuar sua própria cultura, mas adaptar seu estilo de vida, ao jeitinho brasileiro. Segundo Saito e Maeyama (1973), existiam associações japonesas, os *Nihonjinkais*, para cui-

dar de celebrações culturais, como cerimônias de casamento e funerais, bem como existiam escolas para os filhos dos imigrantes, nas quais tinham o retrato do imperador, e difundiam virtudes comuns à cultura japonesa. Alguns ingredientes comuns aos pratos japoneses passaram a ser fabricados no Brasil, como o missô e o shoyu, o que facilitou a adaptação à vida em outro país, além de ter um jornal próprio, escrito em japonês.

Como menciona Suzuki (1995), de 1908 a 1924, o governo de São Paulo forneceu subsídios para a migração. Em 1924, o subsídio passou a ser fornecido pelo governo japonês e, na primeira metade da década de 1930, os imigrantes japoneses era maioria entre outras etnias de migrantes no Brasil, sendo 44%.

O cenário mudou em 1934, quando o governo brasileiro implementou uma política que permitiu a entrada de um percentual menor de imigrantes no país.

Desde o início da migração para o Brasil, em 1908, até 1941, o número total de imigrantes no Brasil foi de 186.272, e esse número continuou a crescer à medida que o Japão enfrentava desafios, como algumas questões políticas e a Segunda Guerra Mundial. Este último foi um dos motivos pelos quais alguns japoneses decidiram criar raízes no Brasil e constituir família em terra tropical, em vez de retornar ao Japão.

Com o passar do tempo, o cenário mudou significativamente. O Brasil, na década de 1980, enfrentava uma crise econômica, e a inflação estimulou muitos brasileiros a buscarem oportunidades fora do Brasil. Foi quando a primeira geração de nipo-brasileiros decidiu ir para o Japão, considerando que na mesma década muitas pequenas e médias empresas precisavam de gente para trabalhar no Japão.

A lei da nacionalidade japonesa reconhece a cidadania por jus sanguinis, conforme a Lei da Nacionalidade Japonesa (nº 147 de 1950), portanto era legal e pouco burocrático que primeira, segunda e terceira gerações de nipo-brasileiros viessem ao Japão para trabalhar e viver.

Esse movimento migratório dos descendentes de japoneses de volta à terra de seus ancestrais foi chamado de *dekasegui*, que vem das palavras *deru ase kasegu*, que carrega a conotação de uma pessoa que migra para outra terra a trabalho. (Okamoto et al. 2021, p.839).

Os empregos oferecidos a esses nipo-brasileiros, principalmente nas fábricas, ofereciam melhores condições de vida do que os da década de 1980 no Brasil ao trabalhador de classe média, mas para os japoneses não era um trabalho que muitos



estivessem dispostos a trabalhar. Esse tipo de trabalho era conhecido como 5 K's – *kiken* (perigoso), *kitsui* (difícil), *kitanai* (sujo), *kibishi* (rígido) e *kirai* (repugnante), destinado a quem está à margem da sociedade, não exigindo muita experiência e qualificação. (Moriya, 2000, e Nakagawa, 2000, conforme citado em Okamoto et al., 2021, p.839).

Na década de 1990, com a implementação da reforma do Controle de Imigração e Reconhecimento de Refugiados (1951), o fluxo migratório do Brasil para o Japão aumentou significativamente, pois traçou novas diretrizes para a migração de pessoas para o Japão.

Como os nipo-brasileiros tinham acesso mais fácil para entrar no Japão, exceto pessoas que não tinham vínculo de nacionalidade com o Japão, Ishii (2010) menciona que havia cerca de 250 mil nipo-brasileiros vivendo no Japão na década de 1990, conforme registro do Ministério Japonês da Justiça.

Ishii (2010) menciona que os anos 1990 foram os anos dourados para os nipo-brasileiros, o que ajudou a mudar o estigma em torno do *dekasegui*:

Para alguns, a primeira metade da década foi uma época de ouro, com lucros elevados e muitas horas extras; para outros, foi um pesadelo de diversas questões trabalhistas. Houve o surgimento dos primeiros restaurantes brasileiros, das primeiras lojas com produtos brasileiros, dos primeiros jornais em português. Houve uma onda de bens e serviços brasileiros no Japão, que é chamada de “indústria da saudade”. “Sentir o gostinho do que é voltar para casa” foi o conceito mais utilizado no marketing de coisas para os *dekaseguis*. Mais tarde, principalmente na segunda metade da década, a “indústria da autoestima” foi ampliada, com palestras motivacionais, concursos de beleza, sessões fotográficas e seções sociais nos jornais. (pág. 14).

Embora as oportunidades fossem boas para as pessoas no Japão, perceberam que economizar dinheiro enquanto trabalhavam para voltar ao Brasil era um sonho ainda mais distante de ser alcançado, e a ideia de fazer do Japão seu lar para sempre era mais iminente. Segundo o Ministério das Relações Exteriores do Japão (2021, em documento do Senado Federal brasileiro, 2021), viviam no Japão 206.365 brasileiros, sendo a 5ª maior população de imigrantes no país, e cerca de 34.000 eram crianças em escolaridade idade, de 6 a 18 anos.

Algumas dessas crianças são alunos regulares de escolas japonesas, mas, como o idioma pode ser um desafio para algumas famílias, o Ministério da Educação do

Brasil (MEC - Ministério da Educação e Cultura) reconhece algumas escolas no Japão que seguem os Currículos Brasileiros, e as aulas são ministradas em português.

Ao todo, a comunidade nipo-brasileira no Brasil é vista como japonesa, e a mesma comunidade, enquanto está no Japão, é vista como brasileira, e esse fator pode gerar falta de identidade naqueles que fazem parte dessa comunidade. (Okamoto, 2007 p.81).

## **2.2 Escolas Brasileiras no Japão**

Por haver uma grande população de nipo-brasileiros vivendo no Japão, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) do Brasil reconhece muitas escolas brasileiras localizadas no Japão, pois são homologadas, embora o Ministério da Educação, Cultura, Esportes, Ciência do Japão e a Tecnologia (MEXT) não as reconheçam. (Sera, 2019 p.8).

Conforme consta no manual “Orientação Geral sobre Educação para Brasileiros no Japão”, publicado pelo Ministério da Educação e Cultura do Brasil em 2018, ser homologado significa:

A escola solicitou matrícula na Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB), e foi recebida positivamente; cumprindo assim os requisitos para poder emitir documentos escolares válidos para todos os fins apropriados. (pág.10).

Seguindo o currículo brasileiro para educação, as aulas geralmente são ministradas em português. Além das disciplinas regulares do currículo brasileiro, contando também com aulas de língua japonesa.

Essas escolas são uma alternativa, para crianças cujos pais planejam retornar ao Brasil em breve, para que possam continuar seus estudos de acordo com o currículo brasileiro, para crianças que não se adaptaram ao sistema escolar japonês, para crianças que vieram para o Japão um pouco mais velhas e não possuem conhecimento suficiente da língua japonesa para frequentar aulas em tal idioma, e por alguns outros motivos pessoais.

Conforme afirma Sera (2019), o Japão é o país com mais escolas brasileiras fora do Japão, embora seja o segundo país com mais brasileiros vivendo fora do Brasil. Além das escolas regulares para crianças em idade escolar, também existem programas escolares para adultos que não concluíram os estudos quando eram

mais jovens, para que possam obter o diploma do Ensino Fundamental ou Médio enquanto moram no Japão.

Segundo Bugarin (2017, citado por Costa, 2022), haviam 39 escolas brasileiras cadastradas no Consulado Brasileiro em Tóquio, Japão, das quais 35 são homologadas pelo Ministério da Educação e Cultura do Brasil, e 4 estão em processo de sendo aprovadas. Ao todo, o número de escolas brasileiras é ainda maior, quando se levam em conta as ONGs, embora estas nem sempre sejam reconhecidas. (Sera, 2019 p.10).

Destas escolas, apenas 15 delas foram consideradas pelo governo japonês como “escolas diversas” (do inglês *free school*), e as demais são escolas privadas, que não recebem qualquer ajuda do governo japonês e brasileiro, e que exigem mensalidades que não são acessíveis em alguns cenários. (Kojima, 2013 p.95). Por essa razão, as ONGs são importantes para a educação das crianças nipo-brasileiras.

É difícil, portanto, mensurar quantas crianças nipo-brasileiras estudam nessas escolas brasileiras, porém em documento publicado pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil (2022), haviam apenas 2% do total de estudantes brasileiros no Japão matriculados nessas escolas – contando apenas as homologadas.

### 3. REVISÃO DE LITERATURA

#### 3.1 Cultura como pano de fundo e estereótipo

A cultura, por si só, é um fenômeno coletivo, compartilhado por pessoas que estão rodeadas pelo mesmo ambiente social, conforme afirmam Hofstede, Hofstede e Minkov (2010). Considerando que cada país possui um ambiente social diferente, é comum que pessoas de um mesmo país ou comunidade compartilhem a mesma cultura, criando assim estereótipos para as diversas culturas existentes no mundo.

Segundo Augoustinos, Walker e Donaghue (1995), esses estereótipos podem caracterizar as representações sociais, pois são simbólicos, afetivos, compartilhando uma ideologia semelhante.

Mackie et al. (1995) acrescentam que esses estereótipos são criados quando as pessoas são percebidas como parte de um grupo, e este grupo não partilha muitas semelhanças com outro grupo.

Segundo Yashima (1999), muitos estudos compartilhavam a ideia de que os japoneses são menos propensos a falar do que os de outros países, como mostra:

Estudos empíricos interculturais sobre estilos de comunicação sugerem que os japoneses são menos inclinados a falar (Geatz, Klopff & Ishii, 1990), são menos assertivos e receptivos (Ishii, Thompson & Klopff, 1990) e demonstram mais relutância em se auto-revelar (Barnlund, 1975, 1989) do que os americanos. Além disso, em estudos sobre aspectos psicológicos da comunicação, descobriu-se que os japoneses têm mais apreensão de comunicação do que os americanos, coreanos, chineses e porto-riquenhos (Klopff & Cambra, 1979; McCroskey, Fayer & Richmond, 1985) e mostraram-se mais introvertidos do que o povo britânico (Iwawaki, Eysenck & Eysenck, 1977), (pág. 68).

O brasileiro, segundo Lewis (2006) é otimista, amigável, alegre, flexível, emotivo, hospitaleiro, tenta evitar desconfortos e não segue muitas regras, embora seja tradicional quando se refere aos costumes sociais e familiares.

Se existem estereótipos relativos à cultura, imagina-se que existirão estereótipos em pessoas de diferentes países, como Brasil e Japão. Porém, em que estereótipo se enquadrariam os nipo-brasileiros, uma vez que compartilham ambas as culturas e, ao mesmo tempo, uma cultura única desta comunidade é algo a se questionar.

Correa (2000) menciona que é possível observar crises de identidade originadas pela perda de referências culturais e afetivas. Já Koltai (2013) acrescenta que a língua materna é considerada a segunda pele da pessoa, pois cada língua possui uma forma diferente de ler e interpretar o mundo, criando uma identidade única para quem compartilha a mesma língua, ou seja, principalmente nos nipo-brasileiros que falam os dois idiomas – Português e Japonês – a questão de identidade e estereótipo pode ser um pouco diferente dos nipo-brasileiros monolíngues.

Para Okamoto (2007), a sociedade japonesa possui características diferentes da brasileira, e para aqueles nipo-brasileiros quando morando no Japão, os mesmos percebem que embora sua ascendência seja japonesa, por serem estrangeiros, a sociedade tem um papel diferente na estrutura social para eles. Por conta disso, o Brasil passa a ser sua pátria, um país cuja cultura está mais próxima do que vivenciam em suas comunidades no Japão, e que é um lugar mais acolhedor.

#### 4. CONCLUSÃO

Apesar das diferenças culturais e históricas entre o Japão e o Brasil, a migração dos japoneses e a formação das comunidades nipo-brasileiras em ambos os países estabeleceram laços profundos e complexos.

Através da análise da relação histórica entre essas nações, esta monografia buscou compreender a identidade dos nipo-brasileiros e os estereótipos associados a eles. Foi possível constatar que a questão identitária dos nipo-brasileiros varia de acordo com o país em que estão, sendo influenciada tanto pelo contexto social, político e econômico em que vivem, quanto pelos estereótipos que os cercam.

A monografia mostra que os nipo-brasileiros enfrentam desafios específicos em relação à sua identidade, tanto no Brasil quanto no Japão. No Brasil, por exemplo, eles muitas vezes são vistos como “japoneses” ou “orientais”, mesmo que sejam brasileiros de nascimento ou tenham vivido a maior parte de suas vidas no país. Essa associação estereotipada pode levar a uma sensação de não pertencimento e a uma constante negociação de identidade. Por outro lado, no Japão, os nipo-brasileiros enfrentam desafios relacionados à sua condição de estrangeiros, mesmo que possuam ascendência japonesa. Eles muitas vezes são considerados “*gaijin*” (estrangeiros) e podem enfrentar discriminação ou dificuldades para se integrar completamente à sociedade japonesa.

Essa experiência de pertencer a dois mundos, mas não se encaixar completamente em nenhum deles, pode gerar conflitos e questionamentos identitários.

Diante dessas complexidades, é fundamental promover o respeito e a valorização das diferentes culturas presentes na sociedade. Reconhecer a importância da identidade nipo-brasileira e combater os estereótipos associados a ela é essencial para construir uma sociedade mais inclusiva e igualitária. É necessário criar espaços de diálogo e compreensão mútua, tanto no Brasil quanto no Japão, para que os nipo-brasileiros possam se sentir aceitos e valorizados em ambos os países.

Além disso, é importante fortalecer as políticas públicas e as iniciativas educacionais que promovam a diversidade cultural e o respeito às diferenças. A educação desempenha um papel fundamental na desconstrução de estereótipos e na formação de uma sociedade mais inclusiva. Ao ensinar sobre a história e a cultura dos nipo-brasileiros, podemos contribuir para o desenvolvimento de uma consciência crítica e para a valorização da diversidade étnica e cultural.

Em suma, esta monografia buscou lançar luz sobre a complexa questão da identidade dos nipo-brasileiros e os estereótipos que os cercam, destacando a importância de se promover o respeito, a valorização e a inclusão dessas comunidades. Através do diálogo, da educação e da conscientização, podemos construir uma sociedade mais justa e plural, onde todas as culturas sejam reconhecidas e respeitadas.

## 5. REFERÊNCIAS

- Augoustinos, M., Walker, I., & Donaghue, N. (1995). *Cognição social: uma introdução integrada*. Sábio.
- Brasil. (2006). *Lei Federal Brasileira* n. 11.274/2006.
- Brasil. Mensagem (Senado Federal) n°. 85/2021. (2021). *Informações sobre Brasil e Japão e as Relações Bilaterais*.
- Brasil. Ministro da Educação. (2018). *Orientação Geral sobre Educação para Brasileiros no Japão*.
- Brasil. Ministro da Educação. (2017). *Base Curricular Comum Nacional*.
- Brasil. Ministério das Relações Exteriores. (2022). *30 anos de brasileiros no Japão*.
- Correa, O. (2015). *Crises e Travessias*. Rio de Janeiro.
- Costa, MTO (2022). *O papel do aprendizado da língua portuguesa na vida dos estudantes brasileiros no Japão*. *Encontros Lusófonos*, (23), 31-50.
- Dornyei, Z. (1990). Conceituando motivação na aprendizagem de línguas estrangeiras. *Aprendizagem de línguas*, 40, 45–78.
- Gâmbaro, C., Coan, A. (2021). *Interação Brasil/Japão: O Papel das Tecnologias no Desenvolvimento Socioemocional de Jovens*.
- Cabelo, JF, LDS Gabriel, M., Silva, DD, & Braga, S. (2019). Desenvolvimento e validação de escalas de medição de atitudes: aspectos fundamentais e práticos. *Revista de Gestão RAUSP*, 54, 490-507.

Hofstede, G., Hofstede, GJ e Minkov, M. (2005). *Culturas e organizações: Software da mente*. Nova York: Mcgraw-hill.

Ishii, A. (2010). Reflexões sobre os 20 anos do movimento “dekassegui” – uma perspectiva de um brasileiro radicado no Japão. Fundação Alexandre de Gusmão. *Seminário*, 20, 11-20.

Izumi, PT (2012). Envelhecimento dos imigrantes japoneses em São Paulo, Brasil. *Revista Migrações*, 10, 127-141.

Japão. Ministro da Justiça. (1950). Lei nº 147 de 1950, *Lei da Nacionalidade (última alteração em 1993)*.

Japão. Ministro da Justiça. (1951). *Lei de Controle de Imigração e Reconhecimento de Refugiados*.

Kojima, A. (2013). A escola brasileira como instituição educacional. *Pesquisa*, 23, 93-101.

Koltai, C. (2013). Traumas decorrentes de deslocamentos causados. *Revista Diversitas*, 1(1), 131-137.

Lesser, J. (2001), *A negociação da identidade nacional: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*, Trad. de Patrícia Zimbres, São Paulo

Lewis, R. (2010). *Quando as culturas colidem: Liderando entre culturas*. Nicholas Brealey Internacional.

MacIntyre, P., Clément, R., Dörnyei, Z., & Noels, KA (1998). Conceitualizando a disposição para se comunicar em uma L2: Um modelo situacional de confiança e afiliação em L2. *The Modern Language Journal*, 82(4), 545-562.

Mackie, DM, Hamilton, DL, Susskind, J., & Rosselli, F. (1996). Fundamentos psicológicos sociais da formação de estereótipos. *Estereótipos e Estereótipos*, 41-78.

Masuji, K. Yamashito, J. (1992). *Do Kasato Maru até a década de 1920*. In: *Uma Epopéia Moderna, 80 anos de imigração japonesa no Brasil / Comissão de elaboração da História dos 80 anos da imigração japonesa do Brasil*. São Paulo

McCroskey, JC e Baer, JE (1985). *Disposição para comunicar: a construção e sua medição*.

Mori, K., Yamamoto, K. e Suzuki, N. (2009), “*Burajirunihonjinimin no isseiki*”, *Jinmonken*, São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, n.º7, pp.46-103.

Okamoto, MEU (2007). *Dekassegui e família: encontros e desencontros*. São Paulo

Okamoto, MY, Resstel, CCFP, & Barros, JF (2021). Os desafios da educação dos filhos dos decasségus no Japão. *Zero-a-seis*, 23(43), 838-865.

Saito, H., Maeyama, T. (1973). *Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil*. Editora Vozes.

Sasaki, E. (2006). A imigração para o Japão. *Estudos avançados*, (20), 99-117.

Sera, A. (2019). Crianças e Escolas Brasileiras no Japão Multiétnico. *Fundação Japão em São Paulo*.

Suzuki, T. (1995). A Imigração Japonesa no Brasil. *Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros*, (39), 57-65.

Yashima, T. (1999). Influência da personalidade, proficiência em L2 e atitudes no ajustamento intercultural de adolescentes japoneses. *Jornal JALT*, 21-1, 66-86.



capítulo

# 9



Erika Chára

## **A construção do estereótipo dos japoneses e seus descendentes e suas repercussões na atualidade**



# A CONSTRUÇÃO DO ESTEREÓTIPO DOS JAPONESES E SEUS DESCENDENTES E SUAS REPERCUSSÕES NA ATUALIDADE

Erika Chára<sup>1</sup>

## SUMÁRIO:

1. Um pouco da história .....	162
2. O imaginário brasileiro e o desenvolvimento de estereótipos .....	164
3. A influência dos meios de comunicação.....	165
4. A visão dos brasileiros sobre as mulheres japonesas .....	166
5. O retrato do homem japonês pela sociedade brasileira.....	167
6. Os objetivos dos primeiros imigrantes de retorno à terra natal e a dificuldade de adaptação ao Brasil.....	167
7. O desenvolvimento do Japão.....	168
8. Formas de integração à sociedade brasileira.....	168
9. A minoria modelo.....	168
10. A construção identitária.....	170
11. A importância do corpo na construção de identidade nikkei .....	170
12. Os aspectos subjetivos e a construção da identidade.....	171
13. A representatividade nos meios de comunicação.....	172
14. Vivências de nikkeis sobre sua identidade.....	172
15. Reflexões sobre o estereótipo aos japoneses e seus descendentes .....	175
16. A falta de integração à sociedade brasileira .....	175
17. A valorização do estereótipo pelos nikkeis .....	176
18. A identificação com o estereótipo.....	176
19. A consideração da individualidade .....	177
20. Referências bibliográficas .....	178

## 1. UM POUCO DA HISTÓRIA

De 1868 a 1912 o Japão encontrava-se na Era Meiji, período em que houve uma restauração do governo com busca a uma modernização e industrialização do país, que repercutiu de forma importante na vida da população (Toyama e Castro, 2018). A alta inflação fez com que muitos não tivessem moradia; a população rural encontrava-se em situação de pobreza e dificuldade de acesso a alimentos (Toyama e Castro, 2018; Akutsu, Monica e Martire, 2019).

Já o Brasil encontrava-se em expansão econômica e precisava de mão de obra para trabalhar nas lavouras (Kurihara, 2022). E o Japão tinha interesse nessa emigração,

<sup>1</sup> Graduação em Psicologia (Universidade Federal de São Carlos), mestrado em Ciências da Saúde e servidora Técnica-Administrativa em Educação (Universidade Federal de São Paulo).

pois poderia ser uma forma de lidar com o problema populacional do país (Hibarino e Kawachi, 2014). Havia assim o interesse de ambos os governos em relação à imigração dos japoneses; do Japão em exportar a mão de obra e do Brasil, em importar (Hibarino e Kawachi, 2014).

Para o incentivo da política migratória (Toyama e Castro, 2018; Akutsu, Monica e Martire, 2019) o governo brasileiro divulgou um estereótipo japonês como pessoas disciplinadas, calmas, submissas, trabalhadoras e com experiência na agricultura (Hibarino e Kawachi, 2014). Já o governo japonês incentivou a migração num discurso em que propunha que agissem como representantes no país, no qual deveriam transmitir uma imagem positiva de sua terra natal (Cornejo e Takeuchi, 2012).

Em 1895 com a finalidade de expandir as relações comerciais, Brasil e Japão assinam um tratado que regulamenta o início da imigração japonesa (Kurihara, 2022).

O início da imigração do Japão para o Brasil ocorreu oficialmente no dia 18 de junho de 1908, através do navio *Kasato Maru*, com a chegada dos primeiros imigrantes que comporiam a mão de obra das lavouras brasileiras (Cornejo e Takeuchi, 2012).

Neste momento histórico em que aportavam os imigrantes japoneses, o Brasil era influenciado por teorias raciais da Europa sobre um ideal de branqueamento. A chegada dos imigrantes aconteceu após abolição da escravidão e a proclamação da República, momento em que ainda predominava o pensamento de que os brancos eram superiores às pessoas com outras cores de pele (Kurihara, 2022). Desta forma, pode se dizer que a entrada de japoneses ia contra este ideal vigente de branqueamento da população (Bueno, 2022). A isso se acrescenta a estratégia expansionista político-militar japonesa, que passa a ser denominada “perigo amarelo”; a ideia de perigo se estendeu aos imigrantes, que passaram a ser considerados ameaçadores (Ueno, 2019).

Neste cenário havia um grupo que era favorável à presença da imigração japonesa em terras brasileiras, em que os estereótipos japonês de trabalhador, obediente e silencioso pudessem ser incorporados à sociedade brasileira; e outro que era contrário a presença destes imigrantes, justificando os traços corporais, a formação de quistos e medo à inserção de amarelos na sociedade (Lesser, 2001; citado por Hatugai, 2021).

Importante pontuar que as políticas migratórias não consideravam as repercussões deste processo para as relações interculturais, neste caso, entre os imigrantes japoneses e a população brasileira. Por vezes tinham ainda como pressuposto que haveria uma fácil adaptação ao país e costumes, bem como uma convivência pacífica entre os migrantes e a população do local de destino (Hibarino e Kawachi, 2014).

Havia ainda a pressuposição de que estes imigrantes fossem um grupo homogêneo, composto por pessoas que abdicaram daquilo que lhes identificava e estavam dispostos a aceitar uma nova identidade, a brasileira, aceitando as condições precárias de viagem e moradias em espaços abandonados de condições ruins das fazendas cafeeiras (Hibarino e Kawachi, 2014).

Os contratos de trabalho firmados com os japoneses eram prejudiciais a estes, pois havia preços superfaturados nas passagens para o Brasil, condições de trabalho ruins, preços abusivos para a compra de produtos em seus armazéns; tudo isso impossibilitou o retorno dos imigrantes ao país de origem (Kurihara e Baliscei, 2022). Além disso, foram-lhes impostas jornadas de trabalho extenuantes e com remuneração não condizente, gerando importante sofrimento a este grupo (Cornejo e Takeuchi, 2012).

Predominava nestes japoneses o sonho de retorno à sua terra natal. Por isso buscaram manter sua cultura, aquilo que lhes identificava como japoneses para que pudessem ser reassimilados quando retornassem ao país de origem (Hatugai, 2021).

Apesar de todas estas vivências os imigrantes japoneses e seus descendentes mantiveram-se no Brasil, conseguiram desenvolver formas para se integrarem à sociedade havendo até certa aceitação de sua cultura, de forma que alguns elementos fossem assimilados pelo Brasil.

Atualmente o Brasil possui aproximadamente 2 milhões de japoneses e descendentes, grupo que representa a maior população desta etnia fora do Japão (Brasil, 2022). São pessoas de diferentes histórias, trajetórias e individualidades.

## **2. O IMAGINÁRIO BRASILEIRO E O DESENVOLVIMENTO DE ESTEREÓTIPOS**

Diferentemente de outros grupos migratórios, imigração japonesa ocorreu em pequenos grupos “familiares”, pois havia o requisito que cada grupo fosse composto ao menos por 3 pessoas com capacidade laborativa entre 12 e 45 anos, podendo ser acompanhado por outras pessoas (Cornejo e Takeuchi, 2012).

Desde o início os imigrantes sentiram-se hostilizados pela sociedade receptora, devido a sua cultura e costumes, que se apresentavam através da religião, alimentação, dinâmica familiar e língua, o que repercutiu na integração à sociedade brasileira (Hatugai, 2021).

Acresce-se a isso que, em meio às questões históricas e políticas preconceituosas, a identidade dos imigrantes japoneses teve uma visão estigmatizada e sua cultura e costumes foram silenciados (Hibarino e Kawachi, 2014). Entre 1908 e 1934 havia um discurso antinipônico no Brasil (“duplo perigo amarelo”) em que devido ao militarismo e expansionismo japonês, os imigrantes passaram a ser considerados uma ameaça ao domínio que era exercido pelos brancos (Ueno, 2019). E no período Vargas (1930-45) ficou visível a xenofobia, com impedimento de que ficassem agrupados em colônias, com repressão cultural e imposição de que deveriam se adaptar a cultura e costumes brasileiros (Brasil, 1934; Cornejo e Takeuchi, 2012).

Porém, o trabalhador asiático era considerado mais dócil que o europeu (Rodrigues, 2023). E assim, apesar das ambiguidades e divergências, o processo migratório se consolidou.

Assim inicia-se e desenvolve-se até os dias atuais a construção da imagem dos japoneses e seus descendentes, baseado no que foi divulgado antes de sua chegada, publicado nos meios de comunicação brasileiros, nas interpretações realizadas pelos brasileiros ao observarem suas atitudes, e no que de fato estas pessoas demonstraram. A imagem do nikkei é representada a partir de um imaginário brasileiro, que nem sempre corresponde à realidade.

### 3. A INFLUÊNCIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Uma das formas de se disseminar a imagem do imigrante e criar o imaginário brasileiro sobre ele foi através dos meios de comunicação e mídia.

As imagens são capazes de retratar a sociedade, cultura, política e religião de determinado período histórico; por meio de sua veiculação tornam-se instrumentos que legitimam os discursos, meios de condicionamento ideológico e formas de se construir um imaginário coletivo (Santos, 2018).

As imagens produzidas desde o século XIX em relação aos imigrantes demonstram uma postura xenófoba e que, através das caricaturas, demarca a diferenciação entre os brasileiros e “os outros” (Santos, 2018).

Na capa do livro “A ofensiva japonesa no Brasil” os japoneses são retratados de uma forma estereotipada, como pessoas esquisitas física, moral e culturalmente (Santos, 2018). Em O Jornal do Commercio, de 1938, apresenta-se a manchete “Um perigo

para a nacionalidade: a imigração japonesa” (Hibarino e Kawachi, 2014), o que faz transparecer e disseminar a preocupação do governo e da sociedade com a presença de imigrantes japoneses em solo brasileiro (Hibarino e Kawachi, 2014).

No filme “Meu Japão Brasileiro”, de Mazzaropi, acontece um romance entre o brasileiro, Mário, e uma descendente de japoneses, Nissei, ou seja, ela não possui nome próprio e é considerada como japonesa (Toyama e Castro, 2018), o que demonstra que ela não tinha uma individualidade como personagem, mas representava um grupo étnico.

O interesse por conhecer esta cultura fez com que os meios de comunicação realizassem publicações baseadas no que tinham de conhecimento, o que estimulou o imaginário do brasileiro sobre os japoneses (Toyama e Castro, 2018). Este imaginário levou a criação de outras criações midiáticas relacionadas a este grupo, que não eram condizentes com as características do Japão, dos japoneses e seus descendentes (Toyama e Castro, 2018). Dessa maneira foi difundido o estereótipo da gueixa como mulher submissa e sexualizada, o que se estendeu às demais mulheres com esta origem étnica japonesa (Toyama e Castro, 2018)

#### **4. A VISÃO DOS BRASILEIROS SOBRE AS MULHERES JAPONESAS**

Há um imaginário no Ocidente do Japão como o país de gueixas, relacionados aos exóticos, aos mistérios do feminino, à sua submissão e obediência. (Kurihara, 2022).

O estigma da submissão e da prostituição feminina pode estar relacionado ao período da II Guerra Mundial, em que elas foram obrigadas pelo próprio governo japonês a servirem como prostitutas (“mulheres de conforto”) para o exército americano como tática de guerra (Lee, 2002; citado por Yukawa, 2020). Apesar deste imaginário prevalente é importante salientar que as gueixas são mulheres com conhecimentos em diferentes artes da cultura japonesa e sem envolvimento sexual (Oliveira, 2010; citado por Yukawa, 2020).

O estereótipo de submissão estendeu-se às demais mulheres, porém isso não reflete a realidade, pois elas são bastante ativas na educação dos filhos dentro dos valores japoneses, o que significa importante papel no meio familiar. Ainda que a representação da família seja baseada num sistema patrilinear, ser japonês era resultado do papel feminino no meio familiar, de sua participação nos cuidados da casa, do trabalho na lavoura, e dos cuidados às pessoas através da alimentação, língua, costumes e educação japoneses (Hatugai, 2021).

Há ainda o estereótipo do feminino retratado como *kawaii*, que é uma palavra de origem japonesa com um significado amplo, relacionado às noções de pureza, docilidade, gentileza, inocência, fragilidade, vulnerabilidade (Dória, 2020).

É importante salientar que na sociedade japonesa a hierarquia é relevante o desenvolvimento das relações interpessoais e o uso do *kawaii* possibilita que exista uma relação de gênero e poder, mas que se minimize através de uma relação de comprometimento e lealdade, que se suavize esta imagem, o que ajuda na construção de laços de confiança e dependência. Pode se dizer que há mulheres que correspondem a este estereótipo no Brasil, mas isso não pode ser generalizado a todas as mulheres com origem étnica japonesa.

## **5. O RETRATO DO HOMEM JAPONÊS PELA SOCIEDADE BRASILEIRA**

As questões masculinas são centradas nos seus valores e atitudes. Comparado aos outros imigrantes, o corpo do imigrante japonês era descrito como fraco, franzino (Takaki e Bassani, 2014). Sua masculinidade é inferiorizada e sua sexualidade muitas vezes omitida (Yukawa, 2020).

## **6. OS OBJETIVOS DOS PRIMEIROS IMIGRANTES DE RETORNO À TERRA NATAL E A DIFICULDADE DE ADAPTAÇÃO AO BRASIL**

Como os japoneses tinham o objetivo de retornar para o Japão, mantiveram sua cultura e tradições, pois assim seriam facilmente reassimilados à sociedade japonesa; adiciona-se a isso a dificuldade de comunicação e de integrarem à cultura brasileira (Toyama e Castro, 2018). Foram e são alvos de julgamento e discriminação devido ao sotaque ou a dificuldade de pronúncia das palavras no idioma português (Bueno, 2020; Yukawa, 2020). A manutenção de sua cultura e tradições foi interpretada pelos brasileiros que eles tinham uma forte ligação com a cultura de origem e considerados um grupo “fechado” (Toyama e Castro, 2018).

Houve ainda a circunscrição dos imigrantes em suas famílias de forma a manterem suas características japonesas (Hatugai, 2011, 2013; citado por Hatugai, 2021) e a criação de associações dos japoneses como forma de manterem a cultura do país de origem (Kurihara e Baliscei, 2022). Provavelmente estes foram mecanismos protetivos diante da dificuldade de adaptação e de um ambiente hostil.

Desta forma conseguiram manter a valorização da língua japonesa e a produção de meios de comunicação nesse idioma, o que foi considerado uma ameaça em determinado momento histórico (Kurihara e Baliscei, 2022).

## **7. O DESENVOLVIMENTO DO JAPÃO**

No pós-guerra, nas décadas de 60 e 70, devido ao desenvolvimento econômico do Japão, este passou a ter a imagem de um país desenvolvido, organizado e industrializado, relacionado ao seu crescimento econômico (Takaki e Bassani, 2014). Isso possibilitou uma mudança na visão dos imigrantes daquele país, que passam a ser identificados com o progresso e o moderno, e assim adquirem um estereótipo mais positivo, como: inteligente, disciplinado, respeitador da ordem e hierarquias (Mori, 2022).

## **8. FORMAS DE INTEGRAÇÃO À SOCIEDADE BRASILEIRA**

No pós guerra, numa tentativa de se inserirem e ascenderem na sociedade brasileira houve a busca por profissões de prestígio como a medicina e o direito; outro fator que influenciou a formação profissional foi a dificuldade com o idioma, o que repercutiu em maior busca por cursos na área de exatas (Tahira, 2016; citado por Yukawa, 2020).

Além disso, buscaram se organizar de forma coletiva o que os ajudou a sobreviver em terras brasileiras, fortaleceu-os e auxiliou na ascensão social (Mori, 2022).

## **9. A MINORIA MODELO**

O mito da minoria modelo iniciou a partir de estudos realizados por Cohen (1992) e Delener e Neelankavil (1990) nos Estados Unidos que se propuseram a verificar quais eram os estereótipos relacionados aos japoneses pelos norte-americanos. Como resultado obtiveram que os japoneses eram relacionados a pessoas trabalhadoras, éticas, inteligentes e com conhecimento destacado em matemática e tecnologia (Santos e Acevedo, 2013).



Este estereótipo da inteligência e bom desempenho educacional têm sido perpetuados (Mori, 2022). Atualmente na sociedade ele acontece através de afirmações de que essas pessoas conseguem melhores notas em provas, em processos seletivos para entrada em universidade e empregos almejados socialmente. É um estereótipo positivo por qualificar de forma positiva este grupo social, porém é negativo ao generalizar uma característica ao grupo e não considerar as individualidades, pois há pessoas que não se enquadram nesta característica.

Mais recentemente nos meios de comunicação brasileiros os asiáticos são retratados como trabalhadores, com afinidade à ciência e tecnologia, sérios, bem sucedidos e inteligentes. Apesar de ser pressupostamente positivo, isso pressiona as pessoas com esta origem étnica a corresponder a essas expectativas e nem todos se encaixam neste estereótipo. Isto causa limitações em vidas individuais, pois restringe a individualidade e a diversidade entre os imigrantes e seus descendentes (Santos e Acevedo, 2013). Pode-se dizer ainda que o mito da minoria modelo foi reforçado por alguns descendentes que buscaram corresponder a esta expectativa social, por questões individuais, familiares ou sociais relacionadas à aceitação.

A identidade do imigrante japonês foi construída por um estereótipo físico e de personalidade (Hibarino e Kawachi, 2014). O imaginário sobre o oriente foi criado a partir de uma visão ocidental, em contraposição ao que compõe o ocidente (Yukawa, 2014).

A reprodução de estereótipos de determinados grupos étnicos tem um objetivo definido: generaliza determinadas características a todos os indivíduos daquele grupo, e rebaixar através da generalização e repetição tal grupo social (Bueno, 2022).

Há vezes em que as atitudes preconceituosas em relação aos japoneses e seus descendentes não têm a intenção de ofender, mas são reflexo da imagem construída no imaginário da população brasileira sobre este grupo com esta origem étnica. Por serem recorrentes e não terem a conotação negativa, os próprios nikkeis não se sentem ofendidos diante de algumas destas situações ou não refletem sobre o estigma que tais colocações carregam. É um racismo cordial, com estigmas, preconceitos, generalizações e micro-agressões que são naturalizadas pela sociedade e passam despercebidas (Yukawa, 2020).

## **10. A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA**

As diásporas desencadeiam conflitos situacionais e internos (Dantas, 2010). Isso repercute na reformulação da identidade dos imigrantes e na construção da de seus descendentes.

A formação da identidade se dá no confronto com a diferença; desta forma pode-se dizer que ela é socialmente construída (Hall, 2016). Essa construção se dá por meio de um processo contínuo e dinâmico através das relações e vivências com outro, com algo externo, com o diferente (Yukawa, 2014).

O brasileiro descendente de asiáticos vive ao menos entre duas culturas, o que faz que precise se deparar com as mesmas para a construção de sua identidade e para seu sentimento de pertencimento (Yukawa, 2020). Assim o nikkei vivencia um conflito de formação identitário, pois as características culturais do Brasil e do Japão são em algumas vezes diferentes e até conflitantes. Esses conflitos geram um sentimento de ambiguidade em si mesmo.

Apesar de estar fixado no Brasil, a maioria ter nascido aqui, e muitas vezes terem mais características brasileiras que japonesas, são comumente denominados “japoneses”. Isso se deve ao fenótipo, à aparência física que possuem, com destaque ao formato dos olhos, o que é difícil (talvez impossível) de mascarar.

Por serem considerados diferentes no próprio país, isso pode desencadear um sentimento de não pertencimento e um questionamentos sobre sua identidade (Yukawa, 2020).

## **11. A IMPORTÂNCIA DO CORPO NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE NIKKEI**

O corpo é a forma com que o self torna-se visível. Através dele a pessoa pode se identificar e ser meio de discriminação.

Os significados atribuídos às características corporais dos descendentes de japoneses são resultado de uma construção histórica, social e cultural (Takaki e Bassani, 2014). A japonesidade do descendente de imigrantes está presente no corpo através de características inatas, que os diferenciam e os marcam como “japoneses” (Takaki e Bassani, 2014).

A forma com que era expresso o corpo do imigrante japonês apresenta o imaginário social que foi construído em torno dele e interfere na construção da identidade deste grupo neste país, geradora de certos significados e também expectativas desde o início do processo imigratório (Takaki e Bassani, 2014).

O corpo nikkei muitas vezes tem características fenotípicas singulares e diferentes dos padrões ocidentais formada por baixa estatura, olhos puxados, pele amarelada, cabelos lisos e escuros e ausência de curvas proeminentes. A aparência física leva a uma expectativa sobre um conjunto de comportamentos e valores como característico da cultura japonesa. Desta forma, o corpo oriental desencadeia expectativas generalizadas sobre os nikkeis; são os estereótipos relacionados aos japoneses e seus descendentes, relacionados a comportamentos e valores “padronizados”/estereotipados que engloba a disciplina, respeito, honestidade, capacidade intelectual (Takaki e Bassani, 2014).

É através deste corpo que muitas questões são suscitadas já que o ambiente externo atuava diretamente sobre seu corpo e suas atitudes (Matsue, 2017). O corpo nikkei muitas vezes não se encaixa nos padrões da sociedade brasileira (Takaki e Bassani, 2014); além disso, os nikkeis vivenciam o racismo baseado na aparência (Schpun, 2022). Essa sensação de exclusão pode fazer com que busquem grupos de identificação, em que se sintam pertencentes como associações e atividades (Takaki e Bassani, 2014).

## 12. OS ASPECTOS SUBJETIVOS E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

Ainda que o primeiramente visível seja o fenótipo, as características físicas, e isso reflita na construção da identidade do indivíduo nikkei, é importante ressaltar também a importância dos aspectos subjetivos neste processo.

A construção do ser também é influenciada pela etnia, religião, gênero, sexo, composição família etc., e estas questões, entremeadas, confluem para formar aquilo que cada pessoa compreende como sua identidade (Hibarino e Kawachi, 2014).

Grande parte do estereótipo relacionado ao japonês carrega uma conotação sobre a “forma de ser” (Yukawa, 2020), o que repercute na sua identidade.

Uma das vivências deste grupo de pessoas é o questionamento sobre “ser” japonês, chinês ou coreano, ou então ser issei, nissei ou sansei, às vezes antes mesmo de se

saber o nome. Ainda que esta pergunta não tenha uma conotação negativa, pode incomodar algumas pessoas, pois há uma identificação com um grupo antes de um reconhecimento de sua individualidade e sua brasilidade. (Yukawa, 2020). O questionamento a um descendente sobre sua nacionalidade proporciona uma sensação de não ser pertencente à sociedade brasileira.

Há vivências ainda relacionadas ao conhecimento da língua japonesa, à apreciação da culinária japonesa e à presença de características subjetivas estereotipadas como a submissão, a introversão etc., que quando não correspondidas geram espanto no outro.

### **13. A REPRESENTATIVIDADE NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO**

São poucos os artistas de ascendência japonesa que se destacam na sociedade brasileira. Aqueles que têm este holofote aparecem de forma a representarem uma relação harmoniosa entre os países, de forma a retratar o Brasil como um país multicultural, que recebe sem preconceitos, xenofobias pessoas de diferentes nações (Rodrigues, 2023).

Diante dessa escassez de representatividade no meio artístico, muitas vezes a representação é realizada de forma estereotipada por um branco. Isso aconteceu na novela “Sol Nascente” (2016), em que um personagem asiático foi representado por um branco (Toyama e Castro, 2018); desta forma se reproduz uma representação estereotipada e caricata do asiático por um branco (“yellow face” (Akagi, 2016; citado por Toyama e Castro, 2018).

Estas questões podem repercutir na saúde mental dos nikkeis, pois há uma generalização de corpos, habilidades, profissões e comportamentos a partir do imaginário do ocidente. O estereótipo sobre os nikkeis pode não corresponder ao que a pessoa se identifica, o que desencadeia frustração, conflito e sensação de não pertencimento a esta sociedade.

### **14. VIVÊNCIAS DE NIKKEIS SOBRE SUA IDENTIDADE**

Alguns estudos se iniciaram devido às vivências como nikkeis e os consequentes questionamentos desencadeados nestes pesquisadores.

Matsue (2017) nasceu e se desenvolveu num contexto com forte influência da cultura japonesa. Lembra-se de quando criança foi repreendida pela família por comportamentos que apresentava e que não estavam enquadrados no esperado para uma garota “japonesa”, que deveria ser educada e delicada. Esta divergência entre o que era e o que era esperado dela ocasionou alguns conflitos intrafamiliar.

Ela teve vivências de reprovação quanto a suas atitudes questionadoras e à expressão corporal. Diante disso, empenhou-se para adequar seu corpo e suas expressões verbais num esforço para ser aceita para que, ainda que tivesse nascido no Brasil, pudesse se adaptar ao seu fenótipo japonês.

Também quando esteve no Japão suas expressões corporais e atitudes não eram compatíveis com as expectativas que se tinha dela, uma descendente de japoneses. Desta forma vivenciou correções sobre os erros linguísticos e comportamentos (Matsue, 2017).

Tanto no Japão quanto no Brasil pairava uma sensação de inadequação e incompletude. As situações sociais e repreensões levaram com que desenvolvesse novas atitudes e formas de se expressar, numa tentativa de que com o aprendizado e o remodelamento de sua forma de ser fosse aceita nestes espaços (Matsue, 2022).

Yukawa (2020) relembra situações constrangedoras devido seu fenótipo japonês: gestos que tentavam reproduzir de forma sarcástica o formato de seus olhos, ser chamada por “arigatô”, “sushi” ou “xing-ling”. Era chamada de “japa paraguaia” por não ter bom desempenho em matemática e não ser quietinha, porém quando apresentava um bom desempenho, isso era relacionado à sua origem étnica e não ao seu esforço pessoal.

Houve ainda situação em que, ainda criança, estava com sua mãe e escutou conversa entre outras pessoas, referindo-se a elas, sobre o incômodos de “japoneses” estarem no Brasil, pois se apossavam das vagas de emprego neste país. Esta situação a fez refletir e sentir que, apesar de nascida no Brasil, não era considerada uma pessoa dessa sociedade.

Beatriz Koyama Diaféria também se deparou com questões relacionadas à sua identidade como nikkei. Na sua infância sofreu devido ao estereótipo, com a consequente expectativa de ser inteligente e ter bom desempenho em matemática simplesmente por ser descendente de japoneses (Rodrigues, 2023)

Esta vivência se estendeu mais tarde na inserção no mercado de trabalho. Na

sua busca por trabalhos no setor audiovisual deparou-se com situações difíceis; ainda que seus traços físicos fossem atenuados pela miscigenação, ao mesmo tempo em que era indicada para papéis relacionados a pessoas orientais, como não conseguia atender às expectativas estereotipadas por não se encaixar nos personagens a que tinha acesso, não conseguia a oportunidade de trabalho (Rodrigues, 2023).

A presença de sobrenome de origem japonesa gerava a expectativa de um fenótipo estereotipado em relação a sua imagem corporal, de forma que ela fosse magra e tivesse cabelos lisos. Ao remover o sobrenome de origem japonesa, passou a ser convidada para outras oportunidades de trabalho que não se limitavam a sua origem étnica (Rodrigues, 2023).

Para Beatriz há benefícios que são usufruídos pelo descendente de japoneses devido ao estereótipo sobre a etnia. Conta sobre uma colega, também descendente de japoneses, que não tinha afinidade com matemática, mas que conseguiu um emprego devido ao estereótipo, cujo selecionador pressupôs que ela seria inteligente e com habilidades nessa matéria (Rodrigues, 2023).

A artista afirma ser brasileira e não se identifica com posturas machistas e conservadoras da sociedade japonesa, o que fez com que não se aproximasse da desta comunidade no Brasil (Rodrigues, 2023).

Lina é da quarta geração de descendentes de japoneses. Na sua estória pessoal a cultura japonesa tem uma conotação afetiva positiva. Lembra através de sentimentos positivos de comer “bentô” com o avô, escutar música “enka”, a presença do budismo e da espiritualidade no ambiente familiar. Porém o cheiro forte dos alimentos em conserva, típicos da cultura japonesa, levaram-na a substituir por alimentos mais comuns na rotina dos brasileiros. Assim, o contato com a sociedade e o julgamento sobre estes hábitos levou a se questionar e até se afastar de práticas que fizeram parte e sentido em sua estória. Apesar de ser brasileira, sentiu-se estrangeira em diferentes momentos (Rodrigues, 2023).

Bruna Aiiso é atriz e descendente de japoneses, mas nunca se identificou com a cultura japonesa. No seu processo de inserção no mercado de trabalho não passou por questionamentos diretos sobre sua origem étnica, mas foi percebendo que não era uma pessoa branca, nem negra. Neste processo questionou sobre a pequena representatividade de asiáticos nos meios de comunicação. Gostaria de ser considerada para papéis comuns da sociedade brasileira, como uma dona de casa, uma trabalhadora do comércio etc. Bruna já cogitou a possibilidade de ocidentalizar seus olhos;

seria a negação da sua origem étnica e ocidentalização de seu corpo uma forma de facilitar sua inserção no mercado de trabalho? (Rodrigues, 2023)

Hibarino e Kawachi são netos de japoneses. Tiveram a história envolta na cultura brasileira e japonesa e a impressão de que esta convivência se dava de forma pacífica e com respeito entre ambas. As atividades na escola, as festas típicas, a presença na casa de amigos e de familiares e as diferentes formas de se expressar verbalmente propiciavam uma impressão de um respeito mútuo que parecia existir desde o início da imigração (Hibarino e Kawachi, 2014).

## **15. REFLEXÕES SOBRE O ESTEREÓTIPO AOS JAPONESES E SEUS DESCENDENTES**

O estereótipo é um fenômeno discriminatório que define um conjunto de características sobre um grupo; é uma preconceção sobre um grupo, construído pela cultura hegemônica, como mecanismo de defesa (Tao, 2022). O estereótipo é um recorte de uma situação, quando um conjunto de características são simplificados e atrelados a pessoas e isto se torna a descrição da pessoa, definindo-a, podendo ser lhe prejudicial (Hall, 2016).

## **16. A FALTA DE INTEGRAÇÃO À SOCIEDADE BRASILEIRA**

O brasileiro descendente de asiáticos é automaticamente considerado japonês por sua característica física, ainda que tenha nascido no Brasil (Yukawa, 2020; Mori, 2022). Isso porque aqui a diferença física é crucial para a definição entre ser brasileiro e estrangeiro/ japonês (Toyama e Castro, 2018).

As discriminações e estereótipos empregados aos japoneses e seus descendentes são ora sutis, ora explícitas; ora positivas, ora negativas.

No início da imigração japonesa predominava a estereotipia, em que não havia a análise sobre a cultura e a identidade, com a negação de aspectos individuais e diferenças interculturais (Hibarinos e Kawachi, 2014).

Porém ainda hoje, após 115 anos de imigração, é forte a presença de estereótipos sobre as pessoas com fenótipo asiático.

Muito do estereótipo difundido sobre os japoneses é positivo, alguns embasados no mito da minoria modelo como o de serem inteligentes e facilidade em matemática (Tao, 2022) ou o destaque de alguma outra característica relacionada à etnia.

Há vezes em que isso acontece de forma mais sutil, por exemplo, quando chama uma pessoa generalizadamente de “japonês”, quando refere que “japoneses são todos iguais”, espera que todo nikkei saiba ler e escrever em japonês e que goste de sushi; situações que demonstram que os descendentes não estão de fato integrados à sociedade brasileira.

Noutras vezes isso acontece de forma mais explícita e violenta quando se faz gestos na tentativa de uma reprodução dos olhos ou através de brincadeiras com os estereótipos negativos relacionados aos japoneses, como piadas sarcásticas ou sobre a masculinidade. Estas são formas de racismo recreativo que se consolida e se torna estrutural, influenciando as vivências diárias destas pessoas; neste tipo de racismo utiliza-se do estereótipo negativo para a realização de piadas e brincadeiras que denigrem a imagem deste grupo (Bueno, 2022). Estas são situações xenófobas, em que o riso torna-se uma forma de minimizar o preconceito e a discriminação racial realizada.

## **17. A VALORIZAÇÃO DO ESTEREÓTIPO PELOS NIKKEIS**

Através de alguns eventos comemorativos e simbólicos é possível visualizar um esforço dos próprios nikkeis em mostrar a imigração japonesa para o Brasil como uma jornada de sucesso, com o destaque às características positivas do estereótipo (Kebbe, Machado, 2008; citado por Mori, 2022).

## **18. A IDENTIFICAÇÃO COM O ESTEREÓTIPO**

Mori (2022) sugere que os valores japoneses podem ser um importante fator para a elevada presença de nikkeis nas universidades. Isso é um exemplo de que há uma parcela dos japoneses e seus descendentes se identificam com o estereótipo desenvolvido pela sociedade brasileira e isso se mostra benéfico a eles.



## 19. A CONSIDERAÇÃO DA INDIVIDUALIDADE

O estereótipo afeta a construção do ser, mas devido a grande presença de estereótipos na sociedade, a identidade é mascarada. O uso do estereótipo para representar uma etnia impede que a individualidade seja considerada e desencadeia desconfortos individuais nas pessoas que não apresentam estas características estereotipadas, por não se encaixar nos padrões (Toyama e Castro, 2018).

Os rótulos, os estereótipos, as expectativas sociais e culturais que se tem sobre este grupo de origem étnica japonesa faz com que ocorra uma violência à individualidade aos imigrantes japoneses e seus descendentes (Yukawa, 2020). Este tom de reprovação pode gerar um desconforto com um consequente questionamento sobre suas atitudes, características individuais e até uma tentativa de atender a esta expectativa/ estereótipo.

Quando a pessoa corresponde ao estereótipo passa a ser um “japonês de verdade”, enquanto quando não corresponde é lhe dito “nem parece japonês” (Yukawa, 2020).

O estereótipo da minoria modelo parece inofensivo e até positivo, mas ele propicia vulnerabilidade a essa minoria que é composta também por pessoas que não correspondem a este estereótipo e podem sentir um reflexo em seu estado emocional pela expectativa gerada sobre suas atitudes, comportamentos, “modos de ser”, e sentirem-se pressionados a atenderem esta expectativa social.

Isso pode ocorrer até de uma forma concreta, por exemplo, através da cirurgia de ocidentalização dos olhos. Embora os olhos dos asiáticos pareçam ser menores, é importante salientar que o globo ocular é semelhante em todas as etnias. Porém os conflitos internos devido ao fenótipo desencadeiam incômodos e até sofrimento psíquico que podem desencadear a procura por modos de mudança desta característica corporal, com a remoção de seu traço físico asiático (Schpun, 2022).

Numa tentativa de ser aceito e incluído pela sociedade por aquilo que acreditamos já ser ocorre o convencimento para a mudança dos comportamentos; esta é uma situação que controla e ao mesmo tempo produz o corpo (Matsue, 2022). Desta forma modelam-se as suas características, que por não respeitar suas características individuais pode levar ao desenvolvimento de transtornos de saúde mental.

É necessário que haja uma elaboração diante desta crise psicológica com uma dupla referência de pertencimento (Dantas et al. 2010) e que isso propicie uma integração dos aspectos de ambas as culturas na sua individualidade sem uma

violência ao seu corpo, à sua individualidade.

As formas de se “ser japonês” no Brasil são diversas e complexas, com contornos imprecisos (Machado, 2011).

Há pessoas que se associam a grupos compostos por pessoas com estas mesmas características, através de atividades relacionadas à cultura japonesa. Já outros participam esporadicamente de atividades relacionadas à cultura japonesa e/ou mantêm alguns costumes em seu cotidiano entremeados em outras práticas presentes na sociedade brasileira. E outros, ainda, têm posicionado sua brasilidade sem ligação com associações esportivas e/ou culturais, com a ausência de costumes japoneses em seu cotidiano e afirmando sua brasilidade (Rodrigues, 2023).

É necessário que o japonês e seus descendentes construam sua identidade individual, sua identidade grupal e os seus valores de forma a considerar as suas referências culturais, do país de origem e em que vivem, o que vai repercutir na educação dos filhos, nas relações familiares, nas questões de gênero, entre outras questões.

## 20. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKUTSU, Beatriz Hiromi Da Silva; MONICA, Eder Fernandes; MARTIRE, Gabriel Cerqueira Leite. DOS QUASE BRANCOS AO PERIGO AMARELO: representações sociais sobre os nikkeis, a partir do processo de imigração no Brasil. *Revista Controvérsia*. 2019; 1: 1-14, 2019.

BRASIL, 2022. 114 anos de Japão no Brasil — Ministério do Turismo. Acesso em: 28/08/2023.

BUENO, Alexandre Marcelo. O racismo recreativo contra descendentes de asiáticos/as: Uma abordagem discursiva. *Trabalhos em linguística aplicada*. 2022; 61(1): 137-47.

CORNEJO, Carlos; TAKEUCHI, Márcia Yumi. *Kasato Maru: A alvorada do novo mundo*. São Paulo, 2012.

DANTAS, Sylvia Duarte et al. Identidade, migração e suas dimensões psicossociais. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília*, 2010.

DEZEM, Rogério Akiti. Matizes do `Amarelo: Elementos formadores do imaginário sobre o japonês no Brasil. *Revista de Estudos Orientais*. São Paulo. 2005: 1(6): 51-64

DORIA, Anna Carolina de Moura. *Kawaii: do Japão para o mundo*. In: *Estudos Japoneses em Foco: Singularidades e trajetórias contemporâneas*. Organização: AKAMINE, Ayako; NAGAE, Neide, Hissae. São Paulo, 2020; 158-74

HATUGAI, Érica Rosa. Ler, no corpo da “mestiça”, beleza, corporalidades e fronteiras no parentesco nikkey: as experiências de mulheres nipo-descendentes no Brasil. *CadPagu [Internet]*. 2021; (63): e 216304. Availablefrom: <https://doi.org/10.1590/18094449202100630004>

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: PUC - Rio. 2016

HIBARINO, Denise Akemi; KAWACHI, Guilherme Jotto. Trânsitos, afirmações e negações sobre a identidade japonesa no Brasil. *Trabalhos em linguística aplicada*. 2014; 53(2): 299–319.

KURIHARA, Julia Tiemi; BALISCEI, João Paulo. “JAPONESA, ABRE O OLHO”: racismo, xenofobia e misoginia contra mulheres amarelas. *Revista Teias*. 2022; 23 (69): 273-293

MACHADO, Igor José de Renó. *Japonesidades multiplicadas: novos estudos sobre a presença japonesa no Brasil*. São Carlos: EduFSCar, 2011.

MATSUE, Regina Yoshie. *Corpos duplamente dissidentes: a condição da migrante brasileira no Japão*. *CadPagu [Internet]*. 2022;(65):e226513. Availablefrom: <https://doi.org/10.1590/18094449202200650013>

MATSUE, Regina Yoshie; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. “Quem se diferencia apanha” (*Derukuihawatareru*): Experiência etnográfica, afeto e antropologia no Japão. *Mana [Internet]*. 2017;23(2):427–54.

MORI. Robson Hideki. *A construção do estereótipo positivo do estudante nipo-brasileiro*. 2022. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

RODRIGUES, Flávio. *Entre tensões, estereótipos e cisões: A identidade japonesa*

no Brasil e sua representatividade na música. GIS - Gesto, Imagem e Som. 2023; 8: e-200162.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. Contra o mal que vem do Oriente: o discurso anti-nipônico no Brasil através das representações imagéticas. Domínios da Imagem, Londrina, v. 12, n. 22, p. 68-89, jan./jun. 2018.

SANTOS, Caynã de Camargo; ACEVEDO, Cláudia Rosa. A Minoria Modelo: uma análise das representações de indivíduos orientais em propagandas no Brasil. Psicologia Política. 2013; 13(27): 281-300

SCHPUN, Monica Raisa. The Descendants of Japanese Immigrants in Brazil and “Eye Westernization Surgery”. Revista Antropolítica. 2022; vol 54: 302-325.

TAKAKI, Natalia; BASSANI, Jailson José. O lugar do corpo nos processos de construção identitária de jovens nikkei. Poiésis. Tubarão 2014: 8 (14): 403-426

TAO, Juliana. A formação da identidade étnica racial asiática através de estereótipos: Hollywood como ficção ou realidade?. Revista Eletrônica Trilhas da História. 2022. 12 (23): 259-275

TOYAMA, Cláudia Moraes; CASTRO, Paula Campos de. Descendentes, estereótipos e representatividade: a busca de uma identidade. Estação Científica. Juiz de Fora. 2018; 20: 1-26.

UENO, Luana Martina Magalhães (2019). O duplo perigo amarelo: o discurso anti-nipônico no Brasil (1908-1934). *Estudos Japoneses*, (41), 101-115. <https://doi.org/10.11606/ej.v0i41.170435>

YUKAWA, Morgan. Hospitalidade x hostilidade: os japoneses e seus descendentes no Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso Superior de Tecnologia em hotelaria, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

capítulo

# 10



Erika Yamauti

**A beleza das nossas cores.  
Sobre aceitar nossas  
particularidades e  
individualidades,  
com um olhar mais generoso  
para a nossa herança cultural**



## A BELEZA DAS NOSSAS CORES. SOBRE ACEITAR NOSSAS PARTICULARIDADES E INDIVIDUALIDADES, COM UM OLHAR MAIS GENEROSO PARA A NOSSA HERANÇA CULTURAL

Erika Yamauti<sup>1</sup>

*Não adianta eu ter nascido no Brasil, porque as pessoas sempre me chamam de japonesa.*

Tizuka Yamazaki

Cineasta

### SUMÁRIO:

1. Introdução.....	182
2. Por uma visão crítica.....	185
3. Uma história idealizada.....	187
4. Um claro contraponto.....	189
5. Representação nas telas.....	190
6. Perseguindo padrões irreais.....	192
7. O esforço que prejudica.....	193
8. Conclusões.....	195
9. Bibliografia.....	197

### 1. INTRODUÇÃO

Açafrão, dourado, claro, escuro, âmbar, natural, gema, ouro, suave, girassol, ocre, queimado, mostarda. O amarelo é uma das cores mais vivas, poderosas e marcantes, em todos os seus tons, iluminando, espalhando calor, energia e brilho por onde passa.

Quem somos, além da nossa cor e da nossa raça? Desde 1940, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utiliza o termo “amarelo” para designar uma minoria étnica, ou seja, 1,1% da população brasileira que engloba os amarelos e indígenas. O Brasil possui 42,7% da população branca, e 52,2% de negros. Neste cenário, somos uma franca minoria, e apesar de fazermos parte da sociedade, as nossas questões como asiático-brasileiros seguem inviabilizadas e diminuídas.

O Brasil conta com aproximadamente 1,8 milhões de japoneses e seus descendentes, sendo o país que mais abriga nikkeis fora do Japão. De acordo com o Projeto

<sup>1</sup> Jornalista e coordenadora de eventos, formada em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade São Judas, com pós-graduação em Marketing e Mídias Digitais pela Fundação Getúlio Vargas. Foi bolsista GaimushoKenshusei no ano de 2017.

Internacional de Pesquisa sobre Nikkeis, a definição de *nikkei* engloba pessoas de origem japonesa e seus descendentes, que tenham emigrado para outros países e criado comunidades e estilos de vida com características únicas dentro do contexto das sociedades em que vivem.

Mesmo sendo visto mundialmente como uma nação acolhedora em relação aos estrangeiros, sem preconceitos, acolhedor, multiétnico, multicultural, livre de guerras e sem racismo, sabemos que a realidade no Brasil não é bem assim.

Por exemplo, apesar de ter emitido mais de 7 mil vistos humanitários para os refugiados afegãos (dados do Ministério das Relações Exteriores em junho de 2023), a tal “acolhida humanitária” é inexistente e humilhante: os refugiados chegam ao Brasil e são abandonados por semanas em um setor do aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, sem abrigo, sem alimentos e sem condições mínimas, sendo obrigados a depender da ajuda de voluntários para poderem se alimentar e tomar banho. Que país acolhedor é esse?

Guardadas as devidas proporções, no início do século passado, os imigrantes japoneses também chegaram ao Brasil e tiveram que se adaptar por conta própria, criando seus próprios mecanismos sociais e espaços de convivência, pois não receberam orientação ou qualquer apoio do governo brasileiro, das autoridades locais e da sociedade para se fixarem no país. Muito pelo contrário, foram criticados, perseguidos e ridicularizados.

Antes mesmo da chegada dos primeiros imigrantes, os japoneses já eram menos-prezados pelos intelectuais e pela elite brasileira, devido ao estigma de raça “inassimilável”, em função do idioma, da cultura e do fenótipo diferente. Em 1907, o eugenista Luiz Guimarães era publicamente contra a vinda dos japoneses ao Brasil, alardeando o “perigo amarelo”, defendendo que o país perderia a coesão necessária para se tornar uma grande nação de “verdadeiros brasileiros”.

Mesmo assim, a primeira leva de 781 imigrantes chegou ao porto de Santos em 18 de junho de 1908 a bordo do *Kasato Maru*, diretamente para as fazendas de café, praticamente como uma mão de obra barata, sendo colocados para viver em um ambiente desconhecido, hostil e precário, em terras pouco produtivas, com cafeeiros antigos e descuidados, nada condizentes com a propaganda alardeada no Japão, de que seria possível alcançar rapidamente o sonho de enriquecer com o “ouro negro”. E as dívidas cresciam e se acumulavam.

Neste momento histórico, entre 1908 e 1941, os imigrantes se reúnem e se auxiliam uns aos outros, formando grupos fechados nas colônias para sobreviver aos percal-

ços e desbravar as matas, com o firme propósito de se adaptar da melhor forma e criar um estilo de vida parecido com o Japão, enfrentar as doenças, educar os filhos, juntar dinheiro na lavoura e voltar para o país natal o mais rápido possível. Aos poucos, eles perceberam que não seria tão fácil assim.

A ilusão de ficar rico no Brasil foi ficando cada vez mais distante, e o que era para ser uma curta temporada em terras tropicais acabou se transformando em uma longa jornada de sacrifícios, privações e trabalho exaustivo.

Movidos pela frustração e pelas dificuldades, os japoneses perceberam que seria necessário sair das fazendas de café e conquistar seu próprio espaço. Aos poucos, evoluíram de simples trabalhadores assalariados para pequenos e médios proprietários rurais e urbanos, denotando, segundo Ruth Correa Leite Cardoso o que ela chama de mobilidade social, responsável pela rápida ascensão dos nikkeis na escala social brasileira.

A partir de 1940, o sonho dos imigrantes de voltar para casa definitivamente se dissipa, com os intensos conflitos impostos pela Segunda Guerra Mundial. Os imigrantes japoneses sofrem intensa perseguição, sendo isolados, proibidos de transitar livremente, falar o idioma japonês e ler jornais japoneses, sendo também em muitos casos, presos, despejados e destituídos de suas propriedades e bens.

Os nisseis (segunda geração) buscam a integração com a sociedade brasileira, partindo para as grandes cidades em busca de formação educacional e vagas no mercado de trabalho. Os pais e os irmãos mais velhos muitas vezes ficavam no campo, se esforçando para sustentar a família, para que filhos e irmãos mais novos pudessem estudar e se destacar na sociedade brasileira.

A partir da década de 70, o nikkei está plenamente integrado na sociedade brasileira, conquistando o respeito, a admiração e o prestígio da população, ao ocupar posições de destaque profissionais, acadêmicas e sociais, tendo reconhecidas suas contribuições para o desenvolvimento e a inovação do país.

Na década de 80, a situação econômica calamitosa do Brasil, em meio a sucessivos planos econômicos, obriga a um retorno às origens. Os brasileiros buscam então o trabalho nas fábricas do Japão, como dekaseguis, esvaziando as associações nipo-brasileiras do interior e dos bairros nas grandes cidades. Morar no Japão é outra experiência, pois os nikkeis são recebidos com preconceito e estranheza. Se somos japoneses no Brasil, e brasileiros no Japão, onde podemos nos encaixar?



## 2. POR UMA VISÃO CRÍTICA

Mesmo que seja um tema difícil, é importante tornar o que é invisível em visível, pois em nossa sociedade racista, com histórico eugenista e escravocrata, o racismo antiasiático não pode ser considerado inexistente. A partir da aceleração do crescimento econômico do Japão, os japoneses no Brasil passam a ser exaltados, admirados e celebrados, e não se tocam mais nas feridas dos antepassados, silenciando sobre as injustiças e dificuldades impostas. E a vida segue em frente, com o racismo velado no dia a dia, e todos parecem contentes e satisfeitos.

Os conflitos e divergências entre brasileiros e japoneses na Segunda Guerra são silenciados, sem devido acerto de contas, pois são assuntos desconfortáveis, que não ficam bem para uma conversa entre “amigos”. É como se fosse engendrado um acordo tácito entre a sociedade brasileira e a comunidade nipo-brasileira, no qual cada um faz sua parte, recebendo uma contrapartida valiosa em retorno.

Os nikkeis agora passam a ser admirados, respeitados e invejados, e simplesmente não se fala mais de todo o histórico de desmandos, violências e injustiças dos quais nossos antepassados foram vítimas. Também não se confronta criticamente o Japão de forma direta, tanto pelo seu passado imperialista como por atos considerados hostis que permanecem até os dias de hoje, como a absoluta inércia em relação a permanência das bases norte-americanas em Okinawa; a falta de transparência no despejo de milhões de litros de água radioativa da usina de Fukushima no oceano Pacífico e a insistência do governo japonês em negar suas responsabilidades em relação aos massacres comandados pelo Exército do Japão nos países asiáticos.

Podemos interpretar esse panorama como o sucesso absoluto da política de *soft Power* implementada pelo Japão. Afinal, testemunhamos diariamente o silêncio e a falta de visão crítica em toda cobertura que se relaciona ao Japão - no Brasil e no mundo - ao mesmo tempo em que persiste uma cobertura que reforça preconceitos, imagens e estereótipos em relação a países vizinhos, como a Coreia do Sul e a China, limitando a capacidade do público para interpretar a realidade tal como ela é.

O termo *soft Power* foi criado por Joseph Nye, um cientista político americano da década de 90, que o definiu como “a capacidade de atingir objetivos por meio da atração, e não da coerção”.

Há cinquenta anos, o entendimento mútuo entre o Japão e o mundo era limitado. A nação sediou com sucesso os Jogos Olímpicos de Tóquio em 1964, a Exposição Mundial do Japão em Osaka em 1970 e os Jogos Olímpicos de Inverno em Sapporo

em 1972. Empresas japonesas como Sony, Toyota e Honda estavam se tornando nomes conhecidos em todo o mundo. Mas os ocidentais certamente não associavam comer *sashimi* e *sushi* a uma refeição agradável, saudável e requintada. E o Japão não figurava entre os destinos de viagem mais desejados no imaginário popular.

Atualmente, tudo sobre o Japão, desde o povo, a cultura e sua eficiência, é mediado pelo filtro generoso do *soft power*. Os japoneses são pessoas muito educadas, respeitosas e gentis. Eles se curvam respeitosamente a todos, especialmente aos professores. Eles sempre ajudam as pessoas necessitadas, mantêm o silêncio, a fila e a ordem, seguem as regras e cuidam da limpeza e da segurança, até limpando os estádios de futebol por onde passam! A gastronomia japonesa é deliciosa e o Japão é o país que ostenta mais restaurantes Michelin no mundo. O trem no Japão nunca se atrasa, a média de atraso é de inacreditáveis 0,18 segundos. As pessoas ficam simplesmente hipnotizadas e encantadas por tantas virtudes fabulosas. Mesmo que toda essa glória não corresponda exatamente à realidade, pois os problemas existem. Eles apenas não são revelados.

Em 2023, uma equipe de pesquisadores da Universidade de Yale e da Universidade de Groningen concluiu uma pesquisa de *soft power* relacionada a 19 países, mostrando que a maioria dos entrevistados prefere cooperar com o Japão em questões comerciais e de segurança, com índice de aprovação superior a 73,5% para essa possibilidade. Os países da Ásia e do Oriente Médio apresentaram as opiniões mais favoráveis em relação à cooperação com o Japão, enquanto África e América Latina são um pouco menos positivas, embora ainda positivas em geral.

A pesquisa também demonstrou o quanto os esforços do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão (MOFA) têm obtido sucesso, através da exposição global e da compreensão da política japonesa promovendo o dinamismo cultural e econômico do Japão, além dos esforços para reforçar a segurança marítima e combater as alterações climáticas. O país é visto hoje como a potência regional mais confiável no Sudeste asiático, liderando regularmente as discussões sobre segurança econômica e defesa da região livre e aberta do Indo-Pacífico.

Apesar de ser um país pequeno e limitado geograficamente, cerca de 3,8 milhões de pessoas estudam ativamente a língua japonesa no exterior, quase 30 vezes mais do que no final da década de 1970. E segundo a Organização Nacional de Turismo (JNTO), o número estimado de viagens internacionais para o Japão apenas em junho de 2023 foi de cerca de 2 milhões de visitantes, um aumento de 310% em relação ao mesmo período em 2022. Para efeitos de comparação, há 40 anos, o Japão recebeu 784 mil turistas estrangeiros em todo ano de 1973.

Esses resultados fantásticos são diretamente proporcionais aos bilhões de dólares investidos pelo JET (Japanese Exchange Programme), programa do governo japonês voltado para investimentos internacionais. No índice Global Soft Power Index de 2021, o Japão conquistou a segunda posição, atrás apenas dos Estados Unidos.

Desde 2008, temos testemunhado um renascimento do interesse pela cultura japonesa no Brasil, especialmente entre os não nikkeis. Inclusive temos a felicidade de contar com uma imagem excelente no Brasil - uma admiração até mais do que a merecida - graças ao trabalho, dedicação e esforço dos nossos antepassados. Mas até que ponto essa visão positiva é verdadeira e corresponde aos fatos, sem considerarmos a interferência sutil do *soft power* do Japão?

### 3. UMA HISTÓRIA IDEALIZADA

Nesses 115 anos de história, os imigrantes japoneses e seus descendentes enfrentaram uma série de estigmas, preconceitos e estereótipos acerca do imaginário quanto aos asiáticos. Ser nikkei no Brasil é corresponder às expectativas da sociedade, da família, dos amigos, e especialmente, às nossas próprias idealizações. Como corresponder a uma imagem tão idealizada e perfeita?

Os preconceitos, manifestados em forma de intolerância, repúdio e hostilidade velada, que nos cercam desde a infância: são “brincadeiras”, piadas e chacotas, que na verdade, podemos definir como micro agressões, pois mesmo sem a intenção de ofender, ficam marcadas na memória e causam desconforto.

O termo “estereótipo” (do grego *stereos-typos*, que significa “impressão rígida”) foi cunhado em 1798, pelo tipógrafo francês Didot, indicando as lâminas de chumbo que eram usadas no processo de estampa, para produzir diversas cópias da mesma página. O pensador Walter Lippmann, em 1922, utilizou o termo “*stereotypes*” para indicar as “*pictures in the head*” (algo como “imagens na cabeça”), isto é, as representações sobre a realidade que nós projetamos em nossa mente, para padronizá-las cognitivamente.

Atualmente, “estereótipo” indica generalizações simplistas e muitas vezes caricaturais, empregadas para qualificar grupos e/ou pessoas. Já os preconceitos (do latim *praeiudicium*, que significa “sentença antecipada”) são os juízos formados antes de iniciarmos a nossa própria atividade cognitiva, com uma dimensão emotiva, social, econômica e histórica. O preconceito não pode ser excluído da mente e da vida hu-

mana, pois é essencial para a classificação das coisas e das atividades.

Podemos definir “estereótipo” no sentido negativo do termo, e talvez até com distinção potencialmente discriminatória, configurando um grupo constituído pelos “outros que não são nós”, no caso não para colocar o nipo-brasileiro em um *status* de inferioridade (como é para a população negra e parda), mas de impedi-lo de ser tratado com base na própria individualidade, e de ser julgado com base nas próprias ações.

A maioria dos nikkeis não têm muito contato com a cultura japonesa e não participa das entidades nipo-brasileiras, entretanto, as nossas características físicas e nossos sobrenomes nipônicos influenciam na maneira como somos percebidos no mundo, através de um estereótipo que nos limita a um mero conceito, deixando de considerar as características de cada indivíduo, aquilo que nos torna especiais e únicos.

Por exemplo, um nikkei pode ter sido criado com o modelo tradicional japonês e decidir manter as tradições, estudar língua japonesa, se formar em Direito e tocar *taiko*, e outro membro da mesma família pode decidir trilhar um caminho diferente, como estudar francês, viajar o mundo e preferir o samba. Um nikkei pode estudar e se formar policial, e outro optar pelo caminho do crime. São escolhas individuais.

Todas essas escolhas são possíveis em um país livre como o Brasil, e essa condição de liberdade é fundamental para que possamos afirmar a nossa individualidade e buscar nossa própria identidade, por meio de erros e acertos. Afinal, não precisamos seguir o “padrão japonês”, nem o “padrão brasileiro”. Que tal criarmos o nosso próprio modelo?

É bem verdade que afirmações como “japonês é bom de matemática”, “japonês é trabalhador”, “japonês é de confiança” são expressões do cotidiano entre a população brasileira, que admira o Japão e nutre grande respeito pelo povo japonês (inclusive incluindo erroneamente os nipo-brasileiros nessa tal conta de “japoneses”). São estereótipos positivos e bem-intencionados. Será que podemos ser ingratos, ao reclamar de tanto carinho e admiração?

Pois bem, essas expressões se encaixam perfeitamente no chamado mito da minoria modelo, segundo o qual os asiáticos seriam uma comunidade excepcional, trabalhadora, séria, honesta, diferenciada, acima da média, inteligente e talentosa. E será que é possível criticarmos uma avaliação tão positiva?

Sim, pois esse mito de meritocracia é na verdade uma armadilha sedutora, que traz

consigo algumas questões problemáticas. Primeiro, para que o asiático seja considerado excepcional, uma outra raça é lida cognitivamente como contraponto, ou seja, como menos talentosa, menos esforçada, menos dedicada, menos trabalhadora.

Dessa maneira, quando o asiático é exaltado e colocado em um pedestal imaginário, o racismo coletivo contra a população negra é intensificado, mesmo que de forma inconsciente e subliminar, pois o nosso cérebro trabalha com dualidades e completa automaticamente essa conexão mental, mesmo que tentemos evitá-la.

Além disso, quando generalizamos esses aspectos positivos, estamos desmerecendo o esforço e a história individual de cada pessoa que faz parte dessa população. Por último, fazer parte de uma minoria modelo acarreta muita pressão social. Para cumprir com essa expectativa, nos pressionamos e nos anulamos, a fim de atingir essa perfeição modelo. Um fardo muito pesado.

#### 4. UM CLARO CONTRAPONTO

Sobre essa questão, é interessante analisarmos alguns estereótipos que simplesmente desafiam a lógica. Por exemplo, o japonês é visto no Brasil como a minoria modelo, um exemplo de honestidade, dedicação, respeito e confiança. O Brasil alardeia uma relação de amizade e harmonia com o Japão, e a maioria dos adjetivos fixados para definir o estereótipo dos nikkeis brasileiros são positivos (talvez um dos únicos que tenham conotação levemente negativa é de que somos muito “fechados”).

Já os chineses, no imaginário do brasileiro, são sujos, barulhentos e mal-educados, produzindo itens de preço baixo e qualidade duvidosa, e até hoje não aprenderam a falar corretamente o idioma português.

Tivemos durante o período da pandemia da Covid19 o claro fortalecimento da “sinofobia” (sentimento contra a China, seu povo ou sua cultura), o que de certa forma, afetou também os nipo-brasileiros, por vezes confundidos com os chineses por sua fisionomia. Mas cabe ressaltar que os primeiros chineses chegaram ao país em 1812 para produzir chá, e que a imigração chinesa no Brasil começou oficialmente em 1900, ou seja, bem antes dos japoneses.

A China é o maior parceiro comercial do Brasil, com mais de 70 bilhões de dólares investidos no país (para efeito de comparação, o Japão é apenas o nono maior parceiro, com 21 bilhões de dólares). Mesmo com todo esse histórico de relações

diplomáticas e comerciais entre os dois países, a comunidade sino-brasileira é afetada até hoje por preconceitos, que prejudicam a divulgação e a apreciação da cultura chinesa no Brasil. Qual seria o motivo dessa discrepância no tratamento?

Além disso, nos Estados Unidos, seguem acontecendo milhares de ataques a asiáticos, com 10.905 incidentes de ódio, violência, assédio, discriminação e intimidação infantil reportados entre 2020 e 2021 (fonte: relatório Stop AAPI Hate). Os membros da comunidade chinesa são as principais vítimas, e as mulheres e idosos tendem a ser mais atacados. Recentemente, os crimes de ódio fizeram mais uma vítima, dessa vez diplomática: o cônsul geral do Japão em Portland, Yuzo Yoshioka, foi atacado e agredido por uma jovem negra de 23 anos, enquanto caminhava pelo centro da cidade, no estado do Oregon. O motivo: ser asiático.

Nos Estados Unidos, cerca de 6% da população é asiática, e ao contrário do Brasil, a comunidade asiática não recebe tanta admiração e respeito por parte da mídia e da sociedade. Ao invés disso, o que se percebe é uma hostilidade declarada. “Os crimes de ódio nesta década são diferentes, pois estão sendo impactados por um ambiente muito hostil nas mídias sociais, na política e no meio cultural”, atesta Brian Levin, diretor do Center for the Study of Hate and Extremism, da Universidade da Califórnia. Nesse sentido, a comunidade nipo-brasileira tem a sorte de contar com um ambiente muito favorável e amigável sob todos os aspectos.

## 5. REPRESENTAÇÃO NAS TELAS

Falando em estereótipos, a indústria hollywoodiana tem trazido filmes com elenco majoritariamente formado por atores asiáticos, iniciando pelo sucesso do filme “Crazy Rich Asians” (Podres de Ricos) em 2018; seguido pelo fenômeno “Parasita”, em 2019 (vencedor do Oscar de Melhor Filme e Melhor Direção em 2020); “Minari: Em Busca da Felicidade” em 2020; e o filme da Marvel “Shang-Chi e a Lenda dos Dez Anéis” (2021).

Esse movimento foi coroado em 2023, com “Tudo em Todo o Lugar ao Mesmo Tempo” (vencedor do Oscar de Melhor Filme, Melhor Direção, Melhor Atriz, Melhor Roteiro Original, Melhor Atriz Coadjuvante e Melhor Ator Coadjuvante em 2023) e o lançamento da comédia feminina “Joy Ride” (Loucas em Apuros), além de séries cômicas como “Fresh Off the Boat” (ABC - American Broadcasting Company) e dramas como “Beef” (Netflix).

Como resultado desses esforços, a representatividade asiática em Hollywood aumentou de meros 3,4% em 2007 para 15,9% em 2022, segundo dados da Annenberg Inclusion Initiative da Universidade Southern California (USC), ampliando a percepção de que asiáticos são diversos, e que podem (ou não) corresponder às expectativas da sociedade.

Já no Brasil, é contumaz a fala de um diretor de elenco conhecido nacionalmente, que quando questionado sobre o motivo da falta de representatividade asiática nas produções artísticas brasileiras, tanto no teatro, cinema, *streaming* e televisão, alegou que “não existem bons atores japoneses”.

Entretanto, existem sim muitos bons atores e atrizes nipo-brasileiros, que desenvolvem um trabalho sério, apoiados por movimentos como o Coletivo Oriente-se, que reúne artistas de ascendência asiática, lançando obras e estreando peças de teatro e filmes que abordam nossas histórias e nossas questões.

Em 2023, momento em que tanto se fala de representatividade, e no qual a maior emissora do Brasil, a rede Globo, esforça-se para promover novelas com elenco majoritariamente negro e/ou protagonistas negros, como “Vai na Fé” e “Terra e Paixão”, a comunidade nipo-brasileira ainda não está representada devidamente nas telas.

Por exemplo, em “Vai na Fé”, a atriz Elô Yamashita fazia parte do núcleo familiar de Claudia Ohana e Zé Carlos Machado como Jade, mas sem laços familiares, sem amigos nikkeis, sem ter contato com outros personagens nipo-brasileiros, em sua estreia na emissora.

Da mesma forma, na novela “Terra e Paixão”, a nikkei Bruna Aisoo interpreta a médica psiquiatra Laurita Correia, que não tem uma história familiar e praticamente não aparece no enredo, pois sua personagem sumiu da novela. Sobre essa obra, cabe ressaltar que nas chamadas de divulgação, a foto da atriz foi trocada com a imagem de Suyane Moreira, de ascendência indígena, que interpreta a personagem Iraê. Ao invés de emitir um comunicado oficial, ou um pedido de desculpas, a emissora simplesmente corrigiu o erro, e nada mais se falou a respeito.

Lembrando também o caso emblemático da novela “Sol Nascente” (2016), da mesma emissora, que gerou revolta por parte de atores asiáticos. O personagem principal, o japonês Kazuo Tanaka, foi interpretado pelo ator Luis Melo, ator ocidental, que substituiu o veterano Ken Kaneko (artista reconhecido pela comunidade nipo-brasileira como uma das nossas principais lideranças no setor artístico, *issei* naturalizado brasileiro, com vasta carreira e personagens marcantes). Todos os demais

personagens principais foram interpretados por atores sem ascendência oriental, e couberam aos atores nikkeis como Danielle Suzuki, Jacqueline Sato e Carlos Takeshi os papéis de coadjuvantes, em uma novela que teoricamente, pelo menos em sua sinopse, seria um tributo à comunidade nipo-brasileira.

Talvez o que nos falte, enquanto comunidade, é a força coletiva para nos reunirmos e protestar coletivamente, levando nossa voz e nossas demandas ao conhecimento público. Afinal, 115 anos após a chegada dos primeiros imigrantes, é inaceitável que as nossas histórias sigam silenciadas pela grande mídia, que ainda sejamos representados como eternos estrangeiros em nossa própria terra.

## 6. PERSEGUINDO PADRÕES IRREAIS

Vivemos em uma sociedade com padrões ocidentais de beleza, e as pessoas de origem asiática não são maioria no Brasil. Por isso, faltam exemplos de beleza asiática, em lugares de destaque. Isso faz com que seja mais difícil reconhecer e aceitar a nossa beleza, influenciando a nossa autoestima.

No Brasil, 60% das pessoas acreditam que a aparência é fundamental, sendo que a média dos outros países gira em torno de 25%. Atualmente, o Brasil é o país que mais realiza cirurgias plásticas no mundo, perdendo somente para os Estados Unidos. Em 2018 e 2019, os brasileiros estiveram no topo do ranking, segundo dados da Sociedade Internacional de Cirurgia Plástica Estética (ISAPS, na sigla em inglês).

Sendo fenotipicamente diferentes dos brasileiros com ascendência europeia, negra ou indígena, os nipo-brasileiros tendem a apresentar um corpo mais reto e magro, com estatura mais baixa e esguia. As japonesas no Japão possuem verdadeira obsessão pelo corpo magro e por manter a pele branca. Aqui no Brasil existe também o desejo da magreza extrema, mas atualmente, o padrão de beleza é ser sarado, forte, atlético, musculoso (no caso dos homens) e gostosa, malhada, bronzada e curvilínea (no caso das mulheres).

Para a mulher ocidental, é exigido manter um elevado padrão de beleza. A mulher precisa fazer as unhas, manter o cabelo com brilho e sempre arrumado, usar roupas bonitas, fazer depilação, cuidar das sobrancelhas e da hidratação do corpo, fazer extensão de cílios e frequentar a academia (ou a mesa de cirurgia) para ser magra, manter a barriga chapada, com pernas e glúteos bem durinhos e tonificados, com seios volumosos, sem estrias, sem celulite e sem acne. Ou seja, uma pressão tortu-



rante. Como explicar essas exigências para nossas avós ou avôs, que não entendem a necessidade de tantos tratamentos cosméticos?

As mulheres trabalham, estudam, alcançaram o sucesso profissional, liberdade sexual e independência, mas seguem presas em uma tortura mental pelo corpo perfeito. Nos tempos recentes, os homens também estão cada vez mais preocupados com questões corporais e estéticas. E essas dúvidas e inseguranças afligem os mais jovens.

Em sua pesquisa de doutorado, a pesquisadora Luciane Maya Yamauchi aborda as influências culturais no olhar sobre o corpo dos jovens descendentes de japoneses, já na quarta geração (*yonseï*) que seguem vivendo nessa dualidade cultural entre Brasil e Japão e crescem ansiosos, rodeados de expectativas pré-definidas pela sociedade. Quando dizemos que os nipo-brasileiros são vistos como uma extensão do Japão, entende-se que o padrão de beleza do japonês é refletido e esperado pelos nikkeis. Mas então, devemos tentar nos encaixar no padrão brasileiro ou japonês?

## 7. O ESFORÇO QUE PREJUDICA

A necessidade de atender aos padrões estéticos é, de fato, um fator de extrema pressão social. E quanto ao estereótipo de que todo nikkei é calmo, tranquilo, paciente, será mesmo verdade? Até que ponto essa aparente calma e paciência não denota na verdade uma aflição, uma ansiedade latente? A pandemia fez a sociedade passar por um trauma complexo, e trouxe à tona muitas questões de saúde mental.

Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) mostram que no primeiro ano da pandemia de Covid-19, a prevalência global de ansiedade e depressão aumentou em 25%. O Brasil é um dos países que registra os mais altos índices de ansiedade. Em meio à crise econômica, violência, insegurança, dívidas, conflitos nos relacionamentos, solidão e dúvidas profissionais, será que conseguimos mesmo permanecer calmos e tranquilos, silenciando o desconforto e a angústia?

Os nossos antepassados nos ensinaram a importância do “gaman” (我慢), um termo que tem origem no zen-budismo e significa algo como “suportar o insuportável, com paciência e dignidade”, e também do “gambare” (esforçar-se sempre). Quando tudo parecia perdido e o sofrimento na lavoura parecia insuportável, quando as doenças causavam a morte das crianças, quando foram proibidos de falar em público o seu idioma natal, quando foram vítimas de injustiças, despejados de suas casas e

mantidos em campos de concentração improvisados, nos momentos mais difíceis e desafiadores de suas vidas, os imigrantes japoneses mantiveram a cabeça erguida, com esperança e muito *gaman*.

Em momentos de crise humanitária, em calamidades de grande magnitude, como no terremoto seguido de tsunami que devastou a costa leste do Japão em 2011, o povo japonês também manteve-se resiliente e forte, aguentando todo sofrimento e não expressando negatividade ou desespero em público: muito pelo contrário, mantendo ordem e respeito nas filas em busca de mantimentos, o que impressionou profundamente os ocidentais.

Essas situações nos fazem refletir até que ponto devemos ser fortes, manter o *gaman* e tentar mostrar uma imagem ideal ao mundo. Quando nos será permitido abaixar a cabeça e pedir ajuda, demonstrar vulnerabilidade e um pouco de fraqueza? Será que a nossa geração é mais frágil mentalmente do que nossos avós e nossos pais, e por isso estamos sofrendo mais, ou simplesmente estamos expressando as nossas aflições com mais abertura e clareza?

Por herança cultural e pela educação familiar que recebemos, essas qualidades positivas como autocontrole, disciplina e resiliência podem sim ser entendidas como características culturais de grande parte dos nikkeis brasileiros. Por outro lado, somos humanos, e a tendência exacerbada de evitar confrontos, ser evasivos, não falar “nem sim nem não”, silenciar, mutar e suprimir os sentimentos, as emoções e as palavras, causam grande impacto em nossa saúde mental.

Será que precisamos mesmo nos machucar, nos violentar, para satisfazer a expectativa das pessoas que nos cercam, em relação ao que deveria ser esperado para nossas próprias vidas e realizações? Tolerar esse sofrimento, não expressar emoções negativas, sofrer em silêncio para não incomodar os outros, tentar resolver seus problemas sozinho, sem atrapalhar ninguém. Tudo isso é pesado e machuca a alma.

Estamos cansados de tanto *gaman*. Se eu estou dizendo que algo machuca, não caberia ao outro julgar a intensidade ou legitimidade da minha dor. A medida é definida pelo próprio indivíduo. E esse é o preço coletivo que pagamos para cumprir com essa expectativa e esse estereótipo que nos limita, inclusive inconscientemente. O quanto estamos nos machucando e nos angustiando, para fazermos jus a esse modelo idealizado que a sociedade nos reserva?

## 8. CONCLUSÃO

Um processo de autorreflexão e descoberta. Afinal, quais são as histórias e os sentimentos que nos definem e nos movem em nossas vidas? Qual é o “modo nikkei” de ser e existir no mundo? No caminho dessa pesquisa, pudemos refletir e pensar sobre questões sensíveis, que na correria do dia a dia, muitas vezes passam despercebidas, disfarçadas, silenciosas.

Quando falamos da cultura japonesa no Brasil, estamos nos referindo a uma cultura viva, em permanente mudança e atualização, construindo novos significados e novas memórias no Brasil: uma cultura nipo-brasileira. Não é a cultura japonesa estática e fossilizada, trazida pelos nossos antepassados nos baús dos navios que aportaram no porto de Santos a partir de 1908.

Aqui no Brasil, temos a felicidade de contar com o acesso às duas culturas, a nipo-brasileira e a brasileira. Estamos em um processo de busca interna, para despertar uma parte ancestral que está adormecida em nossa alma e foi transmitida diretamente pelos nossos antepassados. Os nossos pais, avós, bisavós e tataravós querem que suas histórias sejam ouvidas e honradas, para não serem esquecidas no vazio do tempo. Se prestarmos atenção, podemos escutar esses sussurros bem baixinho, em nossos ouvidos. É isso que nos trouxe até aqui.

Na prática de teatro, descobrimos que todo ser humano pode ser um pouco de tudo, ou seja, que carregamos várias facetas dentro de nós. Não precisamos nos limitar a um só papel e a um só destino. Podemos ser o santo, o louco, o vilão, o político, o bandido, o mocinho. Temos dentro de nós todas as personalidades e possibilidades do mundo, num universo ilimitado e livre, que não aceita se aprisionar por estereótipos e generalizações. Afinal, sabemos vivenciar a multiplicidade desde que nascemos. Temos uma raiz identitária comum. Somos um pouco japoneses e um pouco brasileiros, tudo junto e misturado.

Neste novo momento da sociedade, com um olhar mais generoso e acolhedor, no qual nos permitimos enxergar nossa própria humanidade e vulnerabilidade, cabe ressaltar a importância de coletivos organizados pela internet, como o “Perigo Amarelo”, a “Plataforma Lótus”, os “Asiáticos pela Diversidade” e o “Yo Ban Boo”, entre outros, que trazem visibilidade para preconceitos relacionados às ascendências asiáticas, especialmente para que os jovens não se sintam tão sozinhos e isolados, como nós nos sentimos em nossa infância e adolescência.

Juntos, podemos resgatar as lembranças do passado, refletir sobre o presente e defi-

nir um novo futuro. Redescobrir e valorizar com orgulho a beleza da nossa história e das nossas cores, ao mesmo tempo em que nos esforçamos para reforçar a nossa individualidade e o que nos torna únicos, com paciência e amor para entender as nossas lutas e nossas dores, saindo do silêncio que nos aprisiona e nos faz sentir inadequados.

Que possamos ressignificar os acontecimentos passados, repensar os nossos traumas e alegrias, nossos sonhos, temores e esperanças, nos inspirando para produzir novos poemas, novos tempos, novas formas de agir e novas maneiras de entender, com o sentimento de alegria por retornarmos à nossa essência. Livres, plenos e muito além dos estereótipos.

## 9. BIBLIOGRAFIA

SILVA, Morgan Yukawa Da. Hospitalidade x Hostilidade dos Japoneses e seus descendentes no Brasil. Universidade Federal Fluminense, 2020. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/21741>. Acesso em: 18 ago. 2023.

KOIKE, Yudi Rafael Lemes. NARRATIVAS NIPO-BRASILEIRAS: EXPERIÊNCIAS DA ALTERIDADE EM SÃO PAULO.. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/101226/TCC%20-%20YUDI%20RAFAEL%20LEMES%20KOIKE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 ago. 2023.

CATITA, Eduarda De Lima Suzumura. Entre sedas e quimonos: reflexões e criação artística sobre a imagem da mulher nipo-brasileira. Universidade Federal de Uberlândia, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/33859>. Acesso em: 18 ago. 2023.

TOYAMA, Claudia ; CAMPOS DE CASTRO, Paula. DESCENDENTES, ESTEREÓTIPOS E REPRESENTATIVIDADE: A BUSCA DE UMA IDENTIDADE. [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: <<https://portal.estacio.br/media/3732324/descendentes-estere%C3%B3tipos-e-representatividade-a-busca-de-uma-identidade.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2023.

, Denise ; KAWACHI, Guilherme. TRÂNSITOS, AFIRMAÇÕES E NEGAÇÕES SOBRE A IDENTIDADE JAPONESA NO BRASIL MOBILITIES, AFFIRMA-

TIONS AND NEGATIONS ABOUT THE JAPANESE IDENTITY IN BRAZIL. [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tla/a/88KNpGYCtgmw-ZtL5VsT7pp/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 23 ago. 2023.

, Luciane Maya. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO CORPO NA PERSPECTIVA DO(A) ADOLESCENTE E DO(A) JOVEM DESCENDENTE DE JAPONÊS. / Luciane Maya Yamauchi. Guarulhos, 2022. 231f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2022. Disponível em: <[https://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/65390/tese\\_luciane.pdf](https://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/65390/tese_luciane.pdf)>. Acesso em 13 de agosto de 2023.

HAGA, Elizabeth. NIKKEI - ESTRANGEIRO EM SEU PAÍS NATAL? [São Paulo, 2018, 215f.]. PUC-SP. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/21531/4/Elizabeth%20Yuko%20Haga.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2023.

ITO, Carol. MEU NOME NÃO É JAPA: O PRECONCEITO AMARELO. Trip. Disponível em: <<https://revistatrip.uol.com.br/trip/meu-nome-nao-e-japa-o-preconceito-amarelo>>. Acesso em: 26 ago. 2023.

HTTPS://JORNAL.UNESP.BR/AUTHOR/PABLO-DIOGO. O Brasil redescobre a Ásia. Jornal da Unesp. Disponível em: <<https://jornal.unesp.br/2022/01/11/o-brasil-redescobre-a-asia/>>. Acesso em: 23 ago. 2023.

DE MENEZES VIANA, Arthur ; TANAKA, Raquel. A EDUCAÇÃO NA DESCONSTRUÇÃO DO RACISMO CONTRA NIPO-BRASILEIROS. [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: <[https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO\\_EV150\\_MD1\\_SA106\\_ID2212\\_28072021234637.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO_EV150_MD1_SA106_ID2212_28072021234637.pdf)>. Acesso em: 23 ago. 2023.

, Julia ; BALISCEI, Paulo. SEM ESSA DE “JAPONESA, ABRE O OLHO”: RACISMO E MISOGINIA CONTRA MULHERES AMARELAS -UMA ABORDAGEM A PARTIR DOS ESTUDOS CULTURAIS. [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: <<http://www.eaic.uem.br/eaic2022/anais/artigos/5817.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2023.

, Toriyama; NAKAMURA, Giulia ; CRIPPA. MEMÓRIA E IDENTIDADES NIPO-BRASILEIRAS: CULTURA POP, TECNOLOGIAS E MEDIAÇÕES. [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/152129>>. Acesso em: 24 ago. 2023.

SACHIE TSUZUKI FERNANDES. FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS A FOR-

MAÇÃO DA IDENTIDADE NIPO-BRASILEIRA ATRAVÉS DAS MEMÓRIAS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA PARA O RIO DE JANEIRO. [s.l.: s.n.], 2021. Disponível em: <[https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/30657/THAIS\\_SACHIE\\_TSUZUKI\\_FERNANDES\\_trabalho%20de%20conclus%C3%A3o.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/30657/THAIS_SACHIE_TSUZUKI_FERNANDES_trabalho%20de%20conclus%C3%A3o.pdf?sequence=3&isAllowed=y)>. Acesso em: 24 ago. 2023.

GONZALEZ, Mariana. Feminismo asiático: mulheres lutam contra erotização e racismo no Brasil. UOL.com.br. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/02/27/feminismo-asiatico-mulheres-se-unem-contra-estereotipos-e-fetichizacao.htm>>. Acesso em: 26 ago. 2023.

MIZUMURA, Cristina Miyuki Sato. Mulheres no jornalismo nipo-brasileiro. Discursos, identidade e trajetórias de vida de jornalistas. 2011. Tese (Doutorado em Interfaces Sociais da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/T.27.2011.tde-23052013-121835. Acesso em: 2023-08-23.

FUJYAMA, Ely. Tem que ter japonesa de kimono e japonês de terno?: A identidade nikkei nas campanhas publicitárias - a Representação dos japoneses e japonesas nos comerciais de TV do Brasil. Universidade Federal da Bahia, 2008. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/10591/1/dissert\\_Ely%20Fujyama.pdf](https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/10591/1/dissert_Ely%20Fujyama.pdf). Acesso em: 18 ago. 2023.

Brasil-Japão debatem fortalecimento das relações comerciais. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/brasil-japao-debatem-fortalecimento-das-relacoes-comerciais>>. Acesso em: 23 ago. 2023.

ESTADÃO CONTEÚDO. Brasil e China avançam em acordo para comércio sem o uso do dólar. Exame. Disponível em: <<https://exame.com/economia/brasil-e-china-avancam-em-acordo-para-comercio-sem-o-uso-do-dolar/>>. Acesso em: 23 ago. 2023.

. Estados Unidos registram milhares de ataques a asiáticos durante pandemia. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/03/17/estados-unidos-registram-milhares-de-ataques-a-asiaticos-durante-pandemia.ghtml>>. Acesso em: 25 ago. 2023.

Japan diplomat in U.S. targeted in apparent hate crime attack | The Asahi Shimbun: Breaking News, Japan News and Analysis. The Asahi Shimbun. Disponível em: <<https://www.asahi.com/ajw/articles/14960543>>. Acesso em: 25 ago. 2023.

, David. For Asian Americans, thrill of Oscars offset by rising anti-Asian hate. Washington Post. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/national-security/2023/03/16/asian-americans-oscars-hate-crimes/>>. Acesso em: 25 ago. 2023.

JEUNG, Russell; HORSE, Aggie Yellow; POPOVIC, Tara; et al. Stop AAPI Hate National Report. Ethnic Studies Review, v. 44, n. 2, p. 19–26, 2021. Disponível em: <<https://stopaapihate.org/wp-content/uploads/2021/08/Stop-AAPI-Hate-Report-National-v2-210830.pdf>>.

CINEAS, Fabiola. FBI hate crimes report: What we know. Vox. Disponível em: <<https://www.vox.com/policy/2023/3/18/23644339/hate-crimes-report-rise-in-hate-crimes>>. Acesso em: 25 ago. 2023.

GENERAL, Ryan. Asian representation in movies has significantly increased within the last 15 years: study. NextShark. Disponível em: <[https://nextshark.com/asian-representation-hollywood-study?fbclid=IwAR2i5plE2\\_YON8oZmMBi4OrfMKURF6puIggLsT7cVh8ymBDWqXT3fHZ0mFk](https://nextshark.com/asian-representation-hollywood-study?fbclid=IwAR2i5plE2_YON8oZmMBi4OrfMKURF6puIggLsT7cVh8ymBDWqXT3fHZ0mFk)>. Acesso em: 25 ago. 2023

GARCIA, Mariana. Mamas, rinoplastia e lipo: Brasil está entre países que mais fazem cirurgias plásticas; veja lista e ranking. G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/saude/noticia/2022/07/03/mamas-rinoplastia-e-lipo-brasil-esta-entre-paises-que-mais-fazem-cirurgias-plasticas-veja-lista-e-ranking.ghtml>>. Acesso em: 25 ago. 2023.

CARVALHO, Rone. Por que o Brasil tem a população mais ansiosa do mundo. G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/saude/noticia/2023/02/27/por-que-o-brasil-tem-a-populacao-mais-ansiosa-do-mundo.ghtml>>. Acesso em: 25 ago. 2023.

REDAÇÃO. Japão libera água radioativa de Fukushima no oceano; China cita insegurança e proíbe importações de produtos aquáticos. Um só Planeta. Disponível em: <<https://umsoplaneta.globo.com/energia/noticia/2023/08/24/japao-libera-agua-radioativa-de-fukushima-no-oceano-china-cita-inseguranca-e-proibe-importacoes-de-produtos-aquaticos.ghtml>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

OLHAR DIGITAL ; PEDRO BORGES SPADONI. Despejo de água radioativa de Fukushima eleva tensão entre China e Japão. Olhar Digital. Disponível em: <<https://olhardigital.com.br/2023/08/25/ciencia-e-espaco/china-retalia-japao-por-despejar-agua-de-fukushima-no-oceano/>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

KAWANAMI, Silvia. A Cultura do Gaman no Japão | Curiosidades do Japão. Japão

em Foco. Disponível em: <<https://www.japaoemfoco.com/a-cultura-do-gaman-no-japao/>>. Acesso em: 25 ago. 2023

Global Survey on Japan's Soft Power | The Council on East Asian Studies at Yale University. Yale.edu. Disponível em: <<https://ceas.yale.edu/news/global-survey-japans-soft-power>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

Japan-bound Statistics - Tourism Statistics. JTB Tourism Research & Consulting Co. Disponível em: <<https://www.tourism.jp/en/tourism-database/stats/inbound/#annual>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

DIVINE D. Explained: How Japan Became A Soft Power Giant. IndiaTimes. Disponível em: <<https://www.indiatimes.com/explainers/news/explained-how-japan-became-a-soft-power-giant-603733.html>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

BRITTO, Mara. Estereótipos sociais e suas implicações para os estudos sociolinguísticos (Social stereotypes and their implications for sociolinguistic studies). Estudos da Língua, 2011. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/1141>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

Vista do Estereótipos, preconceitos e políticas migratórias. Unisinos.br. Disponível em: <<https://revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD/article/view/rechtd.2014.61.02/4130>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

SNOW, Nancy. The Japan Foundation is key to the country's soft power. Nikkei Asia. Disponível em: <<https://asia.nikkei.com/Opinion/The-Japan-Foundation-is-key-to-the-country-s-soft-power>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo. 1972. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972. Acesso em: 27 ago. 2023.

KIYOSHI, Harada (coordenador). O nikkei no Brasil. 3. ed. Brasil: Cadaris Comunicação: Associação para Comemoração do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, 2013.

SANTOS, Thiago Haruo, Org. et al Laís Miwa Higa, Odair da Cruz Paiva, Márcio Farias, Jeffrey Lesser e Jobana Moya. Afinal, o que é o brasileiro?. – São Paulo : Museu da Imigração do Estado de São Paulo, 2022.



capítulo

# 11



Francine Namie Kashima Affonso  
Júlia Mayumi Oliveira Sueyoshi

## Dos desvios da brasilidade: o nipo-descendente enquanto brasileiro



## DOS DESVIOS DA BRASILIDADE: O NIPO-DESCENDENTE ENQUANTO BRASILEIRO

Francine Namie Kashima Affonso<sup>1</sup>

Júlia Mayumi Oliveira Sueyoshi<sup>2</sup>

### SUMÁRIO:

1. Introdução.....	202
2. A formação da população nipo-brasileira.....	203
3. O nipo-brasileiro na sociedade brasileira.....	209
4. Conclusão.....	217

### 1. INTRODUÇÃO

Essa é a parcela da população brasileira que se autodeclara amarela, isto é, descendente de povos do leste asiático como chineses, japoneses, coreanos, taiwaneses, entre outros. Embora pareça um número insignificante, estamos falando de mais de dois milhões de pessoas.

Os imigrantes do leste asiático estão aqui desde o começo do séc. XIX, quando os primeiros trabalhadores chineses vieram de Macau para trabalhar nas plantações de chá. Desde então, milhares de famílias amarelas imigraram para o Brasil, trazendo histórias, tradições e hábitos que em muito diferiam não só das populações que aqui já viviam, mas também entre si.

O propósito deste artigo é apresentar um recorte da população amarela-brasileira: os imigrantes japoneses e seus descendentes, chamados de nipo-brasileiros. Membros da maior comunidade de japoneses fora do Japão, essas pessoas têm suas vivências atravessadas por estereótipos, preconceitos e invalidações constantes.

Para entendermos como essas relações se dão, começamos este estudo com uma exposição acerca das origens da presença japonesa no Brasil e dos desafios vivenciados por esses imigrantes. Em seguida, analisamos qual o lugar da raça amarela na

---

1 Graduanda em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

2 Graduanda em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Bacharel em Jornalismo pela Universidade de São Paulo.

sociedade brasileira e como, a partir disso, o cotidiano dos nipo-brasileiros é afetado pelas dinâmicas raciais.

Habitar um corpo racializado no Brasil traz inúmeros percalços e desafios, que evidentemente não podem ser sintetizados neste breve artigo. O propósito deste trabalho, portanto, é levantar problemáticas que estão, aos poucos, ganhando espaço no debate público.

É importante ressaltar que as vivências dos nipo-brasileiros, ainda que carreguem semelhanças com outras origens étnicas, não podem ser generalizadas para todos os amarelos brasileiros. Tampouco as perspectivas aqui apresentadas são comuns a todos os nipo-brasileiros; ao contrário, espera-se que este trabalho abra os olhos do leitor para a diversidade existente dentre os descendentes de japoneses que vivem no Brasil.

## 2. A FORMAÇÃO DA POPULAÇÃO NIPO-BRASILEIRA

O Japão viveu, durante séculos, politicamente organizado pelo Shogunato, uma forma de governo militar. Esse sistema estava em declínio desde o começo do século XIX; com o passar das décadas, a influência estrangeira sobre o arquipélago crescia e desencadeou-se uma grande crise política e econômica<sup>3</sup>. A crise levou o governo do Japão a realizar diversas reformas, a fim de suprir demandas internas e garantir a influência do país na geopolítica da região.

A partir da Restauração Meiji, iniciada em 1868, o Imperador Mutsuhito dedicou-se à modernização do Japão<sup>4</sup>. Esse período é marcado pelo conservadorismo político - com a concentração no poder imperial, que até então estava descentralizado na figura dos shoguns - e pela modernização econômica, pois o país passa a investir na industrialização.

As mudanças realizadas pelo governo iam de encontro ao histórico imperialista do país, tendo em vista que “a política japonesa no período Meiji [...] buscou legitimar-se pelos meios políticos e militares no poder, a busca por novos espaços de influência, como os japoneses já tinham observado com relação aos impérios comerciais europeus no mundo em fins do século 19”<sup>5</sup>. É nesse momento que o Japão se abre ao comércio

3 CRUZ, Ricardo; DE ROSA, Daniel; KEISI, Minami. Almanaque do centenário da Imigração Japonesa no Brasil. São Paulo: Editora Escala, 2008.

4 CRUZ, Ricardo; DE ROSA, Daniel; KEISI, Minami. Almanaque do centenário da Imigração Japonesa no Brasil. São Paulo: Editora Escala, 2008.

5 BUENO, A., ESTACHESKI, D. T., CREMA, E., & NETO, J. M. Mais Orientes. Rio de Janeiro/ União da Vitória; Edição Sobre Outrens/LAPHIS, 2017. Disponível em [www.revistasobreoutrens.site](http://www.revistasobreoutrens.site). Acesso em 10 dez. 2021.

internacional, em função de pressões externas, principalmente dos Estados Unidos.

Com a abertura dos portos japoneses, a população local se viu em grandes dificuldades financeiras para arcar com os preços dos produtos importados; além disso, em razão dos avanços tecnológicos que levaram ao aumento da produção por indústrias manufatureiras, a agricultura deixa de ser uma atividade rentável para os japoneses, 80% dos quais viviam em áreas rurais. A miséria no campo obrigou muitos agricultores a arrendar suas terras e, conseqüentemente, perderem sua principal forma de sustento<sup>6</sup>.

As políticas públicas do Japão não conseguem acompanhar o aumento dos índices de pobreza e o crescimento vertiginoso da população, de forma que o governo passa a ver na imigração um caminho possível para a situação do país<sup>7</sup>. Assim, o Japão incentiva a emigração de sua população para países com os quais mantinha relações econômicas; dentre esses, o Brasil.

A imigração japonesa ocorre no momento em que o Brasil vê nas políticas de imigração a solução não só para a substituição da mão de obra escravizada como para o projeto de embranquecimento da população brasileira.

Com o fim da escravidão, a elite política e intelectual começa a idealizar seu projeto de país a partir da perspectiva do trabalho assalariado. Não havia uma noção clara do que significava “ser brasileiro”, e o fator racial evidencia-se como elemento chave na construção dessa identidade.

Inicialmente, buscou-se referências nos conceitos norte-americanos sobre raça. Porém, como o Brasil não teve um sistema de segregação institucionalizado, como o *apartheid*, as teorias sociais científicas do Norte não condiziam com a história da população brasileira. Assim, os pensadores brasileiros perceberam que era necessário fazer algumas adaptações nas ideias norte-americanas e europeias, utilizando como conceito central a ideia de multirracialidade. Diante dessas influências, o pensamento social brasileiro passa a considerar a sociedade sob o prisma do chamado “determinismo de cunho social”. Essa corrente valorizava os povos “puros”, colocando a miscigenação como razão para a deterioração de uma população<sup>8</sup>.

Porém, utilizar-se dos pressupostos teóricos europeus implicava, invariavelmente, na conclusão de que o Brasil seria um povo “atrasado”. A fim de justificar esse “atraso”,

6 CRUZ, Ricardo; DE ROSA, Daniel; KEISI, Minami. Almanaque do centenário da Imigração Japonesa no Brasil. São Paulo: Editora Escala, 2008.

7 CRUZ, Ricardo; DE ROSA, Daniel; KEISI, Minami. Almanaque do centenário da Imigração Japonesa no Brasil. São Paulo: Editora Escala, 2008.

8 COSTA, Jean Carlo de Carvalho. Nação, raça e miscigenação no Brasil moderno: uma análise hermenêutica dos ensaístas da formação da nacionalidade brasileira, 1888-1928. 2003. p. 226.

os intelectuais brasileiros se apoiam em dois pilares: a *raça* e o *meio*<sup>9</sup>. Assim, era difundida a ideia de que “as raças não brancas e o clima tropical não constituíam condições propícias para produzir civilizações evoluídas<sup>10</sup>”.

Esse contexto foi um terreno fértil para a disseminação da eugenia na elite brasileira. Essa teoria servia para justificar a restrição de direitos a indígenas e negros. Para os intelectuais, a miscigenação entre europeus, negros e indígenas criaria uma população disforme e responsável pelo “atraso” do país<sup>11</sup>.

É importante ressaltar que a imigração japonesa não veio para aumentar a população branca do país, uma vez que os japoneses jamais foram entendidos como brancos pelo Estado brasileiro. As políticas imigratórias, inclusive, restringiam a “entrada de negros, judeus e japoneses, principalmente, de forma a não aprofundar o abismo provocado pela ‘má-formação étnica’ herdada do passado escravocrata e do liberalismo republicano<sup>12</sup>”. Os obstáculos criados à imigração japonesa são justificados pela dificuldade de assimilação à cultura brasileira por parte dessa população, uma vez que “não interessava ao Estado republicano manter em território nacional aquelas comunidades que optassem por preservar a sua identidade étnica e política<sup>13</sup>”.

O decreto nº 528, de 28 de junho de 1890, promulgado por Marechal Deodoro da Fonseca, regulamentava a introdução de imigrantes no Brasil. Em seu artigo primeiro, definia uma regra específica para “indígenas da Ásia ou da África<sup>14</sup>”: a necessidade de autorização do Congresso Nacional para sua admissão em território nacional. O objetivo era dificultar a entrada de imigrantes não-brancos ao Brasil, corroborando com a política de embranquecimento da população pelo governo.

A política de controle da imigração foi importante nos debates da Assembleia Constituinte de 1933. Dentre as várias emendas à Constituição de 1934 propostas pelos constituintes da época, destaca-se a seguir os textos propostos por Arthur Neiva e Miguel Couto, aptos a ilustrar o racismo vigente naquele período.

9 COSTA, Jean Carlo de Carvalho. Nação, raça e miscigenação no Brasil moderno: uma análise hermenêutica dos ensaístas da formação da nacionalidade brasileira, 1888-1928. 2003. p. 229

10 SANTO DE ANDRADE, Rosâny Espírito. Azevedo Amaral no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia: a imigração para purgar as “degenerescências” do povo brasileiro (Rio de Janeiro–1929). Revista Uniabeu, v. 6, n. 14, p. 46-62, 2013

11 SANTO DE ANDRADE, Rosâny Espírito. Azevedo Amaral no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia: a imigração para purgar as “degenerescências” do povo brasileiro (Rio de Janeiro–1929). Revista Uniabeu, v. 6, n. 14, p. 46-62, 2013

12 CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Imigrantes indesejáveis. A ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. Revista USP, n. 119, p. 115-130, 2018

13 CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Imigrantes indesejáveis. A ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. Revista USP, n. 119, p. 115-130, 2018

14 BRASIL. Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890. Regulariza o serviço de introdução e localização de imigrantes na República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 20 out. 2021.

Arthur Neiva, diretor dos Serviços Sanitários do Estado de São Paulo e representante da Bahia na Assembleia, propôs a Emenda nº 1503: “Só será permitida a imigração de elementos da raça branca, ficando proibida a concentração em massa, em qualquer ponto do país<sup>15</sup>”. Entre outros motivos, Neiva buscava evitar que os imigrantes japoneses dominassem a Amazônia, como o Japão fizera com a Manchúria. Para ele, o perigo apresentado por uma presença significativa de japoneses no Brasil se devia a uma pretensa superioridade de organização, que poderia se sobrepor à sociedade brasileira, que ele acreditava ser caótica<sup>16</sup>.

Miguel Couto, médico sanitário, apresentou a Emenda nº 21-E, que colocava o limite de 5% para imigração asiática, em relação ao total de asiáticos já residentes em solo nacional. Para Couto, a imigração japonesa era um projeto expansionista do governo japonês e deveria ser controlada<sup>17</sup>.

“Os imigrantes nipônicos não nos chegam como os outros; não são enviados para onde a nossa conveniência, mas aonde a deles; não são trabalhadores das nossas terras, são exploradores das suas; não entram na nossa casa como hóspedes, senão como donos, aldeões das suas aldeias. [...] Discuta quem quiser, a sério ou a riso, o perigo amarelo; nós não”<sup>18</sup>

O texto aprovado na Constituição de 1934 estabelecia, em seu art. 121, §6º, o limite de entrada de estrangeiros em 2% do total de indivíduos daquela nacionalidade que tivessem se fixado no Brasil nos 50 anos anteriores. Tal medida ocorreu graças à intervenção do Itamaraty, que foi importante para que essa restrição fosse aplicada a indivíduos de qualquer região, e não somente africanos e asiáticos<sup>19</sup>. Ainda que as emendas de Neiva e Couto não tenham sido aprovadas, o fato de terem sido propostas demonstra a relevância do pensamento anti-asiático da época.

Mesmo com a resistência da elite, que se apoiava em ideias eugenistas, no início do séc. XX os imigrantes japoneses começam a chegar ao Brasil para trabalhar nas lavouras de café em São Paulo.

“ A concretização da vinda dos primeiros imigrantes japoneses ao Brasil se daria a partir da assinatura de um contrato entre a companhia Imperial de

15 ANAIS DA CONSTITUINTE, vol. IV, 1933.

16 UENO, Luana Martina Magalhães. O duplo perigo amarelo: O discurso antinipônico no Brasil (1908-1934). *Estudos Japoneses*, n. 41, p. 101-115, 2019

17 UENO, Luana Martina Magalhães. O duplo perigo amarelo: O discurso antinipônico no Brasil (1908-1934). *Estudos Japoneses*, n. 41, p. 101-115, 2019

18 COUTO, Miguel. *Seleção Social*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1930

19 UENO, Luana Martina Magalhães. O duplo perigo amarelo: O discurso antinipônico no Brasil (1908-1934). *Estudos Japoneses*, n. 41, p. 101-115, 2019

Imigração, comandada por Ryu Mizuno, e o governo de São Paulo, em 6 de novembro de 1907. A companhia se comprometia a encaminhar para o Brasil 3 mil agricultores em três anos, em famílias de pelo menos três pessoas capazes para o trabalho na idade entre 12 e 45 anos. O governo de São Paulo, por sua vez, garantia parte dos custos de transporte, os quais seriam repartidos com os fazendeiros que receberiam os nipônicos.”<sup>20</sup>

Esses imigrantes não vieram ao Brasil com a intenção de permanecerem aqui; acreditando nas propagandas da época que apresentavam o Brasil como uma oportunidade de enriquecimento, os japoneses vinham com o objetivo de reunir recursos suficientes para retornarem ao Japão em melhores condições econômicas. Porém, as barreiras culturais e, principalmente, as péssimas condições de trabalho inviabilizariam o retorno ao Japão da maioria dos imigrantes<sup>21</sup>, que seguiriam nas lavouras de café ainda que preteridos em relação aos imigrantes brancos<sup>22</sup>.

Durante o Governo Vargas (1930-45), o antiniponismo cresce baseado no temor à expansão militar do Japão e intensificado quando da entrada do Brasil ao lado dos Aliados na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Em um claro exemplo de discriminação institucional, o governo brasileiro proibiu a circulação dos jornais da colônia<sup>23</sup>; transmissões de rádio e até mesmo o uso da língua em locais públicos também foram proibidos pelo governo da época, que, além das escolas, fechou instituições importantes para a colônia, como bancos e consulados. A vigilância era feita pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de cada estado, que apreendia aparelhos rádio-receptores e impunha diversas restrições à circulação de japoneses no território nacional<sup>24</sup>.

---

20 TAKEUCHI, Marcia Yumi. **A imigração japonesa nas revistas ilustradas (1897-1945)**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

21 MAESIMA, Cacilda. Japoneses, multiétnicidade e conflito na fronteira: Londrina, 1930/1958. 2012. e Dezan, Maria Dalva de Souza. “Impactos da imigração japonesa sobre a diversidade cultural na organização do espaço geográfico piracicabano-SP.” (2007): 154-f.

22 HAGA, Elizabeth Yuko. Nikkei: estrangeiro em seu país natal? - um estudo sobre identidade, estigma e preconceito com filhos e netos de imigrantes japoneses. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Núcleo de Estudos Junguianos. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, São Paulo. 2018. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/21531/4/Elizabeth%20Yuko%20Haga.pdf>. Acesso em 14 nov. 2021.

23 NAKAMURA, MarianyToriyama. Memória e identidades nipo-brasileiras: cultura pop, tecnologias e mediações. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo. 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-31012014-160015/en.php>. Acesso em 15 set. 2021.

24 SHIZUNO, Elena Camargo. Bandeirantes do Oriente ou Perigo Amarelo: os imigrantes japoneses e a DOPS na década de 40. 2001. Dissertação (Mestrado em História) Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, 2001. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24690/D%20-%20SHIZUNO%2C%20ELENA%20CAMARGO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 10 out. 2021

Uma das formas mais intensas de repressão foi o fechamento das escolas da colônia, que eram instituições fundamentais para a manutenção da cultura e para a formação dos filhos dos imigrantes, cujos pais nutriam a esperança de retornar com toda a família para o Japão<sup>25</sup>.

Com o fim da Segunda Guerra, a presença dos japoneses aos poucos deixa de ser entendida como uma ameaça. O Brasil retoma as relações diplomáticas com o Japão em 1952 e a colônia japonesa chega a participar das comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo, quando passa a ser nomeada como Colônia Nikkei do Brasil e paulatinamente se integra à sociedade brasileira. A imagem da colônia japonesa também é alterada pelos novos imigrantes que vêm no pós-guerra, trazendo novas vivências e novos conceitos sobre o Japão, em contraposição às ideias carregadas por aqueles que chegaram ao Brasil em tempos anteriores<sup>26</sup>.

Para Nakamura<sup>27</sup>, a primeira geração de nipo-brasileiros, isto é, de filhos de imigrantes japoneses nascidos no Brasil, passa a enxergar o país como um local de permanência e não mais de transição, em contraposição a seus pais, cujo sonho de retornar ao Japão foi, ao menos para a grande maioria, destruído com a derrota do arquipélago na Segunda Guerra Mundial.

A percepção do japonês no Brasil é historicamente influenciada pela imagem do Japão perante os demais países. Durante a 2ª Guerra Mundial, os japoneses e seus descendentes eram vistos com muita hostilidade; posteriormente, essa herança étnica passa a ser carregada de associações positivas, uma vez que o Japão passa a se apresentar como símbolo de progresso e tecnologia. Essa associação faz com que o *status* dos nipo-descendentes no Brasil se mantenha incerto, uma vez que a sua aceitação em relação aos demais grupos étnicos é diretamente ligada à imagem do Japão como país.<sup>28</sup>

---

25 DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Relatos orais de famílias de imigrantes japoneses: elementos para a história da educação brasileira. *Educação & Sociedade*, v. 21, p. 43-72, 2000.

26 NAKAMURA, Mariany Toriyama. *Memória e identidades nipo-brasileiras: cultura pop, tecnologias e mediações*. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo. 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-31012014-160015/en.php>. Acesso em 15 set. 2021.

27 NAKAMURA, Mariany Toriyama. *Memória e identidades nipo-brasileiras: cultura pop, tecnologias e mediações*. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo. 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-31012014-160015/en.php>. Acesso em 15 set. 2021.

28 TSUDA, Takeyuki. *The Benefit of Being Minority: The Ethnic Status of the Japanese-Brazilians in Brazil*. UC San Diego: Center for Comparative Immigration Studies, 2000. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/2js6b82r>. Acesso em 10 jan. 2022.



### 3. O NIPO-BRASILEIRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Quijano<sup>29</sup> aponta que raça e identidade social são categorias criadas pelo colonizador para classificar as sociedades. Na América, esses conceitos foram usados como justificativa para a dominação. Essa estratégia foi tão bem sucedida que os europeus a utilizaram em invasões ao redor do mundo, tornando a raça o “primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade<sup>30</sup>”. Foi a partir da expansão da raça como critério de hierarquização social que os amarelos se somaram aos brancos, negros, indígenas e mestiços como grupo racial. Ou seja, a interiorização da visão europeia definiu a formação de todas essas identidades no contexto latinoamericano<sup>31</sup>.

Como um país historicamente colonizado e escravocrata, o Brasil é até hoje orientado por uma visão etnocêntrica da sociedade, isto é, um determinado grupo - no caso, a branquitude - “é tomado como centro de tudo e todos e os outros grupos são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é existência<sup>32</sup>”. Dessa forma, pessoas brancas não se entendem enquanto racializadas, mas sim “apenas pessoas<sup>33</sup>”. Essa lógica contribui para que a sociedade enxergue as populações não-brancas como inferiores e reproduza estruturas que garantam a manutenção da branquitude nas posições de poder.

Quijano aponta uma diferença importante na forma como o pensamento europeu criou as identidades de África e América, em oposição à Ásia: como a dominação europeia ocorreu de forma mais predatória nos dois primeiros continentes, os mesmos foram imediatamente considerados “inferiores”; em contrapartida, a presença europeia na Ásia se deu de forma que parte das tradições e das culturas asiáticas puderam se manter através do tempo. Essa diferença marca a dicotomia Oriente-Occidente e coloca os povos asiáticos como “o Outro” em oposição aos europeus; ainda que inferiores, as nações “orientais” seriam as únicas “com a dignidade suficiente para ser o Outro<sup>34</sup>”. Vale

29 QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

30 QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

31 MELINO, Heloisa. Lésbicas, prostitutas, travestis e transexuais: uma aliança necessária. In SAMYN, Henrique Marques; ARAO, Lina. Feminismos Dissidentes. São Paulo: Jandaíra, 2021. p. 173-194.

32 ROCHA, Everardo. O que é etnocentrismo. São Paulo: Brasiliense, 2017.

33 DYER, Richard. White. NY: Routledge, 1997.

34 QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

ressaltar que a própria ideia de Oriente como algo uniforme é uma criação do pensamento europeu.

Um dos principais autores a discutir a construção da ideia de Oriente é Edward Said, que estuda o fenômeno nomeado como “Orientalismo”, que, de acordo com o autor, se define como “um modo de abordar o oriente que tem como fundamento o lugar especial do Oriente na experiência europeia”<sup>35</sup> ou ainda “um estilo de pensamento baseado numa distinção ontológica e epistemológica feita entre o Oriente e o Ocidente”<sup>36</sup>. Os estudos de Said e Quijano são relevantes para a percepção de que, ainda que todos estejam em posição de subalternidade em relação ao branco europeu, os grupos não-brancos recebem tratamentos distintos: enquanto indígenas e negros são relegados à inferioridade, aos leste-asiáticos e árabes cabe o lugar de “exótico”.

O nipo-brasileiro ocupa um lugar muito particular na hierarquia racial brasileira, pois

“no desvio embranquecedor que o torna semelhante à aparição do branco, é celebrado como ‘não-negro’, porque ‘quase branco’. Mais um corpo saudável da meritocracia domesticado pela ideia da identidade que esse corpo assume para o sistema de significâncias e saberes oficiais da classe proprietária branca. Além da aparência de típico e nativo de um Japão que só teve sua existência admitida, quando ressoou sob os signos do Ocidente”<sup>37</sup>.

Ainda que entenda os nipo-brasileiros como próximo da branquitude, a sociedade os enxerga como não-brasileiros, não importa há quantas gerações suas famílias vivam aqui. Seja por aspectos culturais ou fenotípicos, o estranhamento em relação aos descendentes de japoneses está presente de forma latente nas interações entre nipo-brasileiros e brasileiros de outras origens. Uma situação bastante comum vivida por nipo-brasileiros é receber a pergunta “você fala português?”, talvez um dos exemplos mais claros da ideia de eterno estrangeiro. Os traços que demarcam a racialidade do nipo-descendente não correspondem à imagem de brasileiro que permeia o imaginário coletivo, de forma que a primeira suposição é sempre a de que se trata de um estrangeiro. Assim, “a exclusão manifesta-se psicologicamente como uma espécie de limbo em que não se pertence a lugar nenhum, não se pode

35 SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

36 SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

37 MORITA, Maria Rita Umemo. *Corpos narrados em território de Brasil: a fabulação do corpo híbrido amarelado*. 2019. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, São Paulo. 2019. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/59270/MARIA%20RITA%20UMENO%20MORITA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 16 nov. 2021.

identificar-se com nada nem ninguém”<sup>38</sup>, de forma que as experiências dessas pessoas se tornam insignificantes e desconectadas de uma identidade nacional. Essa exclusão ocorre de forma tão gritante que não é raro que nipo-descendentes sejam abordados nas ruas com gritos de “volte para o seu país”.

Uma vez que os nipo-descendentes carregam eternamente a marca de estrangeiros, os demais indivíduos, principalmente pessoas brancas, outorgam-se o direito de questionar a presença da pessoa amarela nos mais diversos espaços. Yonghui Q., psicólogo e autor do artigo “Da diáspora chinesa: uma história sino-carioca”, traduz o sentimento de deslocamento comum aos grupos asiático-brasileiros: “parecia que eu precisava estar sempre alerta para o distúrbio que minha presença causava, para justificar o mero fato de existir”<sup>39</sup>. A branquitude se utiliza de seu livre acesso a posições de poder, inclusive nas relações interpessoais, para constantemente invadir o espaço pessoal de indivíduos racializados, questionando sua origem e seus hábitos, reiteradamente negando o pertencimento da pessoa não-branca àquele lugar ocupado por brancos.

Além disso, questionamentos como “você come de garfo?”, “você assiste anime?”, “seus pais são muito rígidos?” e “você sabe falar japonês?”, para citar apenas poucos exemplos, são utilizados por pessoas brancas para verificar a correspondência do nipo-brasileiro aos estereótipos criados pela própria branquitude.

Os estereótipos surgem quando o ambiente social cria “expectativas quanto ao que se esperar de uma pessoa que pertença a uma determinada sociedade”<sup>40</sup>. Diante da posição de poder ocupada pelos brancos, isto é, como “parâmetro cultural universal”<sup>41</sup>, a branquitude relegou a si mesma o direito de verificar em que medida os indivíduos correspondem às expectativas estabelecidas pelos brancos em relação às pessoas não-brancas. Assim, o não-branco se torna como que um experimento da branquitude, “cuja função natural é de ser o receptáculo da marca subjetiva e civilizatória do Ocidente”<sup>42</sup>. É evidente que a mera sugestão de que uma pessoa não-branca necessite da

38 ARAO, Lina. Entre Japão e Brasil: alguns apontamentos acerca de “Sob dois horizontes”, de Mitsuko Kawai. In SAMYN, Henrique Marques; ARAO, Lina. **Feminismos Dissidentes**. São Paulo: Jandaíra, 2021. p. 49-64.

39 Q, Yonghui. Da diáspora chinesa: uma história sino-carioca. In SAMYN, Henrique Marques; ARAO, Lina. **Feminismos Dissidentes**. São Paulo: Jandaíra, 2021. p. 65-82.

40 HAGA, Elizabeth Yuko. Nikkei: estrangeiro em seu país natal? - um estudo sobre identidade, estigma e preconceito com filhos e netos de imigrantes japoneses. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Núcleo de Estudos Junguianos. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, São Paulo. 2018. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/21531/4/Elizabeth%20Yuko%20Haga.pdf>. Acesso em 14 nov. 2021.

41 MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Pólen, 2019.

42 ELHAJJI, Mohammed; ZANFORLIN, Sofia. Dos modos de construção da identidade nacional: pertencimento – mídia - alteridade. In: ELHAJJI, Mohammed; CAIAFA, Janice (Org.) *Mídia e poder: ideologia, discurso e subjetividade*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008, p. 295-310.

validação de suas vivências e de sua identidade enquanto membro de uma sociedade por parte dos brancos é extremamente violenta.

Baumeister & Leary defendem que a necessidade de pertencimento, isto é, de formar e manter ao menos uma quantidade mínima de relações interpessoais, é inata entre os seres humanos. Presente em todas as culturas, a necessidade de pertencimento tem uma origem evolutiva, uma vez que a sobrevivência é muito mais fácil em grupos. Dessa forma, pessoas naturalmente buscam relações interpessoais e formação de conexões, se unindo através de características em comum, experiências similares (sejam elas positivas ou negativas) ou até mesmo pela mera convivência frequente<sup>43</sup>. O sentimento de pertencer é tão importante que Baumeister & Leary apontam que as pessoas despendem uma “quantidade desproporcional de processamento cognitivo nas atuais ou possíveis relações interpessoais, reservando padrões de processamento de informações mais elaborados para pessoas com as quais compartilham laços sociais”.

A necessidade de pertencimento faz com que os imigrantes, ao chegarem em território estrangeiro, passem por grandes mudanças identitárias, pois evidentemente estão buscando se adaptar ao novo ambiente. Assim, o imigrante tem dois possíveis caminhos: desmerecer seu país de origem e idealizar o país de chegada, ou idealizar sua terra natal e negar sua nova casa. O rumo que esse imigrante irá tomar depende, entre outros fatores, dos motivos que o levaram a sair de seu país e das condições que ele encontrou em seu destino<sup>44</sup>. O grande conflito aqui presente é a necessidade do imigrante “desenvolver uma nova identidade no novo país sem descartar sua identidade anterior”. Em outras palavras, o imigrante precisa pertencer não apenas como alguém que chegou a uma nova sociedade, mas alguém que veio de outro lugar<sup>45</sup>.

É no surgimento dessa nova identidade que a etnicidade e o nacionalismo se chocam: os grupos imigrantes “passaram a reivindicar os direitos derivados da naturalização e do jus soli – isto é, a percepção das identidades étnicas e da cidadania são simultâneas, criando uma situação bastante comum de dicotomização entre nós nacionais e outros configurados como grupos étnicos sem qualificação para fazer parte da nação<sup>46</sup>”.

Nesse ponto, é preciso diferenciar as vivências dos imigrantes e de seus descendentes quanto ao pertencimento ao país em que se encontram.

43 Baumeister, R. F., & Leary, M. R. (1995). The need to belong: Desire for interpersonal attachments as a fundamental human motivation. *Psychological Bulletin*, 117(3), 497-529. doi: 10.1037/0033-2909.117.3.497

44 BLEDDIN, Kenneth. *Migration, Identity and Group Analysis*. SAGE Journals, 2003. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0533316403036001206>. Acesso em 22 out. 2021.

45 BLEDDIN, Kenneth. *Migration, Identity and Group Analysis*. SAGE Journals, 2003. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0533316403036001206>. Acesso em 22 out. 2021.

46 SEYFERTH, Giralda. As identidades dos imigrantes e o melting pot nacional. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 6, n. 14, p. 143-176, nov. 2000.

“Os jovens filhos de imigrantes não são objectivamente imigrantes, nem se pensam como tal. Nasceram ou chegaram em crianças ao país de acolhimento dos seus pais, cresceram aí, frequentaram ou frequentam as suas escolas, têm ao alcance um mercado de trabalho mais amplo e diversificado do que aquele que se oferece aos imigrantes, interiorizam referências culturais que são as das suas famílias, mas também as da sociedade de acolhimento, e têm estilos de vida que, em muitos aspectos, e para condição social idêntica, são os mesmos que observamos na juventude nativa<sup>47</sup>”.

A negativa de pertencimento não ocorre necessariamente de forma impositiva, com comportamentos óbvios como solicitações de retirada de recintos ou verificação de documentos, embora tais situações possam ocorrer, em contextos pontuais. Comumente, a pessoa nipo-brasileira tem seu direito de existir naquele espaço colocado em cheque através de perguntas como “de onde você veio?”, “você nasceu no Brasil?” e “você fala português na sua casa?”, que, ainda que pareçam inocentes e bem-intencionadas, demarcam o indivíduo nipo-brasileiro como externo àquele ambiente. Dessa forma, diminui-se a importância dos posicionamentos e das propostas trazidas por aquelas pessoas, uma vez que elas não são entendidas como participantes legítimas.

Diante da dificuldade em se sentir aceito pelos demais membros da sociedade, muitos nipo-descendentes criam redes de apoio entre si. Essa associação ocorre para gerar segurança e acolhimento<sup>48</sup>, uma vez que as interações com grupos brancos podem ser hostis. Como contrapartida, recebem comentários como “porque japonês só anda com japonês?”, como se os próprios brancos também não convivessem somente com pessoas da própria raça.

Em um movimento aparentemente oposto, mas que ao final também trata de pertencimento, muitos nipo-brasileiros se afastam completamente de suas origens étnicas e das tradições de suas famílias. Essa dinâmica ocorre tanto como parte da busca por uma identidade que não seja ligada aos estereótipos, como uma tentativa de fuga de agressões raciais.

Juntamente à recusa em entender o nipo-descendente como brasileiro, caminha também a negativa da sociedade em localizá-lo como não-branco. Ignorar o aspecto racial da discriminação vivida por nipo-descendentes faz com que suas queixas sejam

47 Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. Jovens descendentes de imigrantes nas sociedades de acolhimento: linhas de identificação sociológica. Disponível em: [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/176/4/CIES-WP13\\_Machado-Matias\\_.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/176/4/CIES-WP13_Machado-Matias_.pdf). Acesso em 10 jan. 2022.

48 ISHIMORI, Karina Midori. Viver num corpo estrangeiro: sentidos e significados do ter e ser um corpo oriental para adolescentes nikkeis insatisfeitos com suas fenotípias. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, São Paulo. 2005. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17093/1/Karina%20Midori%20Ishimori.pdf>. Acesso em 14 nov. 2021.

invisibilizadas e tidas como casos isolados, o que inviabiliza o estabelecimento de diálogos honestos e a desconstrução de ideias preconceituosas, como a ideia do eterno estrangeiro e o Mito da Minoria Modelo.

O Mito da Minoria Modelo foi criado nos anos 1970 nos Estados Unidos e trata da ideia de que a ascensão econômica dos asiático-americanos se devia ao seu trabalho duro, manutenção de laços familiares e educação formal<sup>49</sup>. No Brasil, esse mito afeta os nipo-descendentes ao defini-los como disciplinados, inteligentes e racionais. Ainda que pareçam características positivas, esses estereótipos não só criam uma pressão para que essas pessoas correspondam às expectativas sociais, como também limitam as personalidades que destoam desse padrão. O mito da minoria modelo diz à sociedade que leste-asiáticos não são comunicativos, não são engraçados e que suas habilidades se restringem a números. Ele lhes nega a totalidade da experiência humana<sup>50</sup>.

Em outro aspecto, o mito da minoria modelo é também usado para justificar a situação em que negros e indígenas se encontram na sociedade brasileira. Ao ignorar as diferentes condições em que negros e japoneses chegaram no Brasil, o mito cria a falsa ideia de que a ascensão econômica de parte da comunidade nipo-brasileira pode ser usada para demonstrar que os demais grupos não-brancos seguem à margem da sociedade por deméritos pessoais. Utilizar a trajetória dos imigrantes japoneses como exemplo da meritocracia é uma prática que ignora os efeitos do racismo, da eugenia e da escravidão na formação da população brasileira<sup>51</sup>.

“No imaginário ocidental que monta o sistema de signos e conjuntos para subjetivar um sujeito racial nipo-brasileiro, os códigos de diferenciação e assimilação são imprecisos, mitigados em uma hierarquia de raças, cujo truque é o de embaralhar a percepção de quais agenciamentos codificam o nipo-brasileiro como sujeito racial de pele amarela, deixando claro que o referencial é o de ser não-branco e, ao mesmo tempo, não-negro<sup>52</sup>”.

Ao desconsiderar o fator racial nas questões atravessadas pelos nipo-brasileiros, os

49 SAKAMOTO, Arthur; TAKEI, Isao; WOO, Hyeyoung. The myth of the model minority myth. *Sociological Spectrum*, v. 32, n. 4, p. 309-321, 2012

50 RACE in America Beyond Black and White. Frank Wu. California: Talks at Google. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ZISjhMvvibQ>. Acesso em 18 set. 2021.

51 MORITA, Maria Rita Umemo. *Corpos narrados em território de Brasil: a fabulação do corpo híbrido amarelado*. 2019. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, São Paulo. 2019. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/59270/MARIA%20RITA%20UMENO%20MORITA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 16 nov. 2021.

52 MORITA, Maria Rita Umemo. *Corpos narrados em território de Brasil: a fabulação do corpo híbrido amarelado*. 2019. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, São Paulo. 2019. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/59270/MARIA%20RITA%20UMENO%20MORITA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 16 nov. 2021.

demais grupos sociais acabam por invisibilizar as pautas que tangem a essa população, tais como a fetichização do corpo asiático. Essa prática é extremamente violenta pois faz com que essas pessoas precisem constantemente validar suas experiências raciais diante de discursos que as negam<sup>53</sup>.

A negativa em entender essas problemáticas como ligadas à raça é uma forma de invalidar o local de fala dos nipo-brasileiros e corroborar com o monopólio da branquitude sobre os discursos. Djamila Ribeiro ensina que “os grupos oprimidos possuíam um ponto de vista particular sobre as desigualdades”<sup>54</sup>, de forma que enxergar as particularidades de cada grupo é fundamental para uma maior compreensão acerca do racismo estrutural brasileiro.

Os nipo-brasileiros são alvos de um tipo de racismo classificado pelo psiquiatra americano Chester Pierce como microagressões, que, nas palavras de Adilson Moreira, são “ações que se manifestam na forma de expressões verbais, de representações culturais e de reações físicas como rituais sociais que demonstram desprezo por minorias raciais”<sup>55</sup>. Duas formas de microagressões comumente sofridas pelos nipo-brasileiros são os microassaltos e os microinsultos.

Os microassaltos são ações que manifestam desprezo ou agressividade contra uma pessoa pelo seu pertencimento racial<sup>56</sup>. O gesto de puxar os cantos dos olhos com os dedos para fazer referência ao formato de olhos dos leste-asiáticos, por exemplo, é uma forma de ridicularizar um fenótipo e colocá-lo em posição de inferioridade.

Micro insultos são as formas de comunicação que expressam racismo<sup>57</sup>. Quando uma pessoa branca diz a um nipo-descendente, em tom de brincadeira, que irá matá-lo para que não roube sua vaga no vestibular, está perpetuando o mito da minoria modelo, pois pressupõe que a pessoa nipo-descendente será bem-sucedida no ingresso ao ensino superior simplesmente pela sua ascendência, como se tal desempenho fosse consequência direta de fatores genéticos. Além disso, a “piada” demarca o não-pertencimento da pessoa nipo-brasileira, uma vez que a frase pressupõe que a vaga seria, intrinsecamente, da pessoa branca.

Uma das formas da branquitude se impor como dominante é no campo afetivo-sexual.

---

53 ZHENG, Robin. Why Yellow Fever Isn't Flattering: A Case Against Racial Fetishes. *Journal of the American Philosophical Association*, v. 2, issue 3, p. 400-419, 2016. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-the-american-philosophical-association/article/why-yellow-fever-isnt-flattering-a-case-against-racial-fetishes/96D2F19F052E8A2625968037BE756FEA>. Acesso em 15 jan. 2022.

54 RIBEIRO, Djamila. Lugar de fala. 1ª edição. São Paulo: Pólen, 2019.

55 MOREIRA, Adilson. Racismo recreativo. 2ª reimpressão. São Paulo: Pólen, 2019. 223 p.

56 MOREIRA, Adilson. Racismo recreativo. 2ª reimpressão. São Paulo: Pólen, 2019. 223 p.

57 MOREIRA, Adilson. Racismo recreativo. 2ª reimpressão. São Paulo: Pólen, 2019. 223 p.

Ao se colocar como o “padrão” e o “neutro”, o branco demarca as diferenças existentes nos corpos não-brancos e os objetifica, fetichizando esses sujeitos e retirando-lhes sua individualidade e sua humanidade. O fetiche racial se caracteriza pelo interesse sexual de uma pessoa exclusivamente ou quase exclusivamente por um grupo étnico-racial; ainda que tal postura possa ser considerada como mera preferência ou questão de gosto, em verdade os estereótipos e padrões sociais exercem grande influência nas escolhas sexuais e afetivas dos indivíduos<sup>58</sup>.

Tanto a mulher quanto o homem amarelo recebem estigmas ligados à passividade e à inferiorização. O homem amarelo é tido como “emasculado e infantilizado”<sup>59</sup>, percepção influenciada pelo mito da minoria modelo, fazendo com que o homem amarelo seja visto como inofensivo e “desprovido de uma masculinidade branca ocidental”<sup>60</sup>. A mulher amarela, por sua vez, recebe o estereótipo da doçura e da passividade, advindo da cultura *kawaii*, que aparece principalmente em relações de gênero para colocar o feminino enquanto submisso e leal<sup>61</sup>.

Para além da infantilização, as mulheres amarelas enfrentam o estigma oposto: a hiperssexualização de seus corpos, ligada à ideia de exotificação e à imagem da *gueixa*, deturpada no Ocidente e vista quase que como uma trabalhadora sexual<sup>62</sup>. Assim, essas mulheres precisam carregar a carga psicológica adicional do fetiche sobre seus corpos, o que por si só constitui uma desvantagem; torna-se necessário ponderar, a cada interação, se a outra pessoa se interessa pela personalidade ou simplesmente pela raça<sup>63</sup>.

---

58 ZHENG, Robin. WhyYellowFeverIsn'tFlattering: A Case Against Racial Fetishes. *Journalofthe American PhilosophicalAssociation*, v. 2, issue 3, p. 400-419, 2016. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-the-american-philosophical-association/article/why-yellow-fever-isnt-flattering-a-case-against-racial-fetishes/96D2F19F052E8A2625968037BE756FEA>. Acesso em 15 jan. 2022.

59 OKAYABASHI, Hugo Katsuo Othuki. Pornografia gay e racismo: a representação e o consumo do corpo amarelo na pornografia gay ocidental. Orientadora: Mariana Baltar Freire. 2019. 47 f. TCC (Graduação) – Curso de Cinema & Audiovisual. Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em <http://www.rascunho.uff.br/ojs/index.php/rascunho/article/view/223/198>. Acesso em 20 jan. 2022.

60 OKAYABASHI, Hugo Katsuo Othuki. Pornografia gay e racismo: a representação e o consumo do corpo amarelo na pornografia gay ocidental. Orientadora: Mariana Baltar Freire. 2019. 47 f. TCC (Graduação) – Curso de Cinema & Audiovisual. Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em <http://www.rascunho.uff.br/ojs/index.php/rascunho/article/view/223/198>. Acesso em 20 jan. 2022.

61 DORIA, Anna Carolina de Moura. *Kawaii: do Japão para o mundo*. In AKAMINE, Akayo; NAGAE, NeideHissae. *Estudos japoneses em foco: Singularidades e Trajetórias Contemporâneas*. São Paulo: FFLCH, 2020. p. 158-174.

62 TAKEUCHI, Marcia Yumi. *A imigração japonesa nas revistas ilustradas (1897-1945)*. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

63 ZHENG, Robin. Why Yellow Fever Isn't Flattering: A Case Against Racial Fetishes. *Journal of the American Philosophical Association*, v. 2, issue 3, p. 400-419, 2016. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-the-american-philosophical-association/article/why-yellow-fever-isnt-flattering-a-case-against-racial-fetishes/96D2F19F052E8A2625968037BE756FEA>. Acesso em 15 jan. 2022.



A fetichização de corpos amarelos despersonaliza e homogeniza o indivíduo, podendo fazer com que a pessoa deixe de acreditar que pode ser amada por ser quem é. Ter a dúvida a respeito de estar ou não sendo reduzida à sua origem étnica como ponto de partida de todas as relações gera um gasto de energia com o qual pessoas brancas não precisam lidar, ao menos não enquanto uma questão racial<sup>64</sup>.

A racialização do nipo-brasileiro passa por locais de privilégio e preterição nos mais diversos contextos sociais, desde a vida profissional até o campo afetivo-sexual. Comumente acompanhada pela sensação de não-pertencimento, essa vivência bastante complexa traz desafios à compreensão das dimensões do racismo no Brasil.

#### 4. CONCLUSÃO

A imigração japonesa para o Brasil teve início nas primeiras décadas do século XX e foi atravessada por políticas de opressão e silenciamento. Com a retomada das relações diplomáticas entre os dois países no pós-2<sup>a</sup> Guerra Mundial, a colônia japonesa passa, aos poucos, a se integrar à sociedade brasileira. Porém, as diferenças culturais e fenotípicas entre os nipo-descendentes e as demais identidades étnicas existentes no Brasil fazem com que netos e bisnetos de imigrantes ainda sejam vistos como estrangeiros. A constante negação da brasilidade dessas pessoas lhes tira o direito de pertencer à cultura em que nasceram e foram criados.

Enxergar o aspecto racial nos preconceitos sofridos pelos nipo-brasileiros é fundamental para o reconhecimento das estruturas de poder baseadas na raça. Isso porque o embranquecimento dos descendentes de japoneses não só desqualifica suas é uma ferramenta útil para a perpetuação do racismo anti-negro e anti-indígena.

---

64 ZHENG, Robin. Why Yellow Fever Isn't Flattering: A Case Against Racial Fetishes. *Journal of the American Philosophical Association*, v. 2, issue 3, p. 400-419, 2016. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-the-american-philosophical-association/article/why-yellow-fever-isnt-flattering-a-case-against-racial-fetishes/96D2F19F052E8A2625968037BE756FEA> <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-the-american-philosophical-association/article/why-yellow-fever-isnt-flattering-a-case-against-racial-fetishes/96D2F19F052E8A2625968037BE756FEA>. Acesso em 15 jan. 2022.



capítulo

# 12



Giovana Alves Barbosa

**Intercâmbio na terra do sol  
nascente: identificando laços  
territoriais**



# INTERCÂMBIO NA TERRA DO SOL NASCENTE: IDENTIFICANDO LAÇOS TERRITORIAIS

Giovana Alves Barbosa<sup>1</sup>

## SUMÁRIO:

<b>1. Introdução</b> .....	<b>220</b>
<b>2. Fundamentos de Intercâmbio</b> .....	<b>221</b>
2.1 Intercâmbio Acadêmico.....	221
2.1.1 Intercâmbio Cultural.....	221
<b>3. Relação Brasil e Japão</b> .....	<b>222</b>
3.1 Imigração Japonesa no Brasil.....	222
3.2 Imigração Brasileira no Japão.....	222
3.3 Relações políticas entre Brasil e Japão.....	223
3.4 Laços Territoriais.....	224
<b>4. Estudantes brasileiros no Japão e seus impactos</b> .....	<b>225</b>
4.1 Procedimentos Metodológicos da Pesquisa Aplicada.....	225
4.2 Resultados e Análises.....	226
4.2.1 Motivações.....	226
4.2.2 Sentimentos e Relações Interpessoais.....	228
4.2.3 Intercambistas que estão no Japão.....	230
4.2.4 Experiências dos Ex-Intercambistas.....	231
<b>5. Considerações Finais</b> .....	<b>235</b>
<b>6. Referências</b> .....	<b>236</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O objetivo geral desta monografia consiste em realizar um estudo de caso, abordando os processos sociais vivenciados pelos estudantes brasileiros durante o intercâmbio no Japão, com o intuito de compreender como essa experiência contribui para o estreitamento dos laços entre as duas nações. Para tanto, os objetivos específicos são:

- 1) Reconhecer as motivações que levam os estudantes a escolherem o Japão como destino de intercâmbio;
- 2) Identificar os impactos sociais resultantes dessa experiência;
- 3) Relatar o sentimento de pertencimento do intercambista.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Turismo da Universidade do Estado do Amazonas

A problematização deste trabalho reside na busca por compreender de que forma o intercâmbio acadêmico no Japão impacta a identidade e as perspectivas dos estudantes brasileiros. Essa investigação se concentra em entender como as experiências culturais, sociais e acadêmicas durante o intercâmbio podem influenciar a formação da identidade dos estudantes e suas visões sobre si, sobre a cultura japonesa e sobre as relações bilaterais entre Brasil e Japão. Além disso, a análise das motivações dos estudantes para escolher o Japão como destino de intercâmbio e os efeitos sociais resultantes dessa escolha também contribuem para a problematização, uma vez que permite questionar de que maneira a experiência no Japão pode moldar o crescimento pessoal e a percepção dos intercambistas em relação à cultura, sociedade e profissionalismo.

Neste estudo, utilizaremos o método de estudo de caso conforme Yin (2001), explorando um fenômeno atual em seu contexto real. Realizaremos pesquisa bibliográfica, apoiada em autores como Severino (2007), e abordaremos os intercambistas por meio de formulários do Google, adotando uma abordagem qualitativa, que como descreve Minayo (2009), é capaz de investigar significados, motivações e valores.

## **2. FUNDAMENTOS DE INTERCÂMBIO**

### **2.1 Intercâmbio Acadêmico**

Segundo Stallivieri (2009), a internacionalização da educação por meio da mobilidade acadêmica internacional promove a diminuição da distância entre os países envolvidos nesse processo, assim como as suas desigualdades culturais, pois o intercâmbio faz com que os estudantes se submetam a novas realidades.

Embora a mobilidade internacional de estudantes possa ter diferentes significados e importâncias em diferentes regiões do mundo, a internacionalização da educação superior tem se tornado um tema central nas diretrizes educacionais dos países da América Latina (Lima; Contel, 2011).

#### **2.1.1 Intercâmbio Cultural**

Segundo Andrea Sebben (2007), é inquestionável que ocorre um amadurecimento pessoal por parte do intercambista durante sua experiência, uma vez que ele está aberto a aprender e aceitar o que é diferente daquilo com o qual está acostumado em seu país de origem. Além disso, ao se tornar parte de uma minoria como estrangeiro

em outro país, o intercambista desenvolve uma nova mentalidade, principalmente devido ao impacto do intercâmbio cultural. De acordo com Sebben (2007), o intercâmbio cultural proporciona a ampliação do sentimento de cidadania do indivíduo, uma vez que, ao retornar ao seu país de origem, ele ainda carrega consigo os efeitos da vivência no país que visitou durante o intercâmbio.

### **3. RELAÇÃO BRASIL E JAPÃO**

#### **3.1 Imigração Japonesa no Brasil**

Segundo Harada (2008), o marco histórico da imigração japonesa no Brasil ocorreu em 18 de junho de 1908, sendo essa a data oficial de imigração japonesa no país. Nesse dia, 781 pessoas desembarcaram do navio denominado “Kasato Maru” no cais 14 do Porto de Santos, vindas do porto de Kobe, no Japão. Essa imigração em massa continuou e foi motivada por diversos fatores, sendo um dos principais a situação enfrentada pelo Japão naquele momento, caracterizada por uma superpopulação e uma oferta de mão de obra excedente. Ao mesmo tempo, o Brasil, após o período de abolição da escravidão, encontrava-se em busca de mão de obra mais barata, e isso incluía os asiáticos e africanos.

No entanto, antes desse marco, é relatado por Harada (2008) que quatro jovens japoneses embarcaram no navio a vapor denominado “Kaiyou-Maru” em dezembro de 1866, partindo da cidade de Vlissingen em direção ao Japão. Esses jovens, Takeaki Enomoto (pioneiro da imigração japonesa no Brasil), Tsunejiro Uchida, Tarozaemon Sawa e Shunpei Taguchi, além de cinco técnicos, estavam estudando na Holanda e durante a travessia do Atlântico, o navio chegou ao Rio de Janeiro no dia 21 de janeiro de 1867, e os nove passageiros japoneses desembarcaram e conheceram a cidade maravilhosa. Outro visitante importante antes do grande fluxo migratório foi Wasaburo Otake, que chegou ao Brasil em 1889 e permaneceu por sete anos. Durante sua estadia, ele estudou na Escola Naval do Rio de Janeiro. Em 1918, Otake lançou o dicionário Português-Japonês, seguido pelo dicionário Japonês-Português em 1925, que ainda é utilizado até os dias atuais.

#### **3.2 Imigração Brasileira no Japão**

Em 1986, ocorreu uma mudança na política de trabalhadores estrangeiros adotada pelo Japão, com a implementação de uma política seletiva oficializada em 1990 (Beltrão, Sugahara, 2006). Essa política concedia o direito de trabalho formal no Japão

para os estrangeiros que fossem descendentes ou cônjuges de japoneses. No entanto, essa situação gerou uma forte desigualdade social, uma vez que a maioria dos trabalhadores brasileiros no Japão ocupava cargos inferiores e no Japão existe uma forte cultura de hierarquia (Sasaki, 2000). Os empregadores japoneses enxergavam os imigrantes como trabalhadores temporários que eventualmente retornavam ao seu país de origem, e, portanto, não ofereciam contratos de trabalho fixos (Kawamura, 1999).

Kawamura (1999) ainda ressalta que muitos brasileiros que imigraram para o Japão e trabalham formalmente têm uma relação distante com o idioma, a cultura e o povo japonês. Isso ocorre porque os brasileiros geralmente se acolhem entre si, formando comunidades onde se sentem confortáveis e não precisam se esforçar para se adaptar aos padrões japoneses.

Existe um termo chamado *dekasegui*, de origem japonesa, que se refere a trabalhadores japoneses sazonais que migravam em busca de melhores oportunidades de emprego em outras localidades dentro do país. Derivado dos verbos japoneses *deru*「出る」, que significa “sair”, e *kasegu*「稼ぐ」, que significa “trabalhar para ganhar a vida” (Beltrão; Sugahara, 2006). Inicialmente era utilizado para descrever somente aqueles que se deslocavam dentro do Japão em busca de emprego, mas posteriormente o termo também passou a ser utilizado para os brasileiros de origem japonesa, conhecidos como *nikkei*, que emigram para o Japão em busca de emprego e melhores condições de vida (Beltrão, Sugahara, 2006).

### 3.3 Relações políticas entre Brasil e Japão

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil - MRE, as relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão foram estabelecidas em 1895 por meio da assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação. Essa relação teve início com a abertura da representação diplomática em 1897 e foi um marco para a imigração japonesa no Brasil em 1908. Um dos principais campos de cooperação entre os dois países foi o setor agrícola, por meio do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER, promovido pela Agência de Cooperação Internacional do Japão.

Segundo o MRE, o Japão ocupa a posição de 12º maior investidor direto no Brasil em termos de estoque, totalizando aproximadamente US\$21 bilhões em 2020. Além disso, é o 16º maior investidor direto no Brasil em termos de fluxo, mantendo um estoque de cerca de US\$554 bilhões em 2021 (Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2022). Nesse contexto, o Japão se destaca como um dos principais parceiros do Brasil nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, abrangendo estudos

em ciências médicas, energia renovável, inteligência artificial, empreendedorismo e internet (Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2022).

Durante a Guerra Fria, houve uma distinção entre duas agendas internacionais: high politics e low politics onde a high politics se concentrava nas questões de segurança estratégica e a low politics abrangia assuntos relacionados ao comércio, desenvolvimento, educação e outros temas que não estavam diretamente ligados às preocupações de segurança das grandes potências mundiais.

Quando abordamos as políticas públicas implementadas pelo Japão em relação ao Brasil, podemos destacar as bolsas de estudo como um dos principais pilares. De acordo com Guiomar Namó de Mello (1991), a necessidade de enfrentar os novos padrões de produtividade e competitividade impostos pelo avanço tecnológico tem levado à redescoberta da educação como um componente essencial das estratégias de desenvolvimento.

A cooperação internacional na área da educação se torna crucial, por meio de parcerias, intercâmbios acadêmicos, programas de bolsas de estudo e transferência de conhecimentos. Essas iniciativas visam fortalecer as capacidades educacionais dos países em desenvolvimento, promover o desenvolvimento humano e social, e estabelecer uma rede de colaboração (Guedes; Paulino, 2016).

### **3.4 Laços Territoriais**

No contexto dos laços territoriais, é importante considerar o conceito de topofilia, difundido pelo geógrafo Yi-Fu Tuan (2012), que se refere aos laços afetivos das pessoas com o ambiente em que vivem. Segundo Tuan, quando a topofilia está presente, um lugar pode adquirir significado simbólico e despertar emoções nas pessoas.

Alinhada a essa perspectiva, a antropóloga Elsa Lechner (2007) aborda a questão da experiência migratória, destacando o impacto na saúde mental dos migrantes devido à segregação na dimensão territorial. A migração altera a trajetória pessoal do indivíduo, provocando um deslocamento emocional. Lechner (2007) desenvolve a ideia de que a migração obriga o ser humano a desenvolver novas formas de territorialidade, explorando o desconhecido. Como consequência, a identidade territorial do migrante se torna instável, e é crucial para o migrante estabelecer laços com o novo ambiente em que se encontra.

De acordo com a análise de Lesting (2004), a identificação do indivíduo com um determinado ambiente ou local pode ter como consequência o desenvolvimento de uma sensação de pertencimento, o que pode promover a autonomia do indivíduo. No entanto,



essa identificação também pode gerar conflitos, uma vez que o indivíduo pode manifestar resistência em relação ao que é diferente daquilo com o qual está familiarizado.

Com isso, no próximo capítulo, exploraremos os resultados da pesquisa realizada com os brasileiros que estudaram ou estão estudando no Japão, a fim de compreender os efeitos que eles sentiram durante suas experiências.

## 4. ESTUDANTES BRASILEIROS NO JAPÃO E SEUS IMPACTOS

### 4.1 Procedimentos Metodológicos da Pesquisa Aplicada

Nesta pesquisa, foi adotada uma abordagem qualitativa (Minayo, 2009), que é especialmente útil quando o objetivo é explorar temas pouco estudados ou pouco compreendidos, como é o caso das questões relacionadas à identidade e laço territorial de intercambistas. Essa abordagem contribuiu para uma análise mais completa e significativa dos aspectos de identidade, pertencimento e laço territorial dos intercambistas acadêmicos entre o Brasil e o Japão.

O questionário foi aplicado por meio do *Google Forms* no período de 19 de julho até o dia 11 de agosto de 2023 e nele foram projetadas perguntas estruturadas e abertas, abordando diferentes aspectos relacionados ao tema da pesquisa. Os participantes puderam responder às perguntas de acordo com suas experiências e percepções.

Após a coleta dos dados, o processo de análise seguiu várias etapas. Inicialmente, os dados brutos foram exportados do *Google Forms* para uma planilha eletrônica, onde foram organizados e tabulados para facilitar a compreensão. As respostas abertas foram categorizadas e agrupadas de acordo com temas relevantes, permitindo identificar padrões e tendências emergentes. As respostas às perguntas fechadas foram transformadas em dados numéricos e submetidas a cálculos estatísticos. Isso permitiu uma compreensão mais precisa das tendências predominantes entre os participantes.

Além disso, a análise das respostas abertas envolveu a codificação e categorização das informações para identificar temas recorrentes. Esses temas foram então interpretados à luz do referencial teórico do estudo, permitindo a elaboração de conclusões e discussões embasadas.

Para alcançar o público alvo desejado, contamos com o apoio na divulgação de várias instituições, incluindo: Study in Japan Brasil, Associação de Bolsistas da Amazônia

- JICA - ABAJICA, Associação Brasileira de Ex-Bolsistas no Japão - ASEBEX, Associação dos Bolsistas do Governo do Japão Monbukagakusho - ABMON e Associação de Pesquisadores Brasileiros no Japão - ABrJ. Além disso, utilizamos os servidores “MEXT - Brasil” e “FIEJ - Study in Japan Brasil” no aplicativo Discord para disseminar a pesquisa, com o auxílio dos administradores dessas plataformas.

Os critérios de inclusão e exclusão foram definidos para selecionar os participantes da pesquisa. Para serem incluídos, os indivíduos precisavam ter 18 anos ou mais no momento da realização do estudo e possuir nacionalidade brasileira. Além disso, seriam considerados elegíveis aqueles que estivessem estudando no Japão ou que já tivessem sido intercambistas no país. Por outro lado, foram excluídos indivíduos com menos de 18 anos, aqueles sem nacionalidade brasileira e aqueles que não estavam estudando no Japão ou que não haviam sido intercambistas no país. Esses critérios foram estabelecidos para garantir a adequação dos participantes à proposta de pesquisa e a relevância de suas experiências para o estudo em questão.

## 4.2 Resultados e Análises

A seguir, apresentam-se os resultados obtidos por meio do questionário aplicado, seguidos pela análise detalhada de cada aspecto considerado fundamental para o alcance dos objetivos do presente estudo.

Para fins de esclarecimento, nos gráficos é possível observar a quantidade de indivíduos representando a proporção de cada porcentagem, na contagem de pessoas utilizamos o ideograma 「人」 que significa ‘pessoa’.

### 4.2.1 Motivações

Para entender, as questões motivacionais que influenciam a decisão dos indivíduos participantes em realizar um intercâmbio em um país tão distinto do Brasil, o Gráfico 5 elenca as principais motivações para essa escolha:

Gráfico 1: Motivações para realização de intercâmbio no Japão.



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Tratando de motivação, no Gráfico 1 temos a tabulação de 264 respostas dos 62 entrevistados. Com os resultados expostos podemos perceber que a principal motivação para aqueles que optam por realizar um intercâmbio no Japão é a possibilidade de ser contemplado com uma bolsa de estudos pelo governo Japonês. O interesse na cultura japonesa também foi um fator determinante para os intercambistas escolherem a Terra do Sol Nascente como seu destino, seguindo com o interesse no idioma japonês, infraestrutura acadêmica, avanço tecnológico, avanço econômico e incentivo por pais e amigos.

A pergunta “Quais pontos você citaria como vantagens de se estar estudando no Japão?” foi incluída no questionário com o intuito de compreender de maneira abrangente e direta as percepções dos intercambistas sobre os benefícios e aspectos de estudar no Japão. Ao solicitar que os participantes elenquem esses pontos, é possível captar suas opiniões pessoais e insights sobre como a experiência de intercâmbio no Japão impacta positivamente em diferentes aspectos de suas vidas acadêmicas, profissionais e pessoais.

A seguir, alguns comentários deixados pelos participantes da pesquisa:

*“A possibilidade de uma carreira estável depois da formação, o contato com pessoas de vários países, a melhora na língua. E principalmente a qualidade de vida alta, como poder sair na rua sem problemas, transporte público de qualidade, comida saudável.” - Entrevistado A*

*“Experienciar uma realidade diferente e ter uma nova visão de mundo, ter um sistema de transporte público que funciona, sentir segura andando sozinha na rua, facilidade de encontrar trabalho de meio período e o poder de compra de um país desenvolvido.” - Entrevistado B*

*“Acesso a recursos e instalações de pesquisa de boa qualidade, interação com colaboradores internacionais, oportunidades de colaboração acadêmica. Oportunidade de conhecer um país e uma cultura completamente diferentes.” - Entrevistado C*

*“Tive a oportunidade de fazer amizade com pessoas de muitos outros países, e por Tokyo ser uma cidade com muitos estrangeiros, tenho acesso a culinária de todos os lugares do mundo. Ter a experiência de ter que se adaptar e lidar com tudo sozinha, pois nós do MEXT não temos pessoas responsáveis por nós diretamente. Ir à prefeitura, lidar com papelada de banco, temos que aprender a fazer tudo, me sinto mais adulta do que antes.” - Entrevistado D*

*“Imersão ao idioma e contato com uma quantidade ainda maior de culturas devido aos intercambistas de todos os países compartilharem o mesmo dormitório e salas de aula” - Entrevistado E*

A partir das falas dos respondentes, é possível identificar a convergência de percepções entre os intercambistas em relação às vantagens associadas à realização de intercâmbio na terra do sol nascente. Como os entrevistados A e B mencionando a qualidade do transporte público e a segurança sentida no Japão, dando contraste da realidade que os mesmos tinham no Brasil, quando entrevistados A e E mencionam a imersão no idioma, quando entrevistado C menciona a infraestrutura acadêmica e quando o entrevistado D cita o amadurecimento através de demandas que teve que concluir.

#### **4.2.2 Sentimentos e Relações Interpessoais**

Analisando as respostas dos entrevistados à pergunta sobre os elementos culturais que mais lhes causaram “choque cultural” ao chegarem ao Japão, fica evidente a percepção de diferenças sociais e culturais entre o Brasil e o país asiático. Essas diferenças foram prontamente notadas pelos intercambistas, gerando reflexões acerca das peculiaridades da cultura nipônica em comparação à sua cultura de origem. É possível identificar como destaque principal citado por eles tópicos como cultura do machismo, da pontualidade, o choque cultural relacionado ao distanciamento social dos japoneses em comparação à hospitalidade característica dos brasileiros.

Foram mencionados pelos entrevistados, os conceitos culturais japoneses do Honne「本音」 e Tatema「建前」 que se caracterizam pela prevalência de valorizar uma mentira amável em detrimento de uma verdade dura na cultura japonesa (Batistella, 2015). Essa prática leva as pessoas a esconderem seus verdadeiros sentimentos e opiniões sinceras.

Salienta-se que, nesse evitar de conflitos em oposição ao sanar desses, o indivíduo nipônico utiliza de palavras, expressões e linguagens oral e corporal específicas para que não haja mal entendidos, como o uso de eufemismos ou ambiguidade (bokashi); além do zelo nas demonstrações de intenções (honne) e de princípios sociais (tatema). (Batistella, 2015, p.5).

Essa etiqueta social ou dificuldade em manifestar abertamente os sentimentos pode gerar a percepção de que os japoneses são pessoas distantes.

Gráfico 2: Efeitos negativos sendo estrangeiro.



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

No Gráfico 2, foram observados os efeitos negativos percebidos pelos 62 intercambistas e ex-intercambistas em suas 151 seleções de resposta. Os resultados indicaram que 20,5% dos participantes relataram sentir falta de pertencimento, 17,2% mencionaram saudades de casa, 13,9% sentiram solidão, 12,6% sofreram isolamento, 11,3% vivenciaram episódios depressivos, 10,5% enfrentaram problemas de adaptação, 7,9% relataram perda de identidade e apenas 6% afirmaram não terem percebido efeitos negativos.

Gráfico 3: Efeitos contribuintes em relação ao crescimento pessoal.



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

No Gráfico 3, são apresentadas estatísticas das 252 respostas dos 62 entrevistados que revelam os aspectos positivos percebidos pelos intercambistas em relação à experiência de realizar ou ter realizado um intercâmbio. Dentre os participantes, 21,8% relataram ter desenvolvido uma visão mais globalizada, 19% adquiriram uma compreensão do diferente, 15,9% perceberam um aprimoramento em suas habilidades sociais, 14,7% sentiram que sua identidade foi fortalecida, 13,9% ressaltaram receber melhor instrução acadêmica, 10,3% notaram receber melhor instrução profissional e apenas 4,4% identificou o sentimento de pertencimento estando no Japão.

O aspecto que os intercambistas mais identificaram como contribuinte para o crescimento pessoal durante o intercâmbio foi a visão mais globalizada que adquiriram conforme a ideia de Scremin, (2012). Essa perspectiva ampliada permite uma compreensão mais abrangente do mundo e das diferentes culturas. A compreensão do diferente também se destacou como um fator importante, o que está diretamente relacionado ao fortalecimento da identidade individual conforme Lesting (2004). Ao entrar em contato com outras culturas, os intercambistas puderam perceber suas próprias singularidades e características únicas.

Além disso, os participantes também destacaram o desenvolvimento de habilidades sociais, mesmo considerando as dificuldades enfrentadas durante o intercâmbio, como a cultura do *honne* e *tatemae*, como comenta Batistella (2015). Isso sugere que os estudantes brasileiros demonstraram uma capacidade real de compreender e se adaptar ao contexto cultural diverso. A melhoria da instrução acadêmica e profissional também foi identificada como um ponto positivo pelos respondentes.

O sentimento de pertencimento foi mencionado como um aspecto identificado em último lugar pelos participantes. Isso pode indicar que, embora haja uma valorização da experiência multicultural, a busca por conexões e pertencimento a uma comunidade pode ser um desafio para os intercambistas durante sua estadia no exterior.

#### **4.2.3 Intercambistas que estão no Japão.**

Inicialmente, examinaremos os participantes que ainda estão no Japão, analisando suas projeções para o futuro.

A pergunta “Quais são as suas perspectivas em relação a sua vida acadêmica e/ou profissional após a conclusão do seu intercâmbio no Japão?” no questionário buscou entender as aspirações e planos dos intercambistas em relação ao futuro após a conclusão de sua experiência no Japão. A análise das respostas a essa pergunta proporcionará uma visão abrangente das expectativas dos participantes em relação ao impacto do intercâmbio em suas trajetórias acadêmicas e profissionais. Além disso, permitirá identificar possíveis mudanças de perspectiva ou direcionamentos de carreira que possam ter sido influenciados pela vivência no exterior e pela exposição a novos ambientes acadêmicos, culturais e profissionais. A compreensão dessas perspectivas também pode oferecer insights valiosos para as instituições de ensino e os programas de intercâmbio, contribuindo para o aprimoramento e a adaptação contínua dessas iniciativas.

A seguir, são apresentadas expectativas mencionadas pelos participantes da pesquisa:

*“Tenho boas perspectivas para o futuro pela primeira vez na vida, eu posso dizer. Consigo ver que ao voltar para o Brasil ou mesmo se continuar no Japão terei mais oportunidades que teria se não tivesse realizando o intercâmbio.” - Entrevistado F*

*“Dado a ênfase que o meio acadêmico parece pôr na continuação dos estudos para pós graduação, fica clara esta possibilidade. A parte disso também estou aberto a seguir direto para o mercado de trabalho (tanto dentro quanto fora do Japão).” - Entrevistado G*

*“Eu estou no último ano da faculdade agora e já tenho propostas de emprego, portanto eu trabalharei aqui alguns anos até conseguir o 永住権” - Entrevistado H*

*“Imagino que deva fazer mestrado no Japão ou em algum outro país. O mercado de trabalho em Manaus na minha área (Engenharia Química) é bem limitado, então a menos que por situações urgentes não devo voltar.” - Entrevistado I*

Uma parcela significativa dos estudantes expressa o desejo de permanecer no Japão para prosseguir sua carreira profissional e/ou acadêmica, enquanto outros manifestam a intenção de seguir uma trajetória acadêmica em nações distintas. Essas escolhas refletem a diversidade de objetivos e ambições dos intercambistas, indicando uma consideração cuidadosa sobre como a experiência no Japão pode moldar seus futuros caminhos profissionais e acadêmicos.

A ausência de intenção de retornar ao Brasil é uma questão que merece atenção, uma vez que isso implica que os conhecimentos e habilidades adquiridos por esses estudantes brasileiros possam não ser aplicados no contexto nacional.

#### **4.2.4 Experiências dos Ex-Intercambistas**

A questão elaborada no questionário sobre os crescimentos interpessoais adquiridos durante o intercâmbio visa compreender de que forma a experiência no Japão impactou o desenvolvimento pessoal e profissional dos intercambistas. A seguir, apresentamos uma amostra das expectativas mencionadas pelos participantes da pesquisa:

*“Melhorei a proficiência no japonês. Conheci outros professores e pude aprender outras formas de ensinar. Tive contato com a cultura japonesa diretamente, o que ajuda a melhorar a experiência de sala de aula com os alunos. Tive acesso a livros e materiais de estudos no Japão que não teria no Brasil.” -Entrevistado J*

*“Sou enfermeira há 25 anos e percebi uma grande diferença tanto na formação do Enfermeiros(as) Japoneses em relação ao Brasil e os países da África que estavam comigo lá, o crescimento profissional foi incrível mas no retorno ao Brasil foi bem difícil implementar os conhecimentos pois, infelizmente, nosso país é comandado por pessoas sem compromisso público com o próximo, o que no Japão é regra geral esse compromisso.” -Entrevistado K*

*“Acredito que em um intercâmbio nos relacionamos, convivemos com pessoas de vários países, com culturas bem diferentes. Não só na escola, mas onde moramos, nos dormitórios, alojamentos, apartamentos. Nos bairros (part-time job). Experiência riquíssima que nos torna mais receptivos e tolerante com todos, todas as diferenças em todos os sentidos e áreas, pelo resto de nossas vidas.” -Entrevistado L*

*“Saber lidar com várias situações, você vai aprender a ter um jogo de cintura melhor, a comunicação com pessoas vai melhorar muito.” -Entrevistado M*

Através dessa amostra, torna-se evidente que os ex-intercambistas reconhecem as experiências adquiridas como positivas para suas trajetórias de vida tanto acadêmica quanto profissional.

É interessante observar que, apesar da menção prévia ao conceito de Honne e Tatemae (Batistella, 2015), os participantes ainda relatam a aquisição de habilidades sociais significativas devido à convivência com japoneses e outros intercambistas de diversas partes do mundo durante sua estadia no Japão.

A pergunta seguinte foi: “Entre todas as experiências culturais vivenciadas no Japão, qual delas teve o maior impacto em você enquanto estrangeiro?”. A seguir, apresentamos uma amostra das respostas obtidas:

*“Eu sou descendente de japonês, sou nissei (segunda geração) meus pais são issei, japoneses. Então, me pareço japonesa, mas nasci aqui no Brasil, então sou brasileira. No Japão tinha dificuldade porque as pessoas esperavam que eu me comportasse como uma japonesa. Uma estrangeira loira, por exemplo,*



logo é identificada como uma estrangeira, não esperam que ela fale bem a língua, que leia todos os kanjis ou que saiba como se comportar em cada situação... E um nissei lá, sente um pouco de pressão para ser como eles, um japonês...” -Entrevistado N

“Não haver roubos e furtos. Esqueci um guarda chuva novo de boa qualidade na parada de ônibus em frente ao supermercado. Na semana seguinte, o guarda-chuvas estava no mesmo lugar que deixei.” -Entrevistado O

“Controle do tempo de toda e qualquer atividade de forma extremamente rigorosa. Motivo da minha dificuldade de adaptação.” -Entrevistado P

“De forma positiva, o interesse pela cultura e natureza por parte dos japoneses; de forma negativa, a rigidez com a pontualidade.” -Entrevistado Q

Considerando a declaração do Entrevistado N, é relevante trazer à tona as reflexões de Yamauchi (2022), que destacam a influência crucial da experiência vivida na sociedade brasileira e das raízes profundas enraizadas na cultura nipo-brasileira na formação da identidade social de cada indivíduo. Ao mesmo tempo, é imperativo reconhecer que esse grupo é percebido como homogêneo pela sociedade em geral, e que ainda mantém, em diferentes graus, tradições, comportamentos e estereótipos associados a ele. Além disso, essa percepção é compartilhada também na visão da sociedade japonesa em relação aos nikkeis, os quais são percebidos como tendo uma aparência mais próxima aos japoneses.

Já nos comentários dos entrevistados O, P e Q, reparamos a volta da questão da segurança sentida pelos brasileiros no Japão em contraste com a realidade vivida no Brasil, assim como também a questão da pontualidade dos japoneses.

Monteiro (2021), comenta sobre pontualidade na cultura japonesa:

Pontualidade para os japoneses significa chegar, pelo menos, entre cinco a quinze minutos antes da hora marcada e esta característica pode influenciar o rank da pessoa. Os funcionários da empresa chegam mais cedo para se certificar que não fazem o seu patrão esperar, enquanto o patrão pode chegar atrasado para não perder compostura ao esperar, ou até mesmo para simplesmente mostrar o seu estatuto superior. (Monteiro, 2021, p.17)

Essa abordagem revela como a pontualidade transcende a simples questão do tempo e se conecta a normas culturais mais amplas e à dinâmica social no Japão.

Gráfico 4: Cooperação bilateral através do intercambista.



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Quando indagados sobre sua contribuição como colaboradores na relação entre Brasil e Japão, constatamos no Gráfico 4, que 24 participantes (66.7%) afirmaram estar engajados na promoção da cooperação bilateral.

Dentre as atividades em que estão envolvidos, é mencionado por estes ex-intercambistas a participação em associações de ex-bolsistas, a organização de eventos japoneses, a prestação de mentoria a futuros intercambistas, o engajamento em trabalho voluntário nas comunidades japonesas, a publicação de trabalhos acadêmicos relacionados ao Japão, o ensino da língua japonesa, o apoio às atividades dos consulados japoneses, entre outras iniciativas.

Por fim, promovemos uma reflexão sobre a percepção das diferenças culturais e das interações com outras pessoas durante a experiência de intercâmbio. Isso resultou em diversas reflexões realizadas pelos ex-intercambistas, algumas das quais são apresentadas a seguir.

*“Acho muito rica essa experiência de morar fora, temos sempre contato com pessoas de outras nacionalidades também, culturas e línguas diferentes. Acredito que nos tornamos pessoas melhores, maiores, mais aberta para as diferenças, mais tolerantes.” - Entrevistado R*

*“O que atravessou as relações entre os japoneses e eu foi o interesse e curiosidade que tinham em saber de onde sou e, posteriormente, saber mais sobre o Brasil. Da minha parte, pude mergulhar fundo nas minúcias da cultura japonesa, no contato direto com colegas, parceiros, famílias inteiras e entender quais as mudanças e permanências sobre o Japão que aprendi no Brasil e o Japão real e atual.” - Entrevistado S*

*“A percepção de diferentes culturas explica talvez o sucesso do país em áreas como educação, tecnologia e disciplina. Esses conceitos aplicados a características de nossa cultura tendem a convergir em sinergia com foco em inovação, desenvolvimento e ideias sustentáveis.” - Entrevistado T*

*“Eu adorei as diferenças culturais não me senti mal é como ser criança de novo, aprende novas visões de mundo.” -Entrevistado U*

Evidencia-se um elemento em comum nas respostas dos entrevistados, que é a apreciação pelo contato com diversas culturas, não se limitando apenas à cultura japonesa, e pela realização do intercâmbio cultural como um todo. Além disso, muitos expressam a convicção de que essa experiência mudou suas vidas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após uma análise abrangente das respostas obtidas por meio deste estudo, que se concentrou no tema “Intercâmbio na Terra do Sol Nascente: Identificando laços territoriais”, é possível inferir conclusões significativas sobre a experiência dos intercambistas brasileiros no Japão. Ao examinar diversos aspectos que englobam desde motivações até as percepções culturais e os efeitos do intercâmbio, observamos um panorama enriquecedor sobre as relações entre os dois países e o impacto que o intercâmbio acadêmico exerce sobre a identidade, perspectivas acadêmicas e profissionais dos participantes.

As conclusões deste estudo revelam que a participação em um intercâmbio no Japão tem se destacado como uma oportunidade valiosa para os estudantes brasileiros, sendo amplamente motivada por fatores como a busca por crescimento pessoal, experiências culturais diversificadas e aprimoramento acadêmico e profissional. Através de bolsas de estudo oferecidas pelo governo japonês e outras instituições, uma parcela significativa de intercambistas obteve a oportunidade de acesso à educação de qualidade e vivência cultural em um país renomado por sua excelência acadêmica.

Uma análise detalhada das percepções dos intercambistas evidenciou que a imersão em uma cultura tão diferente como a japonesa resultou em diversos impactos, tanto positivos quanto desafiadores. Observou-se que a adaptação às diferenças culturais e às nuances sociais do Japão trouxe desafios, como o choque cultural e a necessidade de compreender aspectos como o conceito de “honre”

e “tatemae”. No entanto, muitos intercambistas relataram ter desenvolvido habilidades interpessoais notáveis, ampliando sua compreensão do mundo e suas perspectivas.

Em síntese, este estudo revela que o intercâmbio na Terra do Sol Nascente transcende o mero contexto acadêmico, transformando-se em uma experiência multifacetada que impacta a identidade, as perspectivas de carreira e o relacionamento entre Brasil e Japão. As conclusões obtidas reforçam a importância do intercâmbio como uma ferramenta de ampliação de horizontes e enriquecimento pessoal, fortalecendo os laços entre diferentes culturas e nações.

## 6. REFERÊNCIAS

BATISTELLA, D. Como aspectos da cultura popular japonesa são representados e engendrados por meio das palavras e imagens do mangá. *Tríade: Comunicação, Cultura e Mídia*, Sorocaba, SP, v. 3, n. 5, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/triade/article/view/2192>. Acesso em: 17 ago. 2023.

BELTRÃO, K. I.; SUGAHARA, S. Permanentemente temporário: dekasseguis brasileiros no Japão. *Revista brasileira de estudos de população*, v. 23, n. 1, 2006.

DE LIMA, T. C.; DOS SANTOS, J. S. O ELO ENTRE A PESSOA E O LUGAR: A AFETIVIDADE, O SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO E A MEMÓRIA DOS MORADORES DO POVOADO BAIXÃO DO PARÁ, MUNICÍPIO DE GONÇALVES DIAS - MA. *Geografia: Publicações Avulsas*, v. 2, n. 1, p. 274–291, 2020.

DIAS, J.; DIAS, M. H. A. Crescimento econômico e as políticas de distribuição de renda e investimento em educação nos estados brasileiros: teoria e análise econométrica. *Estudoseconomicos*, v. 37, n. 4, p. 701–743, 2007.

FURNHAM, A. Culture shock: A review of the literature for practitioners. *Psychology (Irvine, Calif.)*, v. 10, n. 13, p. 1832–1855, 2019. doi: 10.4236/psych.2019.1013119.

HARADA, K. (Coord.). *O nikkei no Brasil*. São Paulo: Campus, 2008. 630 p.

KAWAMURA, L. K. Para onde vão os brasileiros? Imigrantes brasileiros no Japão. Campinas: Unicamp, 1999. 236 p.

LECHNER, Elsa. Imigração e saúde mental. Revista Migrações, v. 1, p. 79-101, 2007.

LESTINGE, Sandra Regina. Olhares de educadores ambientais para estudos do meio e pertencimento. 2004. Tese (Doutorado em Recursos Florestais) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2004. doi: 10.11606/T.11.2004.tde-03022005-155740. Acesso em: 2023-07-18.

MELLO, G. N. DE. Políticas públicas de educação. Estudos Avançados, v. 5, n. 13, p. 7-47, 1991.

MINAYO, M. C. S. et al. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

Ministério das Relações Exteriores - Japão. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/japao>>. Acesso em: 14 jul. 2023.

MIRANDA, Renata dos Santos. Hábitos de consumo do intercâmbio cultural entre jovens da pós-modernidade. 2011. 81 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação - Habilitação em Publicidade e Propaganda) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MONTEIRO, C. À Descoberta da Cultura Japonesa –Princípios e Etiquetas do Mundo Empresarial. E-Revista de Estudos Interculturais do CEI –ISCAP, v. 5, n. 2017, 2021.

SASAKI, E. M. DEKASSEGUIS: TRABALHADORES MIGRANTES NIPO-BRASILEIROS NO JAPÃO. UNICAMP: Núcleo de Estudos de População, 2000.

SATO, E. Cooperação internacional: uma componente essencial das relações internacionais. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde, [S. l.], v. 4, n. 1, 2010. DOI: 10.3395/reciis.v4i1.698. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/698>. Acesso em: 01 ago. 2023.

SEBBEN, Andréa. Intercâmbio Cultural – para entender e se apaixonar. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2007.

TOMAZZONI, E. L.; DE OLIVEIRA, C. C. Turismo de intercâmbio: perfis dos intercambistas, motivações e contribuições da experiência internacional. Turismo - Visão e Ação, v. 15, n. 3, p. 388, 2013.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980. WAGNER, Wolfgang.

YAMAUCHI, L. M. [UNIFESP]. Representações sociais do corpo na perspectiva do(a) adolescente e do(a) jovem descendente de japonês. [s.l.] UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, 4 jul. 2022.

capítulo

# 13



Maria Julia Fujiwara Tobase

**Os estereótipos relacionados  
aos imigrantes japoneses e  
seus descendentes  
no Brasil: uma manifestação  
do Racismo Recreativo**



# OS ESTEREÓTIPOS RELACIONADOS AOS IMIGRANTES JAPONESES E SEUS DESCENDENTES NO BRASIL: UMA MANIFESTAÇÃO DO RACISMO RECREATIVO

Maria Julia Fujiwara Tobase<sup>1</sup>

## SUMÁRIO:

<b>1. Introdução.....</b>	<b>240</b>
<b>2. Da construção histórica dos estereótipos relacionados aos imigrantes japoneses e seus descendentes .....</b>	<b>241</b>
2.1. Do conceito de estereótipo.....	242
2.2. Da construção do estereótipo dos imigrantes japoneses e seus descendentes no Brasil.....	243
<b>3. Das diferentes manifestações dos estereótipos no cotidiano brasileiro .....</b>	<b>247</b>
3.1. Humor.....	248
3.2. Representação na mídia.....	249
3.3. Preconceito linguístico.....	250
3.4. Outras aplicações dos estereótipos.....	251
<b>4. Da aplicação do Direito ao problema: o estereótipo racial enquanto forma de racismo.....</b>	<b>251</b>
4.1. Racismo Recreativo .....	252
4.2. O combate ao Racismo Recreativo na legislação vigente.....	253
<b>5. Conclusão.....</b>	<b>256</b>
<b>6. Bibliografia.....</b>	<b>257</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A população brasileira, atualmente composta por mais de 200 milhões de habitantes<sup>2</sup>, é inegavelmente plural. É impossível reduzir o povo brasileiro a um único grupo étnico, em especial ao se considerar a gama de diferentes povos, raças, etnias e nacionalidades que o compõe. Dentro desta diversa variedade, encontram-se os japoneses imigrantes e seus descendentes, que no Brasil vincaram raízes há exatos 115 anos, passando a integrar efetivamente o grupo de *brasileiros* em sua integralidade.

Apesar de na teoria esta estruturação miscigenada aparentar um grande avanço

<sup>1</sup> Maria Julia Fujiwara Tobase, advogada graduada em 2021 pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV Direito SP), atua com questões voltadas a Direito Público em sua atuação profissional, tendo forte interesse no estudo de questões étnico-raciais, em especial voltadas a população amarela.

<sup>2</sup> Vide dados IBGE de 2022.



nas relações humanas, com o entendimento e harmonia entre povos tão diferentes culturalmente, fisicamente e ideologicamente, na realidade isto não passa de um mito: o mito da democracia racial<sup>3</sup>.

O que temos, na prática, são as mais diversas formas de pronunciamentos, declarações e exposições de intolerância com aquilo que diverge do grupo étnico dominante, o que varia desde agressões físicas e que ganham destaque midiático, até formas mais sutis de lesionar o outro. Dentro deste último grupo, encontram-se os denominados *estereótipos*. O grupo de imigrantes japoneses e seus descendentes, ainda que se tenha uma visão superficial de um papel semi-privilegiado na comunidade brasileira, face às inegáveis violações cometidas a outras minorias étnico-raciais, não é exceção a esta regra e encontra-se diariamente submetida a *microagressões* naturalizadas, enraizadas principalmente pela forte presença de estereótipos instaurados no imaginário brasileiro.

Dentre as diversas interfaces nas quais os estereótipos se encontram, todos carregados dos mais diversos dilemas socioculturais, foi eleito para exploração neste trabalho a correlação entre os estereótipos atrelados aos imigrantes japoneses e seus descendentes com a figura do *Racismo Recreativo*. De pronto, elucida-se que esta monografia não apresenta as extensas pretensões de esgotar o tema, assunto delicado, complexo e em constante expansão, buscando servir como uma porta de entrada para fomentar tão importante discussão.

É importante esclarecer, ainda, que o presente trabalho foca nas questões relacionadas aos estereótipos relacionados a imigrantes japoneses e seus descendentes *partindo de um viés principalmente brasileiro*<sup>4</sup>. Também não serão abordados nesta monografia os estereótipos de outros grupos raciais perpetuados erroneamente pela comunidade japonesa e seus descendentes no Brasil e no mundo.

## 2. DA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DOS ESTEREÓTIPOS RELACIONADOS AOS IMIGRANTES JAPONESES E SEUS DESCENDENTES

De forma a facilitar o entendimento do tema que se pretende tratar neste trabalho,

---

3 Conceito utilizada por diversos juristas como pensadores da Primeira República, Arthur Ramos, Roger Bastide e Gilberto Freyre para descrever o Brasil como um país de harmonia racial entre os diferentes povos que compõem sua população.

4 Coloca-se principalmente pois, ainda que o contexto tratado para o trabalho seja o brasileiro, aproveitados os estudos de questões raciais e japonesas e pesquisas de diversos estudiosos residentes em outros países, em especial Estados Unidos.

parte-se para uma contextualização fática da criação dos pré-conceitos relacionados a população japonesa e seus descendentes. De pronto, já ressaltamos que se trata de retomada histórica simplificada apenas para fins de contextualização do presente trabalho. Este capítulo também não procura exaurir de forma alguma o tema da criação das diferentes categorias étnico-raciais e de nacionalidade, sendo tema a ser explorado e abordado de maneira mais detalhada em um trabalho a parte.

## 2.1. Do conceito de estereótipo

Nos termos de Charles Stangor, professor de psicologia da Universidade de Maryland, “Estereótipos são tão velhos quanto a própria cultura humana”<sup>5</sup>. Mas qual seria, afinal, a definição de estereótipos?

Raymond J. Corsini, enciclopedista e lexicógrafo na área da psicologia, apresenta o termo como “uma percepção generalizada que atribui traços, características, valores, aspectos, aparência ou comportamento específicos a um grupo ou membro de um grupo, sem levar em conta a precisão ou aplicabilidade”<sup>6</sup>. De maneira similar, estudos das universidades japonesas Tsukuba Gakuin University e Hitotsubashi University of Business a respeito das relações entre estereótipos, preconceito e discriminação, fazendo referência a Walter Lippmann, colocam o termo como “instrumento utilizado para designar a imagem típica que vem à mente quando se pensa num determinado grupo social ou indivíduo”<sup>7</sup>.

A Universidade Estadual de Fitchburg, ao definir o tema, o subdivide ainda em dois grupos: (i) estereótipos explícitos, referentes àqueles que nos quais o indivíduo tem consciência de que seu significado e o usa ativamente para julgamento alheio; e (ii) estereótipos implícitos, referentes àqueles em que o indivíduo não percebe que está fazendo seu uso, acabando por julgar terceiros inconscientemente por meio de um viés presente em seu subconsciente<sup>8</sup>.

Estereótipos *raciais*, por sua vez, seriam a imagem mental, comumente automática, exagerada e/ou inadequada, que se forma quando se pensa sobre todos os membros de um determinado grupo racial<sup>9</sup>. Criados estruturalmente, reflexo de determinada sociedade e/ou grupo de indivíduos, costumam ser bastante “rígidos” e suas impli-

5 IKEGUCHI, Cecília B e ROBINSON (2019)

6 Universidade Estadual de Fitchburg

7 IKEGUCHI, Cecília B e ROBINSON, Patricia (2019)

8 Idem.

9 Universidade de Notre Dame-Apud.Universidade Estadual de Fitchburg

cações acabam por afetar a autoimagem dos pertencentes ao grupo; afetar a performance em tarefas relacionadas aos estereótipos; reforçar determinados comportamentos; dentre outras consequências negativas.

Mais recentemente, *o fenômeno do estereótipo* tem se mostrado como um objeto importante de estudo para o campo da Psicologia Social, uma vez que suas manifestações complexas e variadas tem direta relação com os estudos de relações de dominância, segregação, isolamento e exploração<sup>10</sup>. Destaca-se que para prejudicar um grupo cuja vivência se dá marcada por estereótipos, não necessariamente os termos e ideias atrelados a ele tenha que ser explicitamente *negativo*. Adilson Moreira inclusive faz outra separação entre estereótipos de dimensão descritiva e prescritiva, estando aqueles atribuídos a todos em todas as situações os que se enquadram em positivos e negativos. Conforme será explicado ao longo deste trabalho, estereótipos inicialmente *positivos* podem também afetar tanto quanto os negativos a vivência e existência de uma pessoa racializada.

## 2.2. Da construção do estereótipo dos imigrantes japoneses e seus descendentes no Brasil

Uma vez esclarecido o conceito de estereótipo, temos que *a construção dos estereótipos relacionados aos imigrantes japoneses e seus descendentes no Brasil* não surgiu de um dia para o outro. Pelo contrário, foi resultado de um longo e contínuo processo histórico, marcado também por teorias sociais e raciais que permeiam e permeavam o mundo todo em suas respectivas épocas. Ainda que hoje em dia a imigração seja fortemente celebrada por descendentes e não descendentes, sendo este ano inclusive marco de comemoração do aniversário de 115 anos da imigração japonesa, é imperioso lembrar que sua idealização e sua prática foram marcadas por obstáculos e forte repressão por parte dos já instalados brasileiros e europeus.

Rememora-se que o início das tratativas para a entrada de imigrantes japoneses no país surgiu de um contexto pós-abolicionista, na qual, após a promulgação da Lei Áurea em 1888<sup>11</sup>, os produtores rurais e demais detentores de mão de obra se viram defasados de trabalhadores, sendo necessária a criação de um novo atrativo para contratação de pessoal. A escolha de contratar estrangeiros, através de políticas de imigração, apareceu então de forma cada vez mais apazível, em especial em vista da crescente discussão acerca da instalação da Política de Branqueamento<sup>12</sup> para “desafricanizar” a nação<sup>13</sup>.

10 JESUS, Jaqueline de. (2014)

11 MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. (2012)

12 Ideais eugenistas e eurocentristas que defendiam a superioridade da raça branca e defendia a necessidade de um “embranquecimento” do país, cuja população negra tinha se tornado expoente. A Política tratava do referido embranquecimento tanto pela introdução de novos brancos, quanto por meio de um processo de miscigenação forçada. Vide MAIA, Kenia Soares; ZAMORA, Maria Helena Navas (2018).

13 LESSER, Jeffrey (2001)

Com a recusa da vinda de diversas famílias europeias, foco inicial da política migratória<sup>14</sup>, o Governo brasileiro da época começou então a considerar a vinda de imigrantes asiáticos. É neste momento que nos deparamos mais claramente com as primeiras concepções pré-concebidas e estereotipadas dos japoneses pelos brasileiros. Mesmo com certa resistência da introdução de asiáticos amarelos no país, estes acabaram sendo considerados uma solução viável para a problemática de mão de obra enfrentada por serem (i) passível de serem “moldados” para trabalhar da maneira que quisessem<sup>15</sup> e (ii) considerados mais “dóceis” e “domesticáveis”<sup>16</sup>

Cumprе ressaltar que esta visão dos brancos residentes no Brasil estaria diretamente atrelada a visão europeia dos asiáticos amarelos de maneira geral. Constam nos registros históricos que, após dificuldades nas tratativas de realizar acordos entre asiáticos e europeus, pela negativa do primeiro grupo de atender as demandas do segundo, os europeus passaram a tratar os asiáticos de maneira diferenciada, hierarquicamente inferior<sup>17</sup>. Teriam passado, então, a “estudar” características “típicas” deste grupo, tanto físicas quanto comportamentais, o que incluía “olhos mongóis” e “mongolismo”<sup>18</sup>.

Especificamente sobre os japoneses, tem-se que no início do Século XIX o Japão passava por um período de grande dificuldade financeira, política e econômica, resultado de transformações no modelo de governança e na expansão da globalização no exterior, com baixa empregabilidade e elevada escassez de recursos<sup>19</sup>. Com a permissão para entrada de imigrantes japoneses e chineses em outubro de 1892<sup>20</sup>, foram iniciadas as primeiras tratativas para viabilizar a imigração japonesa no Brasil, com a instituição das denominadas Companhias de Imigração<sup>21</sup>.

O início das negociações, todavia, não se deu de maneira pacífica e unanimemente aceita pelos residentes brasileiros, que novamente pela preconceção negativa dos japoneses tentaram barrar o movimento migratório. O médico Antônio Xavier de Oliveira, por exemplo, foi um dos defensores desta pauta, tendo inclusive liberado uma bancada contrária à imigração amarela, considerando o grupo étnico como “inassimilável”<sup>22</sup>.

---

14 CZEPULA, Kamila (1879)

15 ARAUJO, Marcelo (2015)

16 CZEPULA, Kamila (1879)

17 KEEVAK, Michael (2019)

18 Os primeiros registros associam as características dos asiáticos amarelos àquelas abstraídas dos grupos mongóis. Assim, olhos sem pálpebras duplas e “mongolismo”, em referência a Síndrome de Down, foram algumas das características atribuídas aos asiáticos. Vide KEEVAK, Michael (2019)

19 NOMIO, Toru (2007)

20 100 anos de Imigração Japonesa no Brasil. Gannen-mono: os primeiros emigrantes para o ultramar.

21 Idem

22 ARAUJO, Marcelo (2015)

Não somente ele, mas outros autores nacionais e internacionais, preocupados com o expansionismo do império japonês, criaram uma narrativa onde a população japonesa, os imigrantes e seus descendentes compartilhavam da desumanidade associada ao regime imperialista, levando até mesmo em conta a proibição da entrada de imigrantes nos Estados Unidos por alegada “identificação de estrangeiros tidos como adeptos de ideologia subversiva ou pertencentes a raça inapta à assimilação ao país”<sup>23</sup>.

No Brasil, Vivaldo Coracy e Carlos de Souza Moares foram algumas das figuras da literatura anti-nipônica nacional, tendo o primeiro publicado artigos denominados “O Perigo Japonês” no *Jornal do Comercio* em 1942, trazendo também os japoneses como inassimiláveis, conspiracionistas contra a defesa nacional e instrumento da política imperialista japonesa (“invasão dos homens amarelos e pequeninos”<sup>24</sup>), enquanto o segundo se utilizou de termos e imagens estereotipadas para retratar a imigração japonesa como ameaça à segurança e a integridade territorial nacional<sup>25</sup>.

É de conhecimento notório que somada a toda esta represália perpetuada pelos parlamentares e estudiosos da época, a imigração japonesa, uma vez definitivamente instalada, tendo como marco a data de 18 de junho de 1908, foi amplamente marcada por dificuldades e momentos muito penosos para as famílias imigrantes que se instalaram no país. Não somente as condições e tipos de trabalho ofertados na prática eram muito árduos e divergentes daquilo que foi prometido previamente a imigração, mas as diferenças culturais, religiosas, linguísticas e até mesmo climáticas foram fatores agravantes para uma difícil adaptação do povo japonês.

O tratamento com os imigrantes japoneses, que já era duro e desdenhoso, marcado de preconceitos e estereótipos estabelecidos ao longo dos anos, se deteriorou ainda mais com o início da Segunda Guerra Mundial, quando os imigrantes japoneses e seus descendentes passaram a ser enxergados como “inimigos de guerra” que deveriam deixar o Brasil. Políticas restritivas de manifestações culturais e linguísticas japonesas também tomaram lugar nesta época para tentar interromper as atividades japonesas<sup>26</sup>.

Assim, temos que antes mesmo da vinda dos japoneses para o Brasil, a imagem criada entorno do povo nipônico já era carregada de preconceitos negativos que embasaram a criação de diversos estereótipos negativos que permeiam até. A situação não se alterou muito após sua entrada, já que não apenas foram criados diversos outros mecanismos para tentar barrar a imigração japonesa<sup>27</sup>, como a visão de superiorida-

23 IGARASHI, Renato (2019)

24 NUCCI, Priscila (2006)

25 Idem.

26 CARVALHO, 2010; ELIAS, 1970; LEITE, 1999, entre outros – apud ARAUJO, Marcelo (2015).

27 Vide, como exemplo, o Projeto de Lei Fidélis Reis (1923), a Lei de Cotas (1934) e o parágrafo 6º do art.

de dos povos brancos fizeram com que toda manifestação cultural, comportamental, linguística e até mesmo física dos povos asiáticos – incluindo especialmente os japoneses – passassem a ser enxergadas de maneira pejorativa e malvista.

É importante mencionar que esta breve retomada nos auxilia a enxergar uma verdadeira subsistência e resiliência dos imigrantes japoneses no Brasil, que a despeito das tratativas, ameaças e dificuldades enfrentadas para se instaurarem no país assim o conseguiram fazer com elevado grau de sucesso, representando atualmente a maior população de origem japonesa fora do Japão com 2 milhões de japoneses e descendentes residentes no país<sup>28</sup>. No entanto, ainda que este fato seja e deveria ser motivo de orgulho para aqueles que aguentaram e superaram as barreiras impostas, observa-se que isto acabou por também gerar e/ou reforçar um outro tipo de estereótipo: o estereótipo positivo da “minoría modelo”.

Do outro lado do espectro dos estereótipos raciais, temos que os asiáticos amarelos, por óbvio incluindo os japoneses, encontram-se em uma situação diferenciada onde a eles foram também atribuídos conceitos “padrão” em seu imaginário mental, relacionados a inteligência (especialmente no campo de exatas e tecnologia); diligência; natureza trabalhadora; abastados financeiramente; obedientes; pacíficos; entre outros<sup>29,30</sup>.

Ao contrário do que se pode pensar, este papel incumbido aos japoneses e asiáticos em geral *não é visto como elogio, reconhecimento de mérito ou congratulação*. Isto porque esta visão nada mais é do que a projeção estereotipada do grupo, criada no imaginário não-asiático, que tenta definir o que os asiáticos devem ou não ser. Todas as conquistas e o esforço individual empregado pelos imigrantes japoneses e asiáticos e seus descendentes, desta forma, é ignorado, sendo seu sucesso atribuído somente a sua raça e/ou etnia.

O mito da minoría modelo apresenta ainda diversos efeitos negativos na população, dando destaque (i) ao reforço da hierarquia racial e da supremacia da branquitude e (ii) à pressão psicológica causada aos japoneses, asiáticos e descendentes. No ponto (i), tem-se que a alocação dos amarelos como “camadas intermediárias” entre brancos e negros, aparece como forma de reforçar a superioridade branca e inferioridade negra, usando dos demais grupos étnicos como “preenchimento” e reafirmação das

---

121 da Constituição de 1934.

28 Ministério do Turismo (2022)

29 CHEN, Hanna Yun-Han (2017)

30 Características mais caricatas, criadas por tradições religiosas e/ou culturais e sua perpetuação da mídia também podem ser enquadradas como “positivas”, como por exemplo espiritualizados, bons lutadores (artes marciais), esbeltos (encaixando-se no padrão de beleza da magreza), mas o mito da minoría modelo costuma focar em aspectos de inteligência, metas acadêmicas, diligência no trabalho e sucesso econômico/profissional.

posições por eles criadas<sup>31</sup>. No ponto (ii), diversos estudos sobre a saúde mental e psicológica de descendentes asiático-amarelos tem comprovado que as novas gerações de amarelos tem frequentemente se sentido extremamente pressionados para cumprir com os parâmetros criados na imagem de minoria modelo, causando enorme sofrimento e frustração, além de problemas físico e mentais<sup>32</sup>.

Um último ponto a ser tratado quanto da construção dos estereótipos relacionados aos imigrantes japoneses e seus descendentes fala da *homogeneização, na visão externa, entre japoneses nativos, japoneses migrantes e descendentes de japoneses residentes no Brasil*. Uma vez que os japoneses e demais asiático-amarelos não faziam parte da “composição inicial” da população brasileira, sendo esta composta por indígenas nativos, brancos colonizadores e negros escravizados, somado a sua introdução tardia através da imigração e que se deu com muita resistência pelos brancos detentores de poder político, abstrai-se que desde o início os japoneses e amarelo-asiáticos foram vistos como *terceiros, estrangeiros que habitavam no Brasil, e não parte integrante de sua população*.

Este pensamento, enraizado e naturalizado, foi propagado ano após ano, resistindo até os dias de hoje. 115 anos após os primórdios da imigração, a população *issei* japonesa já se expandiu para a quarta, quinta e se aproxima da sexta geração de descendentes, de modo que estes, brasileiros natos, possuem uma vivência completamente brasileira como o de qualquer outro nativo de raça ou etnia distinta. Ainda assim, mesmo quando se fala de e com brasileiros com descendência e/ou ascendência japonesa nascidos e criados em território brasileiro e que conhecem a cultura, língua, costumes do Brasil em quantidade e qualidade incomparável a seu conhecimento sobre a cultura japonesa, praticamente nenhum foge a regra de já ter sido acometido por algum dos estereótipos direcionados aos japoneses, imigrantes e descendentes que se baseiam nos *japoneses nativos*. A identidade do Nikkei brasileiro, então, mostra-se complexa e sem claras delimitações, já que, enquanto brasileiros com descendência japonesa, muitas vezes não são tratados nem como japoneses nem como brasileiros, culminando na ausência de um *local de pertencimento para esta parcela da população*.

### 3. DAS DIFERENTES MANIFESTAÇÕES DOS ESTEREÓTIPOS NO COTIDIANO BRASILEIRO

Feito este resgate histórico do início da criação do imaginário japonês, dos motivos

---

31 KEEVAK, Michael (2019)

32 Universidade do Texas em Austin

envolvidos na sua visão pejorativa e como ela foi se intensificando e naturalizando ao longo do tempo, passa-se a destrinchar as diferentes manifestações e expressões dos estereótipos japoneses em seu cotidiano. Adianta-se que, uma vez que o cerne do trabalho é trabalhar as intersecções entre os estereótipos relacionados aos imigrantes japoneses e seus descendentes e as manifestações do Racismo Recreativo – conceito que ainda será trabalhado neste documento – nos limitamos a abordar os principais locais de aparição dos estereótipos nesta seara.

### 3.1. Humor

Uma das principais formas de utilização dos estereótipos relacionados aos imigrantes japoneses e seus descendentes se trata da aplicação “humorística” dos termos e expressões. É corriqueiro na vida de qualquer imigrante japonês residente no Brasil ou de qualquer brasileiro tenha descendência Nikkei que em algum momento tenha escutado “piadas”, “brincadeiras” e/ou “provocações” como as seguintes<sup>33</sup>: “seus pais são pasteleiros?”, “para passar na USP é só matar um japonês”, “nissei sansai não sei”, “você usa os palitinhos para prender o cabelo e para comer?”, “japonês do pinto pequeno, né?”, “você parece (alguma celebridade asiática), são parentes?”, “bebeu só um pouco e já está vermelhinho”, além da clássica puxada do canto dos olhos com os dedos para se ter “olhos de japonês”.

Ainda que existam manifestações diversas da humorística, como será brevemente mencionado neste documento, esta acaba sendo por muitas vezes o primeiro e o mais frequente encontro dos imigrantes japoneses e seus descendentes com os estereótipos construídos em sua volta. Desde muito pequenos, os japoneses e descendentes acabam sujeitos às exposições e falas carregadas de preconceitos por parte de outros grupos étnicos em encontros simples com vizinhos, colegas de escola, colegas de trabalho ou até mesmo completos desconhecidos. Por algum motivo, a mera existência do povo japonês parece ser suficiente para que os demais grupos, em especial o grupo dominante branco, se sinta confortável e no direito de caçoar e diminuir os indivíduos japoneses e descendentes pela simples cor de sua pele e origem étnico-racial, usando como desculpa a abordagem humorística.

O uso do estereótipo racial japonês permeia por praticamente todos os momentos da vida do indivíduo, sendo utilizadas em espaços de descontração, espaços de trabalho, espaços de construção de relacionamentos, espaços de comédia propriamente dita e até em espaços de discussão séria. Como exemplo de momentos que exigem mais seriedade e que foram palco do humor racista, temos que o ex-presidente Jair Bolsonaro chegou a dar declarações recheadas de estereótipos raciais em visitas

---

<sup>33</sup> Linguagem coloquial utilizada propositalmente, para retratar uma realidade mais próxima do vivenciado.



oficiais, como ocorreu na cidade de Petrolina-PE em 2019 ao falar sobre o então Ministro Paulo Guedes e a Reforma da Previdência: “Se for uma reforma de japonês ele vai embora, é isso? Eu já respondi. Pequeninho. Lá (no Japão) é tudo miniaturizado”, afirmou Bolsonaro, ao ser questionado por jornalistas sobre as declarações de Guedes que, à revista *Veja*, havia sinalizado intenção de renunciar se for aprovada uma “reforminha”<sup>34</sup>.

O uso do humor estereotipado, então, reflete às mais diversas formas de reducionismo do povo japonês e seus descendentes, onde as únicas pessoas que se divertem com tais provocações são aquelas que não estão sendo alvo das frases jocosas e podem se sentir “superior” durante aquele momento que deveria ser de descontração<sup>35</sup>. As piadas com base em estereótipos acabam por atacar a população japonesa e seus descendentes em todas as frentes, sejam elas trejeitos físicos, culturais, linguísticos, comportamentais, atacando até mesmo a gastronomia japonesa e suas tradições. Os subtópicos abaixo tratam com um pouco mais de detalhe algumas dessas frentes, também se relacionando diretamente com o uso dos estereótipos dentro da abordagem do humor.

### 3.2. Representação na mídia

A população japonesa migrante e seus descendentes, há muito tempo, sofre com a *extrema escassez de representatividade nas mídias e formas de entretenimento mainstream de maneira geral*. Isto por si só já é um enorme problema que enseja uma discussão apartada dos motivos pelos quais isto acontece e seus efeitos. O viés que se dá a esta problemática no presente trabalho, no entanto, é outra: da pouca representatividade que temos, os papéis desempenhados são muitas vezes (i) pura expressão estereotipada dos japoneses nativos e seus descendentes e (ii) interpretados por atores brancos sem descendência japonesa<sup>36</sup>.

Boa parte das vezes, os personagens japoneses aparecem como meros personagens secundários, sendo objeto de alívio cômico e representado como o personagem nerd, tímido, com dificuldades de socializar ou ainda, no outro extremo, envolvidos pela hipersexualização das mulheres japonesas em um estereótipo comportamental e visual de submissão, delicadeza e exotividade.

Este é um problema que japoneses e outros asiático-amarelos enfrentam no mundo inteiro, não faltando exemplos para se demonstrar. A nível internacional, o mais clássico deles trata da caracterização do personagem *Sr. Yunioshi*, vivida pelo ator Mickey Rooney no renomado filme hollywoodiano *Bonequinha de Luxo*, onde não

34 SAYURI, Juliana (2019)

35 MOREIRA, Adilson (2020)

36 The Guardian. Ghost in the Shell 'whitewashing': does Hollywood have an Asian problem?.

apenas um ator branco fez o papel de um homem japonês, como para “se aproximar do personagem” foram colocadas próteses dentárias exageradas, exagero na dramatização dos olhos, a atuação exagerada e o falso sotaque, sendo uma verdadeira forma caricata de se representar um homem japonês<sup>37</sup>. No Brasil, a produção da novela ‘Sol Nascente’ pela emissora Globo incorreu em problema semelhante, ao contratar o ator Luis Melo, não descendente ou japonês, para interpretar o papel de Kazuo Tanaka, que inclusive seria interpretado inicialmente por um ator de descendência japonesa<sup>38</sup>.

A representação equivocada e estereotipada acaba por causar diversos danos aos jovens descendentes e japoneses que crescem com este referencial e entendem aquela versão como a maneira pela qual o mundo os enxerga. Como consequência, acabam moldando sua própria imagem a algo distorcido, odioso e equivocado, garantindo a manutenção dos privilégios aos grupos dominantes que já são e seguem sendo bem representados e tomam as oportunidades de representar minorias étnico-raciais<sup>39</sup>.

### 3.3. Preconceito linguístico

Outro ponto frequentemente atacado pelos demais grupos étnico-raciais aos imigrantes japoneses e seus descendentes é a utilização da *linguagem*. Ao se fazer uma breve pesquisa na internet sobre “piadas de japonês”<sup>40</sup>, são centenas de registros de tentativas de se fazer comédia com a sonoridade da fonética japonesa, tanto pela estruturação linguística silábica do alfabeto japonês, quanto pelo sotaque da fala em português.

Alguns dos famigerados exemplos incluem piadas com nomes japoneses (“takamasanomuro”, “assaltamoobanko”; “fugimonakombi”); transliterações de sotaques asiáticos no geral e não necessariamente japoneses, como o “pastel de flango”; e o uso indiscriminados de termos na língua japonesa direcionada a descendentes que não necessariamente falam a língua ou sem que haja qualquer necessidade de fazê-lo<sup>41</sup>.

De maneira geral, a impressão que se tem com a propagação destas piadas é que os demais grupos étnicos reduzem a capacidade cognitiva e a fala dos imigrantes japoneses e seus descendentes ao uso da língua japonesa única e exclusivamente, sendo incapazes de se comunicar com o português correto mesmo que esta seja sua língua materna. Seja pela ridicularização dos sotaques japoneses e asiáticos no geral, seja pelo uso de palavras em japonês fora do contexto como *arigatou* e *sayonara*, o pre-

37 Folha de São Paulo. Globo favorece atores ocidentais em núcleo japonês de nova novela das 18h.

38 Estadão

39 CASTAÑEDA, Mari (2018)

40 Idem.

41 BUENO, Alexandre M (2020)

conceito linguístico empregado reforça os estereótipos do povo japonês residente no Brasil como estrangeiros, sem qualquer respeito a língua japonesa ou aos indivíduos envolvidos<sup>42</sup>.

### 3.4. Outras aplicações dos estereótipos

Considerando que o presente trabalho procura analisar os estereótipos aplicados a imigrantes japoneses e seus descendentes ao Racismo Estrutural, as manifestações acima foram elencadas por tratarem mais diretamente sobre o tema. No entanto, cumpre destacar que os estereótipos estão longe de se limitarem a eles. A sexualização e fetichização da mulher amarela, reduzida a exótica, submissa e delicada; a violência verbal e física direcionada aos imigrantes e descendentes como estrangeiros, com ordens de “regresso ao país”, ameaças de agressão – inclusive ampliadas com a recente pandemia do Coronavírus; a apropriação cultural de traços asiáticos que antes eram alvo de chacota e hoje em dia são reproduzidos em maquiagens e vestimentas por não-descendentes, entre outros, são problemas tão relevantes quanto os aqui tratado e que carecem de devida atenção.

## 4. DA APLICAÇÃO DO DIREITO AO PROBLEMA: O ESTEREÓTIPO RACIAL ENQUANTO FORMA DE RACISMO

Djamila Ribeiro, em sua obra *Pequeno Manual Antirracista*, apresenta o racismo como algo que vai além do simples ato da vontade de um único indivíduo, sendo um verdadeiro *sistema de operação que nega direitos*<sup>43</sup>. Paulo de Carvalho, por sua vez, remonta que o racismo está intrinsecamente ligado a (i) existência da ideia de raças humanas e (ii) hierarquização dessas mesmas raças baseadas em alegados e discutíveis coeficiente de inteligência, valores morais e a qualidades culturais<sup>44</sup>.

Adilson Moreira, em seu livro “O que é discriminação?”, nos apresenta que o racismo não necessariamente precisa se manifestar por meios fisicamente violentos a grupos raciais minoritários, sendo que maneiras mais “sutis” e ocultas como a reprodução de *estereótipos* seriam algumas de suas diversas formas de aparição<sup>45</sup>. Charles Pierce<sup>46</sup>, expoente neste tema, apresenta a ideia de *microagressões* para “os diversos tipos de comportamentos de membros do grupo racial dominante expres-

---

42 Idem.

43 RIBEIRO, Djamila (2019)

44 CARVALHO, Paulo de. (2014)

45 MOREIRA, Adilson José (2017)

46 Idem.

sam atitudes de desprezo por membros de minorias raciais embora esses tipos de comportamentos não assumam a forma de violação de normas jurídicas”. A literatura consegue ainda subdividir este conceito em 3: microassaltos, microinsultos e microinvalidações<sup>47</sup>, nas quais os dois primeiros conceitos encaixam perfeitamente no caso aqui analisado.

Considerando os *microassaltos* como atos que expressam atitudes de desprezo ou agressividade em função de seu pertencimento social e os *microinsultos* como formas de comunicação que demonstram ausência de sensibilidade a identidade cultural de pessoa ou grupo, propositalmente ou não, observa-se que o uso dos estereótipos relacionados aos imigrantes japoneses e seus descendentes seriam nada mais nada menos do que a manifestação das mensagens derogatórias de grupos dominantes que entendem pela sua superioridade através do denominado *Racismo Recreativo*<sup>48</sup>. É o que se passa a discutir.

#### 4.1. Racismo Recreativo

O supracitado autor Adilson Moreira, que dedicou uma obra inteira ao estudo do Racismo Recreativo, assim define o termo:

Ele deve ser visto como um projeto de dominação que procura promover a reprodução de relações assimétricas de poder entre grupos raciais por meio de uma política cultural baseada na utilização do humor como expressão e encobrimento de hostilidade racial. O Racismo Recreativo decorre da competição entre grupos raciais por estima social, sendo que ele revela uma estratégia empregada por membros do grupo racial dominante para garantir que o bem público da respeitabilidade permaneça um privilégio exclusivo de pessoas brancas<sup>49</sup>.

Segundo ele, existem 9 mecanismos fundamentais que marcam o Racismo Recreativo, sendo eles: (i) Não se tratar apenas de um tipo de comportamento individual, e sim de um sistema de dominação de um grupo que transcende a motivação individual; (ii) Buscar a gratificação psicológica do grupo racial dominante, através da compensação do caráter narcisista do grupo a partir do humor racista como forma de confirmação de sua hierarquia; (iii) Possuir caráter estratégico de encobrir a hostilidade racial por meio do humor e trazer uma falsa representação de irrelevância do racismo, mantendo o mito da democracia racial; (iv) Visar preservar um sistema de representações culturais que legitima a dominação branca por meio da desqualifica-

47 MOREIRA, Adilson (2020)

48 Idem.

49 MOREIRA, Adilson (2020)

ção sistemática de minorias raciais, criando categorias de quem “merece o acesso” ao humor e evidencia a diferença de status social; (v) Assumir forma de violência simbólica, destruindo o sentimento de pertencimento social e a reputação de minorias sociais enquanto defende a pureza moral do grupo dominante; (vi) Operar como pedagogia da subordinação racial, “ensinando” os grupos minoritários que este não alcançarão o mesmo grau de respeito que o grupo dominante e busca invisibilizar a relevância social da raça; (vii) Tomar como base a inferiorização social - sistema de opressão construído como certos grupos inerentemente inferiores aos dominantes - e antipatia social - expressões cômicas demonstrando desprezo por membros de minorias raciais; (viii) Existir embates entre minorias sociais, eu também internalizam estigmas e tratam pessoas do mesmo grupo de forma depreciativa; e (ix) Possuir clara dimensão institucional, vez que as práticas não consideradas como crimes muitas vezes vez que as máquinas pública e privada costumam ser controlada por pessoas brancas.

Abstrai-se assim que o Racismo Recreativo utiliza de instrumentais menos óbvios, mas igualmente maléficos e prejudiciais, para criar obstáculos à proteção legal de minorias raciais. Por meio do humor e da falta de represália, a proliferação de manifestações racistas disfarçadas é viabilizada, criando-se a impressão de uma ausência de hostilidade racial enquanto justamente a manifesta.

As piadas derogatórias descritas no item 3 deste trabalho encaixam-se perfeitamente nos mecanismos trazidos por Adilson Moreira, onde a própria noção identitária do grupo de imigrantes japoneses e seus descendentes é colocada na balança, assim como a validação de sua dor, seu sofrimento e seu incomodo é questionado em vista da degradação de suas experiências, imagem e vivências.

#### **4.2. O combate ao Racismo Recreativo na legislação vigente**

Um complicador relevante do Racismo Recreativo é que não apenas sua identificação é dificultada, mas as formas de combate também o são. Isto se dá pois o grau de naturalização, enraizamento e pela dominância dos papéis de agentes públicos e privados entre pessoas brancas faz com que a criação de uma narrativa que esconda a natureza estruturalmente racista das instituições brasileiras seja extremamente facilitada<sup>50</sup>.

De forma a tentar combater a prática e de alguma forma penalizar aqueles que compactuam com discriminações de cunho racial, o Brasil tem colocado em vigor diversas legislações que condenam a prática discriminatória neste

---

50 Idem.

sentido. Temos, assim, vigentes atualmente<sup>51</sup>: a Constituição Federal de 1988, que coloca o racismo como crime inafiançável e imprescritível (art. 5º, XLII) e inclui como objetivos da República promover o bem de todos, sem preconceitos de raça e repudiar o racismo; a Lei nº 7.716/89 (Lei Caó), que regula o crime de racismo; a Lei nº 1.390/1951 (Lei Afonso Arinos), que inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor; a Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial) que busca resguardar os direitos da população negra frente ao restante da população, face a discrepância socioeconômica e todo o histórico de violências a eles auferidos; e uma gama de Acordos Internacionais ratificados pelo Brasil contra a discriminação racial<sup>52</sup>.

No que tange especificamente a criminalização do Racismo Recreativo, dá-se destaque as previsões da Lei Caó, que efetivamente tipifica os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, punindo os atos lesivos de discriminação racial para com um indivíduo ou grupo étnico-racial. É de suma relevância mencionar que, até este ano (2023), um longo e acalorado debate se dava nos âmbitos legislativos, doutrinários e jurisprudenciais a respeito da diferenciação dos crimes de *racismo e injúria racial*, visto que o Código Penal vigente e a Lei Caó davam tratativas diferentes para os tipos mencionados, com penalidades divergentes. Pelo já supracitado entrave na máquina pública, era comum o crime de racismo quase nunca ser sentenciado, aplicando-se sempre a pena menor da injúria racial, quando aplicada. Outro debate relacionado ao tema tratava da discussão sobre a necessidade de comprovação ou não do *animus injuriandi* - intenção de injuriar - para consumir injúria racial nos casos de Racismo Recreativo, o que por muitas vezes era utilizado para justificar a não tipificação do crime pela minimização da conduta e da lesão.

Estas discussões, no entanto, enfim puderam ser colocada de lado com a promulgação da Lei nº 14.532/2023, que alterou a Lei nº 7.716/1989 e o Código Penal para *tipificar como crime de racismo a injúria racial*, entre outras disposições. Ainda que este por si só tenha sido um marco relevantíssimo para os debates e as pautas raciais, a Lei nº 14.532/2023 não se limitou a isso, incluindo também à Lei

51 Outras normas relevantes de combate ao racismo de maneira geral podem ser elencadas. Citadas aqui àquelas que podem ser aplicadas de maneira mais direta em um caso de Racismo Recreativo.

52 Pode-se citar o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos 186, a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial 188, a Carta das Nações Unidas e da Declaração Universal dos Direitos do Homem, e a Declaração das Nações Unidas sobre eliminação de todas as formas de Discriminação Racial.

Caó o artigo 20-A<sup>53</sup> que coloca como *agravante* dos crimes raciais o *contexto* ou *intenção recreativa* e o artigo 20-C<sup>54</sup>, que *inclui como discriminatória qualquer tratamento a grupo minoritário que cause constrangimento, humilhação, vergonha, medo ou exposição indevida por razão de cor, etnia ou procedência*. Não resta dúvida, desta forma, que o Racismo Recreativo foi enfim reconhecido pelo antro legislativo vigente, sendo um passo importante para combater sua manifestação daqui em diante.

Mencionamos, de toda forma, que mesmo antes da alteração legislativa ocorrida neste ano, a Jurisprudência já vinha caminhando em sentido de condenar as condutas de Racismo Recreativo, ao menos nos casos relacionados a população negra<sup>55</sup>. Ainda que, até o momento, não tenham sido encontrados julgados criminais que tratem do Racismo Recreativo contra imigrantes japoneses e seus descendentes, temos que a aplicação análoga e a recente mudança de legislação podem alterar este panorama.

Ainda assim, não é possível garantir que os julgadores decidam corretamente em todos os casos, visto a considerável *banalização* que a causa do Racismo Recreativo contra asiático-amarelos ainda sofre. No âmbito trabalhista, por exemplo, pedidos de indenização por danos morais feitos por descendentes japoneses que foram ofendidos com ofensas raciais *foram negados, por julgar se tratar de “meras brincadeiras”*<sup>56</sup>.

Outro viés interessante a ser analisar no campo trabalhista é o que ocorreu na Ação Trabalhista nº 1000228-60.2021.5.02.0027. Ao fazer uma retomada dos argumentos da Ré, a decisão traz como exemplo para demonstrar a falta de remorso ou preocupação da parte em suas manifestações de cunho racista trecho mencionado na Defesa que diz “Ainda, a frase em si, ou seja, tal comentário seria a mesma coisa falar se “*o Bruce Lee continuava japonês*”, fato notório e que todo mundo sabe. Não há qualquer caráter discriminatório, ofensivo e principalmente vexatório”<sup>57</sup>”.

53 Art. 20-A. Os crimes previstos nesta Lei terão as penas aumentadas de 1/3 (um terço) até a metade, quando ocorrerem em contexto ou com intuito de descontração, diversão ou recreação.

54 “Art. 20-C. Na interpretação desta Lei, o juiz deve considerar como discriminatória qualquer atitude ou tratamento dado à pessoa ou a grupos minoritários que cause constrangimento, humilhação, vergonha, medo ou exposição indevida, e que usualmente não se dispensaria a outros grupos em razão da cor, etnia, religião ou procedência.”

55 Vide, por exemplo os julgados TJSP:Apelação Criminal 1501837-30.2020.8.26.0482; Relator (a): Freire Teotônio; Órgão Julgador: 14ª Câmara de Direito Criminal; Foro de Presidente Prudente - 3ª Vara Criminal; Data do Julgamento: 27/05/2022; Data de Registro: 27/05/2022 e STJ; Recurso Especial nº 1934802 - RS (2021/0120690-7); Relator (a): Min. Jesuíno Rissato (Desembargador Convocado do TJDFT); Data do Julgamento: 02/02/2022.

56 TRT2; RTOrd1001759-63.2017.5.02.0435, Relatora: Rose Mary Copazzi Martins, Órgão Julgador: 5ª Vara do Trabalho de Santo André/SP; Data do Julgamento: 11/05/2018

57 TRT2; Ação Trabalhista ATSum 1000228-60.2021.5.02.0027; Relatora: RENATA BONFIGLIO; Órgão Julgador: 27ª Vara do Trabalho de São Paulo - Vara do Trabalho; Data do Julgamento: 07/05/2021

Podemos perceber que não só a Ré incorre em outro frequente problema do uso de estereótipos asiático-amarelo, tal qual a falsa noção de que “todos os asiáticos são iguais” que ignora completamente as ricas e diversas diferenças históricas socio-culturais entre as centenas de povos asiáticos existentes na face da Terra a milhares de anos, como também usa da equivocada alegação para justificar que sua fala *não seria discriminatória, ofensiva ou vexatória*. A falta de consciência do peso de suas próprias falas e ações, assim como o reforço na conduta ofensiva, demonstra como a população de maneira geral ainda enxerga como natural a humorização e diminuição das agressões atreladas aos grupos minoritários, carecendo de intensa movimentação dos imigrantes japoneses e seus descendentes para mudar de vez este errôneo entendimento.

## 5. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, temos claro que os imigrantes japoneses e seus descendentes enfrentaram e enfrentam diariamente os efeitos negativos das expressões dos estereótipos ao grupo relacionado, sendo constantemente vítimas do denominado *Racismo Recreativo*. Sendo alvos tanto de estereótipos negativos (atrelados as piadas e brincadeiras derogatórias), seja por quanto positivos (minoria modelo), é frequente a banalização dos preconceitos direcionados ao grupo de imigrantes e descendentes, assim como a sua redução a uma mera condição de objeto jocoso para os demais grupos étnico-raciais.

Com raízes extremamente profundas e antigas, que marcam os primeiros encontros dos europeus com os asiáticos, a imagem criada dos japoneses, feita especialmente para garantir sua inferiorização hierárquica em relação aos brancos e sua instrumentalização para controle da posição social das demais minorias étnicas, segue a mesma. Mesmo com uma visão mais positiva da população japonesa nos dias de hoje, marcada pelas relações harmoniosas entre os dois países, esta não foi suficiente para apagar as feridas deixadas pelas décadas de tratamento negativo, permeando inclusive a imagem dos descendentes nascidos no Brasil como *estrangeiros e alheios à população*.

Neste sentido, os demais grupos étnico-raciais parecem até mesmo fazer uma “victoria” da adequação dos imigrantes e descendentes japoneses à imagem criada por eles, sendo que aos indivíduos que se afastam dos estereótipos atribui-se o apelido de “japonês do Paraguai”. De forma a alterar este cenário e munido pelas mudanças legislativas e o aumento dos coletivos amarelos, cumpre aos próprios imigrantes e



descendentes se colocar à frente na luta anti-racista e se negar a perpetuar os estereótipos e violências praticadas até então. Ainda que momentos sombrios apareçam com frequência, como foi o aumento da violência anti-asiática na pandemia, o aumento e fomento às discussões de cunho racial deve ser celebrado e levado adiante.

Ainda que justificáveis as pessoas que ainda tem receio de se insurgir contra o Racismo Recreativo, é necessário que, para uma mudança de panorama ocorra, a resiliência e força do povo japonês que sobreveio a todas as dificuldades da imigração surja novamente, garantindo a energia necessária para que uma mudança derradeira possa, enfim, acontecer. Espera-se que, com isso, todas as novas gerações de nikkeis que vierem a nascer de agora em diante possam aproveitar este país sem medo de se orgulhar de sua origem e de quem verdadeiramente são.

## 6. BIBLIOGRAFIA

100 anos de Imigração Japonesa no Brasil. Gannen-mono: os primeiros emigrantes para o ultramar. Disponível em: <[https://www.ndl.go.jp/brasil/pt/s1/s1\\_1.html](https://www.ndl.go.jp/brasil/pt/s1/s1_1.html)>. Acesso em: 24.08.2023

100 anos de imigração japonesa no Brasil. A Lei Fidélis Reis (artigo publicado em jornal de língua japonesa) レイス法案(邦字紙記事). Disponível em: <<https://www.ndl.go.jp/brasil/text/t049.html>> . Acesso em: 25.08.2023

ARAUJO, Marcelo. CHINESES NO RIO DE JANEIRO: O SÉCULO XX E A MIGRAÇÃO EM MASSA. Departamento de História do Colégio Pedro II, 2015. Disponível em: < [https://www.researchgate.net/publication/371599127\\_CHINESES\\_NO\\_RIO\\_DE\\_JANEIRO\\_O\\_seculo\\_XX\\_e\\_a\\_migracao\\_em\\_massa/](https://www.researchgate.net/publication/371599127_CHINESES_NO_RIO_DE_JANEIRO_O_seculo_XX_e_a_migracao_em_massa/)>. Acesso em: 25.08.2023

BONAZZO, Claude e WONG, Y Joel. Japanese international female students' experience of discrimination, prejudice, and stereotypes. Universidade do Texas: College Student Journal, 2007.

BRASIL, Ministério do Turismo. 114 anos de Japão no Brasil. Ministério do Turismo, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/114-anos-de-japao-no-brasil>>. Acesso em: 27.08.2023.

BUENO, Alexandre Marcelo. Imigrantes japoneses e a língua portuguesa: um caso de preconceito linguístico / Japanese immigrants and the Portuguese language: a case of linguistic prejudice. REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM, 2020. Disponível em: <<<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/15491>>. Acesso em: 27.08.2023.

CARVALHO, Paulo de. O que é Racismo? – Racismo enquanto teoria e prática social, 1ª ed. Lisboa: Escolar Editora, 2014.

CASTAÑEDA, Mari. The Power of (Mis)Representation: Why Racial and Ethnic Stereotypes in the Media Matter. Universidade de Massachusetts Amherst, ScholarWorks@UMassAmherst, 2018. Disponível em: <[https://scholarworks.umass.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1059&context=communication\\_faculty\\_pubs](https://scholarworks.umass.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1059&context=communication_faculty_pubs)>. Acesso em: 28.08.2023.

CHEN, Hanna Yun-Han. The Internalization of the Model Minority Stereotype, Acculturative Stress, and Ethnic Identity on Academic Stress, Academic Performance, and Mental Health Among Asian American College Students. Dissertations: Loyola University Chicago, 2017. Disponível em: <<https://core.ac.uk/reader/214366400>>. Acesso em: 27.08.2023.

CZEPULA, Kamila. “Os indesejáveis Chins”: A imigração chinesa nas páginas do jornal Gazeta de Notícias. ANPUH-SP, 1879. Disponível em: <[http://www.encontro2016.sp.anpuh.org/resources/anais/48/1467761499\\_ARQUIVO\\_TEXTO\\_completoANPUH.pdf](http://www.encontro2016.sp.anpuh.org/resources/anais/48/1467761499_ARQUIVO_TEXTO_completoANPUH.pdf)>. Acesso em: 25.08.2023

Estadão. 8 vezes em que atores brancos interpretaram personagens de outras etnias. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/fotos/emails/tv/8-vezes-em-que-atores-brancos-interpretaram-personagens-de-outras-etnias/>>. Acesso em: 27.08.2023.

Folha de São Paulo. Globo favorece atores ocidentais em núcleo japonês de nova novela das 18h. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/08/1800063-globo-favorece-atores-ocidentais-em-nucleo-japones-de-nova-novela-das-18h.shtml>> . Acesso em: 28.08.2023

IGARASHI, Renato. Algumas reflexões sobre o passado e o presente da comunidade nipo-brasileira como minoria racial. Jus Navigandi, 2019. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/69497/algumas-reflexoes-sobre-o-passado-e-o-presente>>

-da-comunidade-nipo-brasileira-como-minoria-racial>. Acesso em: 28.08.2023.

IKEGUCHI, Cecilia B e ROBINSON, Patricia. Exploring the Relations between Stereotyping, Prejudice and Discrimination among Japanese University Students: A Survey Study. Japão: Intercultural Communication Studies XXVIII, 2019.

JESUS, Jaqueline de. O que é Racismo? - Racismo: Processos psicossociais de exclusão, 1ª ed. Lisboa: Escolar Editora, 2014.

KEEVAK, Michael. The Chinese were white – until whitemen called them yellow. South China Morning Post, 2019. Disponível em: <<https://www.scmp.com/week-asia/opinion/article/2184754/chinese-were-white-until-white-men-called-them-yellow>>. Acesso em: 24.08.2023

LESSER, Jeffrey. A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Unesp, 2001.

MAIA, Kenia Soares; ZAMORA, Maria Helena Navas. O Brasil e a lógica racial: do branqueamento à produção de subjetividade do racismo. Psicol. clin., Rio de Janeiro, 2018 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-56652018000200005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652018000200005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 28.08.2023.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. ABOLIÇÃO NO BRASIL: A CONSTRUÇÃO DA LIBERDADE. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639642>>. Revista HISTEDBR On-Line, 2012. Acesso em: 27.08.2023.

MOREIRA, Adilson José. O que é discriminação?. 1ª ed., Belo Horizonte-MG: Letramento, 2017.

MOREIRA, Adilson. Racismo Recreativo. 4ª ed. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

Universidade Estadual de Fitchburg, Livraria Amelia V. Gallucci-Cirio. Anti-racism Resources. Disponível em: <<https://fitchburgstate.libguides.com/c.php?g=1046516&p=7611618>>. Acesso em: 29.08.2023.

NOMIO, Toru. O homem da mata selvagem: saga do pai da imigração japonesa, Shuhei Uetsuka. São Paulo: Editora Jornalística União Nikkei, 2007. Título original: Koya no hito

NUCCI, Priscila. O perigo Japonês. IFCH/UNICAMP, 2006. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5748627/mod\\_resource/content/2/200-Texto%20do%20artigo-650-1-10-20110118.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5748627/mod_resource/content/2/200-Texto%20do%20artigo-650-1-10-20110118.pdf)>. Acesso em: 26.08.2023.

RIBEIRO, Djamila. Pequeno Manual Antirracista, 13ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SAYURI, Juliana. O que é Racismo Recreativo. E como ele se manifesta. Nexo Jornal, 2019. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/05/27/O-que-%C3%A9-racismo-recreativo.-E-como-ele-se-manifesta>>. Acesso em: 28.08.2023.

The Guardian. Ghost in the Shell's white washing: does Hollywood have an Asian problem?. Disponível em: <<https://theconversation.com/6-actions-australias-government-can-take-right-now-to-target-online-racism-118401>>. Acesso em: 26.08.2023

Universidade do Texas em Austin, Centro de Aconselhamento e Saúde Mental. Model Minority Stereotype for Asian Americans. Texas Divisão de Assuntos Estudantis. Disponível em: <<https://cmhc.utexas.edu/modelminority.html#what>>. Acesso em: 26.08.2023.

capítulo

# 14



Nádia Naomi Ota Terzi

## **Estereótipos e seu reflexo na construção da identidade nikkei**



## ESTEREÓTIPOS E SEU REFLEXO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NIKKEI

Nádia Naomi Ota Terzi<sup>1</sup>

### SUMÁRIO:

1. Introdução.....	262
2. O estudo de estereótipos.....	263
3. Analisando estereótipos nipo-brasileiros.....	266
a. "Me vê um pouco de <i>satou</i> ".....	266
b. "Para entrar na USP, mate um japonês.".....	268
c. A mulher japonesa submissa e tímida.....	270
d. Mestiços, soma de estereótipos e fetichização.....	272
e. O nipo-brasileiro e seus estereótipos no Japão.....	274
f. COVID-19 e resgate de estereótipos negativos.....	275
4. Conclusão.....	277
5. Bibliografia.....	279

### 1. INTRODUÇÃO

O presente estudo busca identificar e compreender os estereótipos dos nipo-descendentes no Brasil, a fim de relacionar seu impacto sobre a construção da identidade nikkei. Apesar do Brasil apresentar a maior população nipônica fora do Japão, além da convivência social no Brasil de cerca de 115 anos, os nipo-brasileiros permanecem como uma parcela da população estereotipada e de isolado imaginário social. Não obstante a presença nipo-brasileira já ser antiga no Brasil, há uma relativa escassez de estudos referentes à essa minoria étnica, sendo estes essenciais para as gerações futuras e o entendimento da sociedade brasileira atual.

Para tanto, neste estudo são apresentadas as teorias referentes ao conceito de estereótipo, com o viés dos estudos sociais. Isto é, embora exista um grande alicerce relacionado ao estudo de estereótipos vinculado às ciências da psicologia, o estudo buscará elucidar as questões relacionadas à generalização social em conjunto com uma análise histórica e depoimentos sociais. Foram analisados, portanto, artigos sociológicos baseados em análises de jornais e periódicos referentes à comunidade nipo-brasileira, assim como o depoimento de uma variedade de indivíduos de ascendência japonesa.

<sup>1</sup> É aluna do quinto ano da graduação da Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP) e aprovada no mestrado de Prática Jurídica Global com início em 2024 na Faculdade de Direito da Universidade de Keio.

Inicialmente observamos a construção de estereótipos que permeiam todas as gerações de nipo-descendentes e seu reflexo na vivência de cada indivíduo. Nesta primeira análise, portanto, observamos a construção do imaginário da minoria modelo e da cultura do trabalho, da submissão das mulheres nikkeis, além do estereótipo do nikkei no Japão. Ainda, buscaremos apresentar e estudar estereótipos recentemente observados em conjunto com suas consequências sociais sobre a formação identitária nipo-brasileira. Nessa parcela, apresentaremos a presença da dualidade da estereotipização da população nipo-descendente mestiça, além de suas peculiaridades quando relacionado com os demais nikkeis; Também analisaremos brevemente o reflexo da pandemia sobre a implementação de estereótipos negativos sobre orientais.

Será realizada uma análise bibliográfica de diversos estudos teóricos internacionais, mas principalmente brasileiros, atentando-se principalmente às experiências e depoimentos de nipo-descendentes presentes nestes trabalhos. Como complemento, ainda, serão utilizados os depoimentos obtidos em uma pesquisa online<sup>2</sup> realizada através de um formulário enviado às principais entidades nikkei de São Paulo.

Finalmente, como uma mulher mestiça, filha de mãe nissei e pai brasileiro, acrescentarei ao trabalho depoimentos pessoais como forma de ilustração do debate. A inserção dessas observações de cunho subjetivo visam enriquecer o estudo de fatos reais, ao mesmo tempo em que busca-se preservar a objetividade do estudo social.

## 2. O ESTUDO DE ESTEREÓTIPOS

O estudo de estereótipos é um instrumento fundamental para o entendimento da inserção social de indivíduos em uma sociedade, além de estar diretamente vinculado à construção de identidade. Através da observação da preservação e criação de novos estereótipos em sociedade, é possível entender melhor as questões relacionadas a ideais racistas que permeiam a sociedade de maneira menos exposta. Nos estudos da psicologia e sociais, o estudo dos estereótipos se apresenta em diferentes abordagens, concentrando-se principalmente sobre a questão da verossimilhança de estereótipos e sobre os impactos sociais da existência destes, respectivamente.

Portanto, neste artigo buscaremos observar estudos sociais referentes aos estereótipos e a comunidade nikkei, formada por japoneses imigrantes e seus descendentes no Brasil. O aprofundamento acerca do surgimento, manutenção e reflexos sociais

---

<sup>2</sup> Planilha das respostas do formulário de questões utilizado para a pesquisa: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1UhrZmwDTZ542H0jlMeTsWypfjFNJv2thXM0FdKwsT28/edit?usp=sharing>

dos estereótipos é de fundamental relevância tanto para o entendimento da inserção do nikkei na sociedade brasileira, quanto para a formação de sua identidade como nipo-brasileiro. Assim, observamos que os estereótipos podem alterar tanto a maneira como os outros nos veem, quanto a visão do próprio indivíduo estereotipado.

Destaca-se que o objeto de estudo deste artigo não se trata da análise da verossimilhança entre as características dos nipo-brasileiros de fato e seus estereótipos, da busca da determinação de características naturais a todos os nikkeijin. O estudo visa analisar o contexto histórico cultural brasileiro e japonês que propiciou o surgimento de determinados estereótipos que pairam sobre o imaginário da população, além de suas consequências de fato sobre a convivência social das diferentes gerações de japoneses no Brasil.

O conceito de estereótipo é muito debatido pela comunidade internacional, entretanto, não existe um conceito objetivo e definitivo de estereótipo. A depender dos objetivos dos estudos conduzidos em torno da análise dos estereótipos, diferentes características do mesmo são foco de análise. Dessa forma, enquanto os estudos da psicologia relacionados ao estereótipo são majoritariamente direcionados para a análise de sua verossimilhança com as características de determinados grupos sociais e a forma como surgem os estereótipos diante da percepção de cada indivíduo, as ciências sociais podem abordar diferentes perspectivas relacionadas ao surgimento de estereótipos em relação ao desenvolvimento histórico de determinada sociedade, além de identificar as relações de racismo decorrente dos estereótipos, entre outras consequências socioculturais.

Alguns dos expoentes dos estudos de estereótipos foram Lippmann, Katz and Braly e Brigham. Para Lippmann, os estereótipos são criados para que o homem consiga entender um mundo além do seu alcance intelectual, em um processo em que o homem constrói uma imagem em sua cabeça do que seria este mundo. Para tanto, essa construção tem base no arcabouço cultural do indivíduo, ou seja, utiliza-se algo que sua cultura já havia determinado anteriormente para tentar perceber o mundo conforme ela, em uma visão estereotipada. Ainda, os estereótipos seriam indesejáveis por apresentarem conteúdo não correto, já que para o autor esse processo de formação de estereótipos “impõe uma certa perspectiva no objeto que os sentidos examinam antes mesmo do objeto ser analisado de forma racional”<sup>3</sup>.

Katz e Braly, por sua vez, entendem que “um estereótipo é uma impressão fixa, que se conforma muito pouco com os factos que tende a representar, e resulta de definirmos primeiro e observarmos depois [p. 181].”<sup>4</sup>

3 BRIGHAM, John C. “Ethnic stereotypes.” *Psychological bulletin* 76, no. 1 (1971): p. 15.

4 KATZ, Daniel., & BRALY, Kenneth. Racial stereotypes in one hundred college students. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 1933, 28, p. 181.



Para os fins deste estudo, portanto, podemos entender o estereótipo como uma forma de generalização de características de determinado grupo étnico, podendo ser esta generalização considerada “positiva” ou “negativa”, a depender da característica estereotipada em destaque. Esta qualificação, entretanto, não se refere aos resultados sociais dos estereótipos, visto que até mesmo os estereótipos considerados “positivos” podem ser forma de diferenciar e segregar determinado contingente populacional da sociedade em que se insere. Portanto, consideramos os estereótipos como a “generalização sem exceções sobre o grupo alvo”, a fim de analisarmos a origem dessas suposições gerais e seu reflexo na construção da identidade do indivíduo nipo-descendente.

Seguindo, a doutrina acerca dos estereótipos os entende como completamente incorretos, por não apresentarem uma relação clara e definida de causalidade entre a característica apontada como estereótipo e os fatos reais. Ou seja, a maioria dos teóricos entende que “os estereótipos são ilógicos em sua origem e irracionalmente resistentes a novas informações sobre o grupo estereotipado’. Cada uma dessas acusações é bem fundamentada se um estereótipo for entendido como uma generalização sem exceções sobre o grupo-alvo (por exemplo, “Todos os asiáticos são inteligentes”).”<sup>5</sup>

Ainda, Brown entende que o maior problema referente aos estereótipos decorre do processo de avaliação de características de um grupo externo através de padrões determinados por um grupo interno. Marlene Mackie, por sua vez, defende que os estereótipos podem apresentar um impacto negativo sobre a sociedade<sup>6</sup>, ensejando à população a ignorar as individualidades e diferenças dos indivíduos de determinado grupo social. Assim, a manutenção de estereótipos colabora para a resistência e rigidez de certos grupos dominantes de assimilar grupos sociais diversos de acordo com as mesmas características durante um longo período de tempo. As pessoas, então, ao invés de buscarem seu próprio juízo acerca do indivíduo com o qual estão tendo contato, optam por direcionar sua percepção ao uso de estereótipos.

Nesse sentido, os estereótipos podem também apresentar grande impacto sobre problemas sociais como na questão da empregabilidade e inserção social de determinadas parcelas étnicas, fatores a serem estudados neste artigo nos capítulos seguintes.

5 JUSSIM, Lee J., Clark R. McCauley, and Yueh-Ting Lee. “Why study stereotype accuracy and inaccuracy?.” (1995). P. 6.

6 MACKIE, Marlene. “Arriving at “truth” by definition: The case of stereotype inaccuracy.” *Social problems* 20, no. 4 (1973): 434.

### 3. ANALISANDO ESTEREÓTIPOS

#### a. “Me vê um pouco de *satou*.”

Iniciaremos a análise de estereótipos através dos estudos do “perigo amarelo”<sup>7</sup>. A imigração de japoneses para o Brasil foi muito discutida, pensada e repensada antes da chegada do primeiro navio Kasato Maru. A elite brasileira durante o século XIX precisava urgentemente de mão de obra para suas principais atividades agrícolas, ao mesmo tempo que uma política eugenista e embranquecedora era disseminada no país. Dessa forma, enquanto alguns defendiam a entrada de japoneses para o suprimento da mão de obra carente, outros negavam veementemente a entrada destes migrantes com medo do “acréscimo do amarelo no país”<sup>8</sup> e consequentemente do aumento da mestiçagem indesejada. Posteriormente, em 1895, com a elaboração do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Brasil e Japão, além da disseminação de propaganda relacionada ao caráter trabalhador e obediente dos japoneses no Brasil, teve início o movimento migratório do Japão para o Brasil.<sup>9</sup>

Entretanto, nos anos seguintes, diante da conjuntura nacional, os nipo-brasileiros passaram a receber um tratamento distinto que caracteriza o que entendemos hoje como “perigo amarelo”. A questão do perigo amarelo é pouco mencionada na mídia e no cotidiano, até mesmo na comunidade Nikkei. Em uma pesquisa em formulário, quando disposta a opção de reconhecimento do estereótipo de japonês como perigoso, nenhum participante a escolheu. Pessoalmente, enquanto aluna do Ensino Médio, em uma aula sobre a Ditadura Militar, minha professora veio a mencionar brevemente que os japoneses sofreram perseguições por conta do clima político resultante da Segunda Guerra Mundial. Quando cheguei em casa logo comentei com minha mãe sobre a aula e ela mencionou que quando era criança um amigo de seu pai havia desaparecido durante este período quando foi ao mercado e pediu “um pouco de *satou*”, ou açúcar em japonês.

Observa-se, então, que durante a instauração do Estado Novo de Getúlio Vargas, e como resultado do posicionamento oposto entre Brasil e Japão durante a Segunda Guerra, diversos nipo-brasileiros que chegaram alguns anos antes ao Japão passaram a ser tratados como ameaça: “os imigrantes japoneses e seus descendentes passaram a ser “sistematicamente vigiados e reprimidos pelos órgãos do governo

7 Denominação usada pela primeira vez na Europa pelo Kaiser Guilherme II da Alemanha ao “advertir” os russos sobre a expansão nipônica pela Ásia.

8 TAKEUCHI, Márcia Yumi, e Maria Luiza Tucci Carneiro. “O perigo amarelo: imagens do mito, realidade do preconceito (1920-1945). P. 53.

9 SAKURAI, Célia. O “preconceito da nacionalidade”. Polêmicas em torno dos imigrantes japoneses nas décadas de 1920 e 1930. In: Imigração tutelada: os japoneses no Brasil. Campinas, SP: [s.n.], 2000. p. 206.

Vargas”.<sup>10</sup> Apenas posteriormente e graças à propaganda de ambos os governos, assim como a ascensão social dos imigrantes nipônicos que a população brasileira passou a ter outra imagem da população japonesa imigrante.

Yudi Rafael Lemes Koike ainda aponta a publicação de jornais na década de 1940 que exaltavam o sentimento antinipônico no país:

“Uma série de artigos com o título de O Perigo Japonês é publicado por Vivaldo Coaracy no Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, e reeditados no mesmo ano na forma de um livro. Também em 1942, Carlos de Souza Moraes publicou seu livro A ofensiva japonesa no Brasil: aspecto social, econômico e político da colonização nipônica. Nas duas obras, de conteúdo explicitamente racista, divulgou-se os perigos de uma suposta invasão japonesa no território brasileiro, através dos imigrantes.”<sup>11</sup>

Não apenas no Brasil o sentimento antinipônico foi presente na época. Concomitantemente, a maior parte das potências do Ocidente apresentavam políticas anti-nipônicas diante da conjuntura política internacional.

Por conta da disseminação do estereótipo do nipo-descendente como perigoso, políticas como a proibição da língua japonesa, participação em associações e a revogação do direito de reunir foram implementadas. Ademais, como ocorrido com o amigo de meu avô, durante os anos 40 também eram comuns as “delações, prisões arbitrárias, furtos às residências de imigrantes e até mesmo agressões físicas”<sup>12</sup>.

Assim, o imaginário brasileiro acerca da população nipônica em 1944 é bem esclarecido pelas palavras do Ministro da Justiça Francisco Campos que afirmou que os japoneses eram:

“Um perigoso foco de infecção... inassimiláveis... [já que] eles pertencem a uma raça e a uma religião absolutamente diversas; falam uma língua irreduzível aos idiomas ocidentais; possuem uma cultura de baixo nível, que não incorporou, da cultura ocidental, senão os conhecimentos indispensáveis à realização dos seus intuítos militaristas e materialistas; seu padrão de vida desprezível representa uma concorrência brutal com o trabalhador do país;

10 TAKEUCHI, Márcia Yumi, e Maria Luiza Tucci Carneiro. “O perigo amarelo: imagens do mito, realidade do preconceito (1920-1945).” (2004).

11 KOIKE, Yudi Rafael Lemes. “NARRATIVAS NIPO-BRASILEIRAS: experiências da alteridade em São paulo.” (2011). P. 27.

12 DEZEM, Rogério. Hi-no-maru manchado de sangue: a Shindô Renmei e o Deops/SP. In: Imigrantes japoneses no Brasil: trajetória, imaginário e memória. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

seu egoísmo, sua má-fé, seu caráter refratário fazem deles um enorme quisto étnico, econômico e cultural localizado na mais rica das regiões do Brasil”<sup>13</sup>

É possível perceber que as primeiras gerações de nipo-brasileiros apresentavam estereótipos de perigo, baixo nível, inassimilável, egoísta e de má-fé. Durante as primeiras décadas da imigração japonesa, portanto, o sentimento brasileiro relacionado à imigração japonesa foi extremamente negativo, apenas aceitando a chegada destes imigrantes por conta de um déficit de mão de obra para as atividades agrícolas da época.

#### **b. “Para entrar na USP, mate um japonês.”**

O seguinte estereótipo é o que apresenta maior literatura nacional e internacional. O estereótipo de minoria modelo, principalmente, vinculado à inteligência, esforço e honestidade é recorrente em todas as gerações de descendentes não apenas nipônicos, mas orientais. Enquanto a literatura norte-americana apresenta a perspectiva dos descendentes de coreanos e chineses, principalmente, a literatura brasileira relacionada à minoria modelo se refere em grande proporção à comunidade nikkei. Interessante, entretanto, é observar que apesar das características culturais distintas e diferenças étnico-raciais, o estereótipo de minoria modelo apresenta raízes semelhantes.

O conceito de minoria modelo foi criado por cientistas sociais americanos em uma tentativa de denominar o tipo de estereótipo “positivo” que determinados grupos sociais apresentavam. No caso brasileiro, verifica-se o estereótipo de minoria modelo diante da disseminação da imagem do nipo-brasileiro como inteligente, trabalhador, honesto e confiável.

O surgimento desta imagem dos nipo-brasileiros passou a ser mais amplamente verificado com o desenvolvimento da segunda geração de nipo-descendentes no país. Enquanto seus pais eram considerados de baixo nível e inassimiláveis à cultura brasileira, os nisseis já apresentavam maior nível educacional e também econômico, conquistando espaços de boa reputação na sociedade brasileira. Conforme a doutrina, essas conquistas da população nikkei são resultados da educação e valores confucionistas e imperialistas, herdados da cultura japonesa da época, além de também serem um reflexo da necessidade da conquista do sucesso que a primeira geração buscava no país.

---

13 KOIKE, Yudi Rafael Lemes. “NARRATIVAS NIPO-BRASILEIRAS: experiências da alteridade em São Paulo.” (2011). P. 27. “Imigração Japonesa”, BMTIC, número 114, fev.1944, p.269 apud CYTRYNOWICZ, 2002, p.150-151.

Por conta da disseminação destes estereótipos, até os dias atuais não é incomum escutar as frases “para entrar na USP, mate um japonês”, “enquanto você descansa, tem um japonês estudando” em ambientes escolares e principalmente antes dos vestibulares nacionais. Ainda, existe o estereótipo de que os nikkeijin são bons em matérias de exatas.

M.M. comenta que sua vivência como mulher nipo-brasileira é “constantemente ser apontada como submissa ou inteligente de forma que causou ansiedade na tentativa de atender às expectativas de outros.” Ainda, N.K. relata a pressão que sente em corresponder ao estereótipo de minoria modelo: “Se culpar por não ser bom em exatas (“ué, mas você não é japonesa?”)”, assim como J. T. E. que comenta que desde criança não podia “se dar ao luxo de “tirar notas baixas “”.

O estereótipo de minoria modelo, portanto, mesmo que reconhecido como um estereótipo “positivo”, apresenta seus aspectos negativos ao influenciar sobre a segregação da população nipo-descendente dos demais brasileiros, além da geração de pressão na população descendente em se encaixar nas expectativas sociais criadas ao redor de sua etnia.

Outrossim, o impacto do estereótipo de minoria modelo ainda pode apresentar consequências profundas sobre a construção da identidade de jovens nipo-brasileiros. Como, por exemplo, no caso da autora da monografia “Entre Sedas e Quimonos: reflexões e criação artística sobre a imagem da mulher nipo-brasileira”:

“Na escola, muitas vezes ouvia comentários de que eu deveria ser boa em determinada coisa ou outra, pois isso era “típico dos japoneses”, e muitas vezes me vi tentando me afastar de tudo o que remetia à cultura japonesa para não me definirem por aquilo. Os estereótipos delimitam o que é ser um indivíduo asiático, ditando que ele deve apresentar determinada conduta, determinado empenho. Muitas vezes, para fugir dessas categorias, o indivíduo rejeita ou se afasta daquilo, mesmo que por vezes se identifique com aquelas características, ele acaba fingindo ser alguém que não é apenas para não cair nos estereótipos.”<sup>14</sup>

Quanto às vantagens resultantes do reconhecimento de uma minoria modelo, são elencadas durante a pesquisa a visão do nipo-brasileiro como confiável e a maior facilidade de contratação em processos seletivos. Nesse sentido, alguns comentários apresentados em pesquisa são o de E. A. S.: “Meu pai e eu, tínhamos uma oficina

14 CATITA, Eduarda de Lima Suzumura. (2021). Entre sedas e quimonos: reflexões e criação artística sobre a imagem da mulher nipo-brasileira. Monografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. P. 87.

automotiva, em que muitos clientes novos comentavam ter confiado seus veículos pelo fato de sermos descendentes de japoneses, acreditando na honestidade e confiabilidade do diagnóstico e manutenção.” De F.Y.M.: “Assumirem que sou inteligente e nunca duvidaram que poderia passar na USP, por exemplo. Acredito que em vagas de emprego também ajuda. Sinto que, em ambientes de trabalho, as pessoas me veem como uma pessoa mais honesta/responsável, mesmo que eu nunca tenha tido a oportunidade de me mostrar como tal”, J. T. E.: “Ser minoria modelo sempre transparece que conseguimos ser honestos no trabalho”, e A. K. N.: “Fui chamada para estagiar por ter descendência japonesa”.

Ainda, o status do nipo-descendente atinge outras esferas sociais, como no caso apresentado por X. Z.: “Por exemplo, em uma Blitz de trânsito. Uma vez escutei de um agente policial de longe: “Deixa ele passar, é japonês.”.

Esta vantagem decorrente da imagem geral do nipo-brasileiro é também motivo de estranhamento e incômodo para muitos descendentes, visto que não é resultado de sua própria conduta e desempenho, mas sim de um estereótipo formado no imaginário do outro com o qual se relaciona.

Entretanto, como apontam as pesquisas, por mais que os nipo-brasileiros sejam bem reconhecidos no ambiente de trabalho e durante o decorrer das décadas a população tenha conquistado melhores condições de vida e ascendido social e economicamente, ainda são raros os cargos de alto padrão ocupados por nikkeis. Assim, podemos observar que o ideal de minoria modelo não apenas implica na visão do japonês como trabalhador, mas também como obediente e “que não toma riscos”. J. T. E., por exemplo, mulher nikkei da faixa dos 30 a 40 anos depõe que “Como parte desse ideal de minoria modelo nunca consegui subir de cargo em comparação a uma pessoa branca”. Logo, mais uma vez fica exposto a função da estereotipização como forma de domínio de um grupo estabelecido diante de outro, por mais que os estereótipos inicialmente apresentem-se como sentimento de admiração.

### **c. A mulher japonesa submissa**

A imagem da mulher japonesa é um caso à parte totalmente distinto do estereótipo global nikkei. A construção da imagem da nipo-brasileira no Brasil é um resultado de interpolações culturais e midiáticas de diversas décadas, em função do orientalismo ocidental.<sup>15</sup>

---

15 CATITA, Eduarda de Lima Suzumura. (2021). Entre sedas e quimonos: reflexões e criação artística sobre a imagem da mulher nipo-brasileira. Monografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Anterior ao início do chamado “japonismo” pela doutrina nacional, a imagem do Japão disseminada pelos países ocidentais era centralizada principalmente na figura feudal do samurai, da gueixa e das cerejeiras, exacerbando as características femininas e inofensivas de sua população.<sup>16</sup>

Conforme disserta Eduarda Suzumura, posteriormente, com o início dos movimentos migratórios de japoneses para o Brasil, a mídia passou a representar a população japonesa, incluindo as mulheres, como “capazes de se assimilar à raça branca”, ou seja, capazes de serem inseridos no contexto sociocultural brasileiro de forma inofensiva para a ordem nacional.

Com a Segunda Guerra Mundial e a disseminação da imagem negativa dos japoneses, o anterior tradicionalismo inspirado pelas imagens distribuídas pela mídia ocidental sobre o Japão foi substituído pela visão da gueixa como prostituta, adicionando à soma do imaginário da mulher japonesa o caráter misterioso e sensual. Esse estereótipo, na perspectiva de Uchida, indica a imposição da superioridade do branco em relação às orientais, de forma a reforçar a objetificação de seus corpos como forma de desumanização.<sup>17</sup>

Atualmente, os estereótipos que circundam o imaginário da mulher japonesa incluem docilidade, subserviência, habilidades artísticas e sexuais da gueixa, na visão de Takeuchi<sup>18</sup>, assim como responsabilidade, timidez, inteligência, submissão conforme a pesquisa de Toshiaki Saito. Em coerência com a doutrina e a pesquisa empírica de Saito, alguns dos comentários recebidos em nossa pesquisa destacam:

*“O assédio e sexualização são comuns a imensa maioria das mulheres (infelizmente), mas sinto que das vezes em que estive nesse tipo de situação, a questão da descendência foi um quesito relevante. Já ouvi muito em festas, bares ou no carnaval as frases “meu sonho é ficar com uma japinha”, “japas são mais boazinhas/quietinhas” e por aí vai. Creio que muito disso vem da idealização da mulher japonesa submissa.” - A. B. A.*

*“E já fui muito fetichizada. Assediada por ser amarela. “Sempre gostei de uma japinha”, “como será que é lá embaixo?”. Essas coisas. Por outro lado, também fui considerada feia por ser amarela.” - M. S. T.*

16 ISCHIDA, Camila Aya. “A experiência Nikkei no Brasil: uma etnografia sobre imaginários e identidades.” PhD diss., Universidade de São Paulo, 2010. P. 104.

17 UCHIDA, Aki. “The orientalization of Asian women in America.” In Women’s Studies International Forum, vol. 21, no. 2, pp. 161-174. Pergamon, 1998. P. 166

18 TAKEUCHI, Márcia Yumi, e Maria Luiza Tucci Carneiro. “O perigo amarelo: imagens do mito, realidade do preconceito (1920-1945).” (2004). P. 272.

Percebe-se, então, que a mulher nikkei é observada muitas vezes apenas como este objeto de caráter exótico e de desejo. Persiste o imaginário sobre as novas gerações de que as mulheres japonesas são submissas e reservadas, como reflete A. B. A.. Verifica-se também o resquício do racismo científico disseminado durante a Segunda Guerra Mundial na pergunta “*como será que é lá embaixo?*”. Suzumura apresenta que durante este período prevaleceu o mito de que as mulheres orientais possuíam genitálias posicionadas na horizontal, resultante do encontro de norte-americanos com mulheres coreanas.<sup>19</sup>

Outrossim, é curioso o comentário de MST, já que já foi considerada feia por ser amarela. A despeito da sexualização e fetichização da mulher nikkei, as dinâmicas de poder raciais ainda colaboram para a colocação do oriental sempre em uma posição inferior. Assim, apesar da mulher poder ser desejada como objeto de prazer pelo indivíduo que se considera superior, ela pode ser considerada não atraente por não se encaixar nos padrões tradicionais de beleza eurocêntricos.

A fetichização da mulher japonesa também foi sempre acompanhada pelo medo da miscigenação. Como resultado desse ideário ocidental, foi criado o estereótipo da “mulher sexualmente subserviente, disponível para os heróis brancos e frequentemente retratada como determinada a corromper a moral deles”<sup>20</sup>. Mais uma vez, confirma-se então apenas o desejo da mulher como forma de obtenção de um prazer momentâneo e de uma “brava descoberta do desconhecido”, sendo indesejável a constituição de família e propagação das características culturais e fenotípicas da mulher oriental.

A reflexão identitária que os estereótipos apresentados provocam na mulher nipo-brasileira circunda, portanto, seus relacionamentos pessoais e profissionais de maneira direta.

#### **d. Mestiços, soma de estereótipos e fetichização**

“Cuidado com o queijinho japonês!”, “mas você é uma menina tão inteligente e comportada”, “não ande com ela, pois os brasileiros são mais sujos do que nós”, “eu achava que mestiças eram menos inteligentes que japonesas” foram alguns dos comentários dirigidos a mim que constituem a soma de estereótipos a ser abordada neste estudo. Se o estudo sobre a comunidade nikkei é pouco abordado na comunidade acadêmica, o reconhecimento dos mestiços descendentes de japoneses é quase inexistente.

---

19 CATITA, Eduarda de Lima Suzumura. (2021). Entre sedas e quimonos: reflexões e criação artística sobre a imagem da mulher nipo-brasileira. Monografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. P. 81.

20 UCHIDA, Aki. “The orientalization of Asian women in America.” *In Women's Studies International Forum*, vol. 21, no. 2, pp. 161-174. Pergamon, 1998.



A mestiçagem não é um elemento recente, tão quanto surpreendente no Brasil. Entretanto, a maior parte dos estudos em torno da população mestiça são dirigidos em relação à mestiçagem de brancos, negros e indígenas.

Como apresentado anteriormente, a imigração japonesa no país foi organizada de forma muito cautelosa, diante dos preconceitos raciais da época e principalmente do medo da miscigenação. Curioso, entretanto, que o medo da miscigenação não era exclusivo da população branca no país.

Devido à disseminação da ideologia imperialista extrema durante o século XIX entre os nipo-descendentes, assim como a segregação mais latente entre as populações brasileiras e japonesa por conta das barreiras linguísticas e culturais, muitos nikkeis eram extremamente avessos aos casamentos inter raciais. Essa aversão, por sua vez, permaneceu em diversas famílias por diversas gerações, sendo atenuada gradativamente conforme o tempo.

Desde antes do nascimento dos primeiros birraciais nikkeis no país, o imaginário em torno da sua mera existência era negativo e beirava a ideia de “degeneração da raça” para ambos os lados envolvidos.

Atualmente, ainda é possível observar que os nipo-descendentes birraciais carregam estereótipos de ambos os lados de sua hereditariedade. Diante da população média brasileira, o mestiço é considerado japonês, chamado de japa e apresenta o mesmo imaginário que os demais nipo-descendentes. Diante da população oriental brasileira, por outro lado, o mestiço muitas vezes é visto e tratado de acordo com o imaginário correspondente à sua outra etnia.

Eu como mestiça de mãe japonesa e pai brasileiro, já fui questionada se eu saberia usar hashi, inúmeras vezes já comentaram que “eu não tenho nada de japonesa” e já ouvi que pensavam que mestiços eram mais burros que os japoneses de nipo-descendentes. Ao mesmo tempo, já ouvi na escola “abre o olho japonês”, entre outros comentários de cunho racial vindos de colegas de ancestralidade europeia.

Ainda, como se não bastasse, as mulheres mestiças apresentam um imaginário próprio original. Assim como as demais mulheres nikkei, as mulheres mestiças são sexualizadas, no entanto, se tornam ainda maior elemento de desejo ao pertencerem a etnias distintas. S. N.. relata:

*“Mulheres mestiças são erroneamente cobiçadas desde muito jovens em razão dos atributos físicos “típicos brasileiros” somados à submissão feminina*

*apresentada em conteúdo adulto e em nichos da cultura japonesa (como em jogos e em desenhos).”*

Diferente das mulheres nikkei, este fetiche parte tanto de homens ocidentais, quanto de homens orientais. Para o homem oriental atual, a mestiça principalmente com características caucasianas é de interesse e de exotividade, já que esteticamente o padrão determinado como belo na mídia é em torno da beleza da mulher ocidental caucasiana. Em uma rápida pesquisa online, por exemplo, é possível observar tutoriais de maquiagem para aproximar a aparência de mulheres orientais e caucasianas à de uma mulher mestiça.

Essa fetichização em conjunto com o estereótipo de pouca inteligência leva ao imaginário da mestiça como objeto de diversão de homens de diversas origens raciais.

No Japão, por exemplo, é frequentemente difundida a imagem de mestiços de japoneses com caucasianos em mangás e na mídia. A grande maioria dos sites de modelo, por exemplo, apresenta uma sessão apenas para ハーフ, *half (japanese)*, ou mestiços. No país, existe atualmente o estereótipo da pessoa mestiça como bela e com características caucasianas, sendo muito requisitados em profissões relacionadas à moda e beleza.

Finalmente, os estereótipos são muito frequentemente elucidados na vida de um indivíduo mestiço-nikkei. Constantemente ser tratado conforme um diferente tipo de imaginário torna a formação identitária desse conjunto racial extremamente complexa. Diante disso, diversos descendentes tornam a optar por se encaixar em uma ou outra imagem, assimilando mais uma das culturas e esquecendo outra. Nesse sentido, o reconhecimento dos estereótipos e a reflexão sobre a forma como eles influem na maneira em como nós vemos nós mesmos é de grande relevância, visto que muitos mestiços podem vir a negligenciar sua bagagem cultural por conta de diferentes questões sociais.

#### **e. COVID-19 e resgate de estereótipos negativos**

A pandemia de COVID-19 apresentou inúmeras consequências que se estendem até os dias atuais. A disseminação de um vírus de alto contágio e alta mortalidade foi responsável por impulsionar mudanças relacionadas ao comportamento dos indivíduos em sociedade, além de também proporcionar um momento de ponderação de direitos fundamentais em detrimento da manutenção da saúde pública. Como resultado de um momento de emergência e calamidade pública, diversas tensões sociais e raciais vieram à tona no país.

Não por acaso, durante este período diversos descendentes de orientais passaram a ser duramente criticados como portadores do coronavírus. Diante das notícias recebidas de Wuhan da proliferação de um vírus desconhecido, muitos indivíduos de países ocidentais passaram a discriminar imigrantes do oriente como se fossem os responsáveis pela crise epidemiológica:

*“A minha vida inteira passei por inúmeros pequenos episódios de racismo, desde pessoas que passavam por mim falando “arigatô” a um episódio forte de xenofobia durante a pandemia. Recebi agressão verbal via chat do facebook de um homem que me encontrou em algum perfil de um amigo em comum, e decidiu que pelos comentários que eu fazia, que eu merecia ser xingada. Me mandou voltar para a China, que sou suja. Me chamou de “xingling”... enfim. Ofensas gratuitas para alguém que nem conhecia.”*

*“Durante o carnaval de 2020, me chamaram de “coronavírus” de diversas formas pejorativas. Foi bastante desconcertante”*

*“(...) ou durante a época da pandemia, em que uma pessoa (branca) fez uma piada sobre como eu seria uma ameaça para a vida dela por conta do covid”*

Além das violências verbais, também não eram raros os casos de agressões físicas de pessoas orientais durante a pandemia. Nos Estados Unidos, duas mulheres orientais foram mortas em 2022 sob a suspeita de “animosidade ou convicção racial”<sup>21</sup>. No Brasil, no mesmo ano, duas idosas nipo-brasileiras foram vítimas de latrocínio e outros cinco casos semelhantes estavam sendo analisados<sup>22</sup>, visto que as vítimas eram cuidadosamente selecionadas por serem nipo-brasileiras (e supostamente apresentarem reservas de dinheiro em casa) e por sua faixa etária.

#### **f. O estereótipo Nikkei no Japão**

Diferente do que já foi apresentado ao decorrer de todo este trabalho, a imagem do nipo-brasileiro é completamente diferente no Japão. Isso demonstra a grande relevância dos vínculos históricos e culturais sobre a construção de estereótipos em torno de determinados grupos. Como resultado dos processos migratórios entre Brasil e Japão, os países apresentam fortes vínculos, dando oportunidade para a criação de

21 VENKATRAMAN, S. “Nowhere Is Safe”: Asian Women Reflect on Brutal New York City Killings. Disponível em: <<https://www.nbcnews.com/news/asian-america/nowhere-safe-asian-women-reflect-brutal-new-york-city-killings-rcna16173>>.

22 VASCONCELOS, C. Polícia investiga onda de roubos a casas de idosas em SP; 2 foram mortas. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/02/13/onda-roubos-idosos-investigacao>>. Acesso em: 30 ago. 2023.

estereótipos. Assim, a população japonesa média, ao encontro dos nipo-brasileiros, passou a estabelecer seu próprio imaginário em relação a estes com o decorrer das décadas.

A construção da imagem dos nikkeijin no Japão teve início com o movimento decasségui. O movimento decasségui foi resultado da procura de melhores condições de trabalho fora do país, que passava por diversas crises nos anos 80, em que diversas famílias nipo-brasileiras buscavam trabalhos no Japão como mão de obra não qualificada. Segundo Konlme, a origem deste movimento ensejava um sentimento de fracasso e era mal vista tanto pela comunidade brasileira no Brasil, quanto pelos japoneses.<sup>23</sup>

À visão japonesa, os nikkeijin vindos do Brasil não somente tinham fracassado em enriquecer em terras estrangeiras, como haviam abandonado sua nação e terra natal.<sup>24</sup> Ademais, o fato dos nikkeijin muitas vezes não falarem a língua japonesa e não apresentarem comportamento e costumes apenas japoneses também era causa de decepção. Ora, o próprio termo *nikkei* fora cunhado para indicar a proximidade cultural dos nipo-brasileiros em relação aos japoneses pelo governo japonês ao estimular a contratação destes para empregos subalternos<sup>25</sup>.

Na perspectiva de Konigame, a expectativa e sentimento de decepção por parte dos japoneses ao verificar sua formação linguística cultural é resultado da falta de informação:

*“Um dos possíveis motivos para esse tratamento diferenciado aos nikkei de modo geral (ou seja, não só nipo-brasileiros), talvez seja a pouca compreensão dos japoneses (ainda mais entre as gerações mais novas) sobre o processo migratório e o estabelecimento dos descendentes de japoneses nas terras estrangeiras, o que é prejudicado pela falta de um diálogo mais aberto e freqüente entre as duas populações, agravando os estranhamentos entre ambos os grupos;”*

A autora ainda destaca que o estereótipo do nipo-brasileiro de trabalhador de baixa

23 KONIGAME, Maria Juliana. “O local e o global na comunidade nipo-brasileira: Um exercício sociológico sob o prisma dos jovens na cidade de São Paulo.” PhD diss., Universidade de São Paulo, 2011. P. 115 - 120.

24 O estereótipo negativo dos decasséguis também tende a realçar um duplo fracasso migratório do ponto de vista do japonês: o primeiro, retrospectivo, dos japoneses de “segunda classe” que deixaram o Japão; o segundo, dos nipo-brasileiros que não conseguiram obter sucesso no Brasil, aumentando a imagem negativa deles como economicamente pobres e fracassados no Japão. Esperava-se, entre a população japonesa, que “aqueles que deixaram o Japão deveriam voltar somente quando tivessem atingido um status superior e riqueza, e não como modestos decasséguis em busca de dinheiro de novo”. Ibidem.P. 123.

25 Ibidem P. 119.

qualificação, “cidadão de segunda classe”<sup>26</sup> e aculturado não se estende para os descendentes que vão ao Japão para a realização de estudos. Estes últimos são vistos no Japão como os descendentes daqueles que conquistaram sucesso econômico no Brasil, sendo bem vistos quanto a sua alta escolaridade. Assim, mesmo que estes descendentes não sejam fluentes em japonês, normalmente é reconhecido o seu interesse em assimilar a cultura e língua local quando chegam no Japão e ingressam nas universidades.<sup>27</sup>

Posto isto, é possível entender a construção do estereótipo do nipo-brasileiro pela população japonesa com origem no valor econômico e acadêmico do imigrante. Assim, o imaginário negativo e prejudicial passa a se aplicar somente àqueles que chegam no país em busca de trabalhos não especializados, os nomeados “decasséguis”, diferente daqueles que apresentam alto nível de profissionalização que se encaixam na categoria de “high skilled professional”<sup>28</sup>

Conclui-se, então, pela dualidade de estereótipos relacionados aos nipo-brasileiros: os estereótipos positivos no Brasil e os estereótipos negativos no Japão de uma forma geral. Esta mistura de imaginários e construções sobre o indivíduo nikkeijin é responsável por dificultar ainda mais o entendimento de sua identidade já que é tratado de uma forma no Brasil e de outra completamente oposta no Japão.

#### 4. CONCLUSÃO

Ao examinarmos neste estudo a relevância dos estereótipos em elucidar o pensamento genérico e as primeiras impressões do grupo dominante sobre outro, é possível elaborar diversas análises sobre as questões socioculturais que permeiam processos de imigração e de exterioridade. O contato com o outro diferente é inevitavelmente acompanhado de algum tipo de juízo de acordo com a bagagem sociocultural do indivíduo que o encontra, sendo apenas prejudicial quando há a persistência e agravamento desses estereótipos.

Ao analisarmos a existência de estereótipos, é possível observar de início que aquela

26 KONIGAME, Maria Juliana. “O local e o global na comunidade nipo-brasileira: Um exercício sociológico sob o prisma dos jovens na cidade de São Paulo.” PhD diss., Universidade de São Paulo, 2011. P. 123.

27 Como ex-intercambista na Universidade de Osaka através do convênio com a Universidade de São Paulo confirmo as conclusões de Konigame, visto que sempre fui bem recepcionada pelos japoneses ao comentar em qual universidade e o que eu estudava independente da minha nacionalidade e etnia.

28 A categoria de “high skilled professional” inclusive apresenta um visto próprio determinado pelo Ministério de Relações Exteriores do Japão, diferente dos demais vistos para descendentes de japoneses. Highlyskilled professional visa. Disponível em: <[https://www.mofa.go.jp/j\\_info/visit/visa/long/visa16.html](https://www.mofa.go.jp/j_info/visit/visa/long/visa16.html)>.

parcela alvo dessas características genéricas ainda não é completamente assimilada socialmente, visto que a população média ainda não consegue desvincular o imaginário comum daquela população e perceber o outro de acordo com suas individualidades. A construção deste imaginário também é perigosa no sentido de formação de um grupo específico que ao ser delimitado pode ser alvo de práticas racistas e segregacionistas.

Durante o decorrer deste estudo, são evidenciados dois principais tipos de estereótipos direcionados aos nipo-brasileiros: os estereótipos positivos, resultantes do imaginário de minoria modelo, e os estereótipos negativos, vinculados à ideia de “perigo amarelo” e da subversividade dos valores japoneses pelos nikkeijin brasileiros. Não obstante as diferenças entre os estereótipos, verifica-se que a perspectiva genérica dos nipo-brasileiros o determina como um eterno estrangeiro, seja no Brasil quanto no Japão.

Entretanto, quando analisamos o sentimento dos nipo-brasileiros em relação à sua identidade, prevalece o sentimento de ser justamente uma mistura sociocultural entre Brasil e Japão<sup>29</sup>. O depoimento de J.T.E ilustra o sentimento identitário nipo-brasileiro de forma catártica:

*“Eu, que já viajei para o Japão, me sinto uma mistura dos dois. É o eterno “não pertencimento”, às vezes o vazio de um e o completo do outro. Não necessariamente como algo ruim. Gosto de falar que sou nikkeiburajirujin no Japão. Então no imaginário do Outro eles podem ter uma ideia de que talvez eu saiba de algo da cultura japonesa. No entanto, elas estão vinculadas à cultura antes da segunda guerra mundial, diferente do Japão de hoje. E como sou de terceira geração, há um esforço maior para aprender a língua.”*

O estudo dos estereótipos vinculados aos nipo-brasileiros também destacam os desafios para a manutenção da comunidade nikkei nas próximas décadas. Como exposto, a influência do imagético brasileiro sobre a construção da identidade dos jovens nipo-descendentes pode vir a afastar a nova geração de suas raízes histórico culturais. Diferente das demais gerações, as gerações mais recentes normalmente apresentam família de longa data no Brasil e não tem em seus planos o retorno ao Japão. Dessa forma, o interesse em se assimilar à sociedade brasileira é muitas vezes tão grande que há um sentimento de vergonha por ser considerado diferente dos demais.

---

<sup>29</sup> 64.3% das respostas à pergunta do sentimento de identidade foi “uma mistura dos dois (Brasil e Japão) conforme a pesquisa conduzida.

Embora os estereótipos sejam meras imagens do outro de forma generalizada, estes são responsáveis por inúmeras consequências para a população nipo-brasileira. Nesse sentido, a pesquisa realizada nesta monografia reconheceu uma profunda relação e até mesmo certa confusão entre a imagem que o outro observa de nós mesmos e a imagem que se tem de si mesmo. A investigação e diferenciação de ambos no dia a dia da pessoa nikkei deve ser algo a ser estimulado, em vista a proporcionar um processo de autoconhecimento dentro da comunidade: O que realmente somos? Por que somos? Porque acreditam que somos isso?

Diante da inerência dos estereótipos em sociedade e da permanência da visão do nipo-descendente como estrangeiro no Brasil, resta a reflexão sobre os estereótipos existentes. Apenas através dos estudos e desse entendimento é possível contornar gradualmente o imaginário que é construído em torno dos nipo-descendentes.

## 5. BIBLIOGRAFIA

CATTA, Eduarda de Lima Suzumura. (2021). Entre sedas e quimonos: reflexões e criação artística sobre a imagem da mulher nipo-brasileira. Monografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

DEZEM, Rogério. (2005). Matizes do ‘Amarelo’: Elementos formadores do imaginário sobre o japonês no Brasil. *Revista de Estudos Orientais*, São Paulo, 1(6), 51-64.

GARDNER, Robert Charles., KIRBY, D. M., & FINLAY, J. C. (1973). Ethnic stereotypes: The significance of consensus. *Canadian Journal of Behavioural Science/Revue canadienne des sciences du comportement*, 5(1), 4.

HAYASHI, Bruno Naomassa. (2022). Metamorfoses do amarelo: a imigração japonesa do “perigo amarelo” à “democracia racial”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 37, e3710809.

ISCHIDA, Camila Aya. (2010). A experiência Nikkei no Brasil: uma etnografia sobre imaginários e identidades. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.

JUSSIM, Lee J., MCCAULEY, C. R., & LEE, Y.-T. (1995). Why study stereotype accuracy and inaccuracy?.

KOIKE, Yudi Rafael Lemes. “NARRATIVAS NIPO-BRASILEIRAS: experiências da alteridade em São Paulo.” (2011). Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis

KONIGAME, Maria. Juliana. (2011). O local e o global na comunidade nipo-brasileira: Um exercício sociológico sob o prisma dos jovens na cidade de São Paulo. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MACKIE, Marlene. (1973). Arriving at “truth” by definition: The case of stereotype inaccuracy. *Social problems*, 20(4), 431-447.

MORI, Robson Hideki. A construção do estereótipo positivo do estudante nipo-brasileiro. 2022. 153 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

MORI, Robson Hideki. (2021). A fluida condição dos nipo-brasileiros nas relações étnico-raciais no Brasil. *MovimentAção*, 8(15), 1-11.

TOKUSATO, L. (2022). Coronavírus: A nova variante do perigo amarelo. *ÂNDÉ: Ciências e Humanidades*, 6(1), 46-58.



capítulo

# 15



Paula Akemi Taba Vaz

**Considerações sobre o  
impacto negativo dos  
estereótipos  
dos japoneses e seus  
descendentes no Brasil**



## CONSIDERAÇÕES SOBRE O IMPACTO NEGATIVO DOS ESTEREÓTIPOS DOS JAPONESES E SEUS DESCENDENTES NO BRASIL

Paula Akemi Taba Vaz<sup>1</sup>

### SUMÁRIO:

1. Introdução.....	282
2. Considerações gerais sobre o estereótipo.....	283
3. Histórico dos estereótipos dos japoneses e seus descendentes no Brasil e considerações sobre o impacto negativo dos estereótipos.....	285
4. Conclusão: um apelo à conscientização.....	293
5. Referências bibliográficas.....	294

### 1. INTRODUÇÃO

Os estereótipos são generalizações, muitas vezes distorcidas, podendo ser atribuídos a certos grupos étnicos. Infelizmente, desde 1908, quando os japoneses migraram ao Brasil, eles e seus descendentes têm sido alvo de uma série de estereótipos prejudiciais que afetam profundamente suas vidas e experiências no país. Essas representações muitas vezes se concentram em receios com o posicionamento armamentista do Japão em relação à Segunda Guerra Mundial, ou em aspectos superficiais, como traços físicos, como olhos puxados, ou ainda em dificuldades concretas que os japoneses e seus descendentes encontraram para adaptar-se ao país. Esses estereótipos simplistas não apenas também contribuíram para a perpetuação de ideias falsas, como também prejudicaram o cotidiano, a estadia e o trabalho desses japoneses e seus descendentes no Brasil.

Com o passar dos anos e mesmo após a guerra, os estereótipos continuaram. Os japoneses e seus descendentes foram associados com disciplina, ética e trabalho árduo, além de excelência em questões acadêmicas, principalmente matemática e ciências. Esse entendimento denominou os japoneses e seus descendentes como minoria modelo, ignorando as individualidades e vivências próprias de cada um.

---

<sup>1</sup> Graduada e mestranda em Direito das Relações Econômicas Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Advogada. E-mail: paulatabavaz@gmail.co

Além disso, com a globalização e o avanço da internet, os estereótipos expandiram, de modo que os japoneses e seus descendentes sofreram – e ainda sofrem com piadas ofensivas, bullying e tratamento injusto com base em noções falsas e estereotipadas. Essa discriminação pode ter um impacto significativo na autoestima, saúde mental e bem-estar geral dos indivíduos. O cenário tornou-se pior com a pandemia do SARS-COV2 Covid-19, quando os japoneses – assim como chineses e pessoas de outras etnias asiáticas – foram associados ao vírus ou à causa da transmissão e por isso, foram alvos de violência, insultos e preconceito.

Neste artigo, examinaremos de forma crítica os impactos negativos dos estereótipos sobre os japoneses e seus descendentes, bem como exploraremos como esses estereótipos surgiram e como se manifestam na sociedade. Tudo isso para ao final, destacar a importância de promover uma representação mais autêntica, diversa e inclusiva da cultura japonesa, a fim de combater os estereótipos prejudiciais e construir uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

## 2. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O ESTEREÓTIPO

Nós, seres humanos, somos sociais. Nossa vida é composta de histórias, sejam as que nós mesmos vivemos ou observamos, sejam elas reais ou fictícias, pessoais ou alheias. Por meio dessas histórias, somos capazes de compreender nossas origens, entender o mundo ao nosso redor e identificar nossa noção de identidade e pertencimento. No entanto, cada história é percebida de maneira única por aqueles que as vivem, assim como por quem está de fora, sendo que as interpretações podem estar afetadas por inúmeros fatores, dentre eles, os estereótipos.

Pelo dicionário Aurélio, estereótipo é definido como “lugar-comum”, “clichê”. No contexto social, estereótipo é associado com a opinião generalizada de pessoas a respeito de determinado tema ou com padrão de comportamentos estabelecidos culturalmente, o “tipo aceito”, “padrão corrente” e “versão personalizada” que interfere na nossa percepção da realidade, levando-nos a enxergar um modo pré-construído da sociedade<sup>2</sup>, de modo que graças aos estereótipos, podemos atribuir significados a acontecimentos sociais.

---

2 LIPPMANN, Walter. Estereótipos. In: STEINBERG, Charles S. (org.). Meios de comunicação de massa. Trad. Otávio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix, 1972. p.151, APUD BACCEGA, Maria Aparecida. O estereótipo e as diversidades. Comunicação & Educação, nº 13. 1998, p. 8.

Ainda, o estereótipo pode cumprir uma função integrativa em nossa experiência e percepção, pois vivemos em uma realidade complexa e possuímos inúmeras limitações, de modo que o estereótipo permite que as pessoas compreendam ou pensam compreender a realidade, a partir de dados previamente recortados e aceitos pela cultura, como simplificação excessiva da complexidade dos fatos e acontecimentos sociais.

A esse respeito, Maria Aparecida Baccega relata que podemos viver e compartilhar os fatos em dois grandes blocos: aqueles considerados “normais” em nossa cultura, ou aqueles considerados “estranhos”, sendo que estes “estranhos”, nós compreendemos e preenchemos com significados de acordo com a nossa visão de mundo que carregamos, como uma espécie de falsa percepção da realidade<sup>3</sup>.

Karla Cristina Silva Sousa e João Vieira Barros descrevem o estereótipo como um produto social fruto das relações sociais estabelecidas entre os indivíduos, determinados sociologicamente porque são visões que temos acerca das relações sociais, como uma crença generalizada que para funcionar como tal deve se auto-justificar e se perpetuar, pois pelo menos parte dos estereotipados se comportam da forma como o estereótipo lhe foi conferido<sup>4</sup>. Nesse sentido, os estereótipos como produtos de interação social podem possuir uma certa irracionalidade, vulnerabilidade e carregar falsas percepções da realidade, porém, por adquirirem um alto grau de estabilidade e convencionalidade na sociedade, são de difícil alteração.

Outrossim, os autores explicam que os estereótipos também se aplicam também na percepção que temos de outros seres humanos “*pois eles são representações sociais de traços físicos e socioculturais de determinados grupos, sendo um modelo de resolução para as contradições da vida cotidiana, servindo para dominar a realidade*”. Os autores trazem os estereótipos como representações sociais institucionalizadas, reiteradas e reducionistas: “*representações porque são visões partilhadas coletivamente por um grupo*”; “*reiteradas porque são criadas com base na repetição*” e “*são reducionistas porque transformam o complexo em algo simples, parecendo ser natural, se constituindo não como forma de discurso e sim formas de realidade*”<sup>5</sup>.

---

3 BACCEGA, Maria Aparecida. O estereótipo e as diversidades. Comunicação & Educação, n° 13. 1998, p. 8.

4 SOUSA, Karla Cristina Silva e BARROS, João de Deus Vieira. Estereótipos étnicos e representações sociais: uma breve incursão teórica. Revista Educação e Emancipação, São Luís/ MA, v.5, n.2, jul/dez. 2012, p. 205.

5 SOUSA, Karla Cristina Silva e BARROS, João de Deus Vieira. Estereótipos étnicos e representações sociais: uma breve incursão teórica. Revista Educação e Emancipação, São Luís/ MA, v.5, n.2, jul/dez. 2012, p. 209.

Assim, os estereótipos podem ser étnicos, quando associamos determinados conceitos, características e comportamentos a um grupo de determinada nacionalidade, desconsiderando toda história, cultura, individualidade de uma etnia.

### 3. HISTÓRICO DOS ESTEREÓTIPOS DOS JAPONESES E SEUS DESCENDENTES NO BRASIL E CONSIDERAÇÕES SOBRE O IMPACTO NEGATIVO DOS ESTEREÓTIPOS

Os estereótipos étnicos podem ganhar contornos perigosos quando associados como intolerância, discriminação e preconceito. Esse é o caso de como os japoneses e seus descendentes foram sendo vistos pela sociedade brasileira.

O chamado “perigo amarelo” que se iniciou no final do século XIX, em face de orientais, principalmente chineses e japoneses, baseado no estereótipo de que se a raça amarela se expandisse, seria uma ameaça para a hegemonia branca ocidental, de modo que surgiram medidas para restringir a imigração de orientais em diversos lugares do mundo e agravamento do preconceito, agressões e discursos racistas. Para Chen, o medo do “*perigo amarelo*” *tratou-se do receio da “tomada do controle hegemônico por nações asiáticas, vistas como inassimiláveis e retrógradas em relação ao Ocidente”* conseqüentemente criaria uma “*ameaça no imaginário da população e transformando-a num slogan que justifica suas políticas imperialistas no Leste Asiático, especialmente na China*”<sup>6</sup>.

No Canadá, em 1885, foi aprovada a Lei de imigração chinesa que tinha como objetivo desencorajar os chineses de entrar no país, impondo um imposto per capita de cada chinês que ingressava. Nos Estados Unidos, em 1882, institucionalizou-se o Ato de Exclusão de Chineses e em 1871 houve o massacre de 20 chineses em Los Angeles. Posteriormente, em 1907, relata que no Canadá e nos Estados Unidos “multidões se juntavam para atacar prédios e ocupações de japoneses e chineses e restaurantes japoneses eram atacados durante manifestações”, bem como que “foi formalizada a criação da Liga de Exclusão Asiática, que defendia a mão de obra nacional e tinha o objetivo de acabar com a imigração asiática”, sendo que em 1908, o Japão, Estados Unidos e Canadá formaram o “Gentlemen’s Agree-

6 CHEN, An. On the Source, Essence of “Yellow Peril” Doctrine and its Latest Hegemony “Variant” – the “China Threat” Doctrine: From the Perspective of Historical Mainstream of Sino-Foreign Economic Interactions and Their Inherent Jurisprudential Principles. The Journal of World Investment & Trade, Martinus Nijhoff Publishers, vol.13, 2012, APUD, INOUE, Vinícius Chozo. A naturalização do racismo anti-asiático na sociedade digital brasileira, 2017, p. 10.

ement” para restringirem a entrada de imigrantes nos países<sup>7</sup>.

Considerando esse contexto de restrição da imigração de japoneses na América e a política brasileira pós abolição da escravidão de procura por mão de obra<sup>8</sup>, em 1907, o Brasil e o Japão firmaram contrato de imigração, motivo pelo qual em 1908, o governo japonês encaminhou, com o navio Kasato Maru (Navio da Esperança), os primeiros imigrantes japoneses no Brasil: 733 pessoas, de 165 famílias diferentes<sup>9</sup>.

Além dos desafios relacionados à adaptação da cultura, linguagem, clima e alimentação, esses japoneses enfrentaram também o preconceito, já que, os japoneses eram vistos como inferiores, diferentes, ineficientes e instáveis<sup>10</sup>. A chegada dos japoneses não foi amplamente aceita, o “perigo amarelo” também se difundia no Brasil, juntamente com o ideal de formação da população brasileira baseada na “branquitude”. Nesse entendimento, o surgimento de dois posicionamentos distintos em relação aos japoneses no Brasil foi bem endereçado por Nucci, que elenca de um lado a ideologia anti-nipônica ou racista, estava preocupada em desqualificar a mestiçagem com aqueles considerados muito diferentes, como os japoneses, sendo que “para esta tendência, a desigualdade racial era real, e as preocupações com o futuro branqueamento da população brasileira eram urgentes”, juntamente com a preocupação com o imperialismo japonês, o medo de invasão territorial. Por outro lado, a ideologia pró-nipônica “preocupava-se em afirmar a capacidade de assimilação dos imigrantes japoneses, sua importância como agricultores, etc”<sup>11</sup>.

Como se não bastassem em razão do poder militar imperialista do Japão e sua participação aliada às potências do Eixo na Segunda Guerra Mundial (1939-1945)

---

7 TOKUSATO, Letícia. Coronavírus: a nova variante do perigo amarelo. Revista Íandê- ciências e humanidades. São Bernardo do Campo, v. 6, n. 1, p. 46-58. abril/2022, pp. 53-54.

8 “os latifundiários cafeicultores irritados com os imigrantes europeus que reivindicavam melhores condições de trabalho. Eles passaram a enxergar os japoneses como uma mão de obra mais dócil, trabalhadora e até como um “não branco” mais próximo aos brancos do que negros e indígenas”(MORI, Robson Hideki. A fluída condição dos nipo-brasileiros nas relações étnico-raciais no Brasil. Movimento Ação, 2022, p. 46).

9 Conforme informações no site da embaixada japonesa do Brasil, disponível em: [https://www.sp.br.emb-japan.go.jp/itpr\\_pt/nipi-brasileiro.html](https://www.sp.br.emb-japan.go.jp/itpr_pt/nipi-brasileiro.html)Acesso em 24.08.2023.

10 “A imigração japonesa foi introduzida em caráter experimental com a finalidade de cobrir a falta de braços na lavoura, agravada pelo decréscimo ou interrupção temporária da remessa de europeus. Como resultado dessa experiência, o colono japonês quando comparado com o italiano, espanhol ou outros povos mediterrâneos era considerado ineficiente como trabalhador nas fazendas de café devido à sua instabilidade e à fraca adaptabilidade” (ALMEIDA, Sandra Cecília Rosendo de. Imigração Japonesa e Identidade Nacional. 2007. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/9420/1/20269167.pdf> p. 19. Acesso em 24.08.2023.)

11 NUCCI, Priscila. ALGUMAS MANIFESTAÇÕES DO ANTINIPONISMO BRASILEIRO (1934-1945). 2000. 36 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2578>, p. 319. Acesso em 24.08.2023.

agravaram a situação dos imigrantes japoneses no Brasil: os japoneses e seus descendentes adquiriram o estereótipo de perigosos, de agressivos e o Brasil sentiu necessidade de se proteger dessa ameaça. Assim, em 1934, a Constituição previu a possibilidade de restringir imigração por cotas<sup>12</sup>, em 1942, a Superintendência de Segurança Política Social de São Paulo publicou Portaria que restringia a atuação dos imigrantes em relação à própria cultura como proibição do uso de idiomas e disseminação de escritos ou canto de hinos<sup>13</sup>; em 1943, houve a emissão de ordem para evacuação compulsória de cerca de 6.500 imigrantes japoneses que viviam em Santos<sup>14</sup> posteriormente, em 1946, nos trabalhos governamentais na Assembleia Nacional Constituinte, defendeu-se a proibição da imigração japonesa<sup>15</sup>.

O fim da Segunda Guerra Mundial não significou o fim do estereótipo sobre os japoneses e seus descendentes. Não obstante o “perigo amarelo” ganhar outros contornos com coreanos pela Guerra da Coreia (1950-1953) e vietnamitas com a Guerra do Vietnã (1955-1970), o pós-guerra trouxe um outro estereótipo aos japoneses e seus descendentes. Isso porque nesses anos que se seguiram após a guerra, acordo de comércio foram retomados entre Brasil e Japão; o Japão entrou em uma fase de grande crescimento econômico e avanço tecnológico; estimulou-se a integração e inserção dos japoneses na sociedade brasileira; os descendentes de japoneses adquiriram um relativo sucesso financeiro profissional e acadêmico.

Logo, os japoneses e seus descendentes foram alvo de estereótipos de que, por exemplo, são trabalhadores incansáveis e disciplinados; ou que possuem habilidades tecnológicas e acadêmicas, principalmente em áreas como matemática e outras ciências exatas. Eles a ser caracterizados como bons imigrantes, disciplinados, honrosos, trabalhadores, sérios e “adestrados”, de modo que se tornaram uma minoria

---

12 Art. 121, §6: § 6º - A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos.

13 MIYAGI, Akira. O martírio do imigrante japonês/okinawano durante a guerra do Pacífico - O incidente de Santos (2021). Disponível em: [https://utinapress.com.br/?page\\_id=1640](https://utinapress.com.br/?page_id=1640)

14 Disponível em: <http://www.imigracaohistorica.info/posts/expulsao-de-japoneses-da-cidade-de-santos-em-8-de-julho-de-1943-relato-inedito-de-inacio-moriguchi-por-projeto-abrangencias> Acesso em 24.08.2023.

15 Leopoldo Péres, do PSD-AM tratou dos japoneses como “*raças inassimiláveis*”, *caracterizando-as como “verdadeiros quistos irremovíveis, formações ganglionares, carcinomas ou neoplasmas tentaculiformes, contaminando e comprometendo, na sua radiação infectuosa, os tecidos profundos do organismo nacional”, arremata, defendendo a proibição da imigração japonesa: e esse é, fora e acima de softismas, o caso da imigração amarela, a respeito da qual firmo, desde logo, com o necessário desassombro, a opinião de que a lei brasileira, apoiada no diploma constitucional que estamos elaborando, deverá terminantemente proibi-la, tudo envidando o poder público para neutralizar e extirpar os focos que dessa diátese cancerosa se fixaram nos centros vivos de nossa economia, da nossa vitalidade, do nosso futuro*” (HAYASHI, Bruno Naomassa. Metamorfoses do amarelo: a imigração japonesa do perigo amarelo à democracia racial. Revista Brasileira de ciências sociais, vol. 37 n 108, 2022, p. 6).

modelo, isto é, uma minoria louvável e centrada, de origem de outro país, mas que é capaz de contribuir para o desenvolvimento da sociedade local.

Nas palavras de Amanda Tiemi Aoki, o mito da minoria modelo “*é uma formulação norte-americana que estigmatiza e retrata os asiáticos como trabalhadores centrados, antenados à tecnologia e pouco afeitos às esferas pessoais, familiares e sociais da vida*”<sup>16</sup>. Robson Hideki Mori explica que o ‘nipo-brasileiro ideal’ seria “*alguém de “assimilação intermediária” em relação ao Brasil, capaz de transmitir a boa cultura da pátria japonesa aos brasileiros e ao mesmo tempo também deveria ser um colônia-jin esforçando-se para o desenvolvimento da colônia nikkei*”, com bons valores e desempenho acadêmico e profissionais. Conseqüentemente, pelo enorme esforço despendido por esses descendentes, com o tempo, obtiveram êxito econômico-financeiro e social no Brasil, o que levaria ainda mais à associação dos japoneses e seus descendentes como a minoria étnico-racial que teria dado certo em um país de mesmas oportunidades para todos, por isso a minoria modelo .

Esse estereótipo pode, de fato, parecer algo benéfico. Afinal, são elogios aos japoneses e seus descendentes – os quais são automaticamente, pela simplicidade cognitiva dos estereótipos vista no capítulo anterior, associados à disciplina, honra e determinação, o que pode inclusive trazer uma sensação de identidade e pertencimento. Contudo, essa visão trazida pelos estereótipos ignora totalmente a individualidade, experiência de cada ser humano e até mesmo a importância do descanso, além de prejudicar outras minorias étnicas, por associar que seus descendentes não teriam as mesmas condições por “ausência de esforço”, quando envolve diversas questões e políticas sociais para fornecer condições igualitárias, principalmente em comparação com negros e indígenas.

Independentemente da forma como cada indivíduo constitui sua identidade, somente por possuir fenótipos de japonês, automaticamente recaem expectativas do mundo externo a respeito do seu comportamento e qualidades, associando-o com estudos, dedicação e obediência. A pressão pode chegar a ser absurda e sufocante. Embora haja pessoas que não se importem com esse tipo de situação, há outros que podem se sentir desconfortáveis por serem lembrados como minoria modelo e não por suas identidades próprias.

Logo, defende-se que o ideal da minoria modelo não é algo benéfico aos japoneses e seus descendentes. Corroborando com esse entendimento, Thais Yurie Ishikawa e

---

<sup>16</sup> AOKI, Amanda Tiemi. Asiáticas amarelas para além da minoria modelo: representatividade em narrativas contraestereotípicas. São Paulo, 2020, p. 16.



Alessandro de Oliveira dos Santos explicam que “*os estereótipos fazem parte das relações étnico-raciais no Brasil e são potencialmente produtores de sofrimento*” e não obstante os estereótipos atribuídos aparentarem ser positivos, os indivíduos sentem-se pressionados a moldarem sua personalidade e desempenho, extraindo qualquer aspecto de individualidade e demais essências relevantes a ele. O estudo feito por Thais Yurie Ishikawa e Alessandro de Oliveira dos Santos, “*forneceu elementos para compreender que os estereótipos associados ao pertencimento étnico-racial e cultural oriental podem ter influência sobre a atuação dos profissionais entrevistados, localizando-os em determinados lugares sociais e criando expectativas sobre seu comportamento social e desempenho intelectual*”<sup>17</sup>.

Como se não bastasse, no início do século XX, com a globalização, houve uma grande intensidade de fluxos comerciais, políticos, econômicos, bem como culturais, considerando tanto a diminuição das barreiras de custo e tempo, quanto o desenvolvimento tecnológico na área do transporte e comunicação. Com o avanço da internet, esse contato ampliou em um nível extremo o conhecimento e o consumo dos brasileiros sobre a cultura japonesa: *manga* (histórias em quadrinhos), *animes* (desenhos animados), vídeo games, *j-music*, *cosplays*, comidas típicas (oniguiri, sushis, kare, tempurá).

Nesse aspecto, para além da imagem da minoria modelo, os japoneses e seus descendentes – não importando o grau da descendência – são associados a viciados em animes, fanáticos por *cosplays* e leitores ávidos de mangas. Se uma pessoa tem ascendência japonesa, ela não poderia ser associada a outros esportes, como futebol e basquete, mas sim ao *judô*, *aikidô* ou *yakyu*. Não poderia preferir feijoada ou *spaghetti*, devendo ser o *lamen* e *sushi*. Os desenhos animados favoritos seriam Naruto para os meninos ou Sakura Card Captor para meninas.

Na eventual hipótese de o japonês ou descendente não ter afetividade com a cultura japonesa, frases como “você não é asiático de verdade” e “você é asiático do Paraguai” são proferidas. Se uma pessoa nasceu e cresceu no Brasil ela é brasileira, mesmo já fazendo parte de terceira, quarta ou quinta geração de descendentes, estes ainda sofrem com esse tipo de estereótipos e agressões - são eternos estrangeiros, para sempre japoneses<sup>18</sup>. Por mais que o indivíduo seja, de fato, japonês, esse tipo de

17 ISHIKAWA, Thais Yurie e DOS SANTOS, Alessandro de Oliveira. Psicólogos orientais, estereótipos e relações étnico-raciais no Brasil. Pesquisas e Práticas Psicossociais 13(2), São João del Rei, maio-agosto de 2018. e1554 Disponível em: [http://periodicos.ufsj.edu.br/revista\\_ppp/article/view/2973/1912](http://periodicos.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/2973/1912), p. 12. Acesso em 24.08.2023.

18 Morgan Yukawa Da Silva ensina: “*O asiático brasileiro por viver entre duas (ou mais) culturas em seu cotidiano o faz lidar com dois contextos distintos de identidade e pertencimento cotidianamente. Mesmo nascendo no Brasil e sendo criado nos “moldes” do país, o fato de suas características físicas serem um fator destoante o retira de sua posição como brasileiro e o torna automaticamente um asiático*” (DA SILVA, Morgan Yukawa. Hospitalidade x hostilidade: os japoneses e seus descendentes no Brasil. Niterói. 2020, p. 52).

associação é extremamente preconceituosa e causa enorme desconforto.

Antes fossem apenas essas associações. Os japoneses e seus descendentes também são alvos de estereótipos e condutas ofensivas, tais como a assexualização do homem asiático, associando com pênis pequeno; chamamento por termos pejorativos (“japa”, “japoneusa”, “japa girl”, “jaspion”, “goku”, “naruto”); uso de palavras da língua japonesa sem contexto (“arigatou”, “sayonara”); associação de nomes e sobrenomes japoneses pejorativamente (“Fuderu”, “Fujiro Kamiyamoto”, “Fujiro”, “Nakombi”, “Kagaru”, “Nakama”<sup>19</sup>); atitudes em encontros com orientais e descendentes como puxar os olhos, falar para abrir os olhos e/ou abaixar em posição de reverência<sup>20</sup>; perguntas inadequadas como “você enxerga normal?” ou “você é nisei, sansei ou não sei?”.

O cenário piora em relação à mulher asiática, que é vista como “exótica e diferente”<sup>21</sup> quando associadas à gueixa ou então como submissa e dócil<sup>22</sup>, estereótipo esse que surgiu durante a Segunda Guerra Mundial, quando o exército japonês passou a forçar mulheres asiáticas ao sexo (mulheres de conforto) e o governo japonês obrigava cidadãs a se prostituírem ao exército americano<sup>23</sup>. A esse respeito, em 2019, o relatório do site pornográfico Pornhub demonstrou que o termo “japanese” foi o mais buscado no ano de 2019, além de milhares de acessos a termos relacionados à comunidade asiática como “asian” “Korean” e “hentai”<sup>24</sup>.

19 Outros nomes e sobrenomes japoneses que são indevidamente utilizados para ofensas e com duplo sentido, ver: <https://www.hardmob.com.br/threads/120349-Nomes-japas-engracados>Acesso em 24.08.2023.

20 VER quadro sobre os discursos e imaginários mais comuns sobre os asiáticos, além de quadro de expressões e discursos mais comuns em: DA SILVA, Morgan Yukawa. Hospitalidade x hostilidade: os japoneses e seus descendentes no Brasil. Niterói. 2020, p. 48 e p. 50.

21 “A exploração ocidental quanto a mulher asiática ocorre ao coloca-la em posição de exótica e diferente. Essa negação de vê-la como semelhante faz com a mesma se torne um objeto de curiosidade. Dessa forma, seu corpo é fetichizado, muitas vezes alvo de estigmas e perguntas engraçadinhas como “Sua vagina é horizontal igual ao olho?” ou “Por que toda ‘japa’ é ‘reta’?”, e seu comportamento estereotipado como submissas, delicadas e tímidas.” (DA SILVA, Morgan Yukawa. Hospitalidade x hostilidade: os japoneses e seus descendentes no Brasil. Niterói. 2020, p. 62).

22 Amanda Tiemi Aoki explica que “histórica e politicamente, corpos femininos asiáticos foram afastados de sua agência enquanto pessoa no que tange sua individualidade, personalidade e subjetividade. A desumanização pela alienação e pela retirada do direito à identidade objetiva a mulher racializada por meio da constante permissividade em colonizar esse corpo como o outro através de relações de poder. Assim, o desejo pelo arquétipo da mulher asiática passiva e subordinada é um desejo imperialista do homem branco e tal desumanização abre precedentes para a naturalização da violência” (AOKI, Amanda Tiemi. Asiáticas amarelas para além da minoria modelo: representatividade em narrativas contra estereotípicas. São Paulo, 2020, p. 18).

23 VER. NETTO, David Castro e FARIA, Eduardo de Moraes. Uma história de dor: a triste realidade das mulheres de conforto do Exército japonês na obra Grama. Disponível em: <https://ojs.labcom-ifp.ubi.pt/index.php/eikon/article/view/1210>Acesso em 24.08.2023.

24 “Nos relatórios feitos pelo famoso site pornográfico Pornhub demonstrou-se que o termo “japanese” foi o mais buscado no ano de 2019 (INSIGHTS, 2019). Além disso, os termos “korean”, “asian” e “hentai”, também relacionados a comunidade amarela, tiveram aumento significativo quanto a procura (INSIGHTS, 2019). As produções pornográficas são uma das principais disseminadoras do imaginário fetichista asiático” (DA SILVA, Morgan Yukawa. Hospitalidade x hostilidade: os japoneses e seus descendentes no Brasil. Niterói. 2020, p. 63).

Além de todos esses estereótipos dos brasileiros, os descendentes de japoneses são objetos de visões generalizadas da própria comunidade asiática. Os próprios descendentes estranhavam – e ainda estranham – quando encontram outros descendentes que tenham tatuagens; que não são cuidadosos com seus avós, pais e antepassados; que não se envolvem em *kaikans* e eventos culturais; que não conhecem palavras básicas de “senso comum”. Algumas famílias já adquiriram e enraizaram aspectos culturais brasileiros ou de outras etnias, de modo que seus filhos e filhas, apesar de possuírem traços físicos orientais, não têm contato com a comunidade nikkei.

Com a onda de conscientização sobre a saúde mental, da proibição do bullying e da preservação do respeito e dignidade humana, sobreveio inúmeras tentativas de desconstrução desses estereótipos sobre os japoneses e seus descendentes, aumentando o número de canais e espaços sociais digitais para debate e discussão. Amanda Tiemi Aoki pontua que *“da mesma forma que os produtos culturais serviram para potencializar a disseminação dos estereótipos que são conhecidos atualmente”, eles podem agora utilizar “esse poder para realizar o inverso: desconstruir estes estigmas que são prejudiciais aos grupos considerados minoritários e preservam os preconceitos existentes contra eles”*<sup>25</sup>.

Nesse sentido, cita-se o projeto “Abre o olho você!” – elaborado por Vinícios Chozo Inoue, cujo título é uma alusão clara ao comentário preconceituoso direcionado aos asiáticos. A intenção do autor foi de *“retomar discussões acerca do racismo anti-asiático no Brasil, a partir de um entendimento histórico do seu silenciamento (e desconhecimento) e das possibilidades trazidas pelas tecnologias de comunicação e informação, que também trazem novas perspectivas e manifestações de preconceito naturalizadas nas estruturas sociais do cotidiano”*<sup>26</sup>.

Ainda, menciona-se exemplos de vídeos do canal de Youtube educativos que disseminaram, principalmente, entre os jovens, a representatividade e o preconceito contra japoneses e seus descendentes: do canal de Yo Ban Boo<sup>27</sup>, “POR que falar sobre Preconceito com Asiáticos Brasileiros?” e “ASIÁTICOS São a Minoria Modelo?”; do canal de Leo Hwan<sup>28</sup>, “MINHA COR AMARELA”; “CHAMAR Asiáticos de INTELIGENTE não é elogio” “ENTENDENDO ORIENTAIS NO BRASIL” e do canal de Victor Han “JAPONESES, CHINESES E ESSAS COISAS” NÃO! BIBI TATTO<sup>29</sup>.

25 AOKI, Amanda Tiemi. Asiáticas amarelas para além da minoria modelo: representatividade em narrativas contraestereotípicas. São Paulo, 2020, p. 28.

26 Disponível em: <http://cargocollective.com/viniciuschozo/projeto-abre-o-olho-voce>. Acesso em 24.08.2023.

27 Vídeos disponíveis em: <https://www.youtube.com/watch?v=0VsUWHHf2Vge> <https://www.youtube.com/watch?v=a6OiThwfr8s>Acesso em 24.08.2023.

28 Vídeos disponíveis em: <https://www.youtube.com/watch?v=wVA0Bs2F9p4>; <https://www.youtube.com/watch?v=WQwjvZVal0A> e <https://www.youtube.com/watch?v=Zm9gV13Tnas>

29 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wwzkvKGmtIYA>Acesso em 24.08.2023.

Além disso, diversas séries e filmes fizeram uso da representatividade asiática, para inclusive discutir os impactos negativos dos estereótipos, como: “Elementos” (2023, Disney e Pixar); “Minari: em busca da felicidade” (2020); “Podres de ricos” (2018), “Para todos os garotos que já amei” (2015), sem mencionar o movimento virtual oscarwhite, na rede social Twitter em 2016.

Ocorre que, com o advento da pandemia do vírus SARS-COV2 Covid-19, esse cenário pode ter apresentado uma certa regressão. Surgiu-se um estereótipo – ou melhor, racismo – de que chineses seriam sujos, doentes e contaminariam as pessoas. Contudo, esse preconceito ao ser associada com a intolerância e ao repúdio ao asiático, pode levar a insultos verbais, agressões físicas e crimes que todos os orientais e seus descendentes acabam sofrendo, incluindo os brasileiros descendentes de japoneses<sup>30</sup>.

Esse cenário foi perceptível com o aumento de agressões, ofensas e crimes contra orientais e seus descendentes – de diversas origens – após o advento da pandemia do vírus SARS-COV2 Covid-19<sup>31</sup>. Segundo relatório divulgado em maio de 2021 pelo movimento “Stop Asian Hate” que denuncia o aumento dos crimes de ódio contra a comunidade asiática americana e das ilhas pacíficas, foram 6.603 casos de violência registrados entre março de 2020 e março de 2021, e a gravidade do racismo como ameaça real contra chineses e asiáticos no mundo foi tamanha que o Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas – ONU criou uma campanha de combate ao racismo decorrente da difusão do coronavírus<sup>32</sup>. Ainda, pessoas do mundo todo aderiram ao movimento #EuNãoSouUmVírus (#IAMNotAVirus ou #JeNeSuisPasUnVirus) para denunciar ataques racistas contra asiáticos que vivem em determinado país.

30 Notícia de 20 de maio de 2021, da Folha “Brasileiros de ascendência asiática relatam ataques racistas durante a pandemia”: “Caroline Mika Sasaki, 21, de ascendência japonesa, chegou a passar por duas situações constrangedoras no metro de São Paulo. A primeira foi quando um grupo de jovens fez comentários relacionados à Covid (...) “volta para o seu país, coronavírus, porque você não é bem-vinda aqui”. Na segunda, Sasaki estava entrando no vagão e uma mulher segurou o filho, dizendo que não entraria no mesmo lugar com alguém “infectado”, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/brasileiros-de-ascendencia-asiatica-relatam-ataques-racistas-durante-a-pandemia.shtml> Acesso em 24.08.2023.

31 Ver em que os autores selecionaram “40 publicações, sendo 21 com comentários de leitores e 19 sem comentários. Em relação ao gênero das matérias, a maioria (23) são notícias, tendo também entrevistas, matérias de coluna, ensaios, um depoimento, uma pesquisa e um site específico com conteúdos diversos sobre sinofobia e coronavírus. A maior parte das matérias tinha como assunto principal a discriminação contra asiáticos, explicitados no título com termos como: xenofobia, sinofobia, preconceito, racismo, ataque racista, bullying, ou no conteúdo da matéria” (KOHATSU, Lineu Norio; SAITO, Gabriel Katsumi e DE ANDRADE, Patrícia Ferreira. Imigração, mídia e xenofobia: a ameaça imaginária em questão. In: Teoria Crítica, Violência e Resistência. São Paulo: Blucher, 2021, p. 130).

32 Em 08 de maio de 2020, AntônioGuterres, Secretário Geral da Organização das Nações Unidas - ONU, postou um apelo no Twitter: “#COVID19 não se importa com quem somos, onde moramos ou no que acreditamos. No entanto, a pandemia continua a desencadear um tsunami de ódio e xenofobia, bode expiatório e alarmismo. É por isso que estou apelando para um esforço total para acabar com o discurso de ódio globalmente”, tradução livre, texto original disponível em: <https://twitter.com/antonioguterres/status/1258613180030431233> Acesso em 24.08.2023

Com a vacina e a retomada de incentivos à desassociação dos asiáticos ao vírus do Covid-19, a violência pode estar diminuindo. Contudo, os estereótipos anteriormente mencionados ainda são realidade, os quais tendem a simplificar e generalizar pessoas, criando preconceitos e discriminação. Os estereótipos podem reforçar desigualdades, perpetuar estigmas e limitar oportunidades para indivíduos que não se enquadram nesses estereótipos.

#### **4. CONCLUSÃO: UM APELO À CONSCIENTIZAÇÃO**

Diante de todo o exposto, percebe-se que a forma como os imigrantes japoneses e seus descendentes foram tratados e vistos foi dúbia, ora com receio do “perigo amarelo” ou de “carregarem o vírus da Covid-19”, ora com admiração pela minoria modelo. De todo modo, como visto, o estereótipo sendo ele negativo ou positivo, gera impactos negativos e sofrimento aos seus alvos.

Este artigo não pretendeu trazer uma mensagem ríspida. Afinal, comemoramos 115 anos da imigração japonesa; Japão é um país louvável e influente, com uma cultura rica e maravilhosa; os brasileiros e descendentes de japoneses emanam admiração e curiosidade sobre a cultura japonesa; o respeito à individualidade de cada um já é um consenso; a vacina ao Covid-19 já foi criada e difundida.

Nesse cenário, almejou-se com este artigo a conscientização sobre o histórico e os fatos envolvendo o estereótipo dos japoneses e seus descendentes. Isso porque, ao conhecermos o passado e entendermos o presente, temos ferramentas para construir uma sociedade que valoriza as histórias e experiências dos japoneses e seus descendentes e busca pela desconstrução dos estereótipos.

Para fins desse artigo, essa desconstrução dos estereótipos sobre os japoneses e seus descendentes, principalmente para fins de barrar ou mitigar seus impactos negativos, promoverá o enriquecimento cultural, o fortalecimento das relações sociais, sem mencionar o respeito ao próximo, o acolhimento da diversidade, além da promoção da igualdade e justiça social.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Sandra Cecília Rosendo de. **Imigração Japonesa e Identidade Nacional**. 2007. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/9420/1/20269167.pdf>

AOKI, Amanda Tiemi. **Asiáticas amarelas para além da minoria modelo: representatividade em narrativas contraestereotípicas**. São Paulo, 2020.

BACCEGA, Maria Aparecida. **O estereótipo e as diversidades**. Comunicação & Educação, no. 13. 1998. Disponível em: [https://www.academia.edu/26344198/O\\_estere%C3%B3tipo\\_e\\_as\\_diversidades](https://www.academia.edu/26344198/O_estere%C3%B3tipo_e_as_diversidades)

CONSULADO GERAL DO JAPÃO EM SÃO PAULO. **“O mundo da comunidade nipo-brasileira” em São Paulo e Breve Histórico**. Disponível em: [https://www.sp.br.emb-japan.go.jp/itpr\\_pt/nipi-brasileiro.html](https://www.sp.br.emb-japan.go.jp/itpr_pt/nipi-brasileiro.html)

DA SILVA, Morgan Yukawa. **Hospitalidade x hostilidade: os japoneses e seus descendentes no Brasil**. Niterói. 2020.

HAN, Monge [Eric Han Schneider]. Criança Amarela. 2017. Disponível em: [https://www.facebook.com/pg/mongehan/photos/?tab=album&album\\_id=1872498749629940](https://www.facebook.com/pg/mongehan/photos/?tab=album&album_id=1872498749629940).

HAYASHI, Bruno Naomassa. Metamorfoses do amarelo: a imigração japonesa do perigo amarelo à democracia racial. **Revista Brasileira de ciências sociais**, vol. 37 n 108, 2022.

INOUE, Vinícios Chozo. **A naturalização do racismo anti-asiático na sociedade digital brasileira**, 2017.

ISHIKAWA, Thais Yurie e DOS SANTOS, Alessandro de Oliveira. **Psicólogos orientais, estereótipos e relações étnico-raciais no Brasil. Pesquisas e Práticas Psicossociais** 13(2), São João del Rei, maio-agosto de 2018. e1554 Disponível em: [http://periodicos.ufsj.edu.br/revista\\_ppp/article/view/2973/1912](http://periodicos.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/2973/1912)

KOHATSU, Lineu Norio; SAITO, Gabriel Katsumi e DE ANDRADE, Patrícia Ferreira. Imigração, mídia e xenofobia: a ameaça imaginária em questão. In: **Teoria**

**Crítica, Violência e Resistência.** São Paulo: Blucher, 2021.

MIYAGI, Akira. **O martírio do imigrante japonês/okinawano durante a guerra do Pacífico - O incidente de Santos** (2021). Disponível em: [https://utinapress.com.br/?page\\_id=1640](https://utinapress.com.br/?page_id=1640)

MORAIS, Fernando. **Corações sujos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MORI, Robson Hideki. **A fluída condição dos nipo-brasileiros nas relações étnico-raciais no Brasil.** MovimentoAção, 2022.

NETTO, David Castro e FARIA, Eduardo de Moraes. **Uma história de dor: a triste realidade das mulheres de conforto do Exército japonês na obra Grama.** Disponível em: <https://ojs.labcom-ifp.ubi.pt/index.php/eikon/article/view/1210>

NUCCI, Priscila. **Algumas manifestações do antiniponismo brasileiro (1934-1945).** 2000. 36 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2578>

SAKURAI, Célia. O “preconceito da nacionalidade”. Polêmicas em torno dos imigrantes japoneses nas décadas de 1920 e 1930. In: **Imigração tutelada: os japoneses no Brasil.** Campinas, São Paulo, 2000.

SOUSA, Karla Cristina Silva e BARROS, João de Deus Vieira. Estereótipos étnicos e representações sociais: uma breve incursão teórica. **Revista Educação e Emancipação,** São Luís/ MA, v.5, n.2, jul/dez. 2012.

TOKUSATO, Letícia. Coronavírus: a nova variante do perigo amarelo. **Revista Íandé–** ciências e humanidades. São Bernardo do Campo, v. 6, n. 1, p. 46-58. abril/2022.





capítulo

# 16



Renato Takashi Igarashi

**Do perigo amarelo à  
minoria modelo: o nipo-  
brasileiro como ser  
estereotipado**



## DO PERIGO AMARELO À MINORIA MODELO: O NIPO-BRASILEIRO COMO SER ESTEREOTIPADO

Renato Takashi Igarashi<sup>1</sup>

### SUMÁRIO:

1. Introdução.....	298
2. A projeto de branqueamento da população brasileira.....	299
3. O japonês como <i>perigo amarelo</i> .....	301
4. O sentimento antinipônico na Era Vargas.....	303
5. O mito da <i>minoría modelo</i> .....	306
6. O papel do nipo-brasileiro nas questões raciais.....	309
7. Conclusão.....	313
8. Bibliografia.....	314

### 1. INTRODUÇÃO

Costuma-se entender por estereótipo uma ideia preconcebida e generalizada sobre um grupo de pessoas pelo senso comum, quer dizer, uma ideia simplificada sobre alguém que não condiz com a realidade. Entretanto, por trás dessa breve definição, existe normalmente uma carga histórica, quase sempre pejorativa e ignorada. Também se questionam os efeitos que esse processo traz numa sociedade multirracial.

O caso da comunidade nipônica - que abarca tanto imigrantes japoneses, como seus descendentes - é emblemático, uma vez que lhe são atribuídos tantos estereótipos positivos, como negativos, que sempre serviram a algum propósito. A falta de reconhecimento de amarelos como sujeitos passíveis de racismo dificulta a compreensão do tema, que, não poucas vezes, é tratado com desdém.

O presente trabalho visa a mostrar como o japonês (ou o nipo-brasileiro) era visto - de forma rasa e equivocada - como um elemento exótico para a formação étnica da população brasileira e, depois, como exemplo de progresso de um país, mas não num movimento de sucessão de rótulos, e sim de dialética, a depender sempre da conveniência da supremacia branca.

---

<sup>1</sup> Procurador Legislativo da Câmara Municipal de São Paulo. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e especialista em Direito Municipal pela Escola Paulista de Direito e em Direito Digital e *Compliance* pelo Instituto Damásio de Direito da Faculdade Ibmecc/SP.

## 2. O PROJETO DE BRANQUEAMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Conta-se largamente que imigrantes japoneses chegaram ao Brasil, a partir de 1908, para suprirem a mão de obra europeia, cada vez mais escassa, nas lavouras de café e formaram uma grande comunidade, enraizando-se nestas terras, difundindo sua cultura, mesclando-se com outras etnias e, finalmente, consolidando o que se chama de “democracia racial” no país. Entretanto, o que com menos frequência é ressaltado é que o debate sobre a imigração esteve sempre associado à formação étnica da população brasileira.

No século XIX, vigoravam na Europa doutrinas que, inspiradas na teoria da evolução das espécies de Charles Darwin (1859), aplicando conceitos como “competição”, “seleção do mais forte”, “evolução”, “hereditariedade” para análise do comportamento das sociedades humanas, consideravam seres humanos desiguais por natureza, dotadas de aptidões inatas, algumas superiores e outras inferiores (*darwinismo social*). Segundo Lilia Moritz Schwarcz, concebia-se que o cruzamento de raças seria um erro, sendo necessária a submissão ou até a eliminação de raças inferiores. Nascia aí a eugenia, movimento que incentivou uma administração científica e racional da hereditariedade, introduzindo políticas sociais de intervenção que incluíam seleção social.<sup>2</sup> Preconizava-se o favorecimento, pelo Estado, da formação de uma elite genética por meio do controle científico da procriação humana, onde os inferiores seriam ou eliminados ou desencorajados a procriar.

As teorias raciais deram o tom ao pensamento intelectual brasileiro na época. O discurso científico evolucionista como modelo de análise social, largamente utilizado pela política imperialista europeia, penetrou no Brasil a partir da década de 1870 como um argumento para explicar as diferenças internas. Buscava-se explicação para as crises social e econômica na constituição étnica do povo, e não por questões históricas ou políticas. O Brasil tinha uma população majoritariamente de mestiços, perfil que era a comprovação da degeneração do país. Negros africanos, trabalhadores, escravizados e ex-escravizados, que compunham as classes “perigosas”, passaram a ser objetos de ciência,<sup>3</sup> a exemplo de Renato Ferraz Kehl, famoso médico que propunha esterilização dos “degenerados”, controle matrimonial e reprodutivo, e seleção racial dos imigrantes.

A partir do paradigma de que os brancos compunham a raça superior e abaixo, os negros e os indígenas, autoridades públicas brasileiras acreditavam que a abolição

2 SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870–1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp. 78-9.

3 SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870–1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 38.

da escravidão teria gerado escassez de mão de obra, já que acreditavam que negros, que eram a maioria da população brasileira, eram inaptos ao trabalho livre. A implantação de uma política de incentivo à imigração europeia, assim, além de suprir as demandas das lavouras, garantiria, mediante entrada de sangue branco e a consequente depuração do sangue negro pela mestiçagem, a “correção” dos componentes étnicos e produzindo um tipo racial brasileiro mais eugênico, possuidor de maior quantidade de sangue branco.<sup>4</sup>

Segundo a “tese do branqueamento”, dada a realidade do processo de miscigenação, os descendentes de negros passariam a ficar mais brancos a cada geração. É um rearranjo das teorias raciais em voga na Europa, que condenavam a mestiçagem. Conta-se que, no Congresso Universal das Raças, realizado em Paris em 1911, João Baptista de Lacerda, antropólogo e um dos principais expoentes da tese, defendeu o fator da miscigenação como algo positivo, no caso brasileiro, por conta da sobreposição dos traços da raça branca sobre as outras, a negra e a indígena. Foi assim que a população brasileira era incentivada e levada a crer que o seu desenvolvimento social, intelectual e econômico seria melhor quanto mais branca fosse.

Assim, a política de imigração era executada não só como um meio de colonizar e desenvolver o Brasil, mas também de “civilizar” e “branquear” o país com população europeia. A entrada de imigrantes de raças tidas como inferiores foi totalmente proscrita no início da República, pelo Decreto no 528/1890, segundo o qual era livre a entrada de indivíduos aptos ao trabalho, sem antecedentes criminais, “excetuados os indígenas da Ásia e da África”. Dois anos depois, pela Lei no 97/1892, permitiu-se apenas a entrada de chineses e japoneses, à vista da possibilidade de celebração de tratados com a China e o Japão, especialmente com este último, concretizando-se com o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação em 1895.<sup>5</sup> Havia forte preconceito

---

4 RAMOS, Jair de Souza. “Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre a imigração da década de 20”. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Rio Cruz, 1996, p. 61.

5 A ideia de *minoria modelo* já se sentia nessa época. “Tendo em vista o modelo ideal de ‘bom trabalhador’, o governo de Floriano Peixoto enviou uma missão diplomática ao Oriente Médio com o objetivo de incentivar a vinda de imigrantes para o Brasil. O encarregado José da Costa Azevedo, Barão de Ladário, optou pelos japoneses (‘mais trabalhadores e econômicos’), pois os chineses, na sua opinião, eram ‘um mal moral para o Brasil’. Tal veredito direcionou os olhares para o Japão. O debate no Senado e na Câmara dos Deputados – cujos anais registraram as diferentes opiniões acerca de uma política imigratória restritiva – culminou com a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação em 5 de novembro de 1895, sancionado pela Presidência da República em 27 de novembro de 1896 (Abranches, 1918, p. 494 apud Dezem, 2005, p. 72; Anais, 1896). No entanto, as barreiras do preconceito contra os asiáticos se faziam pulsar em cada estado de maneira diferenciada: o estado de São Paulo, ao contrário de Minas Gerais, que admitia asiáticos, permitia apenas a entrada de imigrantes brancos, privilegiando os europeus, americanos e os canarinos/africanos (Lei Estadual n. 365, de 1895, p. 6)” (CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Imigrantes indesejáveis: A ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas*. Revista USP: Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 119, p. 115-130, outubro de 2018. Trimestral. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/revistausp/revista-usp-119-textos-8-imi-grantes-indesejaveis-a-ideologia-do-etiquetamento-durante-a-era-vargas/>>

contra asiáticos, mas, apesar disso, o interesse pelo seu recebimento era grande, sobretudo a partir de 1902, quando a Itália, ao receber notícias das péssimas condições de trabalho nas lavouras brasileiras, proibiu a emigração subsidiada de italianos ao Brasil e as fazendas de café passaram a sofrer com a falta de mão de obra. Pensava-se que seria um mal menor em relação à aceitação de estrangeiros de origem africana.

Não se pode, assim, dissociar a imigração japonesa no Brasil, iniciada em 1908, do contexto do darwinismo social e do explícito racismo como política de Estado. Houve, evidentemente, resistência sob justificativas que têm raízes no próprio preconceito contra japoneses e asiáticos amarelos em geral. Numa sociedade em que o branco era visto como o normal e o ideal, naturalmente pessoas que não se adequavam ao padrão socialmente imposto eram catalogadas como exóticas, enquistadas, inaptas e inferiores, constituindo-se terreno fértil para criação de inúmeros estigmas que recairiam sobre japoneses.

### 3. O JAPONÊS COMO PERIGO AMARELO

Povoa o imaginário coletivo que japoneses e seus descendentes, desde o início, teriam conquistado respeito e admiração de brasileiros por sua disciplina, sua inteligência e sua cultura. Ocasionalmente se ressalta que as circunstâncias da Segunda Guerra Mundial os colocaram como inimigos, mas que logo foram superadas. Um desconhecimento total, não só da história da imigração japonesa no Brasil, como também da própria sociedade brasileira, que sempre se valeu da racialização de grupos étnicos minoritários como meio para preservação do *status quo*, com brancos no topo da pirâmide social.

Nos anos 1870, a *questão chinesa* foi assunto de acaloradas discussões nas câmaras provinciais e na imprensa no Brasil. Em meio ao descontentamento de governos de países da Europa com a coexistência de trabalho livre com escravo no Brasil, a chegada de imigrantes europeus minguava paulatinamente, surgindo a figura do chinês. No entanto, apesar de ocorrer desde 1812, a imigração chinesa não cresceu nesse cenário, tendo os chineses acoimados de fracos, indolentes, depravados, viciados e raça inferior.<sup>6</sup> Especialmente este último rótulo, anos mais

---

6 As calúnias sobre comida e higiene contra chineses, embora conhecidas no contexto da pandemia da Covid-19, foram historicamente empregadas no Ocidente como meio para estigmatizá-los como estranhos, inas-similáveis e, por isso, merecedores de segregação. Nos Estados Unidos do século XIX, estimulados por essas descrições, alguns indivíduos atearam fogo em China Towns, visando a reduzir a população chinesa. O cume foi a edição do Chinese Exclusion Act (1882), que suspendeu a imigração chinesa e obrigou chineses residentes no país a portarem um documento especial de identificação (YANG, Jeff. “A new virus stirs up ancient hatred”. *CNN*, 2020. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2020/01/30/opinions/wuhan-coronavirus-is-fueling-racism-xenophobia-yang/index.html>>. Acesso em: 30.08.2023).

tarde, foi colocado em japoneses, que, além de tudo, eram associados à expansão imperialista do governo japonês.<sup>7</sup>

Desde o fim do século XIX, o perfil do cidadão japonês era discutido no Itamaraty. Marcia Yumi Takeuchi afirma que, desde a instalação da Legação brasileira em Tóquio em 1897, havia preocupação com as consequências de uma imigração japonesa no Brasil. Os primeiros ofícios revelavam, frente à chegada dos primeiros japoneses na América do Sul (especificamente no Peru, em 1899), o desejo de se acompanhar a experiência, que, mais tarde, se mostrou negativa motivada pela eugenia. Desde aquela época, considerava-se indesejável a admissão desses trabalhadores por trazer elementos de raça inferior, incorporar agricultores não afeitos ao uso de modernos equipamentos, e pela diversidade psicológica e de objetivo social que separavam as raças arianas e mongólicas.<sup>8</sup>

A Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), movida por pretensões militares na Manchúria e vencida por japoneses, foi um marco que colocou o Japão no mapa das grandes potências imperialistas, ao ponto do *kaiser* Guilherme II, da Alemanha, anunciar uma nova ameaça: o *perigo amarelo*.<sup>9</sup> Para ele, “seria uma luta entre o Ocidente e o Oriente, entre o cristianismo e o budismo e, mais, a cultura europeia contra a semicultura oriental”.<sup>10</sup> O país asiático, assim, constituía-se num verdadeiro temor político, criando uma imagem de imperialismo, uma ameaça a brancos europeus que perduraria até o final da Segunda Guerra Mundial.

A rápida ascensão japonesa gerou desconfianças de que a política expansionista continuaria, atingindo súditos japoneses instalados na Califórnia e gerando protestos de sindicalistas americanos, que viam mais um motivo a se somar ao descontentamento com a concorrência por postos de trabalho. A pressão levou o governo norte-americano a restringir e até fechar as portas à imigração japonesa, motivada por critérios étnico-raciais de identificação de estrangeiros tidos como adeptos de

---

7 TAKEUCHI, Marcia Yumi. *Imigração japonesa nas revistas ilustradas: preconceito e imaginário social* (1897-1945). São Paulo: Edusp, 2016, p. 55.

8 TAKEUCHI, Marcia Yumi. *Imigração japonesa nas revistas ilustradas: preconceito e imaginário social* (1897-1945). São Paulo: Edusp, 2016, pp. 59-62.

9 A ideia não era totalmente nova, oriunda da ameaça de Genghis Khan e da invasão de mongóis na Europa na Idade Média, mas que foi resgatada na virada do século XIX para XX para representar o medo incutido nos europeus diante da suposta ameaça à raça branca pela superpopulação leste-asiática, pelo poder econômico e pelo potencial militar da China, e pelo crescimento do Japão como poder imperialista, que havia derrotado a China na Guerra Sino-Japonesa (1885) e a Rússia na mencionada Guerra Russo-Japonesa (KAWAI, Yuko. *Stereotyping Asian Americans: The Dialectic of the Model Minority and the Yellow Peril*. *Howard Journal Of Communications*. Tóquio. 16.08.2005, p. 112. Disponível em: <<https://sci-hub.se/https://doi.org/10.1080/10646170590948974>>. Acesso em: 30.08.2023).

10 TAKEUCHI, Marcia Yumi. *Imigração japonesa nas revistas ilustradas: preconceito e imaginário social* (1897-1945). São Paulo: Edusp, 2016, p. 64.

ideologia subversiva ou pertencentes a raça inapta à assimilação ao país. O sentimento antinipônico nos Estados Unidos foi interpretado pela diplomacia brasileira como um dado que não recomendaria o japonês para o progresso econômico idealizado pelas elites brasileiras.<sup>11</sup>

Tal conjuntura revela que a atribuição de estigma de elementos perigosos aos japoneses no Brasil não começou na ditadura *varguista*, motivada pela Segunda Guerra Mundial, um ponto fora da curva na reverência historicamente prestada por brasileiros, como habitualmente se afirma. Antes mesmo da chegada de *Kasato Maru* ao porto de Santos, a imagem do imigrante japonês já estava construída, seja por pertencer a uma raça tida como inferior, com todos os defeitos inerentes, seja por se achar vinculado às campanhas expansionistas do Japão.

#### 4. O SENTIMENTO ANTINIPÔNICO NA ERA VARGAS

Apesar da oposição do Itamaraty, prevaleceu o interesse de donos das lavouras de café, desejosos pela imediato suprimento de mão de obra. Por iniciativa do governo paulista, em 18 de junho de 1908 desembarcaram no Brasil os primeiros imigrantes japoneses. Havia também interesse do governo japonês pela saída de seus nacionais, já que era necessário aliviar a carga demográfica no Japão e, com isso, diminuir os protestos populares por melhores condições de vida e trabalho no país. Quando os Estados Unidos proibiram a entrada de japoneses em 1924, o Brasil passou a ser um destino mais procurado, estimulado por amplas propagandas do governo japonês de enriquecimento fácil num país de enormes extensões de terras ainda incultas.<sup>12</sup>

Aqui chegados, os imigrantes não encontraram a acolhida brasileira do imaginário popular. Além de péssimas condições de moradia, sistema rígido de trabalho, alimentação precária, salários baixos e pouco descanso, havia forte preconceito estimulado pela imprensa, especialmente na Era Vargas (1930-1945). Em pesquisa sobre algumas dos principais veículos da época, *A Cigarra, Pirralho, Careta e Fon-Fon!*, Marcia Yumi Takeuchi identificou charges que reproduziam estereótipos de japoneses, retratados como gueixas, de olhos puxados e dentes salientes, ligados quase sempre a indivíduos de raça inferior, que tem a falsidade como sua marca e a serviço do imperialismo japonês. Num país com significativa parcela da população

---

11 TAKEUCHI, Marcia Yumi. *Imigração japonesa nas revistas ilustradas: preconceito e imaginário social (1897-1945)*. São Paulo: Edusp, 2016, p. 68.

12 SAKURAI, Célia. *Os japoneses*. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 2016, p. 245.

analfabeta, as imagens constituíam poderoso meio de transmissão de mensagens.<sup>13</sup>

A literatura antinipônica também era vasta. Desde o século XIX, discutia-se no Brasil qual seria a melhor política migratória a partir de representações do “imigrante desejável”, geralmente branco ariano, e do “imigrante indesejável”, como negro ou amarelo. São conhecidos artigos de Vivaldo Coracy no *Jornal do Commercio*, em 1942, sob o título *O Perigo Japonês*, nos quais caracterizava japoneses como povo inassimilável e instrumento passivo de uma política imperialista contra todo continente americano e propunha uma política de defesa contra a concentração de imigrantes de origem japonesa, acusados de conspirarem contra o Brasil. Carlos de Souza Moraes, em *A ofensiva japonesa no Brasil: aspectos social, econômico e político da colonização nipônica*, que lançava mão de imagens estereotipadas para convencer seus leitores do grande mal que a imigração japonesa representava para a segurança e a integridade territorial brasileira.<sup>14</sup>

A subordinação da política migratória à questão racial ganhou ênfase na década de 30. Na Assembleia Constituinte de 1933–1934, a eugenia deu o tom nos debates, sobretudo a partir da “bancada médica” liderada por Miguel Couto. Argumentos eugenistas que sustentavam a tese da superioridade de algumas raças sobre outras — como cartas de Oliveira Viana que defendiam a “arianização” da população brasileira para alcançar a prosperidade — eram usados por Couto para criticar a imigração japonesa. Por um lado, procurava demonstrar que esses imigrantes não poderiam contribuir para o desejado branqueamento; por outro, fez uso da questão do imperialismo e expansionismo japonês como ameaça à segurança nacional. Assim, os japoneses pareciam reunir alguns fatores temidos: a condição racial de não brancos, e de membros de uma nação imperialista que, por fim, dificilmente seriam

13 “Efetivamente, o imaginário político brasileiro — povoado de imagens e símbolos que atribuíam ao Japão a característica de potência imperialista e moderna, desde o final do século XIX — fornecia ao imigrante japonês a qualidade simbólica de estrangeiro preparado e organizado e, ao mesmo tempo, perigoso para o futuro — étnico e político — da Nação brasileira. Esse ponto de vista, expresso especialmente nas charges políticas, se exacerbava de modo considerável com o aumento do fluxo migratório dessa origem a partir da década de 1920.” (TAKEUCHI, Marcia Yumi. *Imigração japonesa nas revistas ilustradas: preconceito e imaginário social* (1897-1945). São Paulo: Edusp, 2016, p. 127).

14 Moraes traz alguns exemplos do pensamento predominante na época, como comentários de Celso Vieira (“São exatamente germes invisíveis, localizando-se num organismo de atleta, os que produzem males devastadores”), Francisco José de Oliveira Viana (“O japonês é como enxofre: insolúvel”) e Fidélis Reis (“Mas como elemento colonizador, o amarelo — o japonês e chinês — de forma alguma nos convém. Formal é a nossa oposição a qualquer corrente migratória de origem amarela. E isso do ponto de vista étnico, moral, social, estético e econômico”). Segundo Moraes, até Carlos Botelho, Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo e responsável por promover a primeira leva de imigrantes japoneses em 1908, havia se penitenciado de seu erro, declarando a Reis que não saberia como penitenciar-se do mal que fizera ao país (MORAES, Carlos de Souza. *A ofensiva japonesa no Brasil: aspectos social, econômico e político da colonização nipônica*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942).



assimilados, mantendo-se como colônias homogêneas.<sup>15</sup>

O preconceito antinipônico se acentuou na Segunda Guerra Mundial, com o acirramento de sentimentos nacionalistas do Estado Novo (1937-1945) e a entrada do Japão na guerra ao lado da Alemanha e da Itália, refletindo na situação dos imigrantes “súditos do Eixo”, como os japoneses. O Decreto-lei no 3.911/1941, condicionou a realização de transações financeiras de empresas de japoneses, italianos e alemães à prévia autorização do Banco do Brasil e o Decreto-lei no 4.166/1942, dispôs que os danos causados por atos de agressão praticados pela Alemanha, Itália e Japão seriam ressarcidos pelos bens e direitos de seus nacionais residentes no Brasil. Criaram-se até campos de concentração em Tomé-Açu, no Pará, e Granja do Canguiri, no Paraná. Difundia-se cada vez mais a concepção de que o que ocorrera na Manchúria poderia ocorrer no Brasil com as supostas ações do Japão, através de agentes militares infiltrados nas colônias disfarçados de simples lavradores ou pescadores.<sup>16</sup>

O fim do conflito bélico e do governo Getúlio Vargas não significou o fim do sentimento antinipônico. A política migratória ainda privilegiava brancos.<sup>17</sup> Na Assembleia Nacional Constituinte de 1946, a famigerada emenda 3.165<sup>18</sup>, que dizia ape-

---

15 GERALDO, Endrica. *O “perigo alienígena”: política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930–1945)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, 2007, pp. 75-6.

16 Um clima de denunciismo havia se instalado. Diversos casos de perseguição contra imigrantes japoneses foram relatados por Koichi Kishimoto. Num deles, três crianças de uma mesma família, junto com a mãe, alardeados pelas revistas policiais em todas as residências de japoneses, resolveram enterrar manuais de língua japonesa - que lhes eram importantes diante da proibição do ensino da língua japonesa - no quintal da casa na calada da noite. O pai, que voltara do interior e nada sabia do ato, foi surpreendido na noite do dia seguinte com uma viatura da polícia e cinco detetives correram diretamente para os fundos do quintal, desenterrando a caixa de livros. A mãe, desesperada com a possibilidade de prisão de seu marido, adiantou-se para justificar que, desde o rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Japão, os livros não teria mais utilidade e, por isso, resolvera enterrá-los. O chefe dos detetives confiou em sua palavra e apenas levou o material. Mais tarde, apurou-se que um vizinho brasileiro havia visto a atitude suspeita da mãe e das crianças e denunciado o fato à polícia, acreditando que seriam espíãs ocultado objeto de valor (KISHIMOTO, Koichi. *Isolados em um território em guerra na América do Sul*. Trad. Seisiro Hasizume. Cotia: Ateliê Editorial, 2022, pp.143-7). O próprio Kishimoto foi vítima do denunciismo, mesmo após o fim da Segunda Guerra Mundial. Relatos de perseguições e seus dias na prisão constituíram a primeira edição de *Isolados em um território em guerra na América do Sul*, escrito em japonês e publicado em 1947. Em razão de uma tradução mal feita na denúncia, o autor foi processado e ameaçado de expatriação por supostamente aviltar o Brasil, mas graças ao trabalho de seu advogado, o renomado jurista Ataliba Nogueira, foi absolvido ao final. O denunciante fora também um japonês (KISHIMOTO, Koichi. *Isolados em um território em guerra na América do Sul*. Trad. Seisiro Hasizume. Cotia: Ateliê Editorial, 2022, pp. 265-84).

17 O Decreto-lei no 7.967, de 18 de setembro de 1945, previa: “Art. 2º. Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência européia, assim como a defesa do trabalhador nacional.”. Referido diploma legal foi revogado somente pelo Estatuto do Estrangeiro, de 1980.

18 O autor da emenda foi Miguel Couto Filho, filho do deputado constituinte de 1934 e, assim como o pai, contrário ferrenho à imigração japonesa no Brasil, tendo escrito um livro chamado *Para o futuro da pátria: evitemos a niponização do Brasil*.

nas “*É proibida a entrada no país de imigrantes japoneses de qualquer idade e de qualquer procedência*”, era rejeitada apenas pelo voto de minerva do presidente da sessão. A bomba atômica lançada em Hiroshima e Nagasaki simbolizava a conquista moderna do homem branco.<sup>19</sup> Centenas de japoneses e descendentes, sob pretexto de repressão às ações da *Shindo Renmei* por autoridades brasileiras, eram presos e torturados no presídio da Ilha Anchieta, em Ubatuba, como concluiu a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo.<sup>20</sup>

A partir da segunda metade do século XX, um novo fenômeno passa a ocorrer.

## 5. O MITO DA MINORIA MODELO

Diante da imagem de seres desajustados socialmente, a necessidade de integração à sociedade brasileira foi o caminho natural encontrado por gerações de *nikkeis* pós-guerra. E justamente com ela, a assimilação de valores da supremacia branca. Foi nessa época em que se começou a desconstruir a representação do *perigo amarelo* para ceder lugar à *minoría modelo*. Embora já existisse desde a chegada dos primeiros imigrantes japoneses para justificar a não-aceitação de estrangeiros de origem africana, o conceito ganhou força no pós-guerra.

Nos Estados Unidos, onde o tema suscita discussões com muito mais frequência, Ellen Wu afirma que, a partir de meados da década de 50, histórias de sucesso de asiáticos ocuparam a imprensa, difundindo sua integração à sociedade americana e firmando-os como modelos de comportamento político adequado. Dizia-se que eram pessoas dedicadas, integradas, prósperas e paradoxalmente passivas, do tipo que vivem para trabalhar e não ousam reclamar da vida. Estereótipos positivos, destarte, cumpriam o papel de polarizar as minorias raciais, posicionar os amarelos como definitivamente não-negros, atribuir aos negros os próprios problemas e responder ao crescente movimento de ativistas negros por direitos civis.<sup>21</sup>

No mesmo sentido, explica Yuko Kawai que, através do estereótipo da *minoría modelo*, o “sucesso” de asiático-americanos é usado para negar a existência do

19 TAKEUCHI, Marcia Yumi. Imigração japonesa nas revistas ilustradas: preconceito e imaginário social (1897-1945). São Paulo: Edusp, 2016, pp. 436-8.

20 TAKEUCHI, Marcia Yumi. Imigração japonesa nas revistas ilustradas: preconceito e imaginário social (1897-1945). São Paulo: Edusp, 2016, pp. 436-8.

21 WU, Ellen. *The Collor of Success: Asian Americans and the Origins of the Model Minority*. New Jersey: Princeton University Press, 2014, pp. 160-7.

racismo institucional e “provar” que a sociedade americana é justa e aberta para grupos raciais minoritários subirem na pirâmide social. Ao examinar dois artigos de 1966 que exaltavam a ascensão social de sinoamericanos e nipoamericanos “sem ajuda de ninguém” e “por seu próprio esforço”, a autora revela que, abstraindo os diferentes contextos histórico-sociais de cada grupo minoritário, o estereótipo de *minority modelo* funciona para legitimar o *status quo* social. Além disso, trata-se de instrumento para polarizar minorias e justificar a discriminação contra afroamericanos, não sendo à toa que foi muito utilizado justamente quando nascia o movimento *Black Power*.<sup>22</sup>

Transportando as lições para a realidade brasileira, não é difícil de constatar os malefícios que o fenômeno implica. Rotular pessoas de raça amarela - no caso, japoneses e descendentes - como esforçadas, honestas e trabalhadoras para justificar sua ascensão social acaba por apagar da memória coletiva episódios de racismo escancarado, perseguição, prisões arbitrárias e campos de concentração no período da guerra. Ao mesmo tempo, a prática culpabiliza os grupos raciais historicamente alvos de escravidão e genocídio - os negros e os indígenas - pelo seu próprio fracasso, estigmatizando-os de vadios e preguiçosos, e inculcando na sociedade em geral a falácia da meritocracia como segredo para o sucesso.

O assunto não tem merecido tanta atenção da comunidade científica no Brasil, entretanto. Em um dos raros estudos brasileiros, afirmam Caynnã Camargo Santos e Claudia Rosa Acevedo que “os anúncios em revistas brasileiras apresentam asiáticos como indivíduos extremamente trabalhadores, afeitos aos campos da ciência e tecnologia, voltados para negócios, sérios, bem-sucedidos e, em geral, intelectualmente talentosos”, estigma que acaba por restringir grandemente as possibilidades de manifestações de individualidade e, sobretudo, de diversidade cultural existente dentro da comunidade asiática.<sup>23</sup>

A partir de um dos estereótipos mais conhecidos, o de que asiáticos seriam bons em matemática, Niral Shah explica que a ideia de *minority modelo*, além de posicionar falsamente pessoas de cor não asiáticas como inferiores, torna-se também fonte de pressão para estudantes asiáticos. “Asiáticos são literalmente objetificados, vistos como capazes de fazer coisas com uma velocidade e escala que pessoas ‘normais’

---

22 KAWAI, Yuko. Stereotyping Asian Americans: The Dialectic of the Model Minority and the Yellow Peril. *Howard Journal Of Communications*. Tóquio. 16.08.2005, pp. 113-4. Disponível em: <<https://sci-hub.se/https://doi.org/10.1080/10646170590948974>>. Acesso em: 30.08.2023.

23 SANTOS, Caynnã Camargo; ACEVEDO, Claudia Rosa. A minoria modelo: uma análise das representações de indivíduos orientais em propagandas no Brasil. *Psicologia Política*. São Paulo, v. 13, n. 27, maio-go/2013, p. 297.

não conseguem”. Conclui o autor que dizer que “asiáticos são bons em matemática” não é uma piada, e sim racismo, mesmo de forma sutil.<sup>24</sup>

A reprodução do conceito de *minoria modelo* também se verifica na imprensa. Em entrevista realizada com descendentes de japoneses e chineses de Curitiba e Londrina a partir de três matérias veiculadas pelo jornal *Gazeta do Povo* intituladas “Descendentes de japoneses são mais inteligentes; herança cultural explica “O que a rotina de cuidados com a pele das asiáticas pode ensinar às brasileiras?” e “População asiática no Brasil cresce 173%”, a maioria alegou não se sentir representada e que existia forte presença de estereótipos, cobranças e sexualização, mas muitos se sentiam orgulhosos com a veiculação de estereótipos positivos. “O jornalismo por si só não cria estruturas sociais de poder, mas as mantém a partir do momento em que escolhe reforçar o discurso da elite branca dentro das narrativas jornalísticas”.<sup>25</sup>

De fato, tanto o *perigo amarelo*, quanto a *minoria modelo* se prestam à manutenção o status quo vigente. Não são representações opostas, mas lados da mesma moeda. Descendentes de asiáticos se tornam *minoria modelo* quando são rotulados como melhores do que outras minorias raciais, mas são *perigo amarelo* quando comparados com brancos. Como diz Yuko Kawai no contexto da sociedade americana, “de um lado, asiático-americanos como *perigo amarelo* incorporam estranheza e masculinidade que ameaçam a identidade americana como uma nação branca e cristã; de outro, asiático-americanos que envidam esforços para alcançarem sucesso silenciosa e diligentemente - sem reclamar ou protestar por qualquer coisa - simbolizam a *minoria modelo* e docilidade ou feminilidade, e confirmam a ideologia daltônica” (tradução livre).<sup>26</sup>

*A minoria modelo* é nada mais do que um mito. Ao contrário do que o senso comum afirma, estereótipos positivos não colocam descendentes de asiáticos, sobretudo, de japoneses, no topo de uma sociedade notadamente marcada pela desigualdade social. Num país como Brasil, onde a discriminação e a marginalização contra negros e indígenas remontam à ocupação dos primeiros europeus nestas terras e que se

24 SHAH, Niral. Por que asiáticos não são bons em matemática. Trad. Cecília Inamura. Nexo, 10.01.2020. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/externo/2020/01/10/Por-que-asiaticos-nao-sao-bons-em-matematica>>. Acesso em: 30.08.2023.

25 OLIVEIRA, Amanda Kawassaki de; SANTOS, Filipe Bordinhão dos. Corpo amarelo: análise inicial sobre representatividade de asiáticos-brasileiros nas matérias jornalísticas. 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Belém - PA – 02 a 07/09/2019, Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, pp. 10-2. Disponível em: <<https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-1633-1.pdf>>. Acesso em: 30.08.2023.

26 KAWAI, Yuko. Stereotyping Asian Americans: The Dialectic of the Model Minority and the Yellow Peril. *Howard Journal Of Communications*. Tóquio. 16.08.2005, p. 115. Disponível em: <<https://sci-hub.se/https://doi.org/10.1080/10646170590948974>>. Acesso em: 30.08.2023.

fazem sentir até os dias atuais, a ascensão social de muitos membros da comunidade nipônica - que tiveram um contexto social-histórico completamente diferente de grupos mais oprimidos - serve como uma luva para a defesa da falsa meritocracia, recorrentemente utilizada para justificar a supremacia branca e a manutenção das classes dominantes.

## 6. O PAPEL DO NIPO-BRASILEIRO NAS QUESTÕES RACIAIS

Não é difícil perceber que questões relacionadas ao racismo, que tanto afetam negros e indígenas e já foram a raiz de uma política discriminatória de Estado - inclusive contra amarelos - para privilegiar brancos, não recebem a devida atenção de *nikkeis*, como recebem de grupos raciais mais oprimidos. Este, aliás, é o exato efeito do mito da *minoria modelo*. Através da difusão social de rótulos positivos a japoneses e seus descendentes, não são poucos que se sentem orgulhosos, como já delineado, e até pertencentes às elites sociais, quase exclusivamente compostas por brancos que sempre ditaram os rumos do Brasil.

É sabido que a formação da sociedade brasileira experimentou séculos de diáspora africana, genocídio indígena e escravidão, que não podem ser apagados com *uma canetada*. A Lei Áurea (1888), por exemplo, não tornou negros automaticamente iguais aos brancos, como se desde então todos tivessem as mesmas oportunidades de vida, ao revés, a maioria ainda vive em situação de pobreza e vulnerabilidade. O reconhecimento de direitos de povos indígenas pela Constituição Federal de 1988 não logrou por fim aos conflitos sangrentos com o empresariado rural, levando discussões como o chamado *marco temporal* para a ordem do dia. Negros e indígenas constituem alvo preferencial da violência policial, das chacinas e da Justiça Penal e frequentemente são discriminados pela sociedade. As consequências das nefastas políticas colonialistas são percebidas até hoje.

Aderir a medidas que reforçam a exclusão desses grupos raciais, como notoriamente se percebe de falas de diversos *nikkeis*, figuras públicas ou anônimas, revela um problemático esquecimento de quem um dia já foi considerado *perigo amarelo*. Aliar-se justamente à mesma classe que, fundamentando-se no *darwinismo* social, foi o seu carrasco no período mais tenebroso da história da imigração, sobretudo, na Era Vargas, é uma indiscutível evidência do poder que a difusão da *minoria modelo* acarreta para as relações humanas, instrumentalizando o amarelo para a manutenção da opressão a negros e indígenas.

Interessante observar que, com o advento da pandemia da Covid-19, a comunidade nipônica, enquanto pertencente à mesma raça amarela de chineses, alvos preferenciais de racismo, também não escapou de reações racistas. Como se sabe, quando o SARS-CoV-2 começou a circular no mundo, rapidamente as redes sociais trataram de explicar sua origem nos supostos péssimos hábitos alimentares de chineses e até autoridades públicas difundiram o apelido *vírus chinês* ao novo coronavírus. Agressões perpetradas com o especial escopo de atingir a honra e a incolumidade física de amarelos eram recorrentes e a propagação do vírus tem servido como desculpa para supostamente legitimá-las.<sup>27</sup>

A pandemia da Covid-19 não criou, mas desnudou um preconceito latente na sociedade contra asiáticos amarelos. Não havia estereótipos de *minoria modelo* que os salvassem. Eram novamente o *perigo amarelo*. Acostumado com microagressões, consubstanciadas em racismo recreativo, o nipo-brasileiro viu-se diante de situações mais graves, motivadas exclusivamente pela sua raça, pouco importando a

---

27 Episódios de violência ocorreram no Brasil também. Uma mulher descendente de japoneses de Santos que preferiu não se identificar relatou: “Levei um susto e fiquei com muito medo, porque estava com meu bebê. Nunca sabemos se as ofensas verbais podem se transformar em algum tipo de agressão. Na hora, fiquei sem reação e continuei andando. Quando cheguei em casa comecei a chorar. Fui humilhada e é constrangedor termos que passar por isso. [...] Na mesma quadra em que fui ofendida, presenciei uma idosa, também japonesa, ser constrangida pelos mesmo trio. Acho que por sermos mulheres, nos tornamos figuras ainda mais frágeis de serem atacadas. Para mim, eles disseram: ‘Coronavírus, volta para o seu país’” (Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2020/03/01/brasileira-e-alvo-de-bullying-por-conta-de-coronavirus-me-senti-humilhada.ghtml>>. Acesso em: 30.08.2023).

Para a Revista Marie Claire, Fernanda Yumi Tagashira, nipo-brasileira, deu o seguinte depoimento: “A mulher se sentou ao meu lado e disse, de maneira alta: ‘hoje vou ajudar a coronavírus aqui’, ‘estou com a coronavírus aqui’, ‘vou ficar infectada, se acontecer, já sabem por quê’. Durante as horas que não estávamos realizando atendimento, falamos sobre se já namorei, se namorei menino ou menina, se eu sempre tive cabelo curto, sobre sapatos, coisas normais. Ela ficava a todo momento borrifando álcool nas mãos e quando foi limpar a mesa que estava usando disse algo como ‘é bom limpar, estou com a coronavírus aqui’. Dá para contar nos dedos as vezes em que ela falou meu nome praticamente. Em determinado momento, em que ainda falavam de coronavírus, porque só se fala disso agora, ela disse ‘mas você é chinesa’ e duas colegas corrigiram, uma disse ‘japonesa’ e a outra ‘ela nasceu aqui no Brasil’. Ela respondeu: ‘China, Coreia, Japão, é tudo a mesma coisa, tudo um bando de gente porca que traz doença’ e em seguida perguntou ‘você também come comidas estranhas? Tipo cachorro’. Pelas 10h, meus colegas chegaram e ela continuou lá, ainda me chamando de coronavírus, até que chegou o horário do meu almoço, das 12h-13h. Na volta, meus colegas perguntaram se eu poderia encher a garrafa de um deles. Estendi o braço para pegar a garrafa e a mulher borrifou álcool no meu braço. Não importei tanto na hora porque ela estava borrifando no ar e em qualquer um o dia inteiro, mas o pior estava para acontecer. Assim que voltei, ela não estava mais na minha mesa, estava em outra ainda próxima a minha e, enquanto eu andava ela borrifava o álcool e gritava ‘OH A CORONAVÍRUS’. O álcool entrou no meu olho esquerdo e parte da minha pele ardeu por ser sensível, já que possuo dermatite atópica no rosto. Essa foi minha maior preocupação na hora. Única reação que tive foi xingá-la por ter acertado meu rosto e, debochadamente, ela me respondeu: ‘desculpa, eu não vi que era seu rosto, vem me dar um abraçinho’. Mas meu olho estava ardendo e preferi não tocar nela, só voltar a trabalhar e ir embora logo” (Disponível em: <<https://revistamarieclaire.globo.com/Noticias/noticia/2020/03/mulher-borrifa-alcool-em-jovem-voce-e-o-coronavirus.html>>. Acesso em: 30.08.2023).

origem. Nos Estados Unidos, a onda de violência, especialmente em 2020, resultou na campanha *Stop Asian Hate* pelo fim dos ataques racistas e xenofóbicos contra a comunidade asiática.

Diferentemente do que ocorreu lá, quando ativistas amarelos e negros deram exemplo de solidariedade antirracista,<sup>28</sup> no Brasil essa união parece difícil de acontecer. Ilustre-se o caso da Praça da Liberdade, em São Paulo, local da força onde eram executados principalmente negros e indígenas até o século XIX, cuja mudança de nome para Praça da Liberdade-Japão pela Lei Municipal no 16.690/2018 foi bastante polêmica.<sup>29</sup> Para os críticos, a iniciativa, além de ignorar diversas etnias que habitam o bairro, inclusive amarelos de origem chinesa e coreana, reforça o apagamento da memória de povos historicamente marginalizados que habitavam num lugar conhecido hoje como “bairro japonês” ou “bairro oriental”. Aparentemente, carece o nipo-brasileiro de consciência de sua inserção numa sociedade marcada por conflitos raciais.

Não se pode pensar na comunidade nipônica como um fim em si. O nipocentrismo, nesse sentido, pode constituir uma ferramenta poderosa ao mito da *minoria modelo*, na medida em que, ao promover ações que excluem - ainda que simbolicamente - as classes mais oprimidas, como no caso da Praça da Liberdade, alcança o objetivo de manutenção das estruturas de poder. Sua utilidade, entretanto, dura enquanto for útil; quando não serve mais, o nipo-brasileiro é lançado na mesma vala das demais minorias, a exemplo do que se sucede na pandemia da Covid-19.

Geralmente, como mencionado antes, o amarelo sofre microagressões por meio de ridicularizações referentes à sua raça. Apelidos como “japa”, “japinha”, “japonês” ou “china”, ou expressões jocosas como “flango flito” ou “abre o olho, japonês!” são bastante corriqueiros e dificilmente levados a juízo. Nem mesmo vítimas costumam reconhecer a violência nesses atos. Num raro caso judicial, o Tribunal Superior do Trabalho condenou um empregador a indenizar por dano moral uma empregada nipo-brasileira que sofria assédio de seu superior hierárquico, que a chamava de “japa”, “japinha” e “japonesa”.<sup>30</sup> O que sempre

---

28 Inúmeros protestos organizados por *Black Lives Matter* contra o assassinato de George Floyd, um negro, por policiais de Minneapolis também em 2020 e que chamaram a atenção da imprensa internacional e mobilizaram as redes sociais e os movimentos do mundo inteiro. Ativistas de *Stop Asian Hate* e *Black Lives Matter* eram frequentemente vistos juntos em protestos, uma demonstração de consciência de que o racismo atinge sistematicamente qualquer pessoa de ancestralidade não-branca.

29 Atualmente o local se chama Praça da Liberdade-África-Japão, conforme Lei Municipal no 17.954/2023.  
30 Ainda assim, o tribunal considerou que a chacota seria apenas inofensiva num primeiro momento e que só condenou o empregador pelo tom repetitivo, jocosos e prolongado, acabando por se traduzir num tratamento abusivo (TST, 3a Turma, RRAg-1001818-88.2017.5.02.0067, rel. Min. Mauricio Godinho Delgado, julgado em 26.04.2023).



foi tido socialmente como “brincadeira”, agora é, inclusive, crime expresso no ordenamento jurídico. A Lei no 14.532/2023, que, inserindo art. 20-A à Lei no 7.716/1989, aumentou a pena para os crimes de preconceito e discriminação nela previstos “quando ocorrerem em contexto ou com intuito de descontração, diversão ou recreação.”

Por vezes, a ambivalência do nipo-brasileiro se manifesta no mesmo fenômeno social, formando um amálgama que raramente é questionado. A política denominada *Cool Japan*, adotada pelo governo japonês em 2011 para promoção da cultura e criatividade através do empreendedorismo cultural, reforçou o estereótipo da *minoría modelo*.<sup>31</sup> O recurso ao *soft power* para mudar a imagem negativa do Japão, vinculada a guerras e agressividade com países vizinhos, e gerar condições favoráveis ao turismo, empreendedorismo, comércio, indústria e relações internacionais, tem impacto significativo no setor cultural de outros países, com a introdução de novos produtos, que se somam a *Hello Kitty*, *Pokemon*, *Nintendo*, *Sony*, *animes* e *mangás*, já conhecidos de longa data pelo consumidor mundial.

Se, por um lado, o interesse pelo Japão e pela cultura japonesa vem crescendo no mundo, por outro, as formas de representação de “japonesidades” são caricaturais.<sup>32</sup> É historicamente recorrente retratar a figura do japonês e do *nikkei* como um indivíduo de olhos puxados, dentes salientes e forma característica de falar (e de gueixa, quando feminino). A essa caricatura, que remete às charges publicadas em revistas ilustradas de um século atrás mencionadas anteriormente, se acrescentaram, primeiramente, a tecnologia e a matemática,

---

31 No fim do século XX, o mundo assistia à globalização, um processo de difusão e intensificação das relações culturais, sociais e econômicas para além das fronteiras. Nesse contexto, desenvolveu-se como estratégia de influência internacional o *softpower*, consistente na habilidade de influenciar o comportamento dos outros para alcançar o resultado desejado, tendo com um de seus elementos a atração cultural. “Com o auge da globalização e o risco da homogeneização cultural, o *softpower* é utilizado por atores internacionais como forma de direcionar esforços para a promoção e a criação de novas manifestações culturais, e também como apoio a expressões já marcadas na história do país”. Assim é que, em 12 de maio de 2011, o governo japonês anunciou a política denominada *Cool Japan*, baseada em estudos sobre “o potencial do Japão como uma superpotência cultural, deixando de ser aquele país que conhecíamos pelas indústrias e por uma população estritamente tradicional, para ser um país com música pop, eletrônicos, arquitetura, moda, animação e gastronomia”. É dessa forma que o país vem superando crises políticas e econômicas. (RODRIGUES, Pilar Luz. O caso do *Cool Japan*: a construção de uma política cultural para a promoção de identidade nacional. *Revista Observatório da Diversidade Cultural*, v. 1, n. 1, 2014. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/330367525\\_O\\_Caso\\_do\\_Cool\\_Japan\\_A\\_Construcao\\_de\\_uma\\_Politica\\_Cultural\\_para\\_a\\_Promocao\\_de\\_Identidade\\_Nacional](https://www.researchgate.net/publication/330367525_O_Caso_do_Cool_Japan_A_Construcao_de_uma_Politica_Cultural_para_a_Promocao_de_Identidade_Nacional)>. Acesso em: 30.08.2023).

32 Um dos casos recentes é a escalção de um ator sem ascendência japonesa para viver um personagem nipônico na telenovela *Sol Nascente* (2016), da Rede Globo, justificada pelo autor por não encontrar “bom ator japonês” e bastante criticada pelo recurso ao yellow face, pelo branqueamento de personagens e pela reprodução de estereótipos. O mesmo ocorreu com a telenovela *A Força do Querer* (2017), da mesma emissora, apresentando um personagem estereotipado, que se veste com roupas de cosplay, fala palavras japonesas, é viciado em tecnologia e tem dificuldades de socialização (NAGAMI, Isis Caroline. Os entre-lugares na relação Brasil-Japão: performances e deslocamentos. *Revista Antropolítica*, Niterói, n. 51, p. 275, 1o quadrimestre/2021).



características supostamente inerentes a um japonês, e, mais recentemente, os elementos culturais associados ao Japão, como *Jaspion*, *Naruto*, *Pokemon* etc. O nipo-brasileiro é desumanizado para virar uma representação da indústria do entretenimento.

Afloram em diversas cidades do Brasil eventos ligados à cultura japonesa e o *Cool Japan* acaba também por se fazer presente mediante imagem de um Japão *pop* e descolado, com grande apelo principalmente ao público jovem. Sem embargo do nobre propósito da preservação da cultura trazida pelos ancestrais japoneses, numa sociedade que mal reconhece amarelos como sujeitos passíveis de racismo, se realizados sem preocupação maior com fomento a reflexões sobre o processo de integração na sociedade brasileira, esses eventos podem ter seu objetivo desvirtuado para reforçar ainda mais a redução do nipo-brasileiro a uma mera caricatura, que agora é *cool*. Afinal, nesses espaços, a comunidade nipônica é, de fato, homenageada ou é somente objeto de fetichização?

## 7. CONCLUSÃO

Ao contrário das narrativas mais comuns sobre a história da imigração japonesa no Brasil, a integração de imigrantes encontrou uma série de percalços. Numa época em que a eugenia estava em voga e a política imperialista do Japão ameaçava o Ocidente, imigrantes japoneses receberam uma série de estereótipos de *perigo amarelo*, justificando perseguições pelo Estado brasileiro. Essa imagem, entretanto, cedeu à *minoria modelo* a partir dos anos 60. Nipônicos passaram a ser rotulados como senhores de seu sucesso, culpabilizando-se negros e indígenas, principalmente, pelo seu suposto fracasso.

A pecha que recai sobre nipo-brasileiros, ora de perigo amarelo, ora de minoria modelo, depende do fluxo da história, mas sempre a serviço da branquitude. A pandemia da Covid-19 revelou que de nada servem estereótipos positivos quando o racismo anti-amarelo desponta com agressividade. Urge, assim, uma tomada de consciência acerca do papel que desempenham numa sociedade estruturalmente racista. É hora de assumirem a identidade não-branca, enfrentarem também o sistema e demonstrarem uma solidariedade antirracista com demais minorias, sem a qual serão eternamente invisibilizados em suas causas.

## 8. BIBLIOGRAFIA

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Imigrantes indesejáveis: A ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. *Revista USP*: Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 119, p. 115-130, outubro de 2018. Trimestral. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/revistausp/revista-usp-119-textos-8-imigrantes-indesejaveis-a-ideologia-do-etiquetamento-durante-a-era-vargas/>>. Acesso em: 30.08.2023.

GERALDO, Endrica. O “*perigo alienígena*”: política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930–1945). Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, 2007.

KAWAI, Yuko. Stereotyping Asian Americans: The Dialectic of the Model Minority and the Yellow Peril. *Howard Journal Of Communications*. Tóquio, 16.08.2005, pp. 109-30. Disponível em: <<https://sci-hub.se/https://doi.org/10.1080/10646170590948974>>. Acesso em: 30.08.2023.

KISHIMOTO, Koichi. *Isolados em um território em guerra na América do Sul*. Trad. Seisiro Hasizume. Cotia: Ateliê Editorial, 2022.

MORAES, Carlos de Souza. *A ofensiva japonesa no Brasil: aspectos social, econômico e político da colonização nipônica*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942.

NAGAMI, Isis Caroline. Os entre-lugares na relação Brasil-Japão: performances e deslocamentos. *Revista Antropolítica*, Niterói, n. 51, pp. 265-86, 1o quadrimestre/2021.

OLIVEIRA, Amanda Kawassaki de; SANTOS, Filipe Bordinhão dos. Corpo amarelo: análise inicial sobre representatividade de asiáticos-brasileiros nas matérias jornalísticas. *42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Belém - PA – 02 a 07/09/2019*, Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2019. Disponível em: <<https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-1633-1.pdf>>. Acesso em: 30.08.2023.

RAMOS, Jair de Souza. “Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre a imigração da década de 20”. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Rio Cruz, 1996.

RODRIGUES, Pilar Luz. O caso do *Cool Japan*: a construção de uma política cultural para a promoção de identidade nacional. *Revista Observatório da Diversidade Cultural*, v. 1, n. 1, 2014. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/330367525\\_O\\_Caso\\_do\\_Cool\\_Japan\\_A\\_Construcao\\_de\\_uma\\_Politica\\_Cultural\\_para\\_a\\_Promocao\\_de\\_Identidade\\_Nacional](https://www.researchgate.net/publication/330367525_O_Caso_do_Cool_Japan_A_Construcao_de_uma_Politica_Cultural_para_a_Promocao_de_Identidade_Nacional)>. Acesso em: 30.08.2023.

SAKURAI, Célia. *Os japoneses*. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 2016.

SANTOS, Caynnã Camargo; ACEVEDO, Claudia Rosa. A minoria modelo: uma análise das representações de indivíduos orientais em propagandas no Brasil. *Psicologia Política*. São Paulo, v. 13, n. 27, pp. 281-330, mai-ago/2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870–1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SHAH, Niral. Por que asiáticos não são bons em matemática. Trad. Cecília Inamura. *Nexo*, 10.01.2020. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/externo/2020/01/10/Por-que-asiaticos-nao-sao-bons-em-matematica>>. Acesso em: 30.08.2023.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. *Imigração japonesa nas revistas ilustradas: preconceito e imaginário social (1897-1945)*. São Paulo: Edusp, 2016.

WU, Ellen. *The Collor of Success: Asian Americans and the Origins of the Model Minority*. New Jersey: Princeton University Press, 2014.

YANG, Jeff. “A new virus stirs up ancient hatred”. *CNN*, 2020. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2020/01/30/opinions/wuhan-coronavirus-is-fueled-racism-xenophobia-yang/index.html>>. Acesso em: 30.08.2023.



capítulo

# 17



Tamilyn Tiemi Massuda Ishida

**De perigo amarelo à minoria  
modelo: uma breve reflexão  
sobre nipo-brasileiros entre  
o passado e o futuro**



## DE PERIGO AMARELO À MINORIA MODELO: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE NIPO-BRASILEIROS ENTRE O PASSADO E O FUTURO

Tamilyn Tiemi Massuda Ishida<sup>1</sup>

“As minhas memórias não são, por assim dizer, arrancadas com raiz e tudo. Mesmo as coisas esquecidas deixam algum traço em algum lugar do coração. Como pequenas sementes. Se algo as desperta, voltam a crescer. Mesmo quando a memória em si desaparece, ela deixa em seu lugar alguma coisa: um tremor, uma dor, um prazer, uma lágrima.”

Yoko Ogawa, *A Polícia da Memória*.

### SUMÁRIO:

1. Introdução.....	318
2. O que são estereótipos? .....	319
3. Contexto da vinda de imigrantes ao Brasil.....	320
4. Vinda dos primeiros imigrantes asiáticos ao Brasil no período colonial.....	321
5. Contexto japonês anterior à imigração japonesa no Brasil.....	322
6. Imigrantes japoneses e seus descendentes como Perigo Amarelo.....	324
7. O não-pertencimento e as vivências nipo-brasileiras.....	328
8. Nipo-brasileiros como Minoria Modelo.....	329
9. Considerações finais.....	331
10. Referências bibliográficas .....	333

### 1. INTRODUÇÃO

O Brasil é o país que abriga a maior população de origem japonesa fora do Japão. Neste ano de 2023 em que se comemoram os 115 anos da imigração japonesa no país, a monografia se apresenta como uma oportunidade para compreender como os estereótipos atribuídos aos seus imigrantes e descendentes, formados em épocas anteriores, persistem até hoje.

Dada a complexidade da imigração como um fenômeno que afeta as diversas esferas da vida, termo usado por Weber, buscará se concentrar em uma análise dos dis-

<sup>1</sup> Nipo-brasileira de 4ª geração (*yonsei*) e filha de decasséguis. Bacharel em Design Gráfico pelo Centro Universitário Senac (2017) e membro da Comissão de Jovens do Bunkyo (CJB) desde dezembro de 2022.

cursos antropológicos, na medida em que são muito importantes para as definições e compreensões das identidades.

Entendendo, primeiramente, o que define um estereótipo, a história da imigração japonesa será situada em um período anterior a sua concretização definitiva, de modo a explicar o contexto da vinda de imigrantes em nosso país no final do século XIX e início do século XX, mencionando brevemente a chegada dos primeiros asiáticos ao país, os chineses, para então traçar o contexto histórico no qual o Japão estava inserido na época e que possibilitou entrada dos primeiros imigrantes japoneses no Brasil em 1908.

Assim, através desse resgate, será possível notar como as imagens e os discursos construídos ao longo do tempo sobre tais imigrantes foram sendo moldadas, por muitas vezes de modo ambíguo, afetando as pressuposições que geralmente se fazem acerca dos nipo-brasileiros até os dias atuais.

## 2. O QUE É ESTEREÓTIPO?

Inicialmente, para uma melhor compreensão do que se propõe esta monografia, faz-se relevante considerarmos a definição de um conceito que está presente no tema proposto nesta edição do concurso. Em relação aos estereótipos, Hall (2016) nos mostra que:

Um estereótipo é uma descrição unilateral, resultado da redução de diferenças complexas a um simples recorte. Características diferentes são compreendidas em conjunto ou condensadas em uma só. Essa simplificação exagerada é então atrelada a um sujeito ou lugar. Suas características tornam-se signos, “evidências”, de acordo com os quais conhece-se o sujeito (p.348).

Hulme (*apud* Hall, 2016, p.348) fala sobre o “dualismo do estereótipo”, ou seja, sua divisão entre dois elementos opostos, característico do discurso do “Outro”. Entendendo o discurso como “um grupo de afirmações que fornecem uma linguagem para falar sobre, ou seja, uma forma de representar, um tipo particular de conhecimento sobre um tópico” (HALL, 2016, p.332), o estereótipo opera por uma “combinação de adjetivos, que estabelece certas características como se fossem verdades eternas (“a verdade”), imunes a irrelevâncias do momento histórico” (HULME *apud* HALL, 2016, p.348). Nesse processo de construção do Outro, também é necessá-

rio mencionar o que Said (2007) define como Orientalismo, processo pelo qual o Ocidente se afirma em uma posição de superioridade ao contrastá-lo com a ideia construída sobre o dito Oriente, sendo exatamente seu oposto e necessitando de sua existência para se legitimar. É, portanto, também uma forma de estereotipificação (HALL, 2016).

Assim, será possível perceber que, ao analisarmos a imagem de imigrantes japoneses e de seus descendentes ao longo da história, por ora ela é apresentada de maneira negativa e por outras, de maneira positiva, sendo marcada pela ambiguidade (TAKEUCHI, 2008).

### 3. CONTEXTO DA VINDA DE IMIGRANTES AO BRASIL

A chegada dos primeiros imigrantes japoneses<sup>2</sup> ao Brasil é datada de 18 de junho de 1908. Porém, segundo Takeuchi (2008), é necessário que voltemos até pelo menos o final do século XIX para entender sua presença no país. Assim, seguindo a linha de Lesser (2015) que afirma que “a formação das identidades é condicionada pelo novo Estado nacional que recebe os imigrantes, e não apenas pela antiga nação que os envia” (p.20), é importante compreender os contextos nos quais tanto o Brasil quanto o Japão estavam situados na época.

Assemelhando-se a outros países da América, a vinda de imigrantes ao Brasil esteve inserida em um contexto escravocrata. Assim, como argumenta Lesser (2015), “boa parte das ideias sobre raça que vigoraram no Brasil de fins do século XIX a início do século XX tinham origem em uma pseudo ciência europeia sobre raça e diferenças humanas, formuladas em épocas ainda anteriores” (p.42). Pseudo ciência esta que Munanga (2004) denomina de “raciologia” em que, a partir da hierarquização criada entre as chamadas raças<sup>3</sup>, estabeleceu-se uma “relação intrínseca entre o biológico (cor da pele, traços morfológicos) e as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais” (p.5), sendo usada para “justificar e legitimar os sistemas de dominação racial” (p.5).

---

2 Segundo Higa (2015), dentre os 781 imigrantes que chegaram ao Brasil em 1908 a bordo do *Kasato Maru*, 325 deles eram oriundos de Okinawa. Embora quase imperceptível para a sociedade brasileira de modo geral, a comunidade okinawana brasileira possui diferenças sociais e históricas em relação à comunidade nipo-brasileira.

3 Como afirma Hall, ““raça” é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão - ou seja, o racismo” (2013, p.77).



Nesse sentido, “com uma hierarquia racial que colocava a branquidão no topo e a negritude na base” (LESSER, 2015, p.38), tal pensamento teve forte influência nos debates da época e, conseqüentemente, na formulação de políticas acerca da entrada de imigrantes no país, correlacionando-os com a ideia de “aperfeiçoamento da nação” e de uma vindoura mudança racial no Brasil. Deste modo, a miscigenação funcionaria como um mecanismo para embranquecer a população através das gerações, sendo “fisicamente transformada, passando de negra a branca por meio da combinação de casamentos mistos e políticas de imigração. O “sangue” branco “forte” passaria a sobrepujar o dos não brancos “fracos”, e a lei impediria a entrada de raças “fracas”. (LESSER, 2015, p.41). Lee, Manghirmalani e Higa afirmam que “é diante dessa classificação que a raça amarela (de origem leste asiática) é considerada intermediária e representada de modo ambivalente no final do século XIX – ora vista como degenerativa, ora vista como assimilável” (2019, p.127).

Como será abordado posteriormente, o pensamento eugenista<sup>4</sup> ganha adeptos no Brasil alguns anos mais tarde, reforçando ainda mais o pensamento das elites brasileiras de que uma nação desenvolvida e moderna seria possível somente através do branqueamento da população. Assim, ao categorizar certos grupos como desejáveis e outros como indesejáveis, privilegiou-se o ingresso de imigrantes europeus brancos no país (TAKEUCHI, 2008).

#### 4. VINDA DOS PRIMEIROS IMIGRANTES ASIÁTICOS AO BRASIL NO PERÍODO COLONIAL

A vinda de asiáticos ao Brasil data do período colonial, quando com a migração da corte portuguesa para o Brasil (1807), além dos contatos já existentes entre Macau (colônia portuguesa desde o século XVI) (NOVAIS, 2019), cerca de 400 chineses foram trazidos para o Jardim Botânico no Rio de Janeiro para o cultivo de chá no ano de 1810. Nessa época, D. João almejava torná-lo um produto para exportação, já que possuía alto valor no mercado europeu, principalmente na Inglaterra. Este primeiro contato com trabalhadores chineses acabou fracassando (LESSER, 2017; DEZEM, 2005; YANG, 2013).

Posteriormente, em meio a uma série de acontecimentos como a Lei Eusébio de

---

4 Formulada pelo inglês Francis Galton (1822-1911), a eugenia é um termo de origem grega que significa “bem nascido”. Segundo a teoria, uma população poderia ser geneticamente melhorada através da exclusão de elementos “indesejáveis” e da reprodução daqueles considerados “sadios”. (TAKEUCHI, 2008). O médico e sanitarista Renato Kehl (1889-1974) é considerado o pai da eugenia no Brasil. (FERREIRA, 2017).

Queiróz (1850), a Lei do Ventre Livre (1871), a Lei dos Sexagenários (1885), além dos movimentos abolicionistas e o iminente decreto do fim da escravidão, debates acerca da substituição da mão de obra escravizada começam a surgir. Com a cafeeira atingindo seu auge no estado de São Paulo, houveram dificuldades para trazer o “imigrante ideal” pois, na época, italianos, espanhóis, suíços e alemães emigravam para os Estados Unidos e Argentina (DEZEM, 2005). Desta forma, a mão de obra chinesa foi considerada novamente e, vista como mais “barata” e “dócil” em comparação ao imigrante europeu, foi tratada como “elemento transitório” entre o trabalho escravo e o trabalho livre (LESSER, 2015). Chamado pejorativamente de *chim*, o chinês era visto pelas autoridades políticas da época como “indolente, fraco, sujo, racialmente inferior” (DEZEM, 2005, p.10) e percepções sobre seus traços culturais e físicos levantavam discussões sobre como se encaixariam na sociedade brasileira (LESSER, 2015).

Com a China perdendo sua força como potência na Ásia principalmente em decorrência da crise que havia se instaurado no país após a derrota nas duas Guerras do Ópio (1839-1842 e 1856-1860)” (YANG, 2013), a introdução dessa mão de obra também não obteve grande sucesso, pois havia “[...] o estigma chinês de país derrotado e conquistado pelas potências europeias” (DEZEM, 2005, p. 4). Assim, ao longo do século XIX, pouco mais de 3.000 chineses entraram no Brasil (DEZEM, 2005).

## 5. CONTEXTO JAPONÊS ANTERIOR À IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL

Por outro lado, com o fim do xogunato Tokugawa (1603-1868), período marcado pelo isolacionismo do Japão, a Era Meiji (1868-1912) dá início a um processo de modernização e industrialização do país (LESSER, 2015). Segundo Dezem (2005):

Para tal, baseou-se em uma política de caráter militar-expansionista (Doutrina Okuma), em ideais nacionalistas, associados a modelos ocidentais de legislação (influência francesa), organização militar (influências alemã, francesa e inglesa, educação (influência norte-americana), culminando com o culto ao Imperador (p.4).

Como consequência do crescimento elevado da população verificado na época, os camponeses empobrecidos ficaram à margem desse processo, provocando tensões sociais no meio rural (TAKEUCHI, 2008). A solução encontrada pelo governo japonês foi a adoção de uma medida de encaminhamento de seus nacionais ao ex-

terior – a emigração, desta forma, passa a ser incentivada pelo Estado a fim de “aliviar as pressões sobre a terra e, ao mesmo tempo, criar colônias no exterior para o cultivo de alimentos a serem exportados de volta para o Japão.” (LESSER, 2017, p.206). Enquanto isso, o país também ganha status de potência junto ao Ocidente, obtido sob o imperialismo japonês através de episódios como a anexação do reino de Ryukyu (atual província de Okinawa)<sup>5</sup> ao seu território (1872), a vitória sobre a China na Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895) (conflito que resultou na cessão de Taiwan para o Japão) e a vitória sobre a Rússia na Guerra Russo-Japonesa (1904-1905) (conflito em que houve a disputa por territórios da Manchúria e da Coreia) (DEZEM, 2005).

Desta maneira, ao mesmo tempo em que o poderio internacional do Japão aumentava, havia no Brasil a demanda pela mão de obra de imigrantes, especialmente com a expansão das lavouras de café no antigo Oeste Paulista. Em uma conjuntura onde o fim da escravidão havia sido decretado (1888), além do início da República após a queda da Monarquia (1889), a entrada de imigrantes europeus nesse período foi elevada, devido a almejada modernidade estar associada, sobretudo, a um projeto de embranquecimento da população (DEZEM, 2005). No entanto, Lesser (2015) afirma que:

As elites brasileiras também tinham interesse no Japão. As tentativas de contratar mão de obra chinesa haviam fracassado. Os fazendeiros e seus aliados políticos estavam insatisfeitos com os europeus, que pareciam gastar mais tempo lutando por seus direitos<sup>6</sup> do que “branqueando” o país. [...] Com a restauração Meiji, entretanto, o Japão havia se tornado um país moderno e poderoso. As elites japonesas costumavam promover o Japão como o país “branco” da Ásia, o que despertou o interesse do Brasil (p.207).

Naquele breve instante, os japoneses passaram a ser vistos como imigrantes desejáveis pelo Brasil devido à uma convergência de interesses e, assim, as negociações se iniciaram no começo da década de 1890 (LESSER, 2015). Como observado por Dezem (2005):

Considerando-se a dinâmica dos mitos, podemos afirmar que ocorreu uma

---

5 Ryukyu foi um reino independente, com línguas, cultura e governo próprios. Anexado ao território japonês em 1872 durante a Restauração Meiji, tornou-se província de Okinawa (HIGA, 2015). Segundo Matsumoto (2017) do blog Okinawando, com a criação do Estado-nação japonês que visava uma cultura coesa, única e comum a todos, houve a proibição de costumes locais como a tatuagem em mulheres (*hajichi*), da língua (*uchinaaguchi*), e também das práticas religiosas.

6 Segundo Takeuchi (2008), a princípio, os imigrantes italianos (que chegavam em maior número naquele período) foram recebidos com entusiasmo, porém devido aos frequentes protestos pelas condições sociais e de trabalho, contrariaram as expectativas das elites em relação à sua colaboração com o branqueamento do Brasil.

metamorfose: o japonês tornou-se o elemento “novo” na equação imigratória. Seria ele uma segunda opção? Na realidade, o japonês emergia ao olhar dos imigrantistas - e graças a fatores externos, como a ascensão na Ásia e o descrédito com relação ao chinês – como o principal denominador dessa “equação amarela” de onde o chinês foi subtraído para dar lugar a opção japonesa: “trabalhador bom, barato e dócil” (p.7)

A restrição da entrada de imigrantes japoneses por parte dos EUA (1907) e a proibição por parte do governo italiano em não permitir que seus cidadãos aceitassem transporte subsidiado ao Brasil representam o momento decisivo para que, em 18 de junho de 1908, a primeira leva de imigrantes japoneses chegasse a bordo no país pelo navio *Kasato Maru*. Diante disso, Takeuchi (2008) explica que, apesar dos imigrantes carregarem consigo o fato de pertencerem a uma potência mundial, os discursos presentes no Brasil eram pautados simultaneamente pelo “desejo de imitar o desenvolvimento econômico e social do Japão” (p.55) e por uma apreensão em relação a uma possível “mongolização” do país. Tal inquietação pode ser entendida, em parte, pelo fato de que no período anterior à Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), a veiculação de informações e imagens referentes ao Japão presentes no Brasil era ínfima. Dezem (2005) nos mostra que:

O pouco conhecimento público que se tinha sobre as “coisas do Japão” advinha em sua maior parte de obras produzidas por autores estrangeiros, que ainda veiculavam as imagens construídas pelo japonismo, no qual o “outro”, no caso o japonês, é idealizado por seus atributos estéticos, vistos pelo Ocidente como exóticos (p.16).

Assim, as mudanças sofridas no imaginário nacional sobre os japoneses entre os anos de 1903 e 1908 é um período relevante para perceber que, especialmente em decorrência da vitória japonesa no conflito russo-japonês, a imagem que se tinha do Japão que “para alguns era exótico, tornou-se perigoso” (DEZEM, 2005, p.11), já que “era a primeira vez na era moderna que uma nação do Extremo Oriente derrotara uma potência ocidental” (REIS, 2015, p.50).

## **6. IMIGRANTES JAPONESES E SEUS DESCENDENTES COMO PERIGO AMARELO**

Alguns anos mais tarde, em meados da década de 1920, nota-se um aumento significativo na entrada de imigrantes japoneses no Brasil e um declínio contínuo em

anos posteriores em relação à quantidade de imigrantes europeus que chegavam no país (TAKEUCHI, 2008). Com o fechamento das portas à maioria dos asiáticos nos EUA pela Lei de Origens Nacionais (*National Origins Act*) em 1924, o Japão passa a arcar com as despesas de transportes dos imigrantes ao Brasil, havendo também o investimento de capital em companhias de emigração<sup>7</sup>, que tinham o intuito de “adquirir terras no Brasil e instalar as benfeitorias necessárias para que os colonos japoneses tivessem condições de se manter em sua nova pátria de adoção e auxiliar na produção de matérias-primas que seriam, posteriormente, exportadas para as indústrias japonesas” (TAKEUCHI, 2008, p. 175). Dessa forma, como mostra Sakurai (1998), a imigração japonesa ao Brasil pode ser definida como uma *política tutelada*, na medida em que foi amparada pelo governo japonês desde o princípio e incentivada por ambos os lados, garantindo a continuação do fluxo de imigrantes até 1941, além de sua fixação e permanência.

Contudo, numa época em que as teorias raciais em voga na Europa haviam sido adaptadas à realidade brasileira e os ideais eugênicos eram propagados, as colônias passam a ser vistas como “quistos étnicos” pela elite, uma vez que os imigrantes eram considerados como “um corpo estranho no organismo nacional” (TAKEUCHI, 2008, p.85), incapazes de se assimilarem e de se integrarem à sociedade. À vista do crescente poderio militar do Japão com o expansionismo de territórios pela Ásia desde o final do século XIX (TAKEUCHI, 2009), cria-se a ideia de que os imigrantes “se instalavam no país com o objetivo de preparar a futura invasão militar nipônica no Brasil” (TAKEUCHI, 2008, p. 175), tornando-se o novo Perigo Amarelo<sup>8</sup>. Desta forma, passam a representar uma ameaça racial frente a um projeto de nação brasileira:

O acréscimo do elemento amarelo ao caldeirão racial do país, ainda que não havia deglutido o negro, fruto da herança colonial, representava um fator de descontrolo na visão dos eugenistas. O japonês é apresentado como o novo, estranho, fora de controle, uma projeção de insegurança para o futuro que se quer na mão, o elemento não previsto numa ampla estratégia de controle do trabalho e do trabalhador (TAKEUCHI, 2008, p. 53).

---

7 Aqui podem ser mencionadas a *Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha* (Companhia de Desenvolvimento Exterior de Kaiko ou KKKK), fundada em 1917 e que administrava a maioria das colônias japonesas no Brasil em 1920, e a Brasil *Takushoku Kumiai* (Empresa de Colonização do Brasil ou Bratac), fundada em 1927 (TAKEUCHI, 2008; LESSER, 2017). No entanto, segundo Sakurai (1998), “nem todos os imigrantes se dirigem às colônias do governo japonês” (p.14), pois haviam aquelas formadas por iniciativas de lideranças locais ou dos próprios imigrantes.

8 Ideia difundida pelos EUA desde o início do século XX (TAKEUCHI, 2008), o termo Perigo Amarelo (*Yellow Peril*) foi usado pela primeira vez no final do século XIX pelo Kaiser Guilherme II na Alemanha (DEZEM, 2005). Refere-se a uma apreensão do Ocidente frente a uma potencial ascensão econômica de países asiáticos, vistos como inassimiláveis e inferiores, justificando assim políticas imperialistas no leste asiático (CHEN, apud SHIMABUKO, 2016).

Embora outra parte da elite apoiasse “a continuação da imigração em razão do grande sucesso alcançado pela agricultura das colônias japonesas” (LESSER, 2015, p.218), o fato é que a perpetuação desse mito foi crucial para que, mais tarde durante a Era Vargas (1930-1945), tal pensamento político se transformasse em doutrina no Estado Novo (1937-1945) (TAKEUCHI, 2008).

Assim, a partir de década de 1930, a “defesa da existência de um Estado forte e coeso e um líder, Vargas, tornou visível a existência de minorias étnicas que se mantinham divorciadas do restante da nação” (TAKEUCHI, 2008, p.252). Lesser mostra que a Assembleia Nacional Constituinte de 1934 gerou debates tanto contra quanto a favor da imigração japonesa, podendo ser resumido a dois pontos principais:

Os partidários da imigração retratavam os japoneses como “biologicamente superiores” aos brasileiros de ascendência africana ou mista, enfatizando sua modernidade e produtividade [...] Os contrários à entrada de imigrantes japoneses usavam argumentos nativistas sobre roubo de empregos e de terras, argumentos racistas sobre degeneração biológica e argumentos militaristas sugerindo que as aspirações imperiais japonesas na Ásia logo iriam se transferir para o Brasil (2017, p. 221)

Desta maneira, no ano de 1934 é adotado um sistema de cotas para a chegada de novos imigrantes (SAKURAI, 1998), tendo como consequência uma redução de 50% na entrada de imigrantes japoneses no ano de 1935 (LESSER, 2017).

Retomando novamente o início da imigração quando, num primeiro momento, a reação dos imigrantes japoneses perante a realidade em um novo país foi de estranhamento ao seu entorno devido às diferenças encontradas no clima, na língua e na alimentação (SAKURAI, 1998), Takeuchi (2008) mostra que:

O comportamento na colônia pode ser compreendido como uma reação interna a um ambiente estranho, diferente do que estava acostumada no Japão. Segundo Max Weber, a relação comunitária é caracterizada quando a atitude na ação social repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer, afetiva ou tradicionalmente, ao mesmo grupo. Entretanto, a grande maioria das relações sociais têm caráter, em parte, comunitário e, em parte, associativo. Este aparece quando a ação social é motivada pelo ajuste ou numa união de interesses racionalmente motivados com certos fins (p.34).

Por isso, sendo a história da imigração japonesa “estritamente vinculada aos núcleos coloniais e a produção agrícola” (TAKEUCHI, 2009, p.1), os anos que se seguiram no decorrer da Era Vargas (1930-1945), marcados por uma tentativa de homogeneização étnica e cultural visando a unidade da nação e imposta a fim de “dissolver elementos distintivos e culturas minoritárias” (LESSER, 2017, p.223) marcaram profundamente a construção de sua identidade no Brasil (SAKURAI, 1998), já que a partir da instauração do Estado Novo em 1937:

[...] a campanha de nacionalização intensificou-se, principalmente nas comunidades japonesas e alemãs, consideradas como “paradigmas do enquistamento étnico”. Reafirmava-se o conceito de que estas seriam capazes de, no futuro, suscitar movimentos separatistas e de desordem a favor de seus países de origem que, não por acaso, mantinham políticas expansionistas na Ásia e na Europa, respectivamente (TAKEUCHI, 2008, p.253).

Assim, no ano seguinte, em 1938, “a entrada de estrangeiros passou a ser estritamente controlada, e os imigrantes residentes foram proibidos de se congregarem em agrupamentos residenciais, tais como colônias étnicas (LESSER, 2017, p.223), conseqüentemente resultando no fechamento de jornais, escolas e associações (TAKEUCHI, 2008).

Pouco mais tarde, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), é consolidada a imagem de “súditos do Eixo” para designar imigrantes alemães, japoneses e italianos e seus descendentes (PERAZZO *apud* SHIMABUKO, 2018), fazendo com que a “representação negativa do japonês, enquanto membro de uma raça indesejável, e como um provável inimigo a serviço do imperador do Japão, alvo da desconfiança oficial e, também popular” (TAKEUCHI, 2008, p.29), fosse exacerbada, legitimando a repressão e a violência institucionalizadas pelo regime estadonovista (TAKEUCHI, 2009).

Com o ataque do Japão a Pearl Harbor em 1941, agrava-se a desconfiança perante aos imigrantes japoneses e seus descendentes no país (SHIMABUKO, 2018), até que as relações diplomáticas entre Brasil (que estava ao lado de países Aliados) e Japão são rompidas no ano de 1942. No ano de 1943, por volta de 6.500 nipo-brasileiros, dentre os quais mais de 60% eram imigrantes provenientes de Okinawa, “foram expulsos da região portuária de Santos - SP, além de terem seus bens congelados para serem usados como indenização, caso as nações do Eixo causassem prejuízo ao Estado brasileiro em ataques” (PERAZZO, 2009 *apud* SHIMABUKO, 2016, p.6).

Sobre a imigração tutelada, Sakurai (1998) afirma que “de um momento para o outro, o sistema, que até então se mostrava eficiente, se desmantela. Os anos da guerra são penosos, visto que vivem sob inúmeras restrições do governo brasileiro” (p.17).

## 7. O NÃO-PERTENCIMENTO E AS VIVÊNCIAS NIPO-BRASILEIRAS

Na atualidade nota-se que, apesar de passados mais de um século desde 1908, uma das questões que podem ser encontradas nas vivências de nipo-brasileiros é a de não-pertencimento (em termos de nacionalidade), em que lhes são colocados a ideia de “estrangeiros perpétuos” podendo ser explicado, segundo Shimabuko (2018), através do mito das três raças, fundamentado em uma concepção de que ser brasileiro estaria “apoiado na confluência simbólica das três raças: o branco, o negro e o “índio”, excluindo o fenótipo amarelo da brasilidade autêntica” (p.7).

Assim, não é incomum que ainda se escutem expressões ou frases como: “*Abre o olho, japonês!*”, “*Tinha que ser japa*”, “*Você é nisei, sansei, ou não sei?*”, “*Você só come sushi?*”, “*Você fala português?*”, ou “*Japonês é tudo igual*”, as quais podem ser definidas como microagressões, ou seja, “indelicadezas, menosprezos, insultos verbais ou não verbais do cotidiano, intencionais ou não, que comunicam mensagens hostis, derogatórias ou negativas em relação a pessoas baseando-se somente no fato de que elas pertencem a alguma minoria” (SUE et al., 2007 apud INOUE, 2017, p.17). No entanto, ao mesmo tempo em que, “no Brasil, muitos cidadãos são definidos popularmente por termos que sugerem sua condição de estrangeiro (alemão, árabe, japonês, polaco), mesmo que sua família esteja no Brasil há gerações” (LESSER, 2015, p. 22), tal designação, embora tenha sua origem de uso no início da imigração, também ainda é comumente vista entre os próprios nipo-brasileiros, referindo-se a si mesmos como “japonês” ou “*nihonjin*”, em oposição à “*gaijin*”, termo derivado da palavra *gaikokujin* que significa estrangeiro, mas que é geralmente utilizada para denominar os “brasileiros” (neste caso, aqueles que não possuem ascendência japonesa) (HIGA, 2015), ou até mesmo para aqueles que possuem ascendência japonesa, mas que têm origens mistas (chamados geralmente de “mestiços”) adquirindo, muitas vezes, um tom pejorativo.

Outro ponto relevante para ser mencionado é o fenômeno decasségui<sup>9</sup> (termo que

<sup>9</sup> Segundo Silva (2012) e Lesser (2015), o início do fenômeno decasségui teve como principais fatores a estagnação da economia brasileira no final da década de 80 e a emenda à uma lei japonesa em 1990 que permitiu a entrada de descendentes de japoneses no país para trabalhar nas fábricas ocupando, assim, cargos indesejados pelos japoneses. De acordo com o governo, tais medidas supririam a mão de obra faltante e poriam um fim à imigração ilegal. Os decasséguis ficaram conhecidos por trabalharem em empregos “3K”: *kitanai* (sujo), *kiken* (perigoso), *kitsui* (difícil, penoso).



vem da expressão *kasegu* que pode ser traduzida como “sair para ganhar a vida”), no qual descendentes de japoneses começaram a migrar para o Japão a partir de meados dos anos 1980 (SILVA, 2012; LESSER, 2015), mas que ainda ocorre atualmente. Em relação a percepção sobre si diante de uma nova realidade em outro país, Oliveira (2012) comenta que, a princípio, havia a “perspectiva de estarem “voltando para casa”, dada a peculiaridade já tratada de como eram percebidos estes brasileiros descendentes de japoneses em sua terra pátria” (p.92), no entanto:

Uma vez no Japão, entretanto, este “outro”, através do qual nos refletimos, muda, praticamente invertendo-se, tal qual os fluxos em questão. Em território japonês, o outro que define este indivíduo não é mais o brasileiro “típico” [...] É, na verdade, o próprio japonês, cujos traços fenotípicos são os mesmos que o do emigrado, embora as características do “ser” se diferenciem substancialmente. Mais do que isso, lá, em território japonês, este “outro” não lhe reconhece como igual a ele, ainda que os traços físicos o digam que sim, então, o reflexo do espelho sequer lhe permite considerar aquilo que acreditava ser. Ele impõe ao emigrante uma reflexão de quem ele próprio seja, sem dar-lhe a chance de sentir-se como igual (OLIVEIRA, 2012, p.94).

Ademais, Ishi (2003 apud UENO, 2012) aponta a existência de um certo estigma sobre os nipo-brasileiros que iam ao Japão como decasséguis, principalmente no início desse fenômeno. Visto como uma escolha vergonhosa e indesejada tanto dentro quanto fora das comunidades, tal condição acrescenta uma outra camada a esse fluxo migratório:

Apenas os perdedores seriam condenados a ir para longe de um país bonito em que os japoneses e seus descendentes ascenderam na escala social, de agricultores a proprietários no meio urbano ao longo do século XX, conquistando a visão dentro da sociedade como bons trabalhadores, e relativamente ricos (ISHI, 2003 apud UENO, 2012, p.280).

## 8. NIPO-BRASILEIROS COMO MINORIA MODELO

O termo minoria modelo surge pela primeira vez nos EUA no ano de 1966 em um artigo intitulado “*Success story: Japanese-American Style*” (“Uma história de sucesso: o estilo nipo-americano”), escrito pelo sociólogo William Petersen e publicado no *The New York Magazine*. Nele, enfatiza-se que apesar das discriminações e

injustiças sofridas no passado, os nipo-americanos, enquanto minoria étnica no país, teriam conseguido superar as adversidades, atingido um status socioeconômico elevado e incorporando o sonho americano através de seu trabalho duro e de sua educação, servindo como modelo para outras minorias (SUZUKI, 1977; WING, 2007; SAYURI, 2017). Tais atribuições, posteriormente, passam a ser utilizadas também para descrever asiático-americanos no geral, conseqüentemente enfatizando estereótipos de que “a comunidade asiática seria especialmente trabalhadora, séria, ética, detentora de conhecimentos acima da média nos campos da matemática e tecnologia e, em geral, intelectualmente talentosa” (SANTOS, 2013, p.286).

Em um contexto brasileiro, a percepção sobre os nipo-brasileiros enquanto uma minoria ideal pode ser atribuída a um período em que há novamente uma mudança acerca de sua imagem. Até pouco tempo atrás vistos como Perigo Amarelo, observa-se na década de 1950 uma transformação em que “não é mais o ‘perigo japonês’ [...] agora vem à tona o enaltecimento do trabalho, do esforço que gera sucesso” (SAKURAI, 1995 *apud* LESSER, 2008, p.44). Segundo Lesser (2008), a presença do Japão como potência mundial nas décadas de 1960 e 1970, e o fato de que “ao longo de todo o século XX, a elite de São Paulo tomou o poderio internacional do Japão como meta, e a indústria e a sociedade japonesas como modelos” (p.22), foram aspectos que contribuíram com a visibilidade positiva dos *nikkeis* no Brasil. Ao mesmo tempo, porém:

Na medida em que os *nikkeis* de nível educacional elevado ganhavam visibilidade como um “outro racial”, piadas grosseiras começaram a circular: “Garanta seu lugar na Universidade de São Paulo amanhã: mate um japa hoje” era uma delas, enquanto outra, grafitada nos banheiros das universidades, dizia: “Enquanto você está aí cagando, tem um japonês estudando” (LESSER, 2008, p.46).

Assim, embora ser uma minoria modelo pareça algo relativamente favorável em um primeiro momento, tais características vistas como positivas podem fazer com que aqueles indivíduos que não se encaixam no estereótipo se sintam “pressionados socialmente a moldarem sua personalidade e sua forma de interação com o mundo, chegando ao ponto de certas pessoas vivenciarem depressão, baixa autoestima ou outros distúrbios decorrentes dessa situação.” (TAYLOR; LANDRETH; BANG, 2005; LORENZO; FROST; REINHERZ, 2000 *apud* SANTOS, 2013, p.287).

Além disso, o problema também reside no fato de que tal mito coloca-os como “uma minoria étnica louvável, economicamente ativa, politicamente inofensiva – e

não-negra” (SAYURI, 2017). Wing (2007) diz que, não por acaso, a origem desse termo emerge nos anos 1960, época dos movimentos pelos direitos civis da população negra nos EUA. Percebe-se então que ocorre primeiramente uma comparação, polarizando os dois grupos, e depois uma culpabilização que recai sobre negros e também indígenas, tornando-os responsáveis “pelos próprios problemas – e não a longa história de segregação, violência e discriminação racial” (WU apud SAYURI, 2017). Desta forma, há de se notar que “os mitos fundadores são, por definição, transitórios: não apenas estão fora da história, mas são fundamentalmente a-históricos” (HALL, 2013, p.32).

Sobre as consequências da miscigenação no Brasil, no entanto, Lesser (2015) afirma que:

As elites sempre tentaram distinguir quem era branco e quem era negro, quem não era nem um nem outro, e quem era ambos. Os imigrantes fizeram o mesmo, percebendo que tinham algum grau de influência sobre sua própria situação na hierarquia racial (e, portanto, social e econômica) (p.40-41).

É desta maneira que, “com a classe social como marcador crítico, muitos brasileiros “étnicos” se tornaram parte de uma vaga branquidade” (LESSER, 2008, p. 26).

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS E CAMINHOS FUTUROS

Como bem observado através dos extensos trabalhos de todos os pesquisadores aqui citados, sem os quais esta monografia não seria possível, pôde-se confirmar a mutabilidade das características e dos estereótipos atribuídos aos nipo-brasileiros ao longo do tempo, desde o período anterior à imigração, até os dias os dias de hoje. Notou-se também que, muitas vezes, os estereótipos não são somente impostos de fora para dentro, mas também de dentro para fora.

Atualmente, o Brasil possui a maior população de origem japonesa fora do Japão e, neste ano em que se celebram os 115 anos da imigração, os tópicos apresentados ao longo da monografia se revelam como uma possibilidade de resgate a certos momentos históricos nos quais, segundo Takeuchi (2008), houve o “esforço de esquecimento, mesmo dentro da comunidade *nikkei*, dos dramas vivenciados pelos seus antepassados”, optando-se frequentemente por “valorizar o sucesso profissional e a ascensão social como forma de se superar os traumas e

os conflitos antes e depois do fim da guerra” (p.182).

É certo que com as novas gerações e maior abertura para tratar de assuntos e temas que antes eram apagados, silenciados ou até mesmo desconhecidos, renovam-se as perspectivas para se pensar em novos caminhos. Uma iniciativa muito interessante de ser mencionada foi o Ciclo de Encontros do Matchá com Bolo realizado através de três lives nos canais Festival do Japão e Yo Ban Boo no YouTube, em novembro e dezembro do ano de 2020, com realização do grupo de jovens do Kenren (Festival do Japão), apoio do Kenren (Federação das Associações de Províncias do Japão no Brasil), e parcerias como o canal Yo Ban Boo, o Coletivo Dinamene, o Coletivo Labibe Yumiko, o Projeto Diasporique, o Perigo Amarelo, o Programa de Pós-graduação em Língua, Literatura e Cultura Japonesa da USP, a área de Letras Japonês da UFPR e a Comissão de Jovens do Bunkyo. As lives tiveram como tema: “Espaços de memória, trocas e apropriações: perspectivas sobre associações nipo-brasileiras”, “Identidade, narrativas e representatividade” e “Coletivos asiáticos: experiências e olhares”. Tal espaço para diálogo entre diferentes gerações, com pessoas de diversas áreas torna-se, assim, um lugar de potências e trocas de conhecimentos muito valiosos.

Em resumo, a partir da tomada de consciência e resgate sobre nossa própria história, muitos dos sentimentos que antes pareciam casos isolados ou individuais, podem desvelar-se como algo partilhado e comum a muitas vivências nipo-brasileiras, ainda que tais experiências não se constituam de forma homogênea, mas sim através de fatores como: localidade, contexto de imigração dos familiares, geração ao qual pertencem, classe social, gênero, sexualidade, entre outros. Os estereótipos utilizados para caracterizar nipo-brasileiros, portanto, não devem ser vistos como um fim em si, mas como forma de percebermos nosso lugar no mundo e de como isso afeta nossas relações com o outro. Como concluem Lee, Manghirmalani e Higa (2019):

A herança familiar é um dos principais componentes da subjetividade de indivíduos asiáticos no Brasil. Tanto em relação às visões de mundo e comportamento, como também representa afetividade e valor emocional. Porém é necessário pensar as tradições sem rigidez e determinismos, e os reconhecimentos raciais e étnicos sem eugenia e nacionalismo; pois, senão, tais visões estarão fadadas a instrumentalizar, reproduzir e manter opressões, como violências e assimetrias de poder (p.130).

## 10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEZEM, Rogério. Matizes do “Amarelo”: Elementos formadores do imaginário sobre o japonês no Brasil. Projeto Integrado (PROIN) do Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

FERREIRA, Thiago. O que foi o movimento de eugenia no Brasil: tão absurdo que é difícil de acreditar. Geledés, 2017. Disponível em: <<https://tinyurl.com/mryz9a-zy>>. Acesso em: 9 de agosto de 2023.

HALL, Stuart. Da diáspora: Identidade e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. O Ocidente e o resto. Projeto História, São Paulo, n.56, p. 314-361, Maio-Agosto, 2016.

HIGA, Laís Miwa. Umi nu Kanata - Do Outro Lado do Mar: História e Diferença na “Comunidade Okinawana Brasileira”. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

INOUE, Vinicius Chozo. A naturalização do racismo anti-asiático na sociedade digital brasileira. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

LEE, Caroline Ricca; MANGHIRMALANI, Juily; HIGA, Laís Miwa. In: Narrativas Asiáticas Brasileiras: identidade, raça e gênero. In: Lima, Emanuel Fonseca et al. Ensaios sobre racismos: pensamento de fronteira. São José do Rio Preto, SP: Balão Editorial, 2019

LESSER, Jeffrey. A Invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

\_\_\_\_\_. Uma Diáspora Descontente: os nipo-brasileiros e os significados da militância étnica (1960-1980). São Paulo: Paz e Terra, 2008.

MATSUMOTO, Karina Satomi. Hajichi - A tatuagem da mulher okinawana. Okinawando. 21 de março de 2017. Disponível em: <<https://tinyurl.com/nhebv6a>>.

Acesso em: 10 de agosto de 2023.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: Cadernos PENESB (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira). UFF, Rio de Janeiro, n.5, p. 15-34, 2004.

NOVAIS, Fernando Antônio. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). São Paulo: Editora 34, 2019.

OLIVEIRA, Adriana Capuano de Oliveira. Alteridade e Identidade: “Quem Somos”, “Quem São” nas Vivências de Processos Migratórios. In: Diálogos Interculturais: Reflexões interdisciplinares e intervenções psicossociais, São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, p. 85-107, 2012.

REIS, Laís Campos. A hegemonia do “Outro”, Ocidente e Imperialismo: a mudança de identidade japonesa na Era Meiji (1868-1912). Brasília, 2015.

SAID, Edward W. Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAKURAI, Célia. Imigração Japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada 1908-1941. In: XXII Encontro Nacional da ANPOCS, 22, 1998, Caxambu. GT 9 MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS. Caxambu: 1998.

SANTOS, Caynnã de Camargo e ACEVEDO, Claudia Rosa. A Minoria Modelo: uma análise das representações de indivíduos orientais em propagandas no Brasil. Psicologia Política, vol.13, n.27,

p.281-300, 2013.

SAYURI, Juliana. O mito da minoria modelo ou por que precisamos discutir discriminação contra asiáticos. VICE, 2017. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5n7y-nucf>>. Acesso em: 10 de agosto de 2023.

SHIMABUKO, Gabriela Akemi. A origem do Perigo Amarelo: Orientalismo, colonialismo e a hegemonia euro-americana. Araraquara, 2016.

\_\_\_\_\_. Para além da fábula das três raças: uma introdução à percepção racial do

amarelo e do japonês no Brasil. Araraquara, 2018.

SILVA, Victor Hugo Martins Kebbe da. 一期一会 Na Vida, Única Vez - Fabricando famílias e relacionalidades entre decasséguis no Japão. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

SUZUKI, Bob H. Education and the Socialization of Asian Americans: A Revisionist Analysis of the “Model Minority” Thesis. *Amerasia Journal*, EUA, vol. 4, n.2, p. 23–51, 1977.

TAKEUCHI, Márcia Yumi. A comunidade japonesa no Brasil (1908-1924). Quistos étnicos ou espaços de identidade imigrante? *Storicamente*. Bologna, n.5, 2009.

\_\_\_\_\_. A comunidade nipônica e a legitimação de estigmas: o japonês caricaturizado. In: *Revista USP*, vol. 79, p.173-182, 2008.

\_\_\_\_\_. O Perigo Amarelo: imagens do mito, realidade do preconceito (1920-1945). São Paulo: Humanitas, 2008.

UENO, Laura Satoe. Intervenção psicossocial com brasileiros em trânsito entre Brasil e Japão. In: *Diálogos Interculturais: Reflexões interdisciplinares e intervenções psicossociais*, São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, p. 273-297, 2012.

WING, Jean Yonemura. Beyond Black and White: The Model Minority Myth and the Invisibility of Asian American Students. In: *Urban Review: Issues and Ideas in Public Education*, EUA, v.39, n.4 p. 455-487, Novembro, 2007.

YANG, Alexandre Chung Yuan. O Comércio dos Coolie (1819-1920). *Revista de História*, [S. l.], n.112, p. 419-428, 1977.

YO BAN BOO. LIVE Matchá com Bolo :: Espaços de memória, trocas e apropriações. YouTube, 28 de novembro de 2020. Disponível em: <<https://tinyurl.com/8kbtbyzc>>.

YO BAN BOO. LIVE Matchá com Bolo :: Identidade, narrativas e representatividade. YouTube, 1 de dezembro de 2020. Disponível em: <<https://tinyurl.com/msc-tdfxx>>.





# Solenidade de Premiação do 5º Concurso de Monografias



**REALIZADA NO DIA 23-11-2023  
NO SALÃO NOBRE DO BUNKYO, ÀS 19 HS**

## **1. Composição da mesa:**

O mestre de cerimônias, Tério Uehara, fez a chamada para a composição da mesa:

- a) Roberto Yoshihiro Nishio – Vice-Presidente do Bunkyo;
- b) Cônsul Geral Adjunta, Chiho Komuro, que responde interinamente pelo-Consulado Geral do Japão em São Paulo;
- d) Vereador Aurélio Nomura;
- d) Kiyoshi Harada – Presidente da Comissão Organizadora;
- e) Ministro Massami Uyeda, Presidente da Comissão de Jurados;
- f) Rodolfo Wada – Coordenador Geral do Concurso
- g) Jairo Uemura – representante do Gaimusho;
- h) Alexandre Kawase – representante da JCI

Compuseram a mesa, ainda, todos os monografistas presentes ao evento.

## **2. Discursos:**

- a) Roberto Yoshihiro Nishio fez o discurso de abertura;
- b) Palavras do Cônsul Geral Adjunta, Chiho Komura;
- c) Palavra do Vereador Aurélio Nomura
- d) palavras de Kiyoshi Harada, Presidente da Comissão Organizadora;
- e) Palavras do Ministro Massami Uyeda que fez a proclamação dos três primeiros vencedores do 5º concurso.

### 3. Premiações:

O mestre de cerimônias chamou o primeiro colocado no concurso, Mauricio Falchetti para receber de Kiyoshi Harada o prêmio de R\$7.000,00 e o respectivo troféu. A seguir chamou a Cônsul Geral Adjunta para fazer a condecoração com a medalha respectiva. Na sequência, chamou o Gustavo Ruchaud, representante da 2º colocada, Fernanda Balzacchi de Moura Morais, residente no Japão, para receber de Kiyoshi Harada o prêmio de R\$3.000,00 e o respectivo troféu. A seguir convidou o Vereador Aurélio Nomura para fazer a condecoração com a medalha alusiva ao 5º concurso.

A terceira colocada, Paula Sayuri Yanagiwara, por residir no interior do Estado de São Paulo, não compareceu, nem enviou representante, mas transmitiu os dados bancários para receber o prêmio de R\$2.000,00, e declinou o endereço de correspondência para o envio do troféu e da medalha respectiva.

Em seguida o mestre de cerimônia foi chamando os demais componentes da mesa para a condecoração de todos os monografistas presentes.

### 4. Brinde, pose para fotos e início de coquetel

Para encerrar a solenidade o mestre de cerimônias convidou o Rodolfo Wada para comandar o brinde, seguindo-se uma pausa para as fotos. Ao final todos foram convidados para um rico coquetel à moda oriental.

### 5. Ilustrações do evento



Aspectos da reunião de jurados no dia 19-10-2023 para escolha das monografias vencedoras



Jantar no restaurante Lica após a escolha das três monografias vencedoras



Roberto Yoshihiro Nishio



Cônsul Geral Adjunta, Chiho Komuro



Vereador Aurélio Nomura



Kiyoshi Harada



Ministro Massami Uyeda



Kiyoshi Harada



Mestre de cerimônias Tério Uehara



Rodolfo Wada



Mauricio Falchetti, 1º colocado, ladeado por Kiyoshi Harada e Cônsul Geral Adjunta, Chiho Komuro



Gustavo Ruchaud representando Fernanda Balzachi de Moura Morais, 2ª colocada, residente no Japão



Com monografistas presentes com os componentes da mesa





Aspectos gerais do Buffet



Durante o buffet



Reportagem do Jornal Nippon

[...] neste volume III da Coletânea de monografias sobre a cultura japonesa, os trabalhos apresentados foram de alto nível, fruto de intensas pesquisas realizadas em bibliografias que abrangeram até mesmo cientistas e especialistas internacionais e que certamente demandaram bastante tempo.

**Renato Ishikawa - Presidente da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social**

A participação expressiva de pesquisadores newkkeis demonstra a riqueza e o potencial da nação multicultural brasileira quando refletimos sobre a importância da coexistência e do respeito à diversidade do século XXI.

**Chiho Komuro - Cônsul Geral Adjunta do Consulado Geral do Japão em São Paulo**

A instituição do Concurso de monografia “Prêmio Jurista Kiyoshi Harada” – alcança a sua 5ª Edição e continua sua trajetória exitosa em incentivar a difusão do pensamento da comunidade Nikkei brasileira sobre temas que interessam à preservação do legado social, histórico e cultural dos imigrantes japoneses.

**Ministro Massami Uyeda - Presidente da Comissão Julgadora do 5º Concurso**

Como parte da organização deste nobre concurso, acompanhei o seu crescimento mesmo durante a pandemia (duas edições tiveram premiações on line). Inicialmente com participação apenas de São Paulo, nas duas últimas edições os vencedores vieram de outros estados e houve inscritos de outros países.

**Rodolfo Wada - Coordenador Geral do 5º Concurso**

A exemplo dos concursos anteriores houve participação de não nikkeis, conhecidos como newkkeis, o que revela a acentuada expansão da cultura japonesa conquistando espaços cada vez maiores neste mundo globalizado.

**Kiyoshi Harada - Organizador**

## Realização



Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa  
e de Assistência Social  
ブラジル日本文化福祉協会



INSTITUTO BRASIL-JAPÃO  
de Integração Cultural e Social

## Patrocínio



FUNDAÇÃO  
KUNITO  
MIYASAKA

ISBN 978-65-992332-7-2



9 786599 233272 >